

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SURA SOUZA CARMO

DOCE PROVÍNCIA? O COTIDIANO ESCRAVO NA
HISTORIOGRAFIA SOBRE SERGIPE OITOCENTISTA

Mestrado em História

São Cristóvão
Sergipe – Brasil
2016

SURA SOUZA CARMO

DOCE PROVÍNCIA? O COTIDIANO ESCRAVO NA HISTORIOGRAFIA
SOBRE SERGIPE OITOCENTISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade.

Orientador: Professor Dr. Samuel Barros de Medeiros Albuquerque

São Cristóvão
Sergipe – Brasil
2016

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Carmo, Sura Souza
C287d Doce província? O cotidiano escravo na historiografia sobre
Sergipe oitocentista / Sura Souza Carmo ; orientador Samuel
Barros de Medeiros Albuquerque. – São Cristóvão, 2016.
212 f.

Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal
de Sergipe, 2016.

1. Historiografia. 2. Escravidão. 3. História - Sergipe. 4.
Cultura. I. Albuquerque, Samuel Barros de Medeiros, orient. II.
Título.

CDU 94(813.7)+326

SURA SOUZA CARMO

**DOCE PROVÍNCIA? O COTIDIANO ESCRAVO NA
HISTORIOGRAFIA SOBRESERGIPE OITOCENTISTA**

Aprovada em 26 de fevereiro de 2016.

Prof. Dr. Samuel Barros de Medeiros Albuquerque
(UFS)

Prof.^a Dr.^a Edna Maria Matos Antonio
(UFS)

Prof.^a Dr.^a Joceneide Cunha Santos
(UNEB)

Agradecimentos

Chega o momento de agradecer àquelas pessoas as quais, de alguma maneira, contribuíram para o desenvolvimento deste estudo. Pessoas que cooperaram e me incentivaram nesta jornada, motivo pelo qual quero registrar a minha gratidão.

Ao professor Dr. Samuel de Barros Medeiros Albuquerque pela disponibilidade, competência e forma criteriosa que orientou esta pesquisa. Apesar do pouco tempo que houve para realizar minha orientação e mudança do objeto de pesquisa, acreditou nesta parceria e na conclusão do trabalho.

Aos professores da Pós-Graduação em História da UFS, em especial, Fábio Mazza, Alfredo Julien, Célia Cardoso e Petrônio Domingues pelas contribuições, ao longo das disciplinas cursadas, ao meu objeto de pesquisa e na minha qualificação profissional.

Às professoras Dr. Edna Matos Antonio e Joceneide Cunha Santos pelas críticas e sugestões apontadas ao texto da qualificação, as quais busquei atender e incluir nesta nova versão.

Aos professores do Departamento de Museologia UFS, pelo incentivo ao meu aperfeiçoamento profissional.

À amiga Vera Rocha, pelo incentivo ao longo de toda minha jornada acadêmica, pois grande parte do meu sucesso profissional deve-se a você. Agradeço também à sua leitura criteriosa do meu trabalho.

À amiga Priscila de Jesus, pela ajuda com a ABNT e tradução do resumo.

À minha mãe, Rita, por sempre acreditar em mim e por perceber que minha ausência, em alguns momentos, foi justificável.

Ao meu irmão, Iure, que vive a também a correria da vida acadêmica.

Ao meu namorado e grande companheiro, Jurandir, por nunca reclamar do meu pouco tempo livre da dissertação e de outros compromissos acadêmicos.

E por último, e não menos importante, a Deus, a Santíssima Trindade e a Nossa Senhora pois, sem seu amor e proteção, em minha vida, nada é possível.

CARMO, Sura Souza. *Doce província? O cotidiano escravo na historiografia sobre Sergipe oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar o cotidiano escravo nos engenhos de açúcar do Sergipe oitocentista, a partir dos registros legados pela historiografia sergipana. Desde a História de Sergipe (1891), de Felisbello Freire, os estudos históricos indicam para o tardio desenvolvimento da agroindústria açucareira em terras de Sergipe d'El Rey. Teria sido, inclusive, o incremento econômico gerado pelo açúcar, a partir de fins do século XVIII, um dos motores do processo de emancipação política de Sergipe – em relação à Bahia – na segunda década do século XIX. Ao longo do oitocentos, a sociedade sergipana recebeu um número significativo de escravos e, a maior parte deles passou a viver nos engenhos e usinas espalhados pelas bacias do Piauí, Vaza-Barris, Cotinguiba e Japaratuba. Essa população escrava não deixou de criar redes de sociabilidade, laços familiares e desenvolver/difundir suas práticas culturais. Nesse sentido, é necessário investigar os discursos da historiografia sergipana sobre essa temática, observando as representações (r)construídas por intelectuais da História, como Felisbello Freire, Maria Thetis Nunes e Ibarês Dantas. As fontes averiguadas são obras que tratam, direta ou indiretamente, da temática da escravidão em Sergipe no século XIX, como dissertações, teses, livros e artigos publicados na Revista do IHGSE. Os textos selecionados são de diferentes épocas e retratam as mudanças da escrita da História sobre a temática, além de difundir discursos sobre o cotidiano e as práticas culturais escravas em Sergipe.

Palavras-chave: historiografia, escravidão, cotidiano, Sergipe.

RÉSUMÉ

La recherche vise à analyser le quotidien esclave dans les usines de sucre de Sergipe XIXe siècle, à partir des dossiers hérités par l'historiographie Sergipana. A partir de l'histoire de Sergipe (1891), de Felisbello Freire, études historiques indiquent le plus tard développement de l'industrie de la canne à sucre dans terres de Sergipe d'El Rey. Il aurait été, même, pour la croissance économique générée par le sucre, à partir de la fin de la XVIIIe siècle, un des moteurs du processus d'émancipation politique de Segipe (de la Bahia) dans la deuxième décennie du XIXe siècle. Pour huit cents, la société de Sergipe reçu un nombre important d'esclaves, et la plupart d'entre eux, on est allé vivre dans les moulins et les usines dispersées dans les bassins de Piauí, Vaza-Barris, Cotinguiba et Japaratuba. Cette population esclave n'a pas manqué de créer des réseaux sociaux, les liens familiaux et développer / la diffusion de leurs pratiques culturelles. Par conséquent, il est nécessaire d'étudier les discours de l'historiographie en Sergipe sur le thème, en observant les représentations (re)construites par intellectuelles de l'histoire, comme Felisbello Freire, Maria Thétis Nunes et Ibarê Dantas. Les sources étudiées sont des œuvres qui traitent, directement ou indirectement, sur la question de l'esclavage en Sergipe au XIXe siècle, tels que thèses, livres et articles publiés dans la Magazine d'IHGSE. Les textes choisis sont de différentes époques et représentent des changements d'écriture de l'histoire sur le thème, ainsi que la diffusion des discours sur la vie quotidienne et les pratiques culturelles des esclaves à Sergipe.

Mots-clés: Historiographie, Esclavage, vie quotidienne, Sergipe.

Lista de siglas e abreviaturas

AGJES – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

ANPUH – Associação Nacional dos Professores Universitários de História

APES – Arquivo Público do Estado de Sergipe.

CAEO – Centro e Estudos Afro-Orientais

CEA – Centro de Estudos Africanos

FFCL – Faculdade de Filosofia de Ciências e Letras

GTAR – Grupo de Trabalho André Rebouças

IHGB – Instituto histórico e Geográfico Brasileiro

IHGSE – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MNU - Movimento Negro Unificado

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFBA – Universidade Federal da Bahia.

UFS – Universidade Federal de Sergipe.

USP – Universidade de São Paulo

Lista de quadros

Quadro 01 – Fases da revista do IHGSE	151
Quadro 02 – Artigos sobre escravidão no século XIX na revista do IHGSE...	158
Quadro 03 – Artigos sobre escravidão na 4ª fase da Revista do IHGSE	172

Sumário

Em busca do cotidiano escravo em Sergipe Oitocentista	10
Capítulo 1- Gilberto Freyre e a historiografia da escravidão em Sergipe: encontros e desencontro	27
1.1. As obras de Freyre analisadas.....	30
1.2. Gilberto Freyre e a historiografia da escravidão no Brasil	38
1.3. Referências sobre Sergipe na obra de Gilberto Freyre	50
1.4. Gilberto Freyre e a historiografia sergipana	53
Capítulo 2- O cotidiano escravo na historiografia sergipana	75
Capítulo 3- Cotidiano escravo nas páginas da Revista do IHGSE	139
3.1. A criação do IHGB	139
3.2. A criação do IHGSE	146
3.3. A Revista do IHGSE e suas fases	149
3.4. Cotidiano escravo do século XIX na Revista do IHGSE	157
Considerações finais	194
Referências bibliográficas e digitais	199

Em busca do cotidiano escravo em Sergipe oitocentista

É por meio das diferenças mínimas nos comportamentos cotidianos que são construídas a complexidade social, as diferenciações locais nas quais se enraízam histórias que são elas mesmas irredutivelmente diferentes e nas quais se exprimem as capacidades inventivas do homem¹

Uma das obras que mais marcou a minha trajetória de leitora foi um clássico livro de História. Ele me reportava a uma cultura bastante distinta da minha, tratava de uma doença que nunca ouvira falar, e seu autor usava até cartas de baralho como fonte histórica. O autor era Marc Bloch e o livro *Os Reis Taumaturgos*, publicado em 1924².

A História tem a capacidade de, ao mesmo tempo, comover e entreter o seu leitor. Para Bloch, “é a ciência dos homens no tempo”³, cuja função, segundo Cadiou, é buscar “compreender o homem através de vestígios”⁴. Como processo de investigação das ações do homem no tempo e em determinados espaços, a História apresenta, ao longo dos seus mais de sete mil anos, algumas mudanças em seus métodos e em seus objetos. Desse modo, tudo o que envolve o seu fazer é constantemente revisado, e suas definições são ocasionalmente alteradas ou sobrepostas. No âmbito historiográfico do século XX, são muitas as definições sobre o que vem a ser a História. Algumas delas anulam, escancaradamente, a ideia anterior sobre a definição do campo do conhecimento⁵. A História é filha de seu tempo e, assim como suas definições, seu direcionamento segue as ideologias em voga. Não há definição errada, há uso e desuso.

Mas o fazer historiográfico é muito complexo e envolve diversos itens a serem contemplados. Na história, há correntes historiográficas, tema ou objeto, tipologias de

¹ LEVI, Giovanni. Comportamentos, recursos, processos: antes da “revolução” do consumo. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro, FGV, 1998, p. 205.

² BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

³ BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

⁴ CADIOU, François [et. Al.]. **Como se faz a história**: historiografia, método e pesquisa. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007, p.12.

⁵ Sobre as definições e discussões do que é História, ver: BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Lisboa: Europa-América, 1997. FEBVRE, Lucien. De 1892 a 1933. In: **Combates pela história**. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 15-27. JENKINS, Keith. O que é a história? In: **A história repensada**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005, p.23-52. LOWITH, Karl. **O Sentido da História**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1991. SHOTWELL, James T. **A Interpretação da História e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. VEYNE, Paul. Introdução e Objeto da história. In: **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a História. Brasília: Editora da UNB, 1982, p. 7-19.

fontes, recortes temáticos, temporais e metodológicos e ainda diálogos com áreas afins – tudo isso variando, conforme a tipologia de fazer História no momento. E apesar dos ingredientes citados, não existe receita pronta.

O objetivo desta pesquisa é analisar o cotidiano escravo nos antigos engenhos de açúcar de Sergipe no século XIX, a partir dos discursos construídos e difundidos pela historiografia sergipana. Os trabalhos sobre história da escravidão no Brasil são inúmeros, entretanto, na historiografia sergipana, ainda não há um estudo específico sobre o cotidiano escravo na antiga Província do norte do Império. Esta pesquisa busca garimpar informações, mesmo que muito sutis, sobre cotidiano escravo em Sergipe no século XIX, estado considerado uma sub-região do Nordeste açucareiro, que possuía uma quantidade razoável de mão-de-obra escrava e de libertos trabalhando no cultivo da cana-de-açúcar e realizando práticas sociais nos engenhos⁶.

Sobre a temática da escravidão na historiografia brasileira, há três correntes principais que promovem intensos debates sobre suas características: a primeira corrente refere-se aos estudos da escravidão no Brasil, denominada “doce”, produzida nas décadas de 1930 e 1940, capitaneada por Gilberto Freyre⁷. Marco da historiografia brasileira, Gilberto Freyre tratou da história do Brasil com enfoque diferenciado até o momento: o culturalista. Em contato com o difusionismo norte-americano, em especial Franz Boas, via a cultura como único viés para a captação da situação e das particularidades atuais de qualquer sociedade. Partindo da miscigenação racial e cultural, analisa o cotidiano e a influência das três raças para a formação do povo brasileiro. A terminologia escravidão “doce” estaria relacionada ao menor sofrimento do escravo brasileiro, comparado ao escravo norte-americano, pois, no Brasil, a relação patriarcal amenizou o conflito entre senhores e escravos.

A segunda corrente da escravidão, denominada de “amarga”, produzida entre as décadas de 1950 e 1980, foi capitaneada por Florestan Fernandes e a Escola Paulista de Sociologia⁸, além de produções realizadas por Jacob Gorender, Clóvis Moura e Décio

⁶ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Sergipe: fundamentos de uma economia dependente**. Petrópolis: Vozes, 1984, p.15.

⁷ Suas principais obras foram: **Casa-Grande e Senzala**, de 1933; **Sobrados e Mucambos**, de 1936; **Ordem e Progresso**, de 1957.

⁸ Algumas obras desta corrente: IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo**. Apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962 FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. O legado da “raça branca”. São Paulo: Dominus Editora – USP, 1965. IANNI, Octávio. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira,

Freitas. Entende-se por Escola Paulista de Sociologia os estudiosos que, a partir de um viés econômico marxista, acreditavam na impossibilidade de o escravo no cativo possuir rede de sociabilidades e perpetuações culturais, sendo a democracia racial um mito, e os cativos, alienados. Além de seu principal teórico Florestan Fernandes, congregava também seus discípulos Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Maria Sylvia de Carvalho Franco, entre outros.

Por último, a corrente mais recente denominada Nova Historiografia da Escravidão, que surge a partir do final dos anos 1980, seguindo até os dias atuais⁹. Essa corrente rompe com a visão esquemática, maniqueísta na análise do escravismo brasileiro. Os conflitos aparecem apenas quando se esgota a negociação, pois, além das fugas, os cativos buscavam a liberdade através de brechas no sistema. O escravo é hábil, articulado e tem perspectivas – protagonismo negro. Os estudos atuais avaliam que os escravos modificaram sua realidade, pois conseguiram resistir, negociar, construir e adaptar-se às condições de vida na escravidão.

O exercício de fazer História é uma prática milenar, considerada ciência e/ou narrativa, que se aperfeiçoou a partir da busca de diferentes métodos que respondessem de maneira satisfatória inquietações dos homens sobre sua trajetória no passado e no presente. Dessa maneira, produziu-se uma quantidade gigantesca de informações a respeito da humanidade que constantemente é revisitada e analisada quanto a sua teoria, métodos, práticas e contexto social da época da produção. Esta análise é denominada de “historiografia” no sentido de “história da história”¹⁰, sendo caracterizada por Horst Blanke “como uma competência teórica”¹¹. Vale ressaltar que a terminologia historiografia caracteriza a escrita da história, e a história da historiografia ou história da história, como essa escrita ocorreu ao longo dos séculos. Comumente, de maneira confusa, o termo historiografia é utilizado para designar história da historiografia. Para Lúcia Guimarães a

1966. CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁹ Vários trabalhos sobre escravidão foram produzidos no Brasil a partir da década de 1980, dentre os quais podemos citar: Reis, João J. **Rebelião Escrava no Brasil**. Ed. Brasiliense, 1986; MACHADO, Maria Helena. **O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição**. Rio de Janeiro: UFRJ, EDUSP, 1994; CASTRO, Hebe Maria de Mattos. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; XAVIER, Regina Célia Lima. **A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX**. Campinas: CMU/UNICSMP, 1996; SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹⁰ CADIOU, François [et. al.]. **Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

¹¹ BLANKE, Horst Walter. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (Org.) **A História escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

expressão história da historiografia foi utilizada pela primeira vez por Hegel na obra *Lições sobre a filosofia da história*, no capítulo dedicado à escrita da história:

Não é a história em si que é aqui apresentada, mas antes a história da historiografia: a avaliação das narrativas históricas e o exame de sua verdade e confiabilidade. O aspecto mais notável deste método com relação ao fato é à intenção, é a perspicácia do autor, que extrai os resultados mais das narrativas do que dos acontecimentos¹².

Se a escrita da história possui milhares de anos, para alguns pesquisadores, a história da historiografia é uma atividade relativamente recente. Para Blanke, o marco inicial seria na época do Iluminismo com o livro escrito por L. Wachler, *História da arte e da pesquisa históricas desde o seu redescobrimento na cultura literária na Europa*, publicado entre 1812-1820¹³. Sobre a primeira obra que busca realizar uma pesquisa a respeito da história geral da historiografia, Rogério Forastieri da Silva reconhece Eduard Fueter com *Geschichte der neueren Historiographie*, publicado em 1911, como a obra pioneira¹⁴.

Sobre a trajetória da história da historiografia, Lúcia Guimarães diz que, inicialmente, no século XIX, era considerada mania bibliográfica, tonando-se um campo relativamente autônomo em meados do século XX, “na esteira dos debates entre tendências e metodologias às vezes antagônicas, mas que demonstravam, cada qual a seu modo, a relatividade do conhecimento histórico”, com três correntes: a do “presentismo” de Benedetto Croce, o marxismo e a história-problema dos *Annales*¹⁵. Guimarães ainda discorre sobre a tardia evolução do campo como disciplina, pois, apesar de Georges Lefebvre, entre os anos de 1945-1946, ter ministrado cursos na Sorbonne sobre história da história, apenas em 1980, a disciplina foi reconhecida pelo Comitê Internacional de Ciências Históricas, após a criação da Comissão Internacional de História da Historiografia por um grupo de estudiosos que se reuniram em Bucareste para discutir a questão¹⁶.

Pra Jurandir Malerba, foi Benedetto Croce o pioneiro na sistematização dos “problemas inerentes à crítica de uma obra de gênero histórico”. O filósofo italiano

¹² HEGEL 1979 apud GUIMARÃES, Lúcia Maria Pascoal. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das et. Al. (Orgs.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p.20.

¹³ BLANKE, op. cit., p. 27.

¹⁴ SILVA, Rogério Forastieri da. **História da historiografia**: capítulos para uma história das histórias da historiografia. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

¹⁵ Ibid, p. 21.

¹⁶ Idem.

relaciona os problemas enfrentados na crítica dos livros de história aos dos livros de poesia por conta da falta de critérios no julgamento. Malerba afirma que Croce procurou “lançar as bases metódicas para uma crítica historiográfica convincente”, sendo o julgamento realizado não pela “quantidade e exatidão das informações que ela fornece” ou prazer, mas apenas pela sua “historicidade”¹⁷:

O julgamento de um livro de história deve fazer-se unicamente segundo sua historicidade, como de um livro de poesia segundo a sua poeticidade. E a historicidade pode ser definida como um ato de compreensão e de inteligência, estimulado por uma exigência da vida prática, que não pode satisfazer-se passando à ação se antes os fantasmas, as dúvidas e a escuridão contra os quais se luta não são afastados mercê da proposição e da resolução de um problema teórico, que é aquele ato do pensamento¹⁸.

No Brasil, segundo José Honório Rodrigues, a história da historiografia “nunca teve tratamento independente no mundo da língua portuguesa”, e a história da literatura era o “único ramo de historiografia intelectual exercido no Brasil e em Portugal”, mas, nem por isso satisfatória, pois englobava apenas “alguns cronistas e historiadores, examinados segundo critérios literários, estilísticos e estéticos”¹⁹.

De acordo com Rodrigues, Varnhagen, Capistrano de Abreu – responsável por “abrasileirar a historiografia brasileira”²⁰ – e Rodolfo Garcia “formam uma trindade bendita da historiografia brasileira”²¹. Para Rodrigues são três os pioneiros da história da história no Brasil: Capistrano de Abreu, com *Necrológio de Francisco Adolfo Varnhagen*, escrito no *Jornal do comércio*, em 1878, e o *Apenso sobre o Visconde de Porto Seguro*, na *Gazeta de Notícias*, em 1882, ambos jornais no Rio de Janeiro; Alcides Bezerra com *Os historiadores do Brasil no século XIX*, uma separata do relatório anual da diretoria do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro de 1927; Sérgio Buarque de Hollanda que, em 1951, publicou no *Correio da Manhã*, também no Rio de Janeiro, um estudo crítico sobre o pensamento histórico nos cinquenta primeiros anos do século XX²².

¹⁷ MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (Orgs.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006, p.16.

¹⁸ CROCE, 1962 apud MALERBA, op. cit., p.18.

¹⁹ RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil** (Historiografia Colonial/1ª Parte). São Paulo: Editora Nacional, 1979, p. XV.

²⁰ Ibid., p.189.

²¹ RODRIGUES, José Honório. **História e Historiografia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 179.

²² RODRIGUES, op. cit., p. XV-XVI.

Guimarães elege Sérgio Buarque de Hollanda, José Honório Rodrigues e Francisco Iglésias, ambos de meados do século XX, como exemplos “mais representativos de sínteses evolutivas da história da história do Brasil”²³. Para Estevão Martins, a compreensão das mudanças na historiografia nos séculos XX e XXI devem ser observadas em um comparativo com o século XIX, pois para o autor “[...] a análise dos progressos da historiografia em nosso tempo deve ser feita mediante o contraste com o século XIX, sem o qual não se pode perceber o alcance das mudanças ocorridas no século XX”, quando a história deixa de ser “crônica baseada nos testemunhos legados pelas gerações anteriores” para tornar-se investigação²⁴.

Pensando nas características da historiografia brasileira, de acordo com Guimarães, seguindo o modelo de Iglésias com algumas alterações, é possível visualizar três períodos distintos: o primeiro, entre os anos de 1500 e 1838, seria a historiografia colonial, marcada pela “mistura de documentos ou de fontes com a própria historiografia”; o segundo, entre os anos de 1938 e 1961, caracterizada pela influência e a atuação do Instituto Histórico como “locus privilegiado da produção historiográfica, ao lado dos institutos históricos estaduais”; o terceiro, de 1961 até os dias atuais, se caracteriza pelo “deslocamento para o âmbito universitário”, com a criação no “Congresso de Marília” da Associação Nacional de História (ANPUH) e uma busca dos profissionais do ensino de história em adequar os currículos, no que diz respeito à metodologia, teoria e pedagogia primando-se o desenvolvimento de pesquisas²⁵.

De maneira semelhante a Guimarães, Itamar Freitas discorre sobre o ofício de história da história no Brasil e sobre o ensino de história do Brasil, demonstrando o pouco conhecimento no nosso país sobre a história da historiografia comparativamente a de outros países que conhecemos bem os processos de transição. O autor também aponta o IHGB como o precursor da historiografia brasileira, enfatizando a força das faculdades de filosofia e das universidades. Para Freitas:

Os estudos históricos sobre o ofício de Clio em território brasileiro não têm atraído muitos adeptos. Como campo de conhecimento – de gênero literário à ciência humana –, ou como disciplina acadêmica ou escolar – de história da civilização à história do Brasil –, experiência da História, em nosso país, é ainda bastante desconhecida e pouco investigada.

²³ GUIMARÃES, op. cit., p. 22.

²⁴ MARTINS, Estevão de Rezende. **A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010, p.11.

²⁵ GUIMARÃES, Op., cit., p. 28-31.

Curiosamente, sabe-se muito mais de que maneira foram processadas a institucionalização e autonomia desses saberes na França e na Alemanha do que no próprio Brasil. As poucas teses que problematizaram as trajetórias da história, todavia, têm apontado datas e lugares privilegiados, contemplando a produção de autodidatas e de instituições de vária natureza, circunscritas ao longo do século XIX e à segunda metade do século XX. Dessas agências, há consenso sobre o papel desempenhado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, no âmbito da pesquisa *stricto sensu*; pelo colégio Pedro II, no ensino secundário; das faculdades de Filosofia, em relação ao ensino superior; e das universidades – década de 1970 – pela profissionalização da pesquisa a partir do incremento dos programas de Pós-graduação em História no país. Dos atores, figuram nomes como Adolfo Varnhagen, João Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Sérgio Buarque de Holanda, quase sempre situados como divisores de águas na crítica documental, na arte da composição, na produção de manuais escolares e nas práticas docentes do ensino superior²⁶.

Itamar Freitas, em seu texto, aborda duas questões importantes sobre a história da historiografia: a importância da história da historiografia e do ensino de história no Brasil para a compreensão das características do fazer historiográfico no Brasil a partir da análise dos trabalhos de diversos profissionais e as mudanças ao longo dos anos com suas respectivas críticas. Para a primeira, o autor afirma que tal tipo de pesquisa gera conhecimento de grande relevância, pois “subsidiaria a reflexão dos profissionais de história sobre o seu ofício, ao tempo em que mantém estreito acompanhamento sobre os processos de construção da memória desses saberes”²⁷. Sobre a segunda Freitas, realiza um panorama dos avanços na historiografia brasileira marcando o IHGB, a Faculdade de Filosofia de Ciências e Letras da USP e as universidades como grande marco de mudanças. Contudo, sobre esta última questão não deixa de questionar o “autodidatismo e o diletantismo” da época do IHGB e de apresentar diversas opiniões, como a de Angêla de Castro Gomes sobre a FFCL, ter deixado de “representar o principal marco balizador do campo historiográfico do Brasil”²⁸. Para Freitas:

A fundação das faculdades de filosofia são situadas nas correntes inovadoras dos anos 1930 – Sílvia Romero, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Capistrano de Abreu, Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. Todavia, comparada à obra desses historiadores “a pesquisa

²⁶ FREITAS, Itamar. **Histórias do ensino de história no Brasil (1890-1945)**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

²⁷ Idem.

²⁸ GOMES, 1996 apud FREITAS, op., cit., 21.

historiográfica realizada nas faculdades de Filosofia, criadas na década de trinta, não parece um enriquecimento imediato”²⁹.

A partir do texto de Freitas é possível perceber que não há um consenso, em alguns aspectos, sobretudo da importância das faculdades de filosofia na historiografia brasileira entre as décadas de 1930 e 1960. Dessa forma, as discussões em torno da história da historiografia do Brasil que vem crescendo nos últimos anos servem para, a partir de opiniões divergentes, fazer com que os profissionais da área reflitam sobre a questão.

Por conta do crescente, mas ainda insuficientes debates sobre história da historiografia ocorrem confusões na sua definição e entre Historiografia, Teoria da História e Metodologia da História, como aponta José Barros no livro *Teoria da História*. Para Barros, entende-se por historiografia o “acúmulo do trabalho já realizado pelos historiadores, e a reflexão mais sistemática sobre este trabalho”³⁰ ou o “conjunto total do trabalho produzido pelos historiadores de todos os tempos”³¹. Para o autor, a Historiografia revela questões referentes à Teoria e à Metodologia, a partir do momento que analisa a historiografia de um determinado período; a Teoria refere-se à “construção de conceitos” e a Metodologia, “maneira de trabalhar algo, de eleger ou constituir materiais”³². O autor ainda acrescenta que “os historiadores podem oferecer teorias acerca do que seja a própria Historiografia”³³, como é possível visualizar em diferentes épocas e escolas.

Francisco Iglésias, um dos precursores do pensamento da historiografia e da história da historiografia no Brasil, apresenta uma definição que procura delinear muito bem os contornos da historiografia:

A historiografia é uma obra da História, um escrito de natureza histórica. Impõe-se a palavra historiografia, uma vez que a palavra história é muito ambígua, por ser tanto a referência ao acontecimento, como sua reconstituição em livro (...) uma história da historiografia brasileira deve ser o estudo dos livros que já se escreveram sobre a História do Brasil. Trata-se, portanto, de obras elaboradas, não de documentos³⁴.

²⁹ Ibid., p.18.

³⁰ BARROS, José D’Assunção. **Teoria da História**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

³¹ Ibid., p. 154.

³² Ibid., p.67.

³³ Ibid., p.89.

³⁴ IGLÉSIAS, Francisco. Comentário ao roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira. In: **I Encontro Internacional de Estudos Brasileiros**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1972, p.22-23.

Em definição posterior, Iglésias, mais uma vez, procura delimitar muito bem o que compete à História e o que compete à Historiografia: “no estudo fascinante da História da História, ou melhor, da História da Historiografia – separa-se o processo de desenvolvimento dos povos do seu estudo, seja descrição ou reflexão: este é História, este Historiografia³⁵. Preocupação semelhante à de Iglésias foi a de José Lapa que buscou diferenciar História e Historiografia, conhecimento histórico e conhecimento historiográfico. Nos primeiros anos de delimitação do campo no Brasil, entre as décadas de 1970 e 1980, houve uma grande preocupação em definir e delimitar História e Historiografia. Para Lapa:

O conhecimento é o registro inteligente que o historiador procura fazer para compreender a realidade. A historiografia é justamente o conhecimento crítico dessa representação e do processo que a determinou (...) Dessa maneira, o objeto do conhecimento histórico é o que chamamos de História para efeito de nossas proposições (...) Conhecimento histórico é o que resulta do processo limitativo de conhecimento e reconstituição, análise e interpretação daquele objeto, vindo a Historiografia a ser a análise crítica do conhecimento histórico, e de seu processo de produção, reconhecendo, portanto, um conhecimento científico que se perfila pelos métodos, técnicas e leis da ciência histórica³⁶.

Contudo, a preocupação com a ambiguidade do conceito de história e historiografia não é apenas uma preocupação nacional, mas internacional, como discorre Malerba, datada, para o autor, no século XVIII, em que foram mesclados “o significado transcendental de história como âmbito da consciência e da história como âmbito da ação”³⁷. A questão, ao que parece, aflige pesquisadores de diferentes países e em sucessivas décadas:

La lengua italiana, al igual que la francesa, unifica en el mismo término dos realidades completamente diferentes: “historia”(en francés *histoire*) significa tanto la historia rerum gestarum como las res gestae; por el contrario, en alemán se utiliza el término *Geschichte* para indicar el complejo de hechos y de acontecimientos u el término *Historie* para indicar el pensamiento histórico y la elaboración historiográfica de esos acontecimientos³⁸.

³⁵ IGLÉSIAS, Francisco. A história do Brasil. IN: FERRI, Mário e MOTOYAMA, Shozo (Orgs.). **História das ciências no Brasil**. São Paulo: EDUSC, 1979, p. 267.

³⁶ LAPA, José Roberto Amaral. **Historiografia brasileira contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981, p. 18-9.

³⁷ MALERBA, Jurandir. Em busca de um conceito de historiografia: elementos para uma discussão. **Varia História**, n° 27, 2002, p.41.

³⁸ SAIITA, 1996 apud MALERBA, 2002, p. 40.

Diversos pesquisadores da historiografia apontam para uma historiografia para além dos autores, obras e influências ideológicas e teóricas, buscando também a análise do contexto social, como é desenvolvida a observação de Carlos Fico e Ronald Polito:

Partimos de um conceito de historiografia que não considera apenas a efetiva produção do conhecimento histórico mas, também, na medida do possível, a sua disseminação social. Estamos entendendo, então, por historiografia, não só a análise da produção do conhecimento histórico e das condições desta produção, mas, igualmente, o estudo de suas condições de reprodução, circulação, consumo e crítica. O momento da produção do conhecimento, portanto, não se confunde com o de sua disseminação social, ainda que sejam evidentes as possibilidades de ambos se relacionarem³⁹.

Além das questões que envolvem o surgimento do campo e do conceito de historiografia ou de história da história, outros pontos podem oferecer uma maior clareza no entendimento, como tipos e funções da história da historiografia, elencados por diversos autores que pesquisam o desenvolvimento da área. Para Blanke, são os tipos mais comuns de história da historiografia: história dos historiadores, história das obras, balanço geral, história da disciplina, história dos métodos, história das ideias históricas, história dos problemas, história das funções do pensamento histórico, história social dos historiadores e história da historiografia teoricamente orientada⁴⁰.

Outra importante classificação de Blanke está relacionada às funções da história da historiografia, que “serve como instrumento da verificação de padrões científicos” ou “como verificação de posições ideológicas”, elencando duas principais: a função afirmativa e a função crítica. Na função afirmativa, Blanke afirma que a “ideologia oficial é um importante aspecto da reconstrução histórica” sendo “o elemento afirmativo influente em várias publicações que se apresentam como não possuindo um caráter ideológico”. Na função crítica, conforme o autor é visível “o esforço de escrever a história da historiografia com a intenção de criticar princípios ideológicos” cujo objetivo é “superar criticamente visões de mundo e posições políticas”. A função crítica ocorreria de duas formas: primeiro “como crítica explícita de modelos tradicionais” considerados suspeitos ou ultrapassados, como por exemplo, os escritos dos positivistas; e segundo, com o “redescobrimento de

³⁹ FICO & RONALD, 1992 apud MALERBA, 2002, p.32.

⁴⁰ BLANKE, op. cit., p.29-32.

autores real ou supostamente marginais e o reconhecimento de precursores esquecidos de algum historiador mais conspícuo”.

Rogério da Silva, de maneira semelhante a Blanke, também distingue algumas tipologias: estudos voltados para autores e suas obras, observando, por exemplo, estilo da escrita, abordagem de determinado tema ou comparativo entre autores; estudos nacionais com foco em apresentar estudos de um determinado país ou época, escolas ou tendências; estudos de como é tratado um determinado tema por autores e obras, podendo ser também específico a uma escola histórica; e, estudos gerais que pretendem ver a historiografia como um todo⁴¹.

Silva realiza ainda outra classificação voltada para a identificação dos diferentes tipos de obra nas quais a história da historiografia podem ocorrer – dúvida comum que aflige muitos pesquisadores: obras não específicas de história da historiografia com papel importante para a concepção das histórias da historiografia; obras sobre história, metodologia ou de introdução aos estudos históricos que realizem, em algum capítulo, um panorama da história da historiografia; histórias gerais da historiografia⁴².

José de Barros apresenta um assunto relevante na historiografia que se refere à questão epistemológica da dificuldade de alcançar o conhecimento pleno devido principalmente pela falta de busca de diferentes enfoques nas pesquisas, que observe a enredamento dos diversos campos de investigação:

Não importa que enfoque se dedique ou esteja habituado, dificilmente poderá alcançar um sucesso pleno em seu exercício se não conhecer todos os outros enfoques possíveis – talvez para conectá-los em determinadas oportunidades, talvez para compor com alguns deles o seu próprio campo complexo de subespecialidades, ou talvez simplesmente para perceber que a História é sempre múltipla, mesmo que haja a possibilidade de examiná-la de perspectivas específicas⁴³.

Partindo para a questão específica da pesquisa, a busca por indícios do cotidiano escravo na historiografia sergipana inspira-se no método indiciário da micro-história, que consiste na “microanálise”, isto é, na análise de subsídios do passado histórico em nível de escala reduzido, observando aspectos econômicos, sociais e culturais. Esse método

⁴¹ SILVA, op. cit., p.22-23.

⁴² Ibid., p.21.

⁴³ BARROS, José D’Assunção de. Os campos da História – introdução as especialidades da História. **Revista HISTERDEDBR** On line, Campinas, n. 16, p. 21. Dez. 2004. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis16/art3_16.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2016.

historiográfico surge do desgaste das abordagens marxistas, estruturalistas e econômico-sociais, além do trabalho conjunto com a Antropologia⁴⁴, em especial a descrição densa de Grifford Gertz⁴⁵. A partir do micro pode-se encontrar o macro e assim desvendar processos históricos.

Carlo Ginzburg e outros micro-historiadores analisaram comportamentos sociais a partir de vestígios legados por determinados indivíduos. Ainda relativo à micro-história, sabemos que essa vertente “constrói um saber sensível, através de indícios, de sensibilidades, emoções e valores, por vezes imperceptíveis, que têm na imaginação o seu potencial criador e que fazem parte daquilo que pode ser definido como a alma do mundo”⁴⁶. Trata-se, essencialmente, de uma prática historiográfica com conhecimentos variáveis, cujas temáticas podem ser personagens, famílias, acontecimentos, grupos, dentre outros, em que o autor busca dialogar com o leitor sobre os bastidores da sua pesquisa.

Ainda no corpo deste trabalho, é necessário pensar na noção de cotidiano e, consequentemente, cotidiano escravo. Por cotidiano entende-se as ações do dia-a-dia do homem ou, como afirma Heller, “a vida cotidiana é a vida de todo homem”⁴⁷, acrescentando que “a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social”⁴⁸. Para Michael Certeau, os atos dos indivíduos ou suas “maneiras de fazer” se constituem em diversas práticas pelas quais os usuários se apropriam do espaço preparado pelas técnicas de produção sociocultural⁴⁹.

Alguns estudos de micro-história e História do Cotidiano podem fornecer exemplificações de trabalhos na área do cotidiano de comunidades e indivíduos menos abastados. Quanto à micro-história, tanto Ginzburg, ao apresentar o comportamento do moleiro Menocchio frente a um processo inquisitorial⁵⁰, quanto Geovanni Levi, ao apresentar a comunidade de Santaella e sua “política da vida cotidiana cujo centro era à utilização estratégica de normas sociais”⁵¹, fornecem bons exemplos de caminhos para

⁴⁴ BURKE, Peter. A Vez da Antropologia Histórica. In: **O que é História Cultural?** 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

⁴⁵ GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

⁴⁶ PESAVENTO, Sandra Jathay. O corpo e a alma do mundo. A micro-história e a construção do passado. São Leopoldo, **Revista História Unisinos**, v. 8, n° 10, p. 179-189, jul. dez. 2004, p. 188.

⁴⁷ HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Paz e Terra, São Paulo, 1992, p.17.

⁴⁸ Ibid., p.20.

⁴⁹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer**. 3ed. Editora Vozes: Petrópolis, 1998.

⁵⁰ GINZBURG, Carlo. **O Queijo e Os Vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁵¹ LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p.8.

pesquisas. Os estudos de Levi sobre a falta de coesão em conjunto de normas e de regras podem ser aplicados ao estudo de cotidiano escravo, pois “na verdade nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação”⁵², abrindo brechas para inúmeras ações.

Referente à questão do cotidiano escravo, Maria Odila Dias assinala que são imprescindíveis reflexões do cotidiano dos meios sociais à margem das instituições do poder. Para a autora, incorporar à história tensões sociais de cada dia implica a reconstrução da organização de sobrevivência de grupos marginalizados do poder e, às vezes, do próprio processo produtivo⁵³. Sobre os historiadores do cotidiano, afirma que “trabalham, necessariamente, com uma multiplicidade de tempos coexistentes na mesma conjuntura histórica, na qual discernem durações simultâneas e reconstituem a imbricação de temporalidades plurais”. E complementa que, na atualidade, os estudos estão voltados para “a apreensão das diferenças, para a documentação de especificidades. Procura abarcar o conhecimento dentro das necessidades concretas dos seres humanos em sociedade, face as totalidades hegemônicas, a cultura massificada”⁵⁴.

Na busca sobre cotidiano escravo em engenhos de açúcar, algumas notas referentes ao período colonial são apresentadas por Antonil. O autor apresenta informações, por exemplo, da robustez e da facilidade de alguns negros em aprender ofícios mecânicos:

Uns chegarão ao Brasil muito rudes e muito fechados e assim continuarão por toda a vida. Outros, em poucos anos saem ladinos e espertos, assim para aprenderem a doutrina cristã como para buscarem modo de pensar a vida e para se lhes encomendar um barco, para levarem recados e fazerem qualquer diligenciadas que costumam ordinariamente ocorrer. As mulheres usam a foice e a enxada, como os homens; porém, nos matos, só os escravos usam de machado. Dos ladinos se faz escolha para caldeeiros, carapinas, calafates, taxeiros, barqueiros e marinheiros, porque estas ocupações pedem maior advertência⁵⁵.

⁵² LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, FGV, 1996, p.179-180.

⁵³ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2.ed.rev. São Paulo: Ed. Brasilienses, 1995.

⁵⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea**. Proj. História, São Paulo (17), nov. 1998, p. 258. Disponível em: revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/11148/8179. Acesso em: 27 fev. 2015.

⁵⁵ ANTONIL, A.J. **Cultura e opulência no Brasil**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1950, p. 52.

Pode-se aplicar ao cotidiano dos engenhos em Sergipe, com ressalvas em diversos aspectos, as anotações de Antonil que evidencia o uso da força de trabalho de indivíduos livres ou escravos, numerosa e diferenciada. Entretanto, é necessário ressaltar que as informações detalhadas de um engenho tido com “ideal”, denominados de “engenhos reais” não se aplicam a grande maioria dos engenhos existentes, em especial, os engenhos de pequeno porte e pouco recursos de Sergipe d’El Rey. Antonil, em sua descrição, refere-se ao engenho de Sergipe do Conde, localizado na Bahia, com valiosas informações fornecidas pelo administrador, um engenho que possuía uma estrutura para seu funcionamento bastante aperfeiçoada, com número significativo de empregados e boa rentabilidade⁵⁶. Laura de Mello e Souza, em *O sol e a sombra*, esclarece que as descrições de Antonil sobre os engenhos não podem ser generalizadas para todas as regiões e engenhos do período colonial⁵⁷. Porém, alguns profissionais citados são comuns nos engenhos, mesmo em diferentes regiões:

servem ao senhor de engenho em vários ofícios, além dos escravos de enxada e de foice, que têm nas fazendas e na moenda e fora os mulatos e mulatas, negros e negras de casa, ou ocupados em outras partes; banqueiros, canoeiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores. Tem mais cada senhor destes necessariamente um mestre de açúcar, um banqueiro, e um contra-banqueiro, um purgador, um caixeiro no engenho, e outro na cidade, feitores nos partidos e roças, um feitor-mor no engenho; e para o espiritual, um sacerdote seu capelão, e cada qual destes oficiais tem soldada.⁵⁸

Entretanto, é preciso estudos mais específicos para a observação da realidade escrava de cada região produtora de açúcar no Nordeste, desvincilhando-se de estudos gerais que não abordam as particularidades. Nos estudos do cotidiano escravo, também é necessário romper com as representações excepcionalmente associadas à escravidão e difundir o olhar por novas formas de interpretação, incluindo como aporte a cultura.

⁵⁶ Além do texto de Antonil, de 1711, há um documento de considerável importância sobre o Engenho de Sergipe do Conde, escrito pelo jesuíta André de Gouvêa, que esteve na Bahia como procurador da Igreja de S. Antônio, datado de 1625. O jesuíta encontra o engenho com problemas em seu funcionamento enfrentados por conta da invasão holandesa, contudo para o procurador “segundo uos de todos he o melhor destes estados” (p.251). Pablo Magalhães transcreveu, na íntegra, em artigo o documento. In: MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. A relação do engenho de Sergipe do conde em 1625. *Revista Afro-Ásia*, 41 (2010), 237-264. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/AA_41_PAIMagalhaes.pdf. Acesso: 13/03/2016.

⁵⁷ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra*: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁵⁸ Ibid., p. 18.

A primeira leitura e ponto de partida desta pesquisa foi a obra de Sharise Piroupo Amaral *Um pé calçado, outro no chão* (2012), que trata de liberdade e resistência escrava na região de maior produção de açúcar e concentração de mão-de-obra escrava em Sergipe, o vale do Contiguiba. A leitura proporcionou um conhecimento da principal região de produção açucareira da província, bem como a indicação das primeiras leituras sobre o sistema escravocrata em Sergipe e vida dos cativos, nas quais buscaremos indícios do cotidiano escravo nos antigos engenhos de açúcar.

Além do livro de Amaral, as fontes que serão exploradas pertencem à historiografia sergipana, encontrando-se, na maior parte, publicadas: *História de Sergipe* (1891), de Felisbello Freire; *Uma unidade açucareira em Sergipe – o engenho Pedras* (1976), *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente* (1984) e *Nordeste açucareiro: desafios de um processo do vir-a-ser capitalista* (1993), todos de Maria da Glória de Almeida; *O negro e a violência do branco* (1977), de Ariosvaldo Figueiredo; *Vida patriarcal em Sergipe* (1980), de Orlando Dantas; *História econômica de Sergipe 1850-1930* (1987) e *Reordenamento do trabalho: Trabalho escravo e Trabalho livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe 1850-1930* (2000), de Josué Modesto dos Passos Subrinho; *Sergipe Del Rey: População, economia e sociedade* (1986) e *Sergipe Colonial e Imperial: religião, família, escravidão e sociedade* (2008), de Luiz Mott; *Negros e brancos: uma pedagogia da violência* (1991), Lourival Santos (monografia); *A Sociedade Libertadora “A Cabana do Pai Thomaz”* (1997), de Maria Nely Santos; *Sergipe Provincial I* (2000) e *Sergipe Provincial II* (2006), de Maria Thétis Nunes; *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel* (2009), de Ibarê Dantas; *A diáspora negra em questão: identidades e diversidades étnico-raciais* (2012), de Petrônio Domingues e Paulo Neves. São fonte ainda as dissertações ainda não publicadas: *A Vila de Santo Antonio e Almas de Itabaiana no século XIX (1850-1888)*, de Maria Nely Santos (1984); *Derrubando os mantos purpúreos e as negras sotainas: Sergipe Dei Rey na crise do antigo sistema colonial (1763-1823)*, de Fernando Afonso Ferreira Júnior (2003); *Entre campos e veredas da Cotinguiba: o espaço agrário em Laranjeiras (1850-1888)*, de José Mário dos Santos Resende (2003); *Introdução ao Estudo da Escravidão em Estância, comarca da Província de Sergipe Del Rey (1850-1888)*, de Joanelice Oliveira Santana (2003); *Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe 1850-1888*, de Joceneide Cunha dos Santos (2004); *Nas teias da fortuna: homens de negócio na Estância oitocentista (1820-1888)*, de Sheila Farias Silva (2005); *“Matéria livre...espírito livre para*

pensar”: um estudo das práticas abolicionistas em prol da instrução e educação de ingênuos na capital da província sergipana (1881-1884), de Meirevandra Soares Figuerôa (2007); *A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário: etnicidade, devoção e caridade em São Cristóvão-SE (século XIX)*, de Vanessa Santos Oliveira (2008); “*Os negros dos matos*”: trajetórias quilombolas em Sergipe Del Rey (1871-1888), de Igor Fonseca Oliveira (2010); *Andando com fé: os atores e os atos das irmandades do Rosário da vila sergipana do Lagarto em perspectivas (1850-1888)*, de Flavio Santos Nascimento (2014). Foi referência também a tese *A festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928): limites e contradições da romanização*, de Claudefranklin Monteiro Santos (2013).

Sobre os critérios de seleção das obras foram escolhidos livros sobre escravidão no século XIX em Sergipe; obras de destaque da historiografia sergipana sobre o século XIX nas áreas de economia e política, por exemplo, mas que se aludissem de alguma maneira, ao cotidiano escravo; dissertações e teses (ainda não publicadas) sobre escravidão em Sergipe no século XIX e; a Revista do IHGSE por ser durante décadas, o principal meio de divulgação de artigos científicos do estado de Sergipe. Apesar de haver monografias a respeito da escravidão em Sergipe no século XIX, a pesquisa não utilizou esta tipologia de produção acadêmica. Não foi localizada apenas um texto no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFS e sem disponibilidade na internet, de Hortência de Abreu Gonçalves intitulado *As cartas de Alforria e a religiosidade em Sergipe (1780-1850)*, de 1998.

Dentre as obras sobre a temática da escravidão e do cotidiano escravo utilizadas para interlocução neste trabalho, podemos relacionar: *Campos da violência* (1988), de Silvia Lara; *Visões da liberdade* (1990), de Sidney Chalhoub; *A morte é uma festa* (1991), de João José Reis; *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX* (1995), de Maria Odila Leite Dias; *História de Quilombolas* (2006), de Flávio Gomes; *Encruzilhadas da liberdade* (2006), de Walter Fraga Filho; *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas* (2008), de Eduardo Paiva; *Gente negra na Paraíba oitocentista* (2009), de Solange Pereira da Rocha; dentre outras obras.

Partindo do pressuposto de que o escravismo não ocorreu de forma isolada nas províncias e de que houve semelhanças e trocas culturais entre os cativos de diferentes regiões do Brasil, há, ao longo do texto, comparações entre Sergipe d’El Rey, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. As principais comparações são efetuadas entre Sergipe e Bahia, devido à proximidade, dependência política e econômica e origem preponderante dos

cativos sergipanos, utilizando-se, portanto, diversas pesquisas sobre escravidão das últimas décadas.

No primeiro capítulo deste trabalho, “Gilberto Freyre e a historiografia sobre a escravidão em Sergipe: encontros e desencontros”, com base nas obras *Casa-Grande e Senzala*, *Sobrados e Mucambos* e *O escravo nos anúncios dos jornais brasileiros do século XIX*, escritas por Gilberto Freyre, realizamos uma análise da importância dos escritos de Freyre para a pesquisa sobre cotidiano escravo em Sergipe d’El Rey e uma busca de vestígios nas obras sobre a província, um comparativo com as obras selecionadas da historiografia sergipana, observando quando Freyre foi, ou não, interlocutor de destaque. Ainda é observado, no capítulo, o surgimento, evolução e caminhos percorridos pela historiografia da escravidão no Brasil que tem em Gilberto Freyre o seu precursor.

No segundo capítulo, “O cotidiano escravo na historiografia sergipana”, buscaremos compreender como o tema do cotidiano escravo aparece na produção historiográfica de Sergipe. Serão estudadas as obras destacadas por Amaral, enquanto referenciais sobre o tema da escravidão, obras de destaque na historiografia sergipana que tratem do século XIX, dissertações e teses que abordem a escravidão em Sergipe d’El Rey no século XIX.

No terceiro capítulo, “Cotidiano escravo na Revista do IHGSE”, estudaremos artigos publicados no principal periódico científico do Estado, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, que trataram da questão do negro ou do período em que houve escravidão, realizando uma análise da historiografia sergipana sobre o tema no periódico e buscando indícios que levem à compreensão do cotidiano escravo em Sergipe no século XIX.

As análises das obras ao longo dos capítulos foram realizadas na ordem cronológica e não por temática para ficar de maneira mais nítida as mudanças ocorridas dentro da historiografia da escravidão. Em alguns momentos, há uma saída desta ordem por conta do agrupamento de duas obras de um mesmo autor.

Capítulo 1

Gilberto Freyre e a historiografia da escravidão em Sergipe: encontros e desencontros

A risada do negro é que quebrou toda essa ‘apagada e vil tristeza’ em que se foi abafando a vida nas casas-grandes. Ele que deu alegria aos são-jões de engenho; que animou os bumbas-meu-boi, os cavalos-marinhos, os carnavais, as festas de Reis. Que à sombra da Igreja inundou das reminiscências alegres seus cultos totêmicos e fálicos as festas populares do Brasil⁵⁹.

Sociólogo, Gilberto Freyre praticou a interdisciplinaridade. Foi um pouco de cada coisa: antropólogo, historiador, jornalista, poeta. Seus trabalhos, frutos de minuciosas pesquisas possuem uma leitura agradável e fazem o leitor mergulhar nas raízes do Brasil. Pelo olhar de Freyre, talvez, a melhor forma de compreender o comportamento do brasileiro na atualidade e seus aspectos históricos seja pelo viés cultural.

No caso específico do estudo do cotidiano, o autor apresenta um pioneirismo na investigação de diversos aspectos da vida social do Brasil colônia, império e república – na culinária, infância e atividades sexuais –, período no qual, no sistema patriarcal vivenciado no Brasil, predominava a miscigenação com a aproximação entre as classes sociais – apesar de não isentar, por conta dessa aproximação, a ocorrência de conflitos. No trecho citado acima, de *Casa Grande e Senzala*, o autor, pela primeira vez, em estudos brasileiros, evidencia o negro como o grupo étnico que fortemente contribuiu com suas características culturais para a formação do Brasil.

Este capítulo tem por objetivo, a partir da leitura das obras *Casa-grande e Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936) e *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX* (1963), escritos por Gilberto Freyre, evidenciar a influência do autor no campo da historiografia da escravidão e, conseqüentemente, no âmbito da historiografia sergipana da escravidão. Partindo da premissa de que Freyre é considerado o precursor, por diversos autores, dos estudos sobre a escravidão no Brasil, sobretudo no campo cultural, foi assinalada a importância dos textos freyrianos para estudos sobre cotidiano escravo. Foi

⁵⁹ FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. 48.ed. São Paulo: Global, 2003, p. 551.

realizada, então, uma busca por indícios sobre Sergipe, em seus textos e a utilização desse autor como interlocutor nos textos dos historiadores sergipanos que escreveram sobre os aspectos do cotidiano escravo nos engenhos no século XIX. Acredita-se que, ao utilizar os estudos freyrianos, a escrita da história sobre a escravidão em Sergipe, apresenta diferenças quanto à descrição/análise dos aspectos relativos ao cotidiano dos escravos dos engenhos sergipanos.

Pensar a obra de Gilberto Freyre também é pensar seu contexto histórico e a origem do autor. As duas primeiras obras analisadas para a percepção do cotidiano escravo datam de meados da década de 1930, período após a abolição, no qual ainda era possível transitar nas ruas com ex-escravos e ainda sentir as consequências do comércio de pessoas traficadas. No período subsequente à mudança do trabalho escravo para o trabalho livre, alguns intelectuais da época perceberam a importância do elemento negro na formação do nacional, a exemplo de Freyre que tratou de enaltecer e de elencar questões nunca antes estudadas sobre aspectos da miscigenação do Brasil. Ao analisar a obra de Freyre, é possível perceber, em diversos momentos, que o autor, menino de engenho, vivenciou os resquícios de uma opulência senhorial que existiu em Pernambuco, transferindo para sua obra muitas memórias da meninice e histórias ouvidas, algumas vezes em meio às dengüices das amas negras, alcançando ainda memórias da opressão senhorial.

Sob o ponto de vista da influência teórica, é importante considerar as vivências nos EUA e o contato com emergência de uma nova antropologia de viés cultural, veiculada por Franz Boas e a escola norte-americana. A partir da década de 1930, houve uma autonomia do fenômeno cultural, pois ocorreu um enfraquecimento do determinismo vinculado ao meio ambiente e às características biológicas. O culturalismo, ou difusionismo, explanava o desenvolvimento cultural por meio do processo de difusão de elementos culturais de uma cultura para outra, ressaltando a relativa raridade de novas invenções e a importância dos constantes empréstimos culturais da história da humanidade. Não era a raça que determinava os comportamentos, mas os fatores históricos e sociais. Boas inclinava-se para o estudo da antropologia cultural, única para o autor que “permitia a compreensão da situação e das características atuais de qualquer sociedade”, somada a “uma visão histórica especial de cultura, que não deveria significar mero estudo do passado, mas ser aplicado,

igualmente, à observação do presente”⁶⁰. Anos mais tarde, tais estudos iriam influenciar a História Cultural⁶¹.

É possível, porém, observar uma contradição, dentre muitas, entre o pensamento de Boas e de Freyre, no que se refere à homogeneidade, ou não, da cultura: enquanto Freyre defendia que, no conceito de cultura, cabia a heterogeneidade entre as partes e o todo; Boas acreditava que a cultura era homogênea⁶²:

É verdade que o grau de integração nem sempre é o mesmo. [...] Não muitas vezes a integração é tão completa, que se eliminam todos os elementos contraditórios. Geralmente encontramos na mesma cultura rupturas significativas nas atitudes de diferentes indivíduos; no caso de situações variáveis, isso ocorre até no comportamento de um mesmo indivíduo⁶³.

Outros teóricos do período influenciaram Freyre na crítica aos postulados até então vigentes a respeito da superioridade racial. Entre divergências e semelhanças no pensamento no início do século XX, Freyre vincula o pensamento de Boas ao de Lowie, considerando “o fenômeno das diferenças mentais entre os grupos humanos mais do ponto de vista da história cultural e do ambiente de cada um do que da hereditariedade ou do meio geográfico puro”⁶⁴.

Freyre chega a realizar um ataque aos postulados e autores que enfatizam diferenças raciais relacionadas à hereditariedade e, conseqüentemente, ao biologismo, ou ao meio ambiente. No caso brasileiro, Freyre desconstrói alguns argumentos, em especial, os defendidos por Nina Rodrigues: “parece-nos absurdo julgar a moral do negro no Brasil pela sua influência deletéria como escravo. Foi o erro grave que cometeu Nina Rodrigues ao estudar a influência do africano no Brasil: o de não ter reconhecido no negro a condição absorvente de escravo”⁶⁵. Na atualidade, ao analisarmos a obra de Nina Rodrigues, é

⁶⁰ MARCONI, Marina de Andrade. **Antropologia**: uma introdução. 7.ed. – São Paulo: Atlas, 2008, p. 253.

⁶¹ Para Peter Burke, a História Cultural não é uma invenção nova. Ele apresenta quatro fases para esta tipologia de fazer história: a clássica; a da história social da arte; a descoberta da história da cultura popular; e por último, a nova história cultural. A influência citada estaria nas duas últimas tipologias de História Cultural. Assim como Michelet, Burckhardt e Huizinga são considerados precursores da História Cultural, para Burke, Freyre é uma importante influência na construção da história Cultural no Brasil. Cf. BURKE, Peter. **O que é História Cultural?**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

⁶² MARCUSSI, Alexandre Almeida. Trocas culturais e afetividade em Gilberto Freyre e Franz Boas. In: **Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?** Ouro Preto: Edufop, 2009.

⁶³ BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2007, p. 105-6.

⁶⁴ LOWIE, s.d. apud FREYRE, 2003, p. 381.

⁶⁵ FREYRE, op. cit., p. 397-398.

preciso considerar que seu pensamento relativo aos negros que foram escravizados no Brasil estava em consonância com as pesquisas de sua época.

Ainda é possível notar, nas duas obras, *Casa-Grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambos*, a citação de alguns intelectuais sergipanos, como João Ribeiro, Tobias Barreto, Silvio Romero, Felte Bezerra e Gilberto Amado – alguns deles apresentam informações do cotidiano escravo, por serem folcloristas⁶⁶. No livro *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, o autor dialoga apenas com Gilberto Amado ao referenciá-lo por conta das pesquisas de campo em torno do povo brasileiro.

1.1.As obras de Freyre analisadas

O tema primordial da tese de Gilberto Freyre sobre a sociedade brasileira reside no latifúndio escravista e na família patriarcal, assinalada pela mestiçagem racial e cultural. O latifúndio voltado para a monocultura tem suas terras férteis tomadas pela cana-de-açúcar, deixando quase nenhum espaço para outro tipo de lavoura, com exceção mínima para a mandioca, base da alimentação de todos. O local elementar da família patriarcal no Brasil seria o Nordeste, visto a falta de êxito no cultivo da cana em outras regiões. Entretanto, Freyre não pode ser acusado de demonstrar apenas a realidade da região Nordeste, uma vez que são mencionados muitos aspectos das regiões sudeste e sul do país. A formação do Brasil, apontada por Freyre, também é exposta por Caio Prado Júnior:

Completam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a ‘grande exploração rural’, isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira. Como constituirá também a base principal em que se assenta toda a estrutura do país, econômica e social. Note-se aqui, embora isso já esteja implícito no que ficou dito

⁶⁶ Denomina-se folclorista o estudioso que se dedica a pesquisar o folclore. De acordo com Rita Silva, o movimento folclorista “teria começado graças ao trabalho solitário de alguns intelectuais, como Amadeu Amaral, Sílvia Romero e Mário de Andrade, precursores do interesse das elites pelo popular no Brasil desde o final do século XIX, e seria ampliado a partir da década de 1950. Na opinião de Edison Carneiro, os estudos do folclore seriam ‘um conjunto de obras intelectuais e de iniciativas institucionais compreendidas entre 1870 e 1960’”. SILVA, Rita Gama. **A cultura popular no Museu de Folclore Edison Carneiro**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012, p.54. Além de Sílvia Romero, são considerados folcloristas sergipanos José Calazans, Felte Bezerra, Beatriz Góis Dantas, Jackson da Silva, Aglaé D’Ávila Fontes e Luiz Antônio Barreto.

acima, que não se trata apenas da grande propriedade, que pode também estar associada à exploração parcelaria; o que se realiza então pelas várias formas de arrendamento ou aforamento, como é o caso, em maior ou menor proporção, de todos os países da Europa. Não é isto que se dá no Brasil, mas sim a grande exploração, o que não só não é a mesma coisa, como traz consequências, de toda ordem, inteiramente diversas⁶⁷.

A relação patriarcal apresentada por Freyre possui diversos antagonismos, sobretudo, o senhor/escravo, em que é necessário pensar o cotidiano escravo em meio à incompatibilidade de situação social. Contudo, para o autor, os antagonismos seriam amolecidos na confraternização, especialmente, na sexual da miscigenação e na mobilidade social – afinal, o português, em sua essência, é um povo mestiço e, por isso, tem uma repulsão menor pelos gentios e negros. Apesar disso, havia demonstrações de violência senhorial, como os “senhores mandando queimar vivas, em fornalhas de engenho, escravas prenhes, as crianças estourando ao calor das chamas”⁶⁸. Freyre aponta as senhoras brancas como muitas vezes mais violentas que os senhores, movidas pelo ciúme das belas mucamas:

Quanto à maior crueldade das senhoras que dos senhores no tratamento dos escravos é fato geralmente observado nas sociedades escravocratas. Confirmam-no os nossos cronistas. Os viajantes, o folclore, a tradição oral. Não são dois nem três, porém muitos os casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravos inermes. Sinhá-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesa já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina dentadura de escravas; ou mandavam-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas. Toda uma série de judiarias.

O motivo, quase sempre, o ciúme do marido. O rancor sexual. A rivalidade mulher com mulher⁶⁹.

Sobre o paternalismo, além da compreensão de Freyre, é necessário observar opiniões semelhantes e divergentes em torno do assunto. O paternalismo, na representação de Freyre, é verificado pelo isolamento do engenho como unidade produtiva e no relacionamento entre senhor e escravo cuja proximidade se traduz na reciprocidade, ou

⁶⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p.121.

⁶⁸ FREYRE, 2003, op., cit. p.46.

⁶⁹ Ibid., p. 421.

seja, dá-se e recebe-se carinho, amizade, proteção, em troca de respeito e fidelidade. A economia brasileira, baseada no paternalismo, é gerida de forma emocional, pois o senhor, com sua imensidão de terras e poderio político, não é nada sem o controle de quem o rodeia. Os castigos seriam uma maneira de protegê-los, com cordialidade e sadismo caminhando lado a lado.

O senhor de engenho é um homem poderoso e devia ter sua vontade respeitada por todos – inclusive até mesmo por trabalhadores que não fossem cativos. Sua autoridade, dessa forma, não era apenas com os escravos, estendendo-se aos familiares e aos agregados dos engenhos – todos, seus dependentes. O paternalismo se efetivaria, dessa maneira, em um grupo fechado e diverso de pessoas em torno do senhor, todas elas subordinadas do afeto e da proteção dele.

Ao esmiuçar este paternalismo, Freyre refere-se à miscigenação como ato para aumentar o número de habitantes do Brasil, o sadismo do português, o isolamento das propriedades e o caráter benevolente do negro como característicos para o Brasil⁷⁰. As relações entre senhor e escravo, a partir do paternalismo, não eram tão violentas, apontando certa docilidade nas relações, termo caro para o autor⁷¹. Dentro de todas as questões apontadas por Freyre, em seu ensaio, é possível observar questões gerais sobre o cotidiano escravo no Brasil, no que tange às sociabilidades entre outros povos da África e o português, através de trocas, apropriações e ressignificações culturais, em que o negro, em diversos momentos, pode exercer o seu lazer, sob o olhar atento do senhor⁷².

Em sua acepção de paternalismo, Freyre apresenta a questão do conformismo do escravo com sua situação de cativo. Outra polêmica, que foi duramente combatida pelos teóricos posteriores e reavaliada pela última geração de pesquisadores da escravidão, faz alusão, na verdade, ao jogo de mão-dupla, em que o escravo “se conforma” na medida em que também é vantajoso para ele:

São várias as evidências de que o escravo africano ou descendente de africano, no Brasil, sempre que tratado paternalmente por senhor cuja superioridade social e de cultura ele reconhecesse, foi indivíduo mais ou menos conformado com seu status. Raras parecem ter sido as exceções. O

⁷⁰ Ibid., passim.

⁷¹ Em alguns trechos da obra Freyre trata da docilidade dos cativos e da relação entre senhores e escravos. O autor não generaliza, demonstrando em várias passagens do livro o sadismo e a crueldade dos senhores. O autor também usa o termo docilidade em comparativo à escravidão norte-americana, que por diversas características se difere da escravidão praticada pelos portugueses. Contudo, alguns críticos utilizaram a afirmação como a percepção principal do sociólogo Pernambuco sobre o escravismo brasileiro.

⁷² FREYRE, 2003, passim.

negro com quem Saint-Hilaire conversou em Minas Gerais, e que confessou ao francês estar satisfeito com sua vida de escravo, parece que deve ser considerado limpidamente representativo ou típico dos escravos da sua época, isto é, dos tratados paternalmente pelos senhores. Dos tratados como pessoas e não como animais ou como máquinas de produção⁷³.

A miscigenação, outra característica do trabalho de Freyre, é apontada como formadora do caráter do povo brasileiro, pois ocorreu de forma intensa na colônia portuguesa em comparação com a colonização inglesa, por exemplo. Sobre a questão da miscigenação e do escravo, Sérgio Buarque de Hollanda também discorre, afirmando que "sua influência penetrava sinuosamente o recesso doméstico, agindo como dissolvente de qualquer ideia de separação de castas ou raças, de qualquer disciplina fundada em tal separação"⁷⁴.

No que tange ao livro *Sobrados e Mucambos*, publicado em 1936, o autor continua com seu forte viés culturalista e observa a sociedade patriarcal por meio de seus antagonismos: a casa e a rua, o pai e o filho, a mulher e o homem, o sobrado e o mocambo, o brasileiro e o europeu, o oriente e o ocidente, dentre outros. A obra é, na verdade, uma continuidade de *Casa-grande e Senzala*. As questões do cotidiano continuam a serem trabalhadas pelo autor, que realiza uma etnografia, mostrando seu dinamismo e mudanças ao longo do século XIX. São tratados, principalmente, aspectos da formação da família brasileira, a miscigenação atrelada às mudanças que ocorriam na família patriarcal, como de domicílio, estagnação econômica e casamentos das filhas com comerciantes, e até mesmo com mulatos que estavam em condições econômicas mais favoráveis. Nas palavras de Freyre, nesse ensaio, “procura-se considerar e interpretar a história da sociedade patriarcal brasileira na primeira fase da desintegração do poder ou do sistema patriarcal ou tutelar nas áreas econômicas e politicamente mais expressivas do Brasil”⁷⁵.

São muitas as características apresentadas do cotidiano dos senhores e escravos em *Sobrados e Mucambos*. Algumas questões colocadas de maneira introdutória, no primeiro ensaio, aparecem mais esmiuçadas no segundo. Sobre o negro, é necessário observar a quantidade de informações, passando desde a já citada questão sexual até a ascensão dos mulatos. É possível perceber a liberdade das negras alcoviteiras, o respeito às amas, mas

⁷³ Ibid., p. 885.

⁷⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo, Cia. Das Letras, 1995, p.55.

⁷⁵ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. 3.ed. Editora José Olímpio: Rio de Janeiro, 1961, p. LXXXIX.

também a sutileza do negro em saber conviver com o opressor, conseguindo realizar práticas culturais diversas. Há também fatos bastante curiosos como negros participando de bandas de músicas em igrejas ou na casa dos senhores:

Também houve engenhos patriarcais com moleques, meninos de câro; com bandas de música; com pianos de cauda; com orquestras tocando *ouvertures* de ópera. Já no século XVI opulento senhor de engenho na Bahia tivera a sua orquestra de negros, dirigida por um marselhês. No século XIX, um missionário norte-americano que viajou pelo Brasil ficou espantado da música que ouviu na casa-grande do Engenho Soledade, perto o Paraíbuna, em Minas Gerais⁷⁶.

Contudo, apenas para ilustrar a quantidade de informações sobre o cotidiano escravo e senhorial contidas em *Sobrados e Mucambos*, Freyre aponta a questão das orquestras de músicos negros como algo não muito comum em meio à rusticidade de um engenho e do temperamento do senhor. O autor descreve um pouco do cotidiano senhorial em que as músicas que mais agradavam o senhor não partiam dos cativos ou das crianças e mulheres da casa, mas dos passarinhos:

Mas essas casas-grandes requintadas, com negros tocando ópera e cantando em latim, não foram típicas de uma aristocracia rural que, isolando-se, cercando-se só de subordinados, fêz sempre mais questão da quantidade que da qualidade dos seus títulos de grandeza: do número de seus pés de café e dos pés de cana; do número das suas cabeças de escravos e das suas cabeças de gado; do número das salas e dos quartos de suas casas-grandes. Isso é que, aos olhos da maioria dos brasileiros da era patriarcal ainda predominantemente rural era grandeza. O senhor rural mais pervertido pelo isolamento, este desprezava tudo, pelo regalo de mandar sobre muitos escravos e de falar gritando com todo o mundo, tal a distância, não só social, como física, que o separava quase sempre das mulheres, dos filhos, dos negros, em casas vastas, com salas largas, onde quase nunca as pessoas estavam todas perto uma da outra; onde nas próprias mesas de jantar, de oito metros de comprimento, era preciso que o senhor falasse senhorialmente alto para ser ouvido no fim da mesa quase de convento. Música, os senhores mais rústicos se contentavam com a dos passarinhos, espalhados em gaiolas pela casa toda, no corredor, na sala de jantar, no terraço [...] ⁷⁷.

O enfraquecimento do poder senhorial, segundo Freyre, não ocorreu rapidamente, sempre convivia com a dificuldade, utilizando, porém, o nome e a posse de terra para abrandar a situação. A dependência dos comerciantes foi aumentando e o prestígio dos

⁷⁶ Ibid., p.45.

⁷⁷ Ibid., p.46.

senhores diminuindo, ficando também possível perceber alguns aspectos do cotidiano do engenho:

Os engenhos, lugares santos de onde outrora ninguém se aproximava senão na ponta dos pés para pedir alguma coisa – pedir asilo, pedir voto, pedir moça em casamento, pedir esmola para festa da igreja, pedir comida, pedir um côco de água de beber – deram para serem invadidos por agentes de cobrança, representantes de uma instituição arrogante da cidade – o banco – quase tão desprestigiadora da majestade das casas-grandes quanto a polícia do Conde de Assumar, em Minas, ou a do Presidente Chichoro da Gama, em Pernambuco⁷⁸.

Apesar de serem obras que retratam aspectos gerais do Brasil patriarcal e, posteriormente, sua decadência, *Casa-Grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambos* abordam importantes reflexões e indícios de particularidades regionais que podem ser exploradas, principalmente a respeito de Pernambuco, Bahia e São Paulo. Todavia, Sergipe também é representada nas páginas dos ensaios.

A terceira obra de Gilberto Freyre utilizada neste estudo é ainda pouco utilizada: *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros no século XIX*, fruto, inicialmente, de uma conferência em 1935, publicado com acréscimos em 1963. Apesar de possuir uma gama de informações variadíssimas sobre aspectos da escravidão, os anúncios de jornais, até as pesquisas realizadas por Freyre, não haviam sido alvo de estudos no Brasil. Questão de destaque para a compreensão da obra são os prefácios e introdução da obra em que é possível perceber a vontade do autor em rever algumas questões que causaram discordâncias quanto à tese defendida por ele acerca da docilidade no escravismo brasileiro.

Ao apresentar que houve certa benignidade na escravidão brasileira, o autor aponta as percepções de diversos viajantes estrangeiros sobre a questão em que, comparativamente a outras colônias que possuíam o mesmo sistema econômico, o Brasil possuía certa leveza quanto à rigidez com os cativos. Para Freyre “a benignidade nas relações dos senhores com escravos, no Brasil patriarcal, não é para ser admitida, é claro, senão em termos relativos. Senhor é sempre senhor”⁷⁹. Esclarece, ainda, que, apesar de haver menor sofrimento no escravismo brasileiro, isso não quer dizer que os cativos não

⁷⁸ Ibid., p.18-9.

⁷⁹ FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios dos jornais brasileiros do século XIX**: tentativa de interpretação antropológica, através dos anúncios de jornais, de características de personalidade e de deformações nos corpos de negros e mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado. Recife, Imprensa Universitária, 1963, p.26.

sofreram tratamento desumano. Apesar de ser, entre as três obras analisadas, a que menos assinala brandura no escravismo brasileiro, quanto à benignidade do cativo, Freyre abaliza que a vida do negro escravizado no Brasil era melhor do que se este estivesse na África:

Seriam esses extrovertidos, porventura nascidos e criados em casas de senhores benignos – e, por morte destes, vítimas de herdeiros menos abastados ou cruéis, dos quais vieram a fugir – talvez mais felizes no Brasil patriarcal do que, quando na África negra, oprimidos por sobas e, sobretudo, maltratados nas próprias tribos: vítimas, por vezes, de tirânicas opressões tribais sob o aspecto de ritos compressores⁸⁰.

Outra questão que Freyre parece querer ratificar nesta obra – e que é algo presente nos trabalhos anteriormente analisados – é o trato dos cativos nas diferentes províncias no século XIX – afirmações e controvérsias que, veremos ao longo da pesquisa, também envolvem Sergipe d’El Rey. Se, em *Casa-grande e Senzala*, o autor afirma que em províncias menores houve também falta de alimentos para os cativos, demonstrando que não era algo que acometia apenas Pernambuco e Bahia, em *O escravo nos anúncios de jornais do século XIX*, o autor aponta que a vida dos cativos, nessas duas províncias, era bem melhor que em outras:

São anúncios que nos fazem pensar nas senzalas de que falam o barão de Lavradio e Gama Lobo, onde o negro dormia no chão frio em comum com galinhas, cães, porcos e outros animais e entre excretos de todos esses animais. Senzalas que o barão de Lavradio nos descreve como típicas das fazendas fluminenses, mas que existiriam também em Pernambuco e no Recôncavo, principalmente nas cidades e nos subúrbios. Tudo, porém, nos leva a crer que nos engenhos de Pernambuco e da Bahia o escravo fosse tratado melhor do que nos do Maranhão e mesmo nas fazendas e nas minas do Sul⁸¹.

Os anúncios servem como fonte para Gilberto Freyre, pois são reveladores de características do escravismo: ao tentar recuperar um escravo fugido ou vendê-lo, por exemplo, o senhor se despe de qualquer forma literária que mascare as condições do escravo e o revela com todas as suas mazelas físicas, sociais e psíquicas causadas pelo cativo. Para o autor, a linguagem é “franca, exata e às vezes, crua. Linguagem de

⁸⁰ Ibid., p.30.

⁸¹ Ibid., p.108-9.

fotografia de gabinete policial de identificação: minuciosa e até brutal nas minúcias. Sem retoques nem panos mornos”⁸².

Nos anúncios, é possível observar questões, como doenças dos cativos, marcas tribais, vestuário, vícios, marcas de castigos corporais, sintomas de má alimentação e de condições anti-higiênicas de vida, dentre outros pontos, que evidenciam diversos aspectos sobre o cotidiano dos cativos, permitindo, ainda, comparar características do escravismo em diversas regiões do país. Fonte de inesgotáveis possibilidades de estudo, para Freyre, os anúncios surpreendem com:

[...] indicações valiosas, prestando-se a estudos de estatística e de história comparada, não só sobre a antropologia física e cultural do africano novo no Brasil, sua patologia – as doenças, os vícios e as malformações predominantes entre os escravos; sua atividade econômica na vida patriarcal; os aspectos diversos de sua psicologia e até de sua constituição [...] como também acerca de todo o complexo problema das relações de raça e de cultura em nosso País durante o século em grande parte imperial, que foi o XIX⁸³.

O vestuário dos cativos é algo bastante descrito nos anúncios dos escravos fugidos por conta da identificação. Além de roupas do eito ou roubadas dos seus senhores, é possível também visualizar o uso de roupas e adornos que remetem à África. Sobre os que vestiam as roupas dos senhores, Freyre aponta que, nos anúncios, é possível observar entre a descrição dos fugidos “vários trajados à maneira senhoril, penteados a essa maneira, calçados segundo ela, expressando-se em bom português, um deles, por exemplo, caracterizado como “muito político no falar” [...]”⁸⁴. O uso de turbante pelas negras brasileiras chama a atenção e intriga Gilberto Freyre: “quanto mais material conheço, mais inseguro me sinto sobre o assunto, não só sobre a origem do costume, mas até mesmo sobre como, no século XIX, a moda do turbante se impôs e se deslocou, em algumas regiões do continente africano, os elaborados penteados em tranças”⁸⁵.

Mesmo em um trabalho que ainda necessite de um maior aprofundamento nas análises dos anúncios, Freyre realiza discussões relativas aos anúncios – já utilizados como fontes naquele momento – e à vida cotidiana dos cativos nos estudos da escravidão. Partindo da ideia contrária de que o cativo só mostrava insatisfação e busca pela liberdade

⁸² Ibid., p.107.

⁸³ Ibid., p.99.

⁸⁴ Ibid., p.48.

⁸⁵ Ibid., p.13.

a partir de ações extremas, como fuga e suicídio, o autor nos apresenta, na década de 1970, invenções da liberdade:

As alforrias, no Brasil patriarcal e escravocrático, tendo sido numerosas – como comemorações, em família, várias delas, de nascimentos, batizados, casamentos, sucessos patriarcais dessa espécie –, contam como aberturas a uma ascensão socioeconômica de afro-negros que, em conjunto, pode-se dizer terem constituído antecipações nada insignificantes ao Treze de Maio⁸⁶.

Apesar de ser uma obra que apresenta, de maneira mais clara, os horrores do escravismo do Brasil a partir de uma extensa citação de anúncios de jornais de Pernambuco e do Rio de Janeiro, em que é possível perceber o sofrimento dos cativos, em detrimento das obras *Casa-Grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambos*, o autor não deixa de aludir as relações de afeição entre senhores e escravos. Para o autor “são numerosos os anúncios de escravos fugidos que nos deixam entrever relações particularmente carinhosas entre gente senhoril e servil, no ambiente da escravidão doméstica, familiar e patriarcal dominante em grande parte do Brasil do século XIX”⁸⁷. Apesar das marcas de surra e do raquitismo e deformações causadas pelo trabalho e má alimentação, havia, para Freyre, uma relação próxima e até mesmo carinhosa de alguns senhores com suas “peças”.

1.2. Gilberto Freyre e a historiografia da escravidão no Brasil

Gilberto Freyre é considerado o introdutor dos estudos sobre escravidão sob o viés cultural no Brasil. Suas obras são clássicas não apenas do ponto de vista do ineditismo da abordagem na época, mas por serem marcos referenciais e constantemente revisitadas por diversos pesquisadores ao longo do século XX e XXI. As aclamações ao conjunto de sua obra não são unânimes, ocorrendo, ao longo das décadas seguintes, discussões a respeito do escravismo brasileiro com discordâncias acaloradas a respeito das suas características. Busca-se, neste item, discorrer um pouco sobre a influência dos estudos de Gilberto Freyre nas pesquisas desenvolvidas a respeito da escravidão no Brasil, destacando as correntes que romperam ou revisitaram sua obra.

⁸⁶ Ibid., p.34.

⁸⁷ Ibid., p. 131.

A título de ilustração – embora não seja a questão fundamental deste estudo –, algumas referências estrangeiras – como Marvin Harris, Arnold Sio, David B. Davis, Carl Degler e Charles Boxer⁸⁸ – foram discordantes do pensamento freyriano, ao questionarem a visão harmoniosa da escravidão, ou seja, o mito do “senhor bondoso”, atribuído aos lusos. Freyre não assistia com apatia ao surgimento desses novos estudos e sua influência no Brasil: criticou, em publicações, os pontos falhos dessas pesquisas, por meio de ataques realizados ao harrismo, vinculado ao professor norte-americano Marvin Harris, e de sub-harrismo aos seguidores brasileiros da corrente.

Nesse período, no Brasil, entre as décadas de 1950 e 1970, alguns meios acadêmicos passaram a negar o caráter paternalista das relações entre senhores e escravos, destacando a passividade do escravo e a sua coisificação, capitaneada principalmente pela Escola Paulista de Sociologia e por Jacob Gorender, e a grande dimensão da violência do sistema escravista, seguida por Clóvis Moura e Décio Freitas. Nesse sentido, houve um ataque ao pensamento freyriano, que, em uma análise da historiografia do período, se reflete num abandono e refutação do pensamento do sociólogo pernambucano durante algumas décadas, a partir do abandono dos aspectos culturais em detrimento do econômico. Para a Escola Paulista de Sociologia,

[...] o sociólogo pernambucano generalizou sua análise, em termos de espaço e de tempo, ou seja, tomou como referência o que ocorrera apenas no nordeste canavieiro e no escravo doméstico, e estendeu sua interpretação para as múltiplas realidades existentes no território brasileiro. Incorre-se, aí, num equívoco metodológico, que ignora a dinâmica do processo histórico e a historicidade do tema em seu devido espaço, tempo e circunstâncias⁸⁹.

Um dos pais deste pensamento, Fernando Henrique Cardoso, vê o escravo como mercadoria. Para ele, os cativos não tinham vontade própria ou, simplesmente, não havia condições de tê-la. Embora de pensamento contrário a Freyre, curiosamente, Cardoso – como membro da Escola Paulista de Sociologia, expõe, em seus trabalhos, o pensamento de coisificação do escravo –, fez um prefácio para uma edição de Casa-Grande e Senzala⁹⁰. A relação entre Freyre e Cardoso parece que não foi hostil, pois, no prefácio da segunda

⁸⁸ ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 29.

⁸⁹ PROENÇA, Wander de Lara. Escravidão no Brasil: debates historiográficos contemporâneos. **Anais eletrônicos da XXIV Semana de História**: "Pensando o Brasil no Centenário de Caio Prado Júnior", p. 2.

⁹⁰ FREYRE, 2006, op. cit.

edição de *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, apesar de mostrar que os autores tinham pensamentos contrários ao seu, Freyre elogia como magistrais os estudos marxistas de Cardoso, Darcy Ribeiro e Nelson Werneck Sodré⁹¹.

No mesmo período e de pensamento também oposto a Freyre, Gorender, sobre os escravos, enfatiza que “se a sociedade os coisificou, nunca pôde suprimir neles ao menos o resíduo último da pessoa humana”, demonstrando também seguir a ideia de coisificação do escravo, marca do pensamento do período, e a incapacidade de reter características ou, em suas palavras, de possuir “resíduo” de pessoa humana⁹². Além de Fernando Henrique Cardoso, também seguiam essa corrente Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Emília Viotti da Costa.

Um pouco mais afastado do pensamento, mas muito referenciado no período, foi Clovis Moura, que, como Costa, observava o caráter do “escravo como sujeito histórico”⁹³, apesar de se diferenciar do viés historiográfico atual. Moura, pesquisador de rebeliões escravas⁹⁴, não vê o escravo como sujeito passivo⁹⁵, e por isso, ele é muito referenciado na historiografia sergipana. Dentre os autores que preferiram o heroísmo escravo e resistência à coisificação, além de Moura, há ainda Décio Freitas⁹⁶, que apontou os escravos como “classe impotente”⁹⁷. Conforme Vainfas, esses autores retrataram “os rigores terríficos da escravidão, com seus tormentos e suplícios, bem como a ação de quilombolas e a resistência permanente dos escravos contra os senhores”⁹⁸.

Outra característica das pesquisas sobre o negro vinculadas ao grupo da Escola de Sociologia são as atribuições ao negro de promiscuidade e impossibilidade de possuir laços familiares – a questão da família escrava não foi trabalhada por Freyre e, na historiografia atual, a visão de depravação escrava vem sendo vitoriosamente contestada a partir do

⁹¹ FREYRE, 2010, op. cit., p. 39.

⁹² GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978, p.63.

⁹³ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁹⁴ MOURA, Clóvis. **Rebeliões na senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1981.

⁹⁵ É possível observar que apesar da definição como Escola Paulista de Sociologia, há diferenças marcantes no pensamento entre os autores, inclusive, num dos pontos-chave da crítica recebida a partir dos anos 1980: da passividade ou não dos escravos. Sobre o assunto ver: GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990. SILVA, 2009, op. cit.

⁹⁶ Décio Freitas em estudo sobre palmares e Zumbi traz à tona o negro como herói brasileiro, contudo é criticado por não trazer as fontes sobre informações apontadas no livro, como a infância de Zumbi. Sua linguagem chega a possuir um toque messiânico, entretanto, a obra foi muito apreciada pelo ativismo negro. FREITAS, Décio. **Palmares: a guerra dos escravos**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1973.

⁹⁷ FREITAS, Décio. **O escravismo brasileiro**. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

⁹⁸ VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 208.

pressuposto de que a família escrava, por motivos culturais e/ou impostas pelo cativo⁹⁹, não seguia o modelo de família católica, patriarcal e de habitação na mesma moradia. O pensamento atual tem algumas afinidades com as de Freyre, pois o autor, apesar de apontar a relação sexual entre cativas e senhores, demonstra que era por submissão, e não por maior afluência sexual das cativas.

Luís Palermo oferece um significativo comparativo de obras emblemáticas para pensar o escravo no Brasil, confrontando Gilberto Freyre (*Casa-grande e Senzala*) com Fernando Henrique Cardoso (*Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*) e Octávio Ianni (*As metamorfoses do escravo*). Para o autor, enquanto as principais influências de Gilberto Freyre advêm da cultura, especificamente da antropologia cultural, para entender as relações sociais, a Escola Paulista de Sociologia tem a influência de Caio Prado Júnior e do referencial marxista.

Palermo observa que Gilberto Freyre busca evidenciar a contribuição das três raças sob o ponto de vista cultural – os negros escravizados são vistos como importantes formadores de aspectos culturais do povo brasileiro – porém Cardoso e Ianni apresentam o negro sob o ponto de vista da raça e do capitalismo mercantil.

No que se refere ao campo de observação, de um lado, Freyre está “preocupado com as relações entre os grupos sociais, dirigindo seu enfoque para a família, para o poder privado e a função cultural de cada grupo na formação da sociedade patriarcal brasileira” e a interdependência entre senhor e escravo; de outro lado, Ianni e Cardoso mostram a perspectiva macroestrutural e a relação de dependência e a exploração que se estabelece na formação do Brasil Colonial. Se, para Freyre, importa menos a antropologia física que a antropologia cultural, para Cardoso e Ianni, o marxismo se apresenta como prioridade além da dimensão econômica. Ainda sobre a comparação, Freyre apresenta o negro com *status* de sujeito histórico; em contrapartida, Ianni e Cardoso tiveram dificuldades “em enxergar os cativos como sujeitos históricos”, vendo o senhor e escravo como alienados, pois “ambos possuem uma falsa consciência acerca do funcionamento sistêmico”¹⁰⁰. Palermo

⁹⁹ Em Casa Grande e Senzala, Freyre não exemplifica o cotidiano dos laços familiares entre escravos, inserindo-os na família do senhor, havendo uma ausência de estudo sobre família escrava. Os estudiosos contestadores de Freyre atribuem ao escravo a promiscuidade – nos últimos anos, porém, com estudos sobre cotidiano e família escrava, tal tese vem sendo derrubada. Sobre a temática, ver: ROCHA, op. cit., p.36.

¹⁰⁰ PALERMO, Luís Claudio. **O embate de perspectivas entre as matrizes fundadoras do estudo da escravidão brasileira** (Gilberto Freyre e a Escola Paulista de Sociologia). (Dissertação) – Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo-RJ, 2009, p. 95-124.

ainda realiza comparações a respeito da relação senhor e escravo, miscigenação, diversidade entre povos africanos, entre outros aspectos.

Edward Thompson, em meados dos anos sessenta, no viés da história social, caracterizada como a “história vista de baixo” trata da questão do paternalismo como um conceito impreciso, que aconteceu em momentos diferentes no tempo e no espaço e que não pode ser generalizante para toda uma sociedade. O paternalismo que retrata não é o da escravização de negros, mas do trabalho servil em que se dá uma relação de subordinação muito aguda dos trabalhadores ao patronato. Apesar de não negar, de maneira total, a falta de coerência sobre o uso do termo paternalismo, acaba criticando-o veementemente:

[...] paternalismo é um termo descritivo frouxo. Tem uma especificidade histórica consideravelmente menor do que termos como feudalismo ou capitalismo. Tende a apresentar um modo de ordem social visto de cima. Tem implicações de calor humano e relações próximas que subentendem noções de valor. Confunde o real com o ideal. Isso não significa que o termo deva ser abandonado por ser totalmente inútil. Tem tanto ou tão pouco valor quanto outros termos generalizantes – autoritário, democrático, igualitário – que, em si e sem adições substanciais, não podem sem empregados para caracterizar um sistema de relações sociais. Nenhum historiador sensato deve caracterizar toda uma sociedade como paternalista ou patriarcal. Mas o paternalismo pode ser, como na Rússia czarista, no Japão no período Meiji ou em certas sociedades escravocratas, um componente profundamente importante, não só da ideologia, mas da real mediação institucional das relações sociais [...]¹⁰¹.

Apesar da apreciação justificável de teóricos brasileiros ao pensamento de Thompson, é necessário ter prudência ao se utilizar as análises do autor sobre paternalismo ao modelo brasileiro, pois, por exemplo, as práticas da *gentry* para dominar as classes subalternas não se caracterizam por uma proximidade com os dominados¹⁰², como alguns teóricos afirmam ter ocorrido no Brasil, portanto, o paternalismo tratado por Freyre difere, em muitas questões, do tratado por Thompson.

Quase que simultaneamente ao pensamento de Thompson e da Escola Paulista de Sociologia, surgem, no cenário dos estudos sobre escravismo, as pesquisas de Eugene Genovese sobre a relação senhor e escravo no Sul norte-americano. O livro denominado *Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made*, publicado em 1972, e no Brasil, em 1988, com o título *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*, tornou-se um

¹⁰¹ THOMPSON, E. Patrícios e Plebeus. In: **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. Rosaura Eichenberb. São Paulo: Cia das Letras. 1998, p.32.

¹⁰² Ibid., p.46.

importante referencial teórico na nova historiografia sobre a escravidão. Douglas Cole Libby, sobre o livro, afirma que “analisa melhor as multifacetadas complexidades do paternalismo escravista do Velho Sul do que amplia nossa compreensão da agência cativa na construção da História”, concluindo que a lacuna em Genovese está no fascínio de escrever “muito mais sobre a fidalguia paternalista dos senhores de escravos sulistas do que com a cultura criada e vivida pela população cativa do Sul [...]”¹⁰³. Ao contrário de outros estudiosos do período, Freyre parece simpatizar com os estudos de Genovese visto que o pensamento do autor difere da Escola Paulista de Sociologia:

[...] nos Estados Unidos, ou em outro país de língua inglesa, esse desonesto harrismo foi reduzido à insignificância, como expressão sociológica ou revisão histórica, pelo mais lúcido e autorizado dos atuais marxistas daquele país: Eugene Genovese, em *The World the slave holders made* e noutros livros idôneos. É autor, o professor Genovese, a quem não falta o conhecimento de obras de autores brasileiros nas quais se vem apresentando, à base de vivências irrecusáveis, uma imagem da situação do negro escravo no Brasil patriarcal sob vários aspectos diferente, pelo que nela foi, se não mais humano, menos inumano que em situações equivalentes do escravo na América inglesa, na francesa e mesmo na espanhola. Ou a do trabalhador na Europa recém-industrializada dos começos e dos meados do século XIX¹⁰⁴.

Apesar de aportar no Brasil, tardiamente, com a publicação em português do livro, Genovese, na reformulação historiográfica da escravidão, não ofusca a redescoberta de Freyre pelos pesquisadores brasileiros. Para Libby, “Genovese em muito se aproxima a Gilberto Freyre, em quem se inspira e que serve como referencial máximo com relação ao escravismo brasileiro”.

Embora haja essa aproximação, Freyre e Genovese se distanciam quanto ao entendimento de paternalismo: em Freyre, a relação entre senhor e escravo é direta; em Genovese, no paternalismo há uma intermediação, “plantation que emprega um administrador: uma figura intermediária entre senhor e escravos, cuja situação contraditória e instável é magistralmente analisada [...], exatamente porque é reveladora [...] das complexidades que tanto caracterizaram as relações paternalistas”¹⁰⁵. Sobre essas diferenças, Silva afirma: “as práticas paternalistas não têm como consequência a

¹⁰³ LIBBY, Douglas Cole. Repensando o conceito de paternalismo nas Américas. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isaura Pereira (Orgs.). **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008, p. 27-40.

¹⁰⁴ FREYRE, 2010, op., cit., p.39.

¹⁰⁵ Idem.

benevolência e a suavidade na relação entre senhores e escravos” e observa que o autor americano analisa “o paternalismo não só pela ótica do senhor escravista, mas também como o escravo interpretava essa relação mantida com seu proprietário”¹⁰⁶.

Sobre a aceitação da teoria de Genovese no Brasil, Libby afirma que “[...] nos últimos trinta anos todo o revisionismo historiográfico brasileiro, de modo virtual, inspira-se, implícita ou explicitamente, no conceito de paternalismo desenvolvido por Genovese em *Roll Jordan, Roll*”¹⁰⁷. Para Libby, no âmbito que envolve o paternalismo, seja na obra de Freyre ou Genovese, as relações entre senhores e escravos se “[...] desenrolavam quase que exclusivamente no âmbito fechado do domínio senhorial. Dessa forma, tais relações envolviam, pelo menos potencialmente, todos os aspectos da vida cotidiana de ambas as partes: cativos, senhores, familiares e eventuais agregados”¹⁰⁸. É nesse contato, seja pela ótica de Freyre ou Genovese, que ocorrem as trocas culturais, as trocas de afetos e os conflitos. A partir dos dois autores, descortinar aspectos da vida dos escravos, em especial a cultura e o cotidiano, permeiam uma compreensão que envolve a não coisificação e a ausência de passividade.

Dessa forma, entre as décadas de 1950 e 1970, relativo aos estudos sobre escravidão no Brasil, houve contestações a respeito da brandura do cativo apresentada por Freyre, da relação paternalista e da doçura no tratamento dos cativos, sendo demonstrados que os escravos não eram capazes de perpetuar traços culturais próprios ou sequer formar família. Nesse período, também não são observadas outras formas de invenção da liberdade que não fossem de total ruptura com o sistema escravista como a rebelião contra os senhores, suicídio ou fuga para a formação de quilombos. Portanto, no período de auge do pensamento da Escola Paulista de Sociologia, de Gorender, Moura e Freitas, o escravo foi reduzidamente pensado como coisa ou como rebelde.

A partir de meados da década de 1980, em decorrência de diversos acontecimentos históricos no Brasil, vinculados à valorização da cultura negra – que envolvia, dentre outros assuntos, um estudo aprofundado do período da escravidão e do pós-abolição, com novas fontes, novos objetos e novos olhares – e, ainda, à aproximação das comemorações do Centenário da Abolição, houve uma mudança na historiografia da escravidão e uma utilização crítica dos pressupostos freyrianos. As contribuições de Freyre no âmbito da valorização do negro como formador da nação brasileira e da constatação da não

¹⁰⁶ SILVA, op. cit., p.36.

¹⁰⁷ LIBBY, op. cit., p.29.

¹⁰⁸ Ibid., p.32.

passividade somada à astúcia em saber conviver com uma realidade que não poderia modificar de uma hora para outra, trazem o autor como um dos principais teóricos revisitados em uma historiografia que revela o protagonismo negro e invenções de liberdade. Nesse período estão os escravos vistos como sujeitos das mudanças históricas que só se posiciona contra o senhor quando se esgotava a margem de negociação, não sendo passivo a respeito da condição de cativo nem quanto as suas práticas culturais cotidianas. Sobre a volta de Gilberto Freyre à academia por meio da nova corrente historiográfica, Gorender denominou de “neopatriarcalismo”¹⁰⁹. Inclusive ataca veementemente os primeiros trabalhos que voltam a utilizar Freyre como teórico, em especial, Silvia Lara¹¹⁰.

Sobre as mudanças no estudo da escravidão no Brasil, ocorrida na década de 1980, no qual o homem e a mulher escravizados ficaram em evidência, Solange Rocha aponta como pioneiro o estudo de John Hope Franklin, em 1947, com edição brasileira, publicada em 1989, atualizada em parceria com Moss Jr Alfred. A pesquisa publicada realiza “uma extensa história sobre os ‘negros norte-americanos’, na qual o indivíduo negro surge como agente e sujeito histórico”, ocorrendo no Brasil décadas depois¹¹¹. Em terras brasileiras, são exemplos de pesquisadores que rompem com o modelo anterior de pensar o cativo e o observaram como sujeito histórico: Sidney Chalhoub, Silvia Lara, Robert Slenes, Maria Helena Machado, Suely Queiróz, João José Reis, Flávio Gomes, entre outros. Nesses estudos, os cativos percebiam as questões políticas e sociais a sua volta e sabiam usufruir deste conhecimento, como por exemplo, com relação às alforrias e à Lei do Ventre Livre.

Nesse período, a historiografia da escravidão passa a relatar trajetórias individuais¹¹² para além da resistência escrava, ou seja, de Zumbi. Os autores também observam sociabilidades e permanências culturais no cativo, evidenciando ainda a existência e a capacidade de os cativos possuírem família mesmo enfrentando diversas

¹⁰⁹ GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990, p.16.

¹¹⁰ Silvia Hunold Lara foi umas das primeiras autoras da virada historiográfica, junto com Hebe Mattos e Sidney Chalhoub. A obra criticada de Lara foi **Campos da violência** – escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Sobre o assunto, ler GORENDER, op.cit., p.22; SILVA, op.cit., p.39-40.

¹¹¹ ROCHA, op. cit., p.23.

¹¹² São alguns exemplos de pesquisas voltadas para o protagonismo negro: BARROS, Orlando de. **Corações de Chocolate**: a história da Companhia Negra de Revistas (1926-27). Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2005, pp. 25-115. FARIAS, Juliana Barreto. “Assumano Mina do Brasil: personagens e Áfricas ocultas, 1892-1927”. In: FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio e SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **No labirinto das nações**: africanos e identidades no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. SILVA, Ermínia. **Circo-teatro**: Benjamim de Oliveira e a teatralidade circense no Brasil. São Paulo: Altama, 2007, pp. 183-281. SILVA, Maria Helena Nunes da. **O príncipe Custódio e a religião afro-gaúcha**. Recife, Dissertação de Mestrado em Antropologia, UFPE, 1999.

dificuldades na reunião dos membros em um mesmo espaço. Na introdução de *História de Quilombolas*, Flávio Gomes, além de discutir as mudanças a respeito da abordagem sobre comunidades de escravos fugidos, proporciona ao leitor uma retrospectiva sobre a historiografia da escravidão no Brasil.

Foi ampliado o universo de reflexão, buscando perceber a organização do trabalho, laços de parentesco, práticas religiosas e diversas formas de sociabilidade com o objetivo de reconstituir parte das comunidades escravas em manifestações multivariadas. Recuperavam-se os escravos enquanto agentes transformadores da escravidão, percebendo nas suas expectativas – entre outras coisas – uma busca por autonomia e a constituição de comunidades com culturas e lógicas próprias. Ao se forjarem como comunidades, os cativos recriaram variadas estratégias de sobrevivência e de enfrentamento à política de dominação senhorial. Não só reagiram às lógicas senhoriais, como produziram e redefiniram políticas nos seus próprios termos¹¹³.

Sobre as características da nova história da escravidão, é necessário deixar em evidência as mudanças das ideias de resistência escrava, que, para Flávio Gomes, não é nem extremamente passivo e nem extremamente rebelde¹¹⁴. Os cativos possuíam certa autonomia nas ações do cotidiano, que, no caso sergipano, ainda carecem de estudo. Os cativos possuíam laços familiares e de compadrio¹¹⁵, conseguindo, muitas vezes, enfraquecer o sistema através dessas relações. O escravo não se humanizava apenas quando se revoltava e fugia para formar quilombos, caindo por terra, dessa maneira, a teoria do escravo coisificado. Vale ressaltar, que os movimentos sociais que buscavam e ainda buscam reparações ao povo negro por conta da escravidão não vê na escrita da história da Escola Paulista de Sociologia a representação fidedigna da escravidão e das pessoas escravizadas no Brasil.

Algumas temáticas iniciadas por Freyre ganharam espaço ou foram desenvolvidas a partir dos anos 1980, relativo às mulheres, infância dos escravos, cotidiano, alimentação, vestuário, dentre outras temáticas – o que Freyre trouxe em alguns momentos de forma introdutória e generalizada, estudos recentes trataram de especificar, esmiuçando características locais.

¹¹³ GOMES, Flávio dos Santos. **História de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 20.

¹¹⁴ GOMES, Flávio dos Santos. **Experiências Atlânticas**. Ensaio e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil. Passo Fundo: Ed. UPF, 2003.

¹¹⁵ FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Editora Unicamp, 2006.

Entretanto, a Nova Historiografia da Escravidão não ganhou nova roupagem de maneira sutil – ocorreram, entre as décadas de 1980 e princípio da década de 1990, embates historiográficos significativos a respeito das características do sistema escravista brasileiro. Nesse período marcante de transição da historiografia brasileira, as rusgas foram constantes. Diversos artigos que buscavam legitimar o novo modelo historiográfico que nascia foram publicados. O embate mais famoso é entre Gorender, Chalhoub e Lara, no período de comemorações no Centenário da Abolição, ocorrido principalmente em seminários, no jornal *Folha de São Paulo* e em livros¹¹⁶, a exemplo da obra *Visões de liberdade*, na qual Chalhoub saiu em defesa de Freyre e contra a teoria de Cardoso e Gorender relativo à condição do negro escravizado:

A violência da escravidão não transformava os negros em seres “incapazes de ação autonômica”, nem em passivos receptores de valores senhoriais, e nem tampouco em rebeldes valorosos e indomáveis. Acreditar nisso pode ser apenas uma opção mais cômoda: simplesmente desancar a barbárie social de um outro tempo traz implícita a sugestão de que somos menos bárbaros hoje em dia, de que fizemos realmente algum “progresso” dos tempos da escravidão até hoje. A idéia de que ela supõe ingenuidade e cegueira diante de tanta injustiça social, e parte também da estranha crença de que sofrimentos humanos intensos podem ser de alguma forma pesados ou medidos¹¹⁷.

Dentro da Nova Historiografia sobre a escravidão, apoiada no pensamento de Gilberto Freyre, a noção de paternalismo apontada por Chalhoub demonstra um misto de vertentes:

[...] o paternalismo trata-se de uma política de domínio na qual a vontade senhorial é inviolável, e na qual os trabalhadores e os subordinados em geral só podem se posicionar como dependentes em relação a essa vontade soberana. Além disso, e permanecendo na ótica senhorial, essa é uma sociedade sem antagonismos sociais significativos, já que os dependentes avaliam sua condição apenas na verticalidade, isto é, somente a partir dos valores ou significados sociais gerais impostos pelos senhores, sendo assim inviável o surgimento das solidariedades horizontais características de uma sociedade de classes. [...] Todavia, já há cerca de três décadas de produção acadêmica na área de história social para demonstrar que, se entendido unicamente no sentido mencionado, o paternalismo é apenas uma autodescrição da ideologia senhorial [...]. Em textos famosos, escritos

¹¹⁶ Ver análise da questão em QUADROS, Carlos Fernando de. **A polêmica historiográfica como um espaço de embate teórico e político**: o caso de Jacob Gorender, Sidney Chalhoub e Silvia Lara. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

¹¹⁷ CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.42.

desde o início da década de 1970, Thompson e Genovese este abordando um contexto em que também havia escravidão, e depois muitos outros historiadores, mostraram que a vigência de uma ideologia paternalista não significa a inexistência de solidariedades horizontais e, por conseguinte, de antagonismos sociais¹¹⁸.

Em outro texto, Chalhoub também demonstra as diferenciações a respeito da historiografia da escravidão realizada nas décadas anteriores e a realizada no final da década de 1980, denominando as mudanças como paradigma da ausência e da agência, respectivamente. A respeito do paradigma da ausência, para o autor, é negada a capacidade de os cativos serem agentes históricos – apontando como praticantes dessa maneira de escrever sobre a escravidão desde autores do século XIX até a Escola Paulista de Sociologia. Sobre o paradigma da agência, seguido por pesquisadores a partir da década de 1980, o autor discorre que é facultado aos cativos à capacidade de agentes históricos, não sendo apresentados como impotentes ao drama do cativo, construindo redes de solidariedade e realizando diversas ações em prol da liberdade¹¹⁹.

Sobre a historiografia da escravidão nos últimos trinta anos vale ressaltar que ela não é homogênea. A heterogeneidade se deve principalmente a respeito da macro e da microhistória, em que para Laura de Melo e Souza não se deve recusar a ideia de estrutura, mas realizar uma reflexão sobre a mesma. A autora, da USP, não descarta nem a microanálise nem a macro, mas observa que devem estar relacionados¹²⁰. A ideia de micro para entender o global é pensada por diversos autores brasileiros. Mas João Escosteguy Filho, os pesquisadores Rafael de Bivar Marquese da USP e Ricardo Salles da UERJ, por exemplo, são seguidores da ideia de exame mais dilatado da escravidão “procurando analisar a escravidão em suas relações estruturais mais amplas e contextos históricos mais largos, sem deixar de cuidar da documentação empírica e da reprodução da vida escravista em nível local”. O autor ainda afirma que para os autores citados “as relações entre macro e micro se entrelaçam, ressuscitando ligações que, por algum tempo, foram deixadas em

¹¹⁸ CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis**: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 46-7.

¹¹⁹ CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira da. **Sujeitos no imaginário acadêmico**: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 80. Cad. AEL, v.14, n.26, 2009.

¹²⁰ SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e a Sombra**: política e administração na América Portuguesa do século XVIII. São Paulo: Cia das Letras, 2006, p. 457-462.

segundo plano ou mesmo abandonadas: escravidão e formação do Estado Nacional, escravidão e capitalismo, escravidão e modernidade etc”¹²¹.

No Brasil, para além dos estudos referentes à escravidão, diversos autores trabalham na contemporaneidade a questão do paternalismo sob diferentes ópticas, semelhantes, ou não, a Gilberto Freyre. Antonio Luigi Negro relaciona paternalismo com populismo. Sobre o paternalismo senhorial, Negro afirma que “no campo ou na cidade, no privado ou na esfera pública, na casa-grande ou na lavoura, no sobrado ou nas ruas podia ser negociado ou carcomido”. O escravo encontrava uma forma de minar o sistema através da negociação e posterior enfraquecimento do poder senhorial. Em sua inquietação, entretanto, Negro busca compreender, para a realidade do século XX, o porquê de os escravos e os trabalhadores não conseguirem diminuir a força dos líderes populistas¹²². Os estudos de Freyre, dessa maneira, extrapolam a temática da escravidão.

Após a exposição de alguns teóricos que refletiram sobre a escravidão no Brasil, é imprescindível observar o destaque e as contribuições de Freyre nessas pesquisas. Como alguns chegaram a acreditar o sociólogo pernambucano nunca deixou de ser considerado referência na academia, seja no campo da antropologia, sociologia ou história. Inclusive, vêm acontecendo diversas releituras de suas obras, estimuladas pelo alargamento do campo historiográfico da escravidão e pelas comemorações das publicações de *Casa-Grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambos*. Deve-se olhar *Casa-Grande e Senzala* como uma obra inaugural, que procura trazer à tona um fragmento da história brasileira e não sua totalidade, pois, apesar de ser classificada como uma obra geral é evidente que a questão das relações sociais no Brasil escravocrata não iria se esgotar em um único livro. Rebater todas as críticas ao pensamento freyriano não é a finalidade deste trabalho, mas, com relação à passividade do escravo, Geraldo Soares esclarece que Freyre, em momento algum, diz não haver conflito e sofrimento:

Muitas das críticas endereçadas a Gilberto Freyre se prendem à ideia de que a sociedade colonial caracterizada por ele seria uma espécie de paraíso tropical, onde as relações entre senhores e escravos seriam muito mais de aproximação que de antagonismo, ou ainda, mais de confraternização que de confronto. Não se trata de negar que esta aproximação fosse uma de

¹²¹ ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. **Reflexões sobre agência e estrutura na historiografia da escravidão**. Disponível em: <http://www.revistatessituras.com.br/arquivo/Artigo%20Tessituras.pdf>. Acesso: 10 de mar. 2016.

¹²² NEGRO, Antonio Luigi. **Paternalismo, populismo e história social**. Disponível em: <http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/1/1>. Acesso: 2 abr. 2015.

suas ideias centrais. A miscigenação racial e principalmente cultural, tão importantes em sua análise, a pressupõe. Muito menos se trata de afirmar que Freyre ignorasse, ou desconsiderasse a violência da escravidão. O que para ele não era suficiente era se limitar à afirmação da violência da escravidão, o que seria aliás, afirmar o óbvio [...]”¹²³.

As análises desenvolvidas nos últimos trinta anos no âmbito da historiografia da escravidão proporcionaram a veiculação de diferentes aspectos sobre o cativo e a busca pela liberdade, com revisitações de temáticas e desenvolvimento de novas perspectivas. O escravismo no Brasil, na atualidade, é observado pelo viés econômico, político, social, cultural, demográfico, em uma perspectiva de macro ou microestruturas e com pequenos ou amplos marcos temporais. Sobre a importância de Freyre como teórico para estudos sobre cotidiano escravo, Paiva informa que “[...] Freyre foi um dos primeiros estudiosos brasileiros a desconsiderar a ideia de escravos absolutamente passivos, tomando-os, em suas obras, como agentes transformadores da história e reconhecendo as inúmeras formas de atuação cotidiana empregada por esses homens e mulheres”¹²⁴.

1.3. Referências sobre Sergipe na obra de Gilberto Freyre

Os primeiros indícios foram observados na leitura de *Casa-Grande e Senzala*. São pistas gerais sobre Sergipe no período colonial, não se referindo diretamente ao cotidiano escravo, mas que ajudam na pesquisa da temática. O primeiro indício sobre Sergipe em *Casa Grande e Senzala* é uma nota sobre a capela do Engenho Caieiras, na introdução da obra:

Nada mais interessante que certas igrejas no interior do Brasil com alpendre na frente ou dos lados como qualquer casa de residência. Conheço várias – em Pernambuco, na Paraíba, em São Paulo. Bem característica é a de São Roque do Serinhaém. Ainda mais: a capela do engenho Caieiras, em Sergipe, cuja fisionomia é inteiramente doméstica”¹²⁵.

¹²³ SOARES, Geraldo Antônio. **Gilberto Freyre, historiador da cultura**. Afro-Ásia, 27 (2002), 223-248, p. 234. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/27_6_gilberto.pdf. Acesso: 26 abr. 2015.

¹²⁴ PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia**: Minas Gerais, 1716-1789. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 87.

¹²⁵ FREYRE, 2003, op. cit., p. 37-38.

O segundo vestígio encontrado em *Casa-grande e Senzala* relaciona-se à importância dos rios menores para o desenvolvimento da cana-de-açúcar, em que Freyre explana sobre a importância dos rios menores para a plantação dos canaviais, transporte menos oneroso do açúcar e criação de gado. Entre os rios que ajudaram a economia agrária do Brasil, o autor cita o rio Contiguiba, com a terminologia Contidiba, demonstrando a importância do rio para o desenvolvimento da produção de açúcar em Sergipe:

Muito deve o Brasil agrário aos rios menores porém mais regulares: onde eles docemente se prestaram a moer as canas, a alagar as várzeas, a enverdecer os canaviais, a transportar o açúcar, a madeira e mais tarde o café, a servir aos interesses e às necessidades das populações fixas, humanas e animais, instaladas às suas margens; aí a grande lavoura floresceu, a agricultura latifundiária prosperou, a pecuária alastrou-se. Rios do tipo do Mamanguape, do Una, do Pitanga, do Paranamirim, do Serinhaém, do Iguaçu, do Cotindiba, do Pirapama, do Ipojuca, do Mundaú, da Paraíba, foram colaboradores valiosos, regulares, sem as intermitências nem os transbordamentos dos grandes na organização da nossa economia agrária e da sociedade escravocrata que à sua sombra se desenvolveu¹²⁶.

O terceiro indício em *Casa-Grande e Senzala* sobre Sergipe é sobre a falta de alimentos que assolou vários centros produtores de açúcar em diferente intensidade. A explicação estaria na monocultura, pois era privilegiado o plantio da cana-de-açúcar em detrimento do cultivo de gêneros alimentícios de primeira necessidade. A citação de Freyre, incluindo Sergipe, aponta que, até em regiões onde os engenhos tinham proporções menores, o problema de abastecimento ocorreu prejudicando todos os segmentos populacionais. O indício do autor diz que

[...] não só na Bahia, em Pernambuco e no Maranhão como em Sergipe-del-Rei e no Rio de Janeiro verificou-se com maior ou menor intensidade, através do período colonial, o fenômeno tão perturbador da eugenia brasileira, da escassez de víveres frescos, quer animais quer vegetais”. Mas talvez em nenhum ponto tão agudamente como Pernambuco¹²⁷.

No quarto indício, Freyre, citando Gabriel Soares de Sousa, indica a miscigenação dos gentios com franceses em território sergipano no século XVI, – causa de muitos louros, alvos e sardos entre o povo sergipano do período:

¹²⁶ Ibid., p. 87-88.

¹²⁷ Ibid., p.103.

[...] se amancebaram na terra, onde morreram, sem se quererem tornar para França, e viveram como gentios como muitas mulheres, dos quaes, e dos que vinham todos os anos à Bahia e ao rio de Segerípe em náos da França, se inçou a terra de mamelucos, que nasceram, viveram, e morreram como gentios; dos quais há hoje muitos dos seus descendentes, que são louros, alvos e sardos, e havidos por índios Tupinambás, e são mais bárbaros que elles¹²⁸.

O quinto vestígio em *Casa-Grande e Senzala*, referente a Sergipe, vincula-se à infância de Silvio Romero em Lagarto e da escrava que cuidou do mesmo, uma fervorosa católica, que o ensinou a rezar:

Devo isso [a religião] à mucama de estimação a que foram, em casa de meus avós, encarregados os desvelos de minha meninice. Ainda hoje existe, nonagenária, no Lagarto, ao lado de minha mãe, essa adorada Antônia, a quem me acostumei a chamar também de mãe...Nunca vi criatura tão meiga, e nunca vi rezar tanto. Dormia comigo no mesmo quarto e, quando, por alta noite, eu acordava, lá estava ela de joelhos...rezando...Bem cedo aprendi as orações e habituei-me tão intensamente a considerar a religião como coisa séria, que ainda agora a tenho na conta de uma criação fundamental e indestrutível da humanidade. Desgraçadamente, aí de mim! não rezo mais, mas sinto que a religiosidade jaz dentro do meu sentir inteiraça e irredutível¹²⁹.

Os vestígios sobre o cotidiano escravo em Sergipe elencados por Freyre, relacionados a Silvio Romero, evidenciam alguns aspectos da relação entre menino de engenho e sua mucama em que a afetividade é muito forte. É perceptível o catolicismo fervoroso da mucama, o aprendizado e vivência do menino de engenho na religião católica, cuja interlocutora era a mucama e a permanência da antiga escrava, já bastante idosa, protegida no seio da família senhorial.

O sexto e último vestígio remete à sifilização que contaminou todas as camadas sociais, cujos bordéis de Itabaiana são assinalados como locais de grande contágio de nordestinos:

A sífilis vai se alastrando entre os sertanejos. Aos bordéis de Itabaiana e às célebres seiscentas meretrizes de Campina Grande – ‘dois centros de contato de sertanejos com adventícios do Recife e da Paraíba’ – atribui José Américo de Almeida a rápida sifilização, nos últimos anos, dos sertanejos paraibanos¹³⁰.

¹²⁸ Ibid., p.162.

¹²⁹ Ibid., p. 437.

¹³⁰ Ibid., p. 460.

Em *Sobrados e Mucambos* não foram encontrados vestígios sobre Sergipe, exceto sobre um casarão mal-assombrado, não identificado, na cidade de São Cristóvão, em que Freyre diz que o “sobrado grande raramente envelhecia sem criar fama de mal-assombrado. O Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, o Recife, Ouro Preto, Sabará, Olinda, São Cristóvão, São Luís, Penedo – tôdas essas cidades mais velhas têm ainda hoje seus sobrados mal-assombrados”¹³¹.

Em *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX* não foram encontradas referências a Sergipe d’El Rey, pois o autor analisa, sobretudo, jornais de Pernambuco e Rio de Janeiro, e em menor escala, Bahia e Rio Grande do Sul.

1.4. Gilberto Freyre e a historiografia sergipana

Na historiografia sergipana que aborda aspectos da escravidão, é necessário observar a influência ou a ausência dos pressupostos de Gilberto Freyre, para perceber as características da escrita da história local sobre a temática da escravidão e do negro. Consequentemente, foi necessária a realização de um comparativo entre as obras da historiografia sergipana que dialogaram, ou não com Freyre. Não cabe no corpo deste trabalho, porém, desqualificar as obras que não utilizaram Freyre como interlocutor, mas demonstrar como aspectos culturais, em especial, o cotidiano escravo, ficam mais em evidência quando o autor é um referencial. Outra questão observada é a de a História representar o tempo em que foi escrita, ou seja, as ideias em voga. Portanto, os historiadores sergipanos, sem sombra de dúvida, seguiram as correntes históricas em destaque.

Neste subcapítulo, será analisada a presença dos pressupostos de Gilberto Freyre em vinte e cinco obras, nas quais, no segundo capítulo deste trabalho, serão buscados indícios de cotidiano escravo. As obras abordam diferentes temáticas relacionadas aos séculos XVIII e XIX, como política, economia, demografia, rebelião escrava, dentre outros, em que o negro aparece tanto como elemento principal quanto de maneira discreta. Outra questão que deve ser tratada de imediato foi a exclusão de análise da obra de Felisbello Freire, *História de Sergipe*, publicada em 1891, pois, no período da confecção da obra, o Freyre pernambucano sequer tinha nascido.

¹³¹ FREYRE, 1961, p. 229.

Em *O negro e a violência do branco*, publicado em 1977, de Ariosvaldo Figueiredo, são utilizados, para apresentar a escravidão em Sergipe, os pressupostos da Escola Paulista de Sociologia, nos quais é exposta a escravidão com os negros tratados como mercadoria, extremamente castigados e sem espaço para diálogo entre senhor e escravo. No corpo do seu trabalho, é citado Florestan Fernandes, Décio Freitas e Clovis Moura, os dois últimos acentuadamente relacionados à questão da violência escrava. Os interlocutores do autor estão em completa consonância com o seu tempo num momento em que as hipóteses de Freyre foram colocadas em xeque. Uma possível influência de Freyre, mas atribuída a José Honório Rodrigues, seria sobre a particularidade de a língua portuguesa no Brasil ter “amolecido” com a influência negra, utilizando algumas palavras, conjugações verbais e colocação de pronomes para exemplificação. Sobre a questão da língua, o autor diz que “o negro, dando maior sonoridade à língua, nunca colocou certo o pronome; com ele o português do Brasil se adoçou. [...]. Ele não diz ‘dá-me’ e sim ‘me dá’, ‘deixa-me’ e sim ‘me deixa’”¹³², questão igualmente tratada por Freyre.

No livro *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros no século XIX*, Gilberto Freyre faz uma referência direta ao livro de Figueiredo, realizando uma crítica na maneira de observar os aspectos da escravidão do Brasil. O autor chama de generalizações marxistas as ações de brasilianistas que omitem pontos positivos do escravismo brasileiro em detrimento dos pontos negativos. Freyre aponta Figueiredo como um dos brasileiros que tiveram influência de Marvin Harris, classificando, pejorativamente, de sub-harrismo a sua ligação com os americanos e enfatizando a incoerência do autor ao citar o jornal *A Voz do Povo*, de Aracaju, de 24 de janeiro de 1885, onde registrou: “O escravo em nosso país tem outras garantias que não tem a maior parte dos trabalhadores europeus”. Para finalizar, alfineta: “o honesto testemunho de jornal de província do Brasil patriarcal-escravocrático – jornal, aliás, progressista – a comprometer a futura e loquência de um retórico desvairado na sua ideologia sectária e arbitrariamente aplicada à história do seu Estado e do seu país”¹³³. A crítica realizada por Freyre em 1978, logo após o lançamento do livro de Figueiredo apimenta a discussão da benevolência, ou não, do escravismo brasileiro. Posteriormente, houve outras discussões entre os autores bastante calorosas. *O negro e a violência do branco*, de Figueiredo, é uma das obras em que se tem percebido, com maior nitidez, a menor utilização de Freyre como interlocutor e do seu estudo cultural sobre a escravidão.

¹³² FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **O negro e a violência do branco**: o negro em Sergipe. Rio de Janeiro: J. Álvaro Editor, 1977, p.101.

¹³³ FREYRE, 2010, op., cit., p. 39-40.

Contudo, apresenta duas notas peculiares sobre cultura negra em Sergipe no período, a serem esmiuçadas no segundo capítulo.

O livro *Vida Patriarcal em Sergipe*, obra memorialística de Orlando Dantas, publicado em 1980, possui total inclinação para o pressuposto de uma sociedade patriarcal no Brasil império, refletindo o antagonismo casa-grande e senzala de forma doce, sem, em momento algum, referenciar questões voltadas para a violência sofrida pelo escravo. Freyre não é apenas o interlocutor, mas possivelmente a inspiração para a escrita do livro, pois questões desenvolvidas por Freyre em *Casa-grande e Senzala* permeiam toda a obra. Dantas também apresenta informações sobre a origem étnica dos negros que vieram para Sergipe, além de abordar, como Freyre, mas de maneira bem condensada, diversos aspectos da vida de um menino de engenho, como brincadeiras de crianças e relações sexuais entre senhores e cativos. Contudo, a utilização dos estudos freyrianos reflete-se na quase compilação de informações trazidas pelo sociólogo pernambucano:

Gilberto Freyre, em ‘Casa-Grande e Senzala’, enumera palavras de origem africana que se incorporaram ao português brasileiro, dentre elas: dengo, cafuné, molambo, caçula, quitute, mandinga, moleque, camondongo, moganga, quengo, batuque, [...]. São formas ternas e deliciosas de expressar sentimentos cultivados nos contatos mais íntimos das casas-grandes dos engenhos, onde a mucama e ama-de-leite se desdobram em afagos e carinhos¹³⁴.

Sobre a questão da miscigenação em Sergipe, Dantas expõe informações sutis em conformidade aos escritos de Freyre em *Casa-grande e Senzala* sobre o assunto:

Dos encontros amorosos nos canaviais, nas senzalas, nas fontes e nas cozinhas apareceram as mulatas dengosas, cor de jambo e feiticeiras, que iam dominando o meio ambiente com a sua branquidade, formando novos lares de mestiços, reduzindo os louros a menor escala, bem assim o império das aristocráticas sinhazinhas, nem sempre bonitas e simpáticas¹³⁵.

Outra questão que podemos evidenciar na interlocução com Freyre e também relacionada ao teor memorialístico da obra de Dantas são as temáticas relacionadas a brincadeiras e festejos. Além da descrição de brincadeiras, o autor evidencia a proximidade

¹³⁴ DANTAS, Orlando V. **A vida patriarcal de Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 20-1.

¹³⁵ Ibid., p.25.

com os moleques e o distanciamento das realidades sociais, pois os meninos cativos tinham que trabalhar:

O carro de carneiros é uma miniatura dos carros de bois, construído para satisfazer a vontade dos meninos de engenho, de brincar e adquirir experiência no trato com os animais pequenos. Afinal, no futuro, iriam participar dos transportes de cana, de lenha e de olho de cana para a alimentação dos animais. Essa era a maior distração, depois dos banhos no tanque, dos brinquedos de cavalo de pau e dois bois de papucos de milho [...] saíamos o autor, o moleque Chico e a negrinha Joana, para vaguear pelos pastos do engenho [...] Terminadas as férias, voltava o autor para a escola primária de capela, enquanto os moleques seus companheiros de mil renações e brincadeiras, continuavam a carregar água, em latas, para a casa dos pais”¹³⁶.

A influência de outra obra de Freyre, *Sobrados e Mucambos*, também é percebida no texto de Dantas¹³⁷, quando são descritas as casas-grandes e senzalas de três engenhos da família: o Engenho Vassouras, o Engenho Recurso e o Porto dos Barcos. Quanto à casa-grande do Engenho Vassouras, o autor diz:

[...] a distribuição da casa proporcionava uma vivência agradável e confortável, pelo número de salas e quartos espaçosos. Ao lado da varanda da frente ficam o gabinete de trabalho e a capelinha para as rezas e missas, novenas e atos religiosos. [...] O quintal era grande e abrigava muitas fruteiras. [...] Ao lado dos fundos da casa-grande ficava a estrebaria para os animais de sela, com depósito e casa de arreios. [...]”¹³⁸.

Sobre as características das senzalas do Engenho Vassouras, apontadas por Dantas, é possível perceber – e o autor no corpo do livro apresenta fotografias – um local de boa construção:

Desciam as casas de tipo comum, com porta de entrada e sem saída, sala, camarinha e cozinha a frente com varanda. Adiante ficavam a estrebaria com muares, a casa dos carpinteiros para a confecção de carros de bois,

¹³⁶ Ibid., p.85.

¹³⁷ Em outro livro de Orlando Dantas, *O problema açucareiro em Sergipe*, é perceptível a relação com *Sobrados e Mucambos* de Gilberto Freyre, pois o autor trata do momento de transição do trabalho escravo para o livre, dos engenhos que começaram a se modernizar, dos filhos dos senhores de engenho que se tornaram bacharéis, a perda do poder do senhor de engenho para o Estado, entre outras questões. Diferentemente de *A vida patriarcal em Sergipe*, o livro publicado anteriormente não possui um aguçado viés memorialístico. Para saber mais, ver: DANTAS, Orlando Vieira. **O problema açucareiro em Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina, 1944.

¹³⁸ Ibid., p.25-6.

cancelas e cangas e, ao lado, a casa do ferreiro para ferrar as rodas dos carros de bois, as cangas de coice a guarda dos arreios.

O feitor morava ao lado das senzalas, em casa de melhor aparência, com porta e janela e mais porta de fundos. As casas eram de taipa e telha de barro, com cama de varas, servindo o cepo como cadeiras e a trempe de pedras para sustentar a panela de barro com feijão e carne¹³⁹.

Ao contrário de Freyre, Dantas não realiza uma comparação com outra realidade do mundo escravo moderno nem faz um apurado trabalho de pesquisa teórica. Na verdade, não se deve realizar uma comparação com Freyre apenas pelo título do livro e temática principal, pois Dantas não aponta um aparato de fontes pesquisadas para a confecção do trabalho nem se preocupa em mostrar a importância da miscigenação para formação do povo sergipano. A discussão do texto busca, em alguns pontos, enaltecer a vida no engenho, em especial, descrever os engenhos e a vida da família Vieira Dantas. Portanto, apesar de o livro demonstrar a influência irrefutável da utilização de *Casa-Grande e Senzala* na interlocução – em algumas passagens parecem resumos da obra de Freyre –, a utilização do sociólogo pernambucano muito pouco auxilia o autor a tratar de questões do cotidiano escravo em Sergipe ou da contribuição do africano para a formação do povo sergipano.

Maria da Glória de Almeida, em *Sergipe: fundamento de uma economia dependente* não cita, diretamente, como interlocutor, nem Gilberto Freyre nem os autores da Escola Paulista de Sociologia. A obra não possui um viés culturalista, mas econômico. Também não apresenta autores referentes aos estudos mais recentes sobre a escravidão, visto que o livro é uma publicação de 1984. Entretanto, em alguns trechos da obra, é possível perceber a influência do sociólogo pernambucano. Uma das questões apontadas pela autora foram os percalços financeiros que, eventualmente, os senhores de engenho passavam e que ocorriam nas diversas regiões produtoras de açúcar, como demonstra Freyre em *Casa-grande e Senzala*. No trecho citado por Almeida, é enfatizado os problemas enfrentados pela província de Sergipe d'El Rey na primeira metade do século XIX:

Consolida-se o regime escravocrata como força de trabalho nos engenhos. O poder aquisitivo da população, mesmo dos senhores de engenho, ainda era muito limitado. Pelo menos, se consumia menos do que no período seguinte. Assim sendo, as possibilidades de modificações internas tornaram-se muito difíceis: a rotina tecnológica era decorrente da

¹³⁹ Ibid., p.37.

abundância de terras e escravos, por mais baratos uns e outros. A sucessão de crises epidêmicas e secas retraía o homem para os limites da sua ambiência, o que estimulava a formação dos poderes locais¹⁴⁰.

Sobre a constituição dos quadros humanos, a análise de Almeida assemelha-se ao diagnóstico realizado por Freyre em *Casa-grande e Senzala* sobre as particularidades da colonização portuguesa no Brasil caracterizada pela falta de contingente branco para povoar e cultivar as terras, falta de adaptabilidade do indígena ao cultivo da cana-de-açúcar e a necessidade da busca de mão-de-obra na África para ser escravizada nos canaviais:

Considerando-se em relação ao conjunto brasileiro, Sergipe se incorpora às condições de povoamento comuns ao Nordeste: ao contingente indígena conquistado, marginalizado e pressionado pelo modelo de colonização europeia, por isso em crescente processo de desaparecimento, sobrepôs-se a dominação de uma elite branca, detentora dos instrumentos de poder, avara por explorar bens e gente, no afã de acumular riquezas. Carente de quem fosse capaz de prestar serviços pesados, e sentido a incapacidade do indígena fixar-se no trabalho rotineiro e pesado da cultura canavieira, o colonizador buscou o negro forte, cuja condição de escravizado o mantém inferior embora apto a satisfazer as necessidades exigidas¹⁴¹.

Na obra de Almeida, é possível também perceber a relação com outra obra de Freyre, *Sobrados e Mucambos*, em que o autor trata, entre outras questões, da transição do trabalho escravo para o trabalho livre e a atração exercida pela cidade que, no caso sergipano é tardia em comparação a Salvador e Recife. Almeida afirma que houve “deslocamentos de grupos humanos dos campos para a cidade, notadamente para Aracaju”¹⁴², como ocorreu em outras regiões canavieiras para as capitais das províncias.

Ao lado da escravatura esboça-se já o trabalho livre. Ao mesmo tempo que se persegue a acumulação do capital, solicita-se o intervencionismo do Estado. Enquanto a vida social se ruraliza, os ricos vivendo em suas ‘casas grandes’, as cidades começam a atrair o homem do campo ou o marginalizado, com esperança de novas oportunidades econômicas e sociais¹⁴³.

¹⁴⁰ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Sergipe**: fundamentos de uma economia dependente. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 193.

¹⁴¹ Ibid., p. 204.

¹⁴² Ibid., p.214.

¹⁴³ Ibid., p. 194.

Outra semelhança de *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente* com *Sobrados e Mucambos* é a relação entre comerciantes e senhores de engenho, o gosto pelo luxo e a importância dada à educação dos filhos nos grandes centros urbanos.

Na convivência social dos diferentes grupos, os mais enriquecidos no comércio, se não ‘nobres’ pelo sangue ou pela ocupação, mas donos de uma riqueza monetária atraente, se identificaram com as famílias açucareiras pelo estilo de vida comum: a preferência por artigos finos importados, a educação mais esmerada dos filhos, o destaque das residências¹⁴⁴.

Na segunda obra analisada de autoria de Maria da Glória Santana de Almeida, *Nordeste Açucareiro: desafios num processo do vir-a-ser capitalista*, publicada em 1993, há a utilização de Freyre, mas também de Fernandes, Cardoso e Ianni, conjugados ao uso de Caio Prado júnior, Celso Furtado e Nelson Werneck Sodré, para questões de âmbito econômico¹⁴⁵. Não há um direcionamento definido da autora para uma vertente ou outra na questão das particularidades da escravidão; todavia, há vários pressupostos de Freyre. As sutis influências de *Casa Grande e Senzala* podem ser observadas quando a autora enfatiza algumas informações sobre cotidiano escravo, descrição do funcionamento de um engenho, vida social ruralizada, a utilização de objetos de luxo pelos senhores de escravos de Sergipe e consequente endividamento, e a miscigenação, afirmando, ainda, que o “índio, branco e negro fizeram o amálgama da população sergipana”¹⁴⁶. Entretanto, a autora não esmiúça as questões que envolvem aspectos sociais e culturais dos senhores de engenho e escravos em Sergipe¹⁴⁷, sendo perceptível, dessa forma, uma influência de Freyre.

Sobre o predomínio da monocultura em Sergipe no século XIX, Almeida elenca características também apontadas por Freyre referentes à predominância avassaladora do açúcar nas exportações e concentração de poder dos produtores:

¹⁴⁴ Ibid., p.223.

¹⁴⁵ Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, vinculados à Escola Paulista de Sociologia e pesquisadores das questões relacionadas à escravidão. Caio Prado Jr historiador contemporâneo à Freyre voltado principalmente para a História Econômica. Nelson Werneck Sodré Historiador brasileiro, vinculado ao ISEB, pesquisou, principalmente, sobre as classes sociais brasileiras (interlocutor também apreciado por Maria Thetis Nunes).

¹⁴⁶ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Nordeste açucareiro (1840-1875):** desafios num processo de vir-a-ser capitalista. Aracaju: UFS/SEPLAN, 1993, p. 204.

¹⁴⁷ ALMEIDA, 1993, passim. É necessário citar algumas temáticas que Freyre tratou de maneira enfática, mas que Almeida apenas cita no corpo da sua obra: o uso de joias, mas não relacionada também aos cativos; a imoralidade dos escravos, mas não relacionada a uma imposição, muitas vezes, do senhor; a falta de modernização da lavoura; entre outros aspectos.

O predomínio do açúcar imprimirá à área a marca da monocultura e dos seus já conhecidos resultados: a concentração da riqueza em mãos de quem possui terras e escravos, o empobrecimento da população livre que não tem acesso a terras propícias à cana-de-açúcar, o encarecimento dos alimentos, a dependência dos produtos de fora, etc.¹⁴⁸.

Apesar de não citar o livro *Sobrados e Mucambos* de Gilberto Freyre, é perceptível a relação com a obra quando afirma a “perda do poder dos senhores para o Estado”¹⁴⁹. Nas obras analisadas de Almeida, portanto, há uma leve presença de Gilberto Freyre como interlocutor –embora nas duas obras da autora haja poucos indícios de influência dos pressupostos freiryanos, pois não há abordagem de aspectos culturais, em seu segundo livro, foi possível verificar algumas “pinceladas” sobre a temática.

Outro autor de história econômica, em cujas obras foram observados indícios do cotidiano escravo, foi Josué dos Passos Subrinho. Essa tipologia de história ganhou força em Sergipe no final da década de 1970, com as pesquisas realizadas por Maria da Glória Santos de Almeida e seu levantamento “de vasta documentação primária”¹⁵⁰, preenchendo lacunas na pesquisa histórica sobre aspectos econômicos do estado. Quanto aos interlocutores, em seu primeiro livro *História econômica de Sergipe (1850-1930)*, publicado em 1987, Passos Subrinho apenas utilizou historiadores que tratavam da história de Sergipe, não utilizando autores de âmbito nacional. Aqui também não são evidenciadas questões culturalistas, portanto, não há interlocução com Freyre, por não ser a proposta do trabalho.

Posteriormente, Josué dos Passos Subrinho, em uma obra de maior pesquisa, *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro. Sergipe 1850-1930*, publicada em 2000, expõe uma gama significativa de pesquisadores da escravidão no Brasil. Cita Cardoso, Ianni, Gorender, Viotti da Costa, vinculados à Escola Paulista de Sociologia, mas também cita autores recentes, como Andrews¹⁵¹, Hebe Mattos¹⁵² e Sidney Chalhoub¹⁵³, vinculados aos estudos mais recentes sobre escravidão. O

¹⁴⁸ Ibid., 16.

¹⁴⁹ Ibid., p.110. Se, em *Casa Grande e Senzala*, Freyre é criticado por haver uma ausência do Estado, em *Sobrados e Mucambos*, o autor evidencia que o poder dos senhores de engenho diminuem a partir do momento em que as atribuições do Estado se organizam e se fortalecem.

¹⁵⁰ SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **Capítulos de história da historiografia sergipana**. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: IHGSE, 2013, p. 101.

¹⁵¹ ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru-SP: EDUSC, 1998.

¹⁵² CASTRO, Hebe Maria de Mattos. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

¹⁵³ CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

autor não cita Freyre como interlocutor, mas apresenta algumas informações relacionadas à cultura – a utilização de autores vinculados na nova historiografia da escravidão, em consonância com fontes primárias, apresenta leves indícios de cotidiano escravo, elencados no segundo capítulo.

Os textos de Mott são um diferencial na História de Sergipe, ao apresentar pesquisa em temas bastante diferenciados que abrangem desde o século XVI ao XIX. O livro *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*, publicado em 1986, é uma coletânea de artigos apresentados em eventos e veiculados em revistas em anos anteriores. É característico de seus textos o uso abundante de fontes primárias – ao tratar de escravos, por exemplo, foi possível visualizar algumas importantes informações sobre cotidiano e sobre documentos para a realização de pesquisas. Por se pautar justamente em rico acervo documental, Mott, como antropólogo, não utiliza um denso referencial teórico para a construção dos seus textos. As bibliografias utilizadas como referências são, de maneira geral, obras antropológicas ou historiográficas que tratam de Sergipe. Não há a presença de Freyre, Fernandes, Cardoso ou Ianni, como interlocutores, apenas Emília Viotti, mas sem inclinações para a Escola Paulista de Sociologia. Talvez, intencionalmente, o autor se preocupou não só em evidenciar a história a partir de riquíssimas fontes primárias, como também em não se posicionar a favor deste ou daquele pensamento num período de instabilidade política no país.

Quanto aos pressupostos teóricos utilizados por Mott em *Sergipe Colonial e Imperial: religião, família, escravidão e sociedade*, publicado em 2006, há a utilização, para o capítulo *A fuga dos escravos nos anúncios de Jornal de Sergipe: 1833-1864*, da obra de Gilberto Freyre – *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX* –, além de livros recentes sobre escravidão, como o de João José Reis, demonstrando adesão às mudanças na historiografia da escravidão. O trabalho de Mott em muito se assemelha ao desenvolvido por Freyre, contudo, não deixa de realizar críticas à falta de realização de um trabalho mais apurado sobre as fontes pelo sociólogo pernambucano, considerada pelo próprio Freyre como uma obra inacabada. Apesar do artigo produzido por Mott, ainda há uma carência muito grande de pesquisas desenvolvidas, envolvendo os anúncios de escravos em Sergipe.

A influência de Freyre no livro de Mott, publicado em 2006, pode aparecer em estudos diversos, como no que se refere ao enclausuramento de jovens filhas de senhores

de engenhos de Sergipe nos conventos na Bahia, em que é possível visualizar o modelo patriarcal de família apontado pelo sociólogo pernambucano em *Casa-Grande e Senzala*.

Na segunda publicação de Mott analisada, são observados os estudos culturais da colônia, envolvendo diversas temáticas, que no caso dos escravos, mesmo ao trabalhar apenas os anúncios em jornais, o autor apresenta aspectos relevantes sobre cultura e cotidiano dos cativos, como vestuário e ofícios realizados, detalhados no capítulo posterior, com uma influência dos pressupostos freyrianos. Um dos exemplos de sua clara interlocução com Freyre é a discordância sobre a estatura dos cativos sergipanos, onde afirma que sua amostra “contradiz a opinião de Gilberto Freyre quando defende terem predominado no Brasil os negros eugênicos do tipo longilíneo: em Sergipe, apenas 20% dos fujões de ambos os sexos são referidos como altos, os restantes, apontados como “baixos” ou de “estatura regular”¹⁵⁴. No artigo sobre os anúncios, assim como no desenvolvimento do livro como um todo, não há a utilização de referenciais vinculados à Escola Paulista de Sociologia.

Maria Thétis Nunes, em *Sergipe Provincial I (1820-1840)*, publicado em 2000 –, obra que não trata especificamente de escravidão em Sergipe, mas da política do século XIX –, utiliza, como interlocutores, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Emília Viotti da Costa, Octávio Ianni entre outros, mas não há interlocução com Gilberto Freyre. Ao realizar uma abordagem que pouco envolve questões culturais – com a ausência de Freyre e de outros teóricos sobre universo cultural na colônia e império, e a falta de consonância entre política e cultura –, a autora deixa uma lacuna na obra no que tange a questões do povo sergipano, visto o número de publicações no período que envolve a temática, contudo, vale ressaltar, que esta não era a proposta da autora. Em uma continuidade do livro, Nunes em *Sergipe provincial II (1840-1889)*, publicado em 2006, cita quase os mesmos autores que tiveram em alta em meados do século XX (Viotti, Prado Júnior, Clovis Moura, Florestan e Sodré), mencionando a obra de Gilberto Freyre, *Casa-Grande e Senzala* – todavia, não apresenta uma influência significativa do sociólogo pernambucano.

Dentre os trabalhos selecionados, há aqueles que tratam, especificamente, de temáticas da escravidão. Lourival Santos, em *Negros e brancos: uma pedagogia da violência (estudo sobre a resistência em Sergipe no século XIX)*, escrito em 1991, ao

¹⁵⁴ MOTT, Luiz. **Sergipe colonial e imperial: religião, família, escravidão e sociedade – 1591-1882**. – São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008, p.105.

trabalhar com violência e rebelião escrava, utiliza, como pressupostos teóricos, principalmente, Décio Freitas, Clovis Moura, Cardoso e Emilia Viotti da Costa. Seu trabalho, apesar de escrito num período de virada na historiografia, expõe os negros cativos e fujões ainda em consonância com os modelos que na época já estavam sendo criticados. Apesar de citar Freyre, Maria Helena Machado e Sidney Chalhoub, Santos expõe uma visão de coisificação do escravo, de violência permanente e, ainda, de rebeldia escrava considerada válida apenas quando fosse executada de forma intensa para romper o cativeiro. A questão cultural, que poderia ter sido mais bem trabalhada, perde espaço para um insistente alinhamento à corrente da Escola Paulista de Sociologia e da questão da violência escrava em Freitas e Moura. O cotidiano, a partir da forma como foram utilizados os pressupostos teóricos, não foi abordado.

Maria Nely Santos em *A Sociedade Libertadora “Cabana do Pai Thomaz”*, Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias, publicado em 1997, não apresenta, como interlocutores, Gilberto Freyre ou os membros da Escola Paulista de Sociologia, mas Décio Freitas e Jacob Gorender, além de Figueiredo sobre a escravidão sergipana. Apesar de não ser tão mordaz a violência escrava apresentada em seu livro, seu pensamento está vinculado aos interlocutores que utiliza, ao demonstrar a violência dos senhores e as poucas alforrias concedidas aos cativos. Apesar de ser uma obra escrita no período em que já haviam ocorrido mudanças na maneira de pensar a escravidão, ao apresentar um pouco da vida pública de Francisco José Alves e tratar do abolicionismo em Sergipe, o livro se retrai e perde-se uma oportunidade de mencionar aspectos culturais de cativos e libertos na recém-criada capital Aracaju e as ações por liberdade orquestradas pelos cativos na região de maior concentração de escravos, a açucareira Contiguiba. O único teórico da atual corrente historiográfica utilizado foi Maria Helena Machado, não utilizando pesquisas de João José Reis, por exemplo, sobre rebelião escrava. A proposta do livro – abordar as ações da Cabana do Pai Thomaz – é inovadora e preenche uma grande lacuna na historiografia sergipana. No tocante ao propósito desta dissertação, porém, não foi possível observar o cotidiano de quem almejava a liberdade.

Maria Nely Santos poderia discorrer sobre alguns aspectos culturais dos cativos, utilizando como interlocutor Freyre e a obra *Casa-grande e Senzala* quando trata dos mocambos – mas utiliza apenas a definição do dicionário Aurélio para caracterizar¹⁵⁵ as

¹⁵⁵ SANTOS, Maria Nelly. *A Sociedade Libertadora “Cabana do Pai Thomaz”*, Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias. Aracaju: J. Andrade, 1997. p. 112.

construções ou moradias – e de uma escrava portadora de sífilis¹⁵⁶, não discorrendo sobre a relação entre a enfermidade e os engenhos. Um exemplo de pequeno indício da obra de Santos em consonância com a obra de Freyre, especificamente, *Sobrados e Mucambos*, relaciona-se ao fortalecimento das cidades no Império que, no caso sergipano e de sua recente capital, ocorre tardiamente:

Sabemos que o meio rural sempre exerceu uma supremacia inconteste sobre o meio urbano. Com o advento do Império, a situação começou a se inverter, principalmente na década de 80, quando certas características do sistema capitalista se faziam presentes, dentre elas, a adoção do trabalho livre.

Os papéis foram definidos. O mundo urbano adquiriu a supremacia através das suas cidades que passaram a ser a principal atração.

Aracaju não fugiu à regra. E naturalmente, em sendo uma cidade, dela não estavam ausentes os rituais de ostentação, de status e os ares da moda¹⁵⁷.

Na dissertação de José Mário dos Santos Resende, defendida no mestrado em Geografia da UFS em 2003, intitulada *Entre campos e veredas da Cotinguiba: o espaço agrário em Laranjeiras (1850-1888)*, é possível perceber a influência de Gilberto Freyre por toda a obra. O autor, ao falar do território que possuía a maior concentração de cativos de Sergipe d'El Rey, aborda diversas fontes primárias, como textos de viajantes, vigários e autoridades policiais para revelar aspectos da vivência entre cativos e senhores de engenho. Apesar de não ser um trabalho sobre cotidiano escravo, a pesquisa é reveladora de muitas questões relativas ao território do Continguiba. Assim como Freyre, o autor não aborda apenas aspectos de menor sofrimento dos escravos no cativeiro, mas questões, como a violência das senhoras e iaiazinhas com as cativas:

[As mães] não as manda aprenderem a gomar, porque dizem que esse serviço só deve ser feito por escravas; mas ensinam com perfeição a queimarem com ferro aquela escrava que amarrotou o floco do vestido da sinhazinha, ou com tição de fogo a pobre cozinheira, que por um descuido e complicação de afazeres deixou salgar um pouquinho o mingau de ovos de outra débil Iaiazinha¹⁵⁸.

¹⁵⁶ Ibid., p.160.

¹⁵⁷ Ibid., p. 27.

¹⁵⁸ RESENDE, José Mário dos Santos. **Entre campos e veredas da Cotinguiba: o espaço agrário em Laranjeiras (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. São Cristóvão: UFS, 2003, p. 103. O autor cita parte de um texto de Francisco José Alves do Jornal **O Descrido** de 1882.

Outras mazelas abordadas por Freyre em *Casa-Grande e Senzala* e em *Os escravos nos anúncios dos jornais brasileiros do século XIX* aparecem também no texto, como as doenças dos cativos, que eram adquiridas de diversas formas desde a má alimentação a excesso de trabalho e espancamentos. Dessa forma, Resende apresenta questões agrárias da região do Contiguiba, mas não as dissociam dos seus habitantes, senhores de engenhos, escravos, libertos e livres, demonstrando como aspectos histórico-culturais repercutem no aproveitamento do solo que habitamos.

Fernando Afonso Ferreira Júnior, no trabalho denominado *Derrubando os mantos purpúreos e as negras sotainas: Sergipe Dei Rey na crise do antigo sistema colonial (1763-1823)*, de 2003, realizou uma explanação teórica a respeito do declínio do sistema colonial, observando a dificuldade dos senhores em controlar seus cativos por causa da propagação das ideias do haitianismo na colônia portuguesa nas Américas. A utilização dos pressupostos de Freyre para falar do declínio do sistema escravista faz com que a pesquisa enfatize também questões culturais, e não somente econômicas, para o declínio do poderio dos senhores. São obras utilizadas de Gilberto Freyre utilizadas pelo autor: *Casa-grande e Senzala*, *Sobrados e Mucambos* e *Nordeste*¹⁵⁹, para tratar, por exemplo, da relação de subordinação de escravos, livres, mulheres, padres ao senhor de engenho¹⁶⁰, escassez de alimentos, apadrinhamento, profissões dos escravos de ganho nas cidades, entre outras questões. Apesar da pouca utilização de fontes primárias, apenas os escritos do

¹⁵⁹ Esta obra de Gilberto Freyre, por ser apenas citada por um autor dentre os selecionados da historiografia sergipana, não foi selecionada para a realização de análise. Sobre as características da obra Regina Duarte aponta que Freyre foi guiado “[...] pela necessidade do diálogo do autor com seus contemporâneos em torno de questões polêmicas, numa orientação pública de seu pensamento, [...] desejoso de afastar-se de uma história “necrófila”, voltada para o estudo do passado como um fim em si mesmo. Seguindo esta lógica, Freyre parte do seu presente, afirmando-se impulsionado pelo desejo de sensibilizar os brasileiros para a degradação do conjunto regional do nordeste, lugar então identificado com a seca e com a imagem de uma população raquítica, acompanhada de bois e cavalos angulosos. Freyre destaca um outro Nordeste, de terra gorda, umidade e sombras profundas. Entre um passado de possibilidades e um presente sem lirismo, a cana-de-açúcar aparece como o fio condutor no desenrolar do drama da monocultura. É ela o elemento que surge a dinamizar uma civilização especial, rica, cosmopolita, pródiga e criadora de valores políticos, estéticos e intelectuais, como nenhuma outra em todo o Brasil. Simultaneamente, a cana parece ganhar independência, escravizando esta mesma sociedade, engolindo vorazmente suas matas, suas águas e seus homens, homogeneizando a paisagem em sucessão de canaviais, intermediados apenas por cidades cinzentas e uniformizadas em padrões europeus, destruindo as potencialidades historicamente vislumbradas. Através desta planta, a análise se delinea, considerando as relações entre a ação humana e a natureza. Mas ganham igual destaque as relações construídas entre os homens, ao forjarem a cana em elemento colonizador das extensões territoriais nordestinas, em sequências que investigam a cana e a terra, a cana e a água, a cana e os animais, a cana e as plantas, a cana e o homem. In: DUARTE, Regina Horta. **“Com açúcar, com afeto”**: impressões do Brasil em Nordeste de Gilberto Freyre. Tempo, Rio de Janeiro, nº 19, 2004, p. 127-128. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v10n19/v10n19a09.pdf>. Acesso: 12 mar. 2016.

¹⁶⁰ FERREIRA JÚNIOR, Fernando Afonso. *Derrubando os mantos purpúreos e as negras sotainas: Sergipe Del Rey na crise do antigo sistema colonial (1763-1823)*. Dissertação (mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003, p.10.

Padre Marco Antonio de Souza, o autor procura comparar as questões relativas à Sergipe ao que Freyre estudou sobre o Nordeste açucareiro.

A dissertação de mestrado de Joceneide Cunha dos Santos *Entre farinhadas, procissões e família: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*, defendida em 2004, é um trabalho que representa bem os estudos a respeito da escravidão, nos últimos anos, além de ser um exemplo de como os referenciais teóricos podem auxiliar na construção de novas abordagens. Um dos temas abordados pela autora é a família escrava, vista de maneiras diversas ao longo dos anos na historiografia brasileira: primeiro esteve inserida na família do senhor; segundo foi considerada inexistente nas senzalas; hoje, considerada existente de diferentes formas no Brasil escravocrata.

Nos textos atuais, das diferentes correntes historiográficas, na maioria dos casos, os autores utilizam filtros nas informações ou realizam críticas a pensamentos que são questionados a partir de novas fontes. A nova historiografia da escravidão, a partir de um novo olhar sobre as fontes, modificou a maneira de observar os aspectos que envolvem a existência, ou não de família construída pelos cativos e a profundidade dos laços familiares, demonstrando que, para haver uma família de cativos, os cônjuges não precisavam habitar a mesma residência – a formação de família escrava era um auxiliar no enfraquecimento do escravismo.

A autora utiliza pensadores sobre a escravidão das diferentes correntes – Freyre, Fernandes, Cardoso, Inanni, Viotti, Moura, Chalhoub, Gomes, Reis, Machado, Lara, Slenes, dentre outros. Particularmente a respeito de Freyre, a autora dá ênfase às questões culturais dos cativos e à relação afetiva entre cativos e seus senhores, como o relacionamento da família de Sílvia Romero com seus escravos. No caso da Escola Paulista de Sociologia, a autora não utiliza seus pressupostos, mas realiza um comparativo com o pensamento atual. A utilização dos autores atuais evidencia a agência negra, as invenções da liberdade, o protagonismo negro e seu esplendor cultural que nem mesmo o cativo conseguiu apagar.

O texto produzido por Meirevandra Soares Figuerôa, no mestrado em Educação, intitulado, *“Matéria livre...espírito livre para pensar”: um estudo das práticas abolicionistas em prol da instrução e educação de ingênuos na capital da província sergipana (1881-1884)*, sinaliza como Freyre pode ser interlocutor para diferentes áreas de pesquisa: História, Sociologia, Economia, Geografia, Educação, para citar apenas as

dissertações analisadas neste trabalho. A autora evidencia importantes questões analisadas por Freyre a respeito do Brasil imperial, como a subordinação entre os indivíduos, o cotidiano nos engenhos e nas cidades e o bacharel na vida dos brasileiros, por exemplo. Figuerôa ainda enfatiza a complexidade das fontes utilizadas por Freyre para conseguir uma visão ampla do cotidiano colonial: “escritos de viajantes, manuscritos de arquivos de famílias e de igrejas, cartas jesuítas, testamentos, sesmarias, diários, livros estrangeiros, provisões régias, correspondências dos governadores coloniais com a corte, relatórios médicos, atas das câmaras”¹⁶¹, entre outros documentos. Dessa maneira, a autora além de utilizar Freyre como interlocutor, procura evidenciar a importância da riqueza dessa pesquisa para o período do Brasil imperial.

A dissertação de Vanessa Oliveira, intitulada *A Irmandade dos homens pretos do Rosário: etnicidade, devoção e caridade em São Cristóvão-SE (século XIX)*, defendida em 2008, demonstra uma influência forte de Gilberto Freyre ao tratar, de modo especial, das sociabilidades dos cativos em torno da organização de uma festa cuja devoção é de influência portuguesa. A autora, por exemplo, para comprovar o pensamento freyriano em seus estudos, afirma que, no Brasil colonial, “existiam relações quase de família entre os santos e os homens, tornando-se aqueles até mesmo padrinhos e madrinhas das crianças levadas ao batismo”¹⁶², praticadas não apenas por portugueses mas também pelas pessoas de cor. A autora, ao realizar um estudo do compromisso da irmandade e dos escritos do *Anuario Christovense*, realiza uma pesquisa de investigação cultural de indivíduos cativos e livres em torno da organização de uma festa católica com elementos da cultura africana, utilizando *Casa-grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambos*, a partir do protagonismo dos cativos.

Na obra de Ibarê Dantas, a biografia Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, publicada em 2009, até mesmo pela proposta do livro, não são utilizados, como interlocutores, Fernandes, Cardoso, Ianni, ou ainda, Moura ou Freitas. Relacionado à utilização de Gilberto Freyre como interlocutor, apesar de não ocorrer de forma direta, é possível encontrar indícios da influência de *Casa-grande e Senzala* e de *Sobrados e Mucambos* na

¹⁶¹ FIGUERÔA, Meirevandira Soares. “**Matéria livre...espírito livre para pensar**”: um estudo das práticas abolicionistas em prol da instrução e educação de ingênuos na capital da província sergipana (1881-1884). Dissertação (mestrado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007, p.31-32.

¹⁶² OLIVEIRA, Vanessa Santos. **A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário: etnicidade, devoção e caridade em São Cristóvão-SE (século XIX)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008, p.21.

escrita do historiador sergipano. Há a utilização de alguns pesquisadores atuais que discorrem sobre a escravidão, entretanto, não há uma importância significativa, ou de primeira ordem na obra, visto que a proposta não é escrever sobre escravidão, mas um personagem da elite sergipana e sua vida política.

Os indícios que apontam uma relação entre o pensamento de Gilberto Freyre e Ibarê Dantas estão relacionados à vida de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel quando era apenas menino de engenho, a proximidade entre a casa-grande do engenho Serra Negra e a senzala e características da construção do Engenho Taperoá, vinculado à família de Leandro Maciel. Ao iniciar o capítulo *A Formação (infância e mocidade)*, Dantas proporciona ao leitor uma narrativa que supre a ausência de variadas fontes sobre os primeiros anos do biografado. De acordo com o autor, “os primeiros contatos de Leandro Maciel com a realidade foram se processando naturalmente com os que viviam mais próximos: a mãe, o pai, o irmão João Gonçalves e os subalternos que lhe dispensavam os primeiros cuidados”¹⁶³.

O trecho citado e nos seguintes sobre a infância demonstra o contato desde cedo do menino de engenho com os cativos, a natureza e o cotidiano do fabrico do açúcar. Dantas aproxima o menino do engenho dos cativos, quando afirma que a criança começava a se “adaptar ao ambiente”, pois, “do lado de fora, o cotidiano era comum dos engenhos nos tempos de moagem, sobretudo quando a casa-grande era tão próxima do engenho como ocorria no Serra Negra”¹⁶⁴. Ao mesmo tempo, em outra passagem, referente ao Engenho Serra Negra e sua ordenação espacial, o autor diz que “a pequena distância que separava a residência do engenho das senzalas revelava as limitações do projeto e do empreendimento, numa época de austeridade e de poucas exigências”¹⁶⁵, com a proximidade da casa-grande com as senzalas, relacionada a poucos recursos e, que como já observamos, era uma realidade dos senhores de engenho. Ainda sob influência de Casa-grande e Senzala, o autor descreve o amanhecer no engenho Serra Negra:

Quando o dia raiava e os passarinhos começavam a chilar, os carros de bois vinham se anunciando com seus cantos dolentes, trazendo as primeiras carradas de cana para abastecer as moendas. Pouco depois, alguns moleques mais crescidos começavam ruidosamente a pegar os animais para levar para as almanjarras. Enquanto isso, os mestres do engenho

¹⁶³ DANTAS, Ibarê. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909)**. O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009, p. 57.

¹⁶⁴ Ibid., p.58.

¹⁶⁵ Ibid., p.20.

começavam a labuta, cada qual com sua atividade específica. Um escravo acendia o fogo da fornalha, outro leva o açúcar para purgar nas barricas e assim as atividades do Serra Negra iam sendo tomadas. Nas proximidades da residência, a casa de farinha, a carpintaria e a tenda do ferreiro começavam o labor proporcionando autonomia interna à comunidade¹⁶⁶.

Na sequência, Dantas, ao apresentar o comportamento do menino de engenho Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, torna-se nítida a influência da obra de Freyre Casa-grande e Senzala, pois evidencia a relação do menino de engenho e dos moleques onde, ao mesmo tempo, em que imperavam as brincadeiras, como caçar passarinho e tomar banho de rio, eram realizadas também maldades, pois, mesmo nas crianças, falava mais alto o status de superioridade de filho de senhor de engenho.

Ao tempo em que ia descobrindo a natureza – a lagoa serena, profunda e proibitiva, estendida até o pé da serra, o Riachão, os canaviais, as capineiras, – as brincadeiras iam se concretizando: caçar passarinho, tomar banho no grande riacho que corria no pasto da porta, andar a cavalo, ajudar a prender as vacas, tanger as bestas nas almanjarras. Acompanhado dos irmãos ou dos negrinhos solícitos, a cada dia o ambiente se oferecia cheio de novidades, de entretenimentos. Mas nem tudo era diversão. Permeando as relações dessa comunidade escravocrata estava o poderio do senhor e dos pequenos senhores e sua capacidade de gritar, impor, coagir, castigar, submeter a constrangimento, por vezes até crueldades, sem prestar contas a qualquer autoridade pública. Isso não significava que não se desenvolvessem também laços de recolhimento, solidariedade, afeições e amizades até quando é possível dentro dos relacionamentos entre os desiguais¹⁶⁷.

Na obra de Dantas, foi possível perceber também, de maneira indireta, a interlocução com Sobrados e Mucambos de Freyre, quando descreve a casa-grande de alguns engenhos. No trecho a seguir, Dantas apresenta uma descrição da casa-grande do engenho Taperoá, pertencentes aos antepassados de Leandro Maciel, demonstrando, dessa maneira, a importância da família na região:

Era térrea e envolvida por uma generosa varanda, de pé direito muito alto, quase 06 metros, que lhe emprestava muito frescor e certa monumentalidade, guarnecida por parapeito de madeira e ferro. O estilo arquitetônico possuía referências ‘bungalows’ anglo-indianos que influenciaram a arquitetura de vários engenhos no país (e de diversas vivendas litorâneas de veraneio em Sergipe). Colunas delgadas de sustentação dos beirais de telhado eram também em madeira, Vãos de portas e janelas davam para a varanda, todos com vergareta. O telhado, em

¹⁶⁶ Ibid., p.58.

¹⁶⁷ Idem.

quatro águas, recobria provável planta arquitetônica regular. Defronte à casa, havia um grande jardim de canteiros com roseiras, de partido geométrico e referências francesas, entremeado de caminhos em seixo rolado”¹⁶⁸.

Na dissertação de Igor Fonseca de Oliveira, denominada “*Os negros dos matos*”: *trajetórias quilombolas em Sergipe Del Rey (1871-1888)*, de 2010, Gilberto Freyre não é seu interlocutor, aparecendo apenas em uma nota de rodapé para tratar da visão de escravidão branda no Brasil em comparação ao regime escravista norte-americano, atribuída ao sociólogo pernambucano. São interlocutores de Oliveira autores que pesquisaram resistência escrava e movimento quilombola, tanto da geração de 1970 quanto de autores atuais, como Ariosvaldo Figueiredo, Clovis Moura, Maria Helena Machado, João José Reis, Silvia Lara, Carlos Eugênio Líbano Soares, Flávio Gomes, entre outros.

Apesar de serem escritas no mesmo período das dissertações analisadas anteriormente e de tratarem de aspectos culturais, Joanelice Santana, com a pesquisa intitulada *Introdução ao estudo da escravidão em Estância, comarca da Província de Sergipe Del Rey (1850-1888)*, de 2003, e Sheila Farias Silva, com a pesquisa *Nas teias da fortuna: homens de negócio na Estância oitocentista (1820-1888)*, de 2005, não utilizaram Gilberto Freyre como interlocutor. Para a pesquisa de Santana que trata de escravidão, a ausência de Freyre como interlocutor aparece na lacuna da abordagem de aspectos culturais de influência dos cativos. Na investigação de Farias, a ausência de uma relação com *Casa-Grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambos* apresenta-se de forma significativa, quando a autora não explora a ascensão de diversos profissionais portugueses, como os caixeiros-viajantes, a partir de um viés cultural, em que as abordagens de Freyre permitem a observação de diversos aspectos da vida dos portugueses que buscavam enriquecer através do comércio no Brasil.

Comparativamente a dissertações mencionadas anteriormente, Sharise Piroupo do Amaral com *Um pé calçado, o outro no chão* encontra-se em consonância com o pensamento de seu tempo. A autora demonstra como interlocutores diversos podem contribuir se posicionando de maneira crítica, observando as contribuições de diversos pesquisadores, mas sem deixar de observar algumas questões controversas nesses trabalhos. A autora demonstra que, para trabalhar resistência e autonomia, não é necessário olhar a questão escrava apenas por um determinado viés, mas entender e interpretar os

¹⁶⁸ LOUREIRO, s/d, apud DANTAS, 2009, op., cit., p. 32.

sentidos políticos, além de apresentar, a partir de diversas fontes, aspectos culturais dos cativos. Por toda a obra, é possível encontrar referências sobre aspectos da vida dos cativos sergipanos, como o hábito de “tomar padrinho” para proteção do escravo fugido que quis regressar ao cativeiro¹⁶⁹, rede de sociabilidades, uso de adornos, devoção religiosa, batuques e sambas, curandeirismo, entre outros aspectos em que é possível visualizar a importância em retratar hábitos dos escravos – como no pioneiro trabalho de Freyre, *Casa-grande e Senzala*.

Um exemplo bastante claro da interlocução que Amaral realiza em *Um pé calçado, o outro no chão* com a obra de Freyre *Casa-grande e Senzala*, está no comparativo entre o escravismo na Américas espanhola e portuguesa e a norte-americana. Na sequência, a autora, sobre a benevolência ou não dos senhores de engenho, utiliza como interlocutores Gilberto Freyre, a Escola Paulista de Sociologia e a Nova Historiografia da Escravidão, representada por Slenes:

Há um consenso na historiografia da escravidão quanto à alforria ter sido uma prática comum no escravismo das Américas espanhola e portuguesa, diferentemente da sociedade escravista da América do Norte, onde o acesso do escravo à liberdade era mais difícil.

A historiografia, entretanto, se dividiu quanto à interpretação dessa prática, enquanto, para uns, a grande incidência das alforrias seria um indício da maior benevolência ou do paternalismo dos senhores de escravos brasileiros em comparação com seus congêneres norte-americanos; outros, utilizando como fonte os relatos de viajantes, argumentaram que os senhores brasileiros, longe de serem benevolentes, concediam a alforria por um imperativo econômico [...]. Mais recentemente, Robert Slenes defendeu, [...], que as ações dos senhores brasileiros mesclavam paternalismo e senso econômico, ao objetivar o controle social e a formação de dependentes¹⁷⁰.

Na sequência, Amaral utiliza ainda os argumentos de outro historiador recente, Stuart Schwartz, sobre a possibilidade de que, no Brasil, os “imperativos econômicos da escravidão sempre operavam num contexto cultural”, mostrando que é interessante relacionar as questões culturais aos interesses econômicos dos senhores. A autora, sobre essa questão, ainda colocando em nota de rodapé, demonstra a influência de Freyre nos

¹⁶⁹ Sobre o hábito de tomar padrinho, era comum os cativos procurarem outros senhores para intercederem junto ao seu senhor para que não fossem aplicados castigos físicos. Contudo, nos últimos anos da escravidão no Brasil, o hábito de tomar padrinho não estava surtindo mais efeito, demonstrando o definhamento do paternalismo. Ver: AMARAL, Sharise. **Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe** (Contiguiba, 1860-1900). Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012, p.121.

¹⁷⁰ Ibid., p.203.

trabalhos de Frank Tannenbaum e Stanley Elkins, com a tese da “brandura do escravismo brasileiro em contraste com a violência do sistema norte-americano”¹⁷¹. Portanto, Amaral, utiliza Freyre como interlocutor sobre diversos aspectos da escravidão no corpo da sua obra.

No livro *A Diáspora negra em questão: identidades e diversidades étnico-raciais*¹⁷², nenhum dos artigos relacionados à escravidão e aos embates pela liberdade mencionam Freyre. Nesse livro, organizado por pesquisadores da escravidão negra em Sergipe da atualidade, fazendo-se a leitura atenta de alguns artigos, é possível perceber a influência dos pressupostos freyrianos, ao se evidenciar aspectos culturais do negro, em Joceneide Cunha, que enfatiza aspectos do lazer dos cativos; Frank Marcon, que expõe os discursos e práticas de identidade dos africanos; Lourival Santos, com o movimento quilombola e a criminalidade escrava; por último, Sharise Amaral com quilombos e revoltas e seus sentidos e significados no enfraquecimento do sistema escravista.

No caso de Cunha, Marcon e Amaral, nas temáticas e formas de pesquisa sobre a escravidão ficam claramente evidenciadas o realce do protagonismo negro. A questão do protagonismo negro, que ocorre a partir dos anos 1980, recebe a influência pioneira de Freyre, cujas obras, publicadas nos anos 1930, valorizam o negro não apenas pela sua força física para o trabalho, mas pelas suas características culturais. No caso de Santos, há uma influência evidente de Décio Freitas e Clóvis Moura, mas aliada a pesquisadores do período de transição para a nova historiografia. A maior influência de Freyre permite o vislumbre, de maneira mais clara, de aspectos culturais, e por consequência, do cotidiano escravo em Sergipe, como ilustra Marcon, ao abordar a vida de africanos libertos.

A tese de Claudefranklin Monteiro Santos, defendida em 2013 e denominada *A festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928): limites e contradições da romanização*, apesar de tratar da festa de uma irmandade religiosa com grande participação de livres, libertos e escravos e consequentemente suas sociabilidades não utiliza Gilberto Freyre como interlocutor. Freyre é citado apenas quando o autor utiliza um artigo do sociólogo pernambucano a respeito da importância intelectual de Silvio Romero intitulado *O Gigante Silvio Romero*, publicado no Correio Popular, em Campinas, em 1951. É perceptível, em diversos aspectos, principalmente sobre a vida na Vila de Lagarto, o quanto Gilberto

¹⁷¹ Ibid., p. 204.

¹⁷² NEVES, Paulo S.C., DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). **A diáspora negra em questão: identidades e diversidades étnico-raciais**. – São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

Freyre como interlocutor poderia contribuir para uma análise mais apurada do cotidiano as pessoas de posse, da população pobre e dos escravos que conviviam em Lagarto oitocentista. Da mesma maneira, a dissertação de Flávio Nascimento intitulada *Andando com fé: os atores e os atos das irmandades do Rosário da vila sergipana do Lagarto em perspectivas (1850-1888)*, defendida em 2014, é possível perceber a ausência de Gilberto Freyre como interlocutor. Apesar, de o autor tratar de aspectos culturais de Irmandade do Rosário de Lagarto oitocentista não houve uma preocupação em dialogar com Freyre, contudo, o autor dialoga com autores sergipanos e de outras regiões do Brasil que conversam com Freyre e que tem no autor um importante interlocutor do escravismo como também realizou para Lagarto no século XIX Joceneide Cunha Santos.

Neste capítulo, buscou-se evidenciar a importância dos pressupostos de Gilberto Freyre para um estudo sobre o cotidiano escravo em Sergipe. As suas obras *Casa-grande e Senzala*, *Sobrados e Mucambos* e *Os escravos nos anúncios dos jornais brasileiros do século XIX* têm muito a contribuir em pesquisas que visam, entre outros aspectos, valorizar a contribuição dos escravos para a formação do povo sergipano, bem como evidenciar características do cotidiano escravista e do pós-abolição, quer dos descendentes dos antigos senhores de engenho ou dos cativos. Apesar de Freyre não apresentar, em suas obras, grandes indícios vinculados a Sergipe d'El Rey, é necessário perceber que o autor insere Sergipe no paternalismo senhorial e no antagonismo senhor e escravo, ocasionando, inclusive, alguns vestígios desse período sobre esse assunto.

Quanto aos textos da historiografia analisados neste capítulo, sob a luz de Gilberto Freyre, foi revelado o quanto de informações sobre cotidiano escravo precisam ainda serem buscadas nas fontes primárias para vir a público nas pesquisas acadêmicas. Nitidamente, ou de maneira tímida, muitos autores sergipanos utilizaram como interlocutor o sociólogo pernambucano, imprimindo em suas obras, quer de História Política, Econômica, Demografia, dentre outras, algum vestígio de História Cultural. Será necessário ter um olhar apurado, olhar para o que já foi produzido, quando se pretende mergulhar em uma temática. O revisionismo é algo essencial à História. Sobre a questão, para Fernando Novais, “o estudo de história da historiografia, isto é, a análise do discurso historiográfico na coordenada do tempo, não visa a esses textos em si mesmos, mas a própria história através deles”¹⁷³. Algumas obras analisadas neste capítulo e nos posteriores, como os textos de Maria Nely Santos, Joceneide Cunha Santos e Sharise

¹⁷³ NOVAIS, 1986 apud SÁ, op. cit., 2013, p.13.

Amaral são trabalhos de indispensável leitura quando se pretende pesquisar sobre qualquer aspecto da escravidão em Sergipe no século XIX. As demais obras analisadas também servem como interlocutores, na medida em que é necessário apresentar diversos aspectos, indissociavelmente relacionados ao cultural, para se realizar uma pesquisa apurada sobre o cotidiano dos escravos em engenhos de açúcar em Sergipe.

Capítulo 2

O cotidiano escravo na historiografia sergipana

Há obras que nos mostram a sala de visitas da História, com os retratos emoldurados na parede, os móveis de estilo e um belo arranjo para ser visto. Mas há pesquisas que vão aos fundos da casa, às cozinhas e oficinas, que esgaravam os terrenos baldios onde se lançam detritos, àqueles lugares onde se movem as figuras menores e furtivas¹⁷⁴.

A colonização do Brasil foi lenta e repleta de obstáculos. Posterior às capitanias da Bahia e Pernambuco, as terras de Sergipe d'El Rey foram fruto da expansão da criação de gado da família D'Ávila, do norte da Bahia. No local, ainda não havia sido edificado uma vila por conta das dificuldades encontradas na dominação dos indígenas.

A partir de uma determinação real e com recursos financeiros de Garcia D'Ávila, o território foi conquistado das mãos dos gentios por Cristóvão de Barros¹⁷⁵. Como recompensa da vitória, as terras foram divididas em sesmarias e, depois, houve a edificação das vilas, introdução de clérigos, expansão da pecuária e atividades agrícolas. Com fortes brigas políticas e percalços para desenvolver a economia, a presença de cativos negros em terras de Sergipe d'El Rey consta desde 1591¹⁷⁶.

Este capítulo tem por objetivo buscar informações a respeito do cotidiano escravo nos engenhos de açúcar em Sergipe no século XIX, por meio da análise de obras publicadas da historiografia sergipana, dissertações e teses, relacionando-as com obras da historiografia da escravidão referentes a outras regiões do país.

Sergipe d'El Rey foi uma capitania e, posteriormente, província, nitidamente agrária. Diferentemente de Salvador, Olinda e Recife, sua capital São Cristóvão não tinha

¹⁷⁴ BOSI, Ecléa. As outras testemunhas. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2.ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

¹⁷⁵ Português que fundou a cidade de São Cristóvão e, seguindo instruções do reino, criou a capitania de Sergipe d'El Rey com a missão de dizimar os índios. Contudo não atuou apenas em Sergipe, mas na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Em Sergipe, com a ajuda do senhor da Casa da Torre, dizimou parte da população indígena que causava dificuldades ao avanço da colonização. Sobre o assunto ver: ANTONIO, Edna Maria Matos. **A qualidade da terra e dos homens: colonização e posse de terras na América Portuguesa (Sergipe – século XVI-XVII)**. SÆCULUM - REVISTA DE HISTÓRIA [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012, p.51-52. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/15032/8539>. Acesso: 25 mai. 2015.

¹⁷⁶ MOTT, Luiz R. B. **Sergipe Colonial e Imperial: religião, família, escravidão e sociedade – 1591-1882**. – São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008, p.153.

uma efervescência de pessoas a circular nas ruas e a oferecer serviços. Seus portos não tinham autonomia para o escoamento da produção – que era realizado nos portos da Bahia – e não ofereciam segurança na atracação das embarcações. No final do século XVIII, tardiamente, portanto, passou a produzir açúcar em grande quantidade, necessitando, por isso, de maior contingente de mão-de-obra escrava. Por não dispor de autonomia para a importação de mão-de-obra diretamente da África, os escravos chegaram, sobretudo, de Salvador, com uma menor quantidade de nativos africanos, ocorrendo a preponderância de crioulos e mestiços¹⁷⁷ – isso explica o fato de alguns aspectos culturais dos escravos sergipanos se assemelharem aos cativos da Bahia.

Para entender as relações sociais dos escravos de Sergipe, é preciso compreender as demandas políticas e econômicas da região. A vida dos cativos estava envolvida em tais oscilações. Deve-se pensar que as questões que envolvem o cotidiano escravo são múltiplas e diferentes nas regiões açucareiras do Nordeste do Brasil. Particularidades, como etnias africanas que foram escravizadas na região, a origem dos senhores, a extensão das propriedades agrícolas e situação geográfica, dentre outras, reforçam a ideia de cotidiano escravo díspare de uma região para outra. Se for pensado o cotidiano escravo apenas no século XIX, por exemplo, na Bahia, havia muito mais oportunidade de o negro realizar atividades urbanas e adquirir produtos da sua terra natal que na província de Sergipe d'El Rey. A busca por evidenciar o cotidiano escravo em Sergipe desnuda as diferenças na realização das práticas sociais dos escravos.

Em regiões da província de Sergipe d'El Rey, dedicadas anteriormente à criação de gado e lavoura de subsistência, como Boquim e Lagarto, também ocorreu o avanço da economia canavieira, com a produção de gêneros agrícolas, empurrados para regiões ainda mais distantes do litoral, como para a Vila de Simão Dias. Entretanto, apesar de numerosos, chegou, em 1862, a 830¹⁷⁸ o número de engenhos sergipanos, que eram de pequeno porte, empregando um número reduzido de escravos. A produção açucareira atingiu o auge entre 1840 e 1850. A interrupção do tráfico negreiro, porém, diminuiu o quantitativo de escravos, em torno de 25,4% da população em 1851 para 17,9% da população em 1869, afetando diretamente a lavoura canavieira, em consonância com a crise do açúcar¹⁷⁹.

¹⁷⁷ Ibid., p.98.

¹⁷⁸ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Sergipe: fundamentos de uma economia dependente**. Petrópolis, Vozes, 1984, p.109.

¹⁷⁹ MOTT, Luiz R. B. **Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade**. Sergipe: Fundesc, 1986.

A partir da análise de obras da historiografia sergipana, voltadas para o período escravista, sobre economia, política ou demografia, foi realizada uma busca por indícios do cotidiano escravo. Longe das generalizações, é preciso compreender as facetas da escravidão em Sergipe no que tange às práticas individuais e coletivas dos cativos. Existe uma lacuna na historiografia sergipana sobre o cotidiano escravo, e as primeiras evidências são procuradas na análise das obras que seguem no corpo do texto.

A análise da historiografia sergipana na busca de indícios do cotidiano escravo em Sergipe pautou-se, inicialmente, no livro de Sharise Piroupo do Amaral, que, na introdução, inventaria as principais obras da historiografia sergipana sobre a escravidão. Ainda foram utilizados alguns clássicos da historiografia sergipana, escritos por Felisbello Freire, Maria Thetis Nunes e Ibarê Dantas e dissertações ainda não publicadas. Dentro da análise de obras em busca do cotidiano escravo na historiografia sergipana, não poderia faltar a seleção de algumas obras consideradas clássicas sobre o período estudado. Nessa seleção, figuram principalmente textos voltados para questões políticas de Sergipe, que tratam de marcos temporais variados, indo do século XVI ao XX. Tal triagem baseia-se na ideia de que obras que tratam dos acontecimentos políticos da província de Sergipe d'El Rey podem fornecer pistas para pesquisas sobre cotidiano escravo. A publicação mais antiga data de 1891, escrita por Felisbello Freire. Ao todo, portanto, são analisados vinte e sete textos.

A escolha da obra *Historia de Sergipe* de Felisbello Freire não é sem motivo. Sendo um homem culto, que ocupou cargos públicos importantes e conviveu com grandes senhores de engenho de Sergipe do período, temos um texto de quem vivenciou as questões abordadas nesta dissertação. Contudo, a obra ressalta um intelectual que vivencia as características doutrinárias de seu tempo, não fugindo de ideias científicas imperantes, em especial, o evolucionismo, que o autor apontou como “melhor teoria histórica”¹⁸⁰. Desse modo, infelizmente, as questões relacionadas aos negros eram assinaladas de maneira superficial, contaminadas com as paixões políticas ou pautados nas teorias evolucionistas. Seu texto, na verdade, é uma pesquisa de longa duração da história política de Sergipe. Freire apresenta a questão das três raças, europeu, indígena e negro, todavia não no viés culturalista, que é posterior ao seu trabalho, isto é, dos anos trinta do século

¹⁸⁰ Sobre conceitos de Felisbello Freire, ver: ALVES, Francisco José. **A rede dos conceitos**. São Cristóvão: Editora UFS/ Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

XX. De maneira excessiva, o autor enaltece o elemento português na formação do povo brasileiro, quase num gesto de agradecimento pelos portugueses nos conectar a Europa:

O typo physico que resiste ao cruzamento, com mais ou menos pureza, é então o daquela raça que predomina numericamente.

O mestiço no Brazil, tendeu a assimilar o typo physico do portuguez, que não foi por este lado sómente que venceu na concurrencia os outros elementos.

Não só pelos caracteres physicos, como pelos caracteres physiologicos, a victoria collocou-se ao lado do elemento que representava a raça branca. Mais adiantada sob todos os pontos de vista, em um ponto de integração superior ao que as outras duas raças tinham alcançado, a raça branca no Brazil, ainda que não possa representar como muitos querem, a única força ethnica, é, porém, a principal.

O portuguez foi, pois, o mais poderoso e principal fator da civilização brasileira. Elle nos prende ao grupo das civilizações occidentaes¹⁸¹.

A respeito da escravidão e do elemento negro, Freire apresenta um pensamento um pouco dúbio, pois acredita na inferioridade dos negros e nos horrores da escravidão – embora enalteça o mulato. Sobre a escravidão de cativos africanos, por exemplo, o autor parece indicar serem esses povos os responsáveis por uma possível falta de conduta moral e pobreza:

[...] a escravidão negra, que tem sido a clava de Hercules do nosso pauperismo, de nosso caráter; que tem dificultado a organização de uma moralidade, pelo concubinato no lar doméstico, pela proliferação dos filhos naturaes, dificultando os progressos da população, a equitativa distribuição da riqueza pública.

[...] a escravidão negra era a matéria prima do trabalho, era o elemento mais poderoso do movimento econômico da colônia [...] ¹⁸².

Se, nas palavras de Freire, não há um consenso a respeito dos negros que “não deixava colaborar na civilização colonial, ainda que em plano muito inferior”¹⁸³, relacionados aos mulatos, categoria que se enquadrava o próprio autor, são tecidos diversos elogios, ressaltando a capacidade deste em gerir o país. Para o autor “o papel da raça mestiçada no Brazil” reside em ser um “verdadeiro agente transformador e cujo o trabalho de regeneração se faz sentir no momento actual, do meado deste século em diante, que

¹⁸¹ FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe** (1575-1855). 3. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013, p.43.

¹⁸² Ibid., p. 46.

¹⁸³ Ibid., p.236.

constitue um verdadeiro periodo histórico de transformação”¹⁸⁴. Depois de mais de quarenta anos, e de maneira menos apaixonada, Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos*, irá abordar a ascensão no mulato na segunda metade do século XIX. Para Felisbello Freire, que vivenciava a ascensão dos mestiços no início da República, “o mulato foi o mestiço de maior representação, de maior força transformadora, aquelle que procurou mais assimilar os caracteres da raça branca”¹⁸⁵.

No que diz respeito à realidade sergipana e, para pensarmos os relacionamentos interétnicos, para Freire, em Sergipe, “o mulato abunda mais que o cabra, donde podemos concluir que o índio entre nós pouco colaborou”¹⁸⁶. O autor posiciona-se, inclusive, contra a imigração de estrangeiros para o sul do país visto que irá destruir a “unidade ethnica da pátria brasileira”¹⁸⁷, a partir do contato de uma população “mais evoluída” que a outra. A respeito da questão o autor diz que:

[...] Pela intervenção de uma política mesquinha e anti-patriótica, porque o elemento ethnico, construindo em grande parte por uma população mestiçada, que não percorreu o cyclo completo de uma evolução anthropologica, que ainda não constituiu-se um povo autônomo e completo, que ainda não integrou-se no processo de seleção, não poderá resistir a elementos estranhos tão fortes, tão aglomerados e avantajados na lucta, pelos poderosos meios da cultura de que dispõe, e que uma seculae evolução histórica põe ao seu lado¹⁸⁸.

Quando Felisbello Freyre fala no corpo do livro de cultura popular, infelizmente é voltada para questões de instrução, especificamente escolar¹⁸⁹, diferentemente, das pesquisas da atualidade. Ao tratar da passagem de Antônio Rebouças¹⁹⁰ por Sergipe, no conturbado governo que era secretário e as teorias de igualdade que movimentaram a província sergipana¹⁹¹, o autor não revela a verdade dos fatos, enaltecendo a figura do

¹⁸⁴ Ibid., p.47.

¹⁸⁵ Ibid., p.52.

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ Ibid., p.55.

¹⁸⁸ Idem.

¹⁸⁹ Ibid., p.265.

¹⁹⁰ Antônio Pereira Rebouças (1798-1880) foi um político baiano de prestígio, filho de uma escrava alforriada e de um alfaiate português, que desempenhou diferentes papéis na política no século XIX. Entre os anos de 1824 e 1825, foi Secretário do Governo Provincial de Sergipe, quando foi exonerado por se envolver em manifestações escravas contra os brancos, revelando ideias antilusitanas e abolicionistas. Foi acusado de pertencer a Gregoriana “suposta sociedade secreta revolucionária existente na época, na Bahia, que tinha por finalidade eliminar os brancos e instituir uma república dos pretos e mestiços”, pensamento com forte influência da Revolta de São Domingos. Sobre o período e os acontecimentos que envolveram Rebouças ver: NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe a partir de 1820**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978, p. 87.

¹⁹¹ Freire, op. cit., p. 326.

mulato Antônio Rebouças, como realiza com outras personalidades sergipanas. O autor ainda menciona o tráfico ilegal de escravos e organização de quilombos, mas, na prática, apenas cita tais questões. A obra se caracteriza por trabalhar os grandes feitos e os grandes homens e, apesar de realizar um capítulo sobre os elementos étnicos, não contribui para um estudo aprofundado do cotidiano escravo, pois o historiador reflete o pensamento de sua época.

O livro analisado de Felisbello Freire – considerado obra inaugural da historiografia sergipana –, apesar de publicado no final do século XIX, com características teóricas e linguagem própria de seu tempo, utiliza diversos documentos inéditos e anexa as cartas de sesmarias, constituindo, assim, uma primeira tentativa de interpretação científica da história do estado.

Pensar em *História de Sergipe* de Felisbello Freire é refletir o período em que foi escrito a obra percebendo a historiografia, questões políticas, sociais e culturais de seu tempo. Vivíamos os primeiros anos da República, em que monarquistas e republicanos se massacravam por conta de suas divergências políticas. Era um período de organização. Para Margarida Neves o Brasil buscava imitar a Europa nos “modos de viver, valores, as instituições, os códigos e as modas daquelas que então eram vistas como as nações progressistas e civilizadas”¹⁹². O Brasil buscava seguir os ideais modernos de progresso e civilização que se refletia nas pesquisas de diversos estudiosos brasileiros. A historiografia brasileira do final do século XIX não era voltada para questões que envolviam aspectos culturais, sobretudo das classes menos favorecidas, mas em escrever uma história geral do Brasil, como fez Varnhagen ou Afonso de Taunay com *A história Geral das Bandeiras*. A obra de Felisbello Freire engloba-se nesta concepção de história geral, no caso especial de Sergipe, caracterizada principalmente pela história política e pela busca documental, que marca a historiografia do final do XIX sob a influência do positivismo.

Entre o final do século XIX e início do século XX não existe uma historiografia da escravidão. Não havia espaço pra estudo da escravidão, pois, este iria à contramão da demonstração de civilidade pretendida pelo Brasil. A maioria dos teóricos brasileiros, em menor ou maior intensidade, estavam submersos no evolucionismo social de Spencer, que tinha como um dos problemas a “concepção evolucionista e linear da história” tratando as

¹⁹² NEVES, Margarida. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELAGADO, Lucília A. N. e FERREIRA, Jorge. **O tempo do liberalismo excludente**: da proclamação da República à Revolução de 1930. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.19.

“diferenças como se fossem desigualdades”¹⁹³. Os diversos estudos que são utilizados como fontes na contemporaneidade tratam-se de estudos de folcloristas como Silvio Romero para Sergipe ou de literatos como Machado de Assis, que em 1904, em *Esauí e Jacó*, que “faz o contraste entre o morro do Castelo e os palacetes da rua São Clemente” e Lima Barreto que apresenta em seus romances “contos e crônicas o universo dos pobres e dos subúrbios que se ocultava nos desvãos da capital da ordem e do progresso”¹⁹⁴. Silvio Romero fazia parte da denominada geração de 1870, que, para Monica Velloso se aprofundou nos estudos do nosso folclore, realizando um “recenseamento da cultura brasileira”, que lamentava a “ausência de estudos sobre a cultura negra”. Para a autora, nossa historiografia, relativo ao pensamento de Silvio Romero e os modernistas paulistas “não estabeleceu vínculos de continuidade entre o pensamento dos intelectuais de 1870 e os da geração de 1920”¹⁹⁵. Na década de 1930, Gilberto Freyre iria inaugurar a historiografia da escravidão no Brasil, sob forte viés culturalista, referenciando pesquisadores da geração de 1870, como Romero.

Entretanto, vale ressaltar, que Silvio Romero não estava imune as teorias em voga, era um momento em que a maioria dos intelectuais acreditavam na eugenia e nos benefícios do branqueamento da nação. Romero assim como Freire enaltecia o mulato, mas sem deixar de realizar considerações semelhantes ao historiador sergipano a respeito do branqueamento. Para Cladefranklin Santos “Sílvio Romero e Melo Moraes Filho, tornam-se adeptos de uma visão mais naturalista de temas como raça, meio e evolução” e se debruçaram na investigação das “raças que formaram o Brasil (branco, índio e negro) e os reflexos de suas práticas culturais na formação da cultura popular”, portanto, contribuindo de maneira significativa com estudos pioneiros sobre diversos aspectos culturais. Pensador deste período, e bastante referenciado ao longo do século XX, Manuel Bonfim divergia, em muitos aspectos, do pensamento de Romero, pois Bonfim para Santos não observava nas questões raciais o problema para o atraso do Brasil, mas “na falta de educação e preparo do povo e das elites”¹⁹⁶. Dessa forma, é possível perceber o caldeirão de ideias advindas da Europa e seguidas no Brasil, bem como a postura de diversos intelectuais a

¹⁹³ Ibid., p.23.

¹⁹⁴ Ibid, p.21.

¹⁹⁵ VELLOSO, Monica. O Modernismo e a questão nacional. In: DELAGADO, Lucília A. N e FERREIRA, Jorge. **O tempo do liberalismo excludente**: da proclamação da República à Revolução de 1930. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.356-358.

¹⁹⁶ SANTOS, Cladefranklin Monteiro. **A festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928)**: limites e contradições da romanização. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013, p.130-146.

respeito de tais teorias, em que ocorriam embates ferrenhos de ideias. As controvérsias da obra *História de Sergipe*, bem como a ausência de uma historiografia da escravidão do período são reflexos do seu tempo.

Há um grande salto temporal na análise, pulando do final do século XIX para a década de 1970 do século XX, nas obras analisadas da historiografia sergipana na busca de cotidiano escravo. A grande distância entre a análise da primeira e segunda obra não quer dizer que não houve estudos sobre a escravidão no Brasil no período, pois, como foi analisado no primeiro capítulo, houve o pioneirismo de Gilberto Freyre na década de 1930, e posteriormente, a análise economicista da Escola Paulista de Sociologia. No âmbito da sociedade brasileira, houve uma crescente preocupação no período com pesquisas a respeito de aspectos da cultura popular no Brasil, dentre elas a de matriz africana desde do anteprojeto de Mário de Andrade para o SPHAN, atual IPHAN, até estudos de folcloristas como Edson Carneiro. No campo das artes plásticas observamos a mudança na postura em demonstrar a importância do negro na sociedade brasileira, desde a *Redenção de Can*, pintada por Modesto Brocos em 1895, passando pelo nacionalismo de Tarsila do Amaral até culminar na representação do principal elemento nacional segundo Portinari, com as telas *Café* (1935) e *O lavrador de Café* (1939). Na literatura temos o engajamento político dos romances regionalistas e a representação do povo brasileiro: o negro, o mulato, o nordestino, dentre outros. Na música houve a euforia das elites em aprender o *Charleston* e os passos de Josephine Baker¹⁹⁷, e posteriormente, o samba como elemento da cultura nacional. Muitos destes acontecimentos culminam no desenvolvimento, ao longo do século XX, da historiografia da escravidão.

Inicialmente foi analisado, de Maria da Glória de Almeida, o artigo *Uma unidade açucareira em Sergipe – o engenho Pedras*, publicado em 1976. O artigo foi escolhido pela importância dentro da História Econômica de Sergipe e por descrever, historicamente, o funcionamento do engenho Pedras em Maruim, na região do Cotiguiaba¹⁹⁸. Com pesquisa realizada em testamentos e inventários, a autora realiza considerações sobre a localização do engenho, número de escravos, animais e utensílios, além de problemas enfrentados com a taxaço do açúcar. Relacionado ao cotidiano escravo, fornece um dado importante,

¹⁹⁷ BARROS, Orlando de. **Corações de Chocolate**: a história da Companhia Negra de Revistas (1926-1927). Rio de Janeiro, Livre Expressão, 2005, p.40.

¹⁹⁸ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Uma unidade açucareira em Sergipe – o engenho Pedras**. Separata dos Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História (Aracaju – setembro de 1975). São Paulo, 1976.

contradizendo informações de que os cativos quase não usavam roupas, como exemplificado no anúncio de negro fugido:

[...] levou vestido camisa d'algodão da terra, calça de brim branco somente, e chapéu de palha de carnauba debuado com fita de seda preta. Levou também uma jaqueta de riscado vermelho escuro, huma camisa fina, branca, uma calça de gonga azul nova da India, huma pequena tualha d'algodão bordada fio de dito azul¹⁹⁹

Almeida cita alguns indícios que devem ser observados, como o algodão da terra, usado na confecção das roupas dos cativos, ser produzido na própria província²⁰⁰, a questão de os escravos fugirem levando algumas roupas e pelo fato de essas roupas apresentarem detalhes em bordado que enriqueciam as peças. Dessa forma, em um artigo voltado para a economia açucareira, foi possível encontrar dados relevantes sobre vestuário escravo.

As pesquisas desenvolvidas – cujas fontes são, principalmente, relatos de viajantes, pinturas e fotografias sobre vestuário escravo, em sua grande maioria, tratam de cativos que viviam nos grandes centros urbanos. Uma possível descrição do vestuário escravo é algo bastante complexo, pois envolve, além da questão do cativo, etnias e tipos de serviço que os escravos realizavam. No meio rural, por exemplo, uma escrava do eito tinha roupas diferentes de uma escrava doméstica, pois a última convivia muito próxima da família senhorial. Em contraposição, as escravas do meio urbano possuíam um vestuário mais bem elaborado que o das do meio rural, tanto as de ganho quanto as domésticas, pois havia facilidade de obtenção de tecidos e oportunidade de possuir trajes da terra natal como compra de mercadorias que vinham da África – em algumas regiões, como a Bahia, ocorriam de forma intensa²⁰¹.

Algumas observações de viajantes, por exemplo, demonstram a surpresa em ver os cativos trajando vestuário próximo ao das pessoas livres, como o caso do viajante naturalista prussiano Hermann Burmeister, observando que a “gente preta, não era mais surpresa para mim e suas roupas, uma camisa suja e grosseira com calças semelhantes às

¹⁹⁹ *Recopilador Sergipense*, 1834 apud ALMEIDA, op. cit.

²⁰⁰ Segundo item de exportação, o algodão foi cultivado em Sergipe na região agreste e teve período de grandes lucros, em especial, quando houve queda na safra norte-americana com a Guerra da Secessão (1861-1865). Algumas roupas de escravos de Sergipe eram produzidas com algodão cultivado na província, por isso, denominado, algodão da terra.

²⁰¹ SILVA, Simone Trindade Vicente da. **Referencialidade e representação**: um resgate do modo de construção de sentidos nas pinceladas de balangandãs a partir da coleção do Museu Carlos Costa Pinto. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Salvador, 2005, p.55-60.

nossas, ou uma saia do mesmo tecido para as mulheres, eram, em tudo, europeias”²⁰². Apesar de as observações terem sido feitas no Rio de Janeiro, é possível perceber a surpresa do viajante ao perceber os negros, de alguma maneira, bem vestidos.

O caso sergipano é diferente, pois era uma província pequena, com poucos recursos e eminentemente rural. Contudo, os indícios apontados pelos anúncios de jornais citados anteriormente, assinalam o uso de roupas dos cativos sergipanos, com pouco luxo, diferente da Corte, Rio de Janeiro e Bahia. A questão do luxo no vestuário escravo causava preocupações quanto à manutenção da ordem pública, ocorrendo proibições de determinados tecidos e joias para os cativos, por meio de ordens régias, como a carta do rei de Portugal ao governador geral em resposta ao apelo da Câmara de Salvador ainda no século XVIII, em 1709, como pode ser observado no fragmento a seguir:

Vos ordeno não consintais que as escravas usem de nenhuma maneira de sedas, nem de telas, nem de ouro, para que assim e lhes tire a ocasião de poderem incitar para os pecados com os adornos custosos de que se vestem: e esta minha Lei façais executar em todas as Capitanias de vossa jurisdição, mandando-a para este efeito publicar e registrar nos Los. da Relação desse Estado, Secretaria e mais partes necessárias²⁰³.

Como pode ser observado, embora fosse um apelo da Câmara de Salvador, a ordem régia foi direcionada para todas as outras capitanias que, no caso de Sergipe d’El Rey, e seu vínculo com a Bahia, a ordem régia, provavelmente, também foi cumprida em suas terras. Há outros indícios que podem comprovar o uso de vestuário dos escravos sergipanos além dos anúncios de jornal, pois, tratando-se de um país católico, era considerado um atentado ao pudor a circulação de cativos *seminus*, como afirma Jaime Pinsky:

[...] os escravos domésticos, escolhidos dentre os que eram considerados mais bonitos (dentro dos padrões estéticos dos proprietários brancos), recebiam roupas sempre limpas, inteiras e às vezes até luxuosas, como era o caso de certas mucamas. Na cidade já não era possível deixar o escravo *seminu*. Mesmo assim, parece que os proprietários, por economia, tentavam fazer isso, razão pela qual é frequente observarmos ampla legislação reprimindo aquilo que era considerado abusivo e atentatório à moral e aos bons costumes. O escravo *seminu* podia dar multa ao patrão²⁰⁴.

²⁰² BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1980, p. 58.

²⁰³ RISÉRIO, Antonio. **Uma história da Cidade da Bahia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004, p.236.

²⁰⁴ PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 38.

Seguindo a busca por indícios de cotidiano escravo na historiografia sergipana, também foi analisada a obra de Ariosvaldo Figueiredo *O negro e a violência do branco*, publicado em 1977, com forte influência da Escola Paulista, quanto ao pessimismo apresentado sobre a situação do cativo. Seus trabalhos “afirmaram um estilo próprio de produção das ciências sociais no país”. Para Maria Arruda, foi “um período em que uma intelectualidade de novo corte, posto que especializada, mobilizou suas ideias no sentido de construir projetos de Brasil, numa tentativa de regenerar a nação de um passado que se condenava”. Foram anos, enfim, em que “se acreditou no poder das ideias e na força da intelectualidade em produzir as mudanças tão esperadas; foi uma quadra de crença no poder transformador das ideias e do uso social do conhecimento”. Contudo, a Escola Paulista não deixou de ter opositores e divergências teóricas com outros pensadores brasileiros, como Guerreiro Ramos e o ISEB e Gilberto Freyre. Na atualidade, seus pressupostos teóricos são constantemente contestados pela Nova Historiografia da escravidão²⁰⁵.

Livro de fôlego sobre diversas questões da escravidão em território sergipano, Figueiredo apresenta diferentes pistas que podem ser utilizadas para a história do cotidiano escravo em Sergipe. Discorre sobre questões políticas, econômicas, demográficas, trabalhando com questões relacionadas ao trabalho escravo e ao livre. O negro, em sua tese, é tratado como animal e investimento de capital. Sobre cotidiano escravo, Figueiredo ainda elenca algumas pistas para serem verificadas e produzidos alguns estudos. Onde eram sepultados os negros sergipanos? O autor diz que “na falta de caixão os mortos eram transportados em redes, costume que depois se generalizou entre a população pobre do interior”²⁰⁶, demonstrando que o corpo do escravo não era apenas jogado em qualquer canto, mas o seu grupo deveria realizar algum tipo de cerimônia e cortejo.

Sobre a questão da morte no século XIX no Brasil escravocrata, João José Reis, em *A morte é uma festa*, apresenta informações sobre os ritos de passagem de afortunados e pobres na cidade de Salvador. Apesar de haver notícias de corpos de escravos em diversas províncias abandonados sem enterros dignos, o autor comprova que “os funerais dos pobres e dos escravos eram mais econômicos, mas há evidências de que os negros

²⁰⁵ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **A sociologia de Florestan Fernandes**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ts/v22n1/v22n1a01.pdf> >. Acesso: 04 mai.2015.

²⁰⁶ FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **O negro e a violência do branco: o negro em Sergipe**. Rio de Janeiro: J. Álvaro Editor, 1977, p. 53.

frequentemente desejavam e recebiam grandes enterros. Alguns destes eram verdadeiras festas africanas, que em geral terminavam em templos de irmandades negras”²⁰⁷. O autor evidencia que os ritos fúnebres custosos estavam ligados ao “catolicismo barroco”, com os negros realizando festas e funerais organizados por irmandades negras. Sobre as irmandades, Reis diz que “eram associações corporativas, no interior das quais se teciam solidariedades fundadas nas hierarquias sociais” que serviam de “canais e ascensão social”²⁰⁸. No caso sergipano, apesar de haver um número bem menor de irmandades negras em comparação às de Salvador, uma busca por indícios e funerais de negros e as características do seu sepultamento revelariam informações relevantes do cotidiano escravo num momento inevitável que é a morte.

Sobre o cuidado com os mortos, Reis afirma que “tanto africanos como portugueses eram minuciosos no cuidado com os mortos, banhando-os, cortando o cabelo, a barba e as unhas, vestindo-os com as melhores roupas ou com mortalhas ritualmente significativas”. A afirmativa leva a pensar possíveis semelhanças nos rituais fúnebres entre Sergipe e Bahia, com relação à proximidade entre as províncias e à similaridade da composição étnica dos escravos. Numa busca pelos aspectos dos ritos fúnebres dos escravos em Sergipe, constatou-se que “os africanos mantiveram no Brasil muitas de suas maneiras de morrer, mas, sobretudo incorporaram maneiras portuguesas”²⁰⁹. Um artigo sobre a hora derradeira dos cativos é analisado no terceiro capítulo.

Figueiredo também trata da questão da separação das mães escravas de seus filhos e também da situação de escravos casados, apresentando dados do fundo de emancipação: entre os casais de escravos, cada cônjuge podia estar morando em um local diferente²¹⁰, isto é, em engenhos diferentes²¹¹. O autor ainda apresenta diversos trechos de cartas de alforria em Maroim e Estância, nas quais é possível observar as restrições, ou deveres, para com o seu senhor no período em que ainda deveria lhe servir. Ao falar sobre as irmandades, menciona que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Brejo Grande e a

²⁰⁷ REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 23.

²⁰⁸ Ibid., p.51-52.

²⁰⁹ Ibid., p.90-91.

²¹⁰ Figueiredo, op. cit., p. 55.

²¹¹ Sobre essa questão, Joceneide Cunha Santos, no trabalho **Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)**, de 2004, ressaltou as diferentes formas de perpetuação da família escrava em que marido e mulher poderiam morar em engenhos diferentes e até mesmo não serem casados nos ditames católicos. A força da família escrava estava vinculada, sobretudo nos laços de solidariedade que a distância nem os percalços desfaziam.

Irmandade de Lagarto tinham irmãos de qualquer cor, contudo o autor não caracteriza as ações dessas irmandades.

Em Figueiredo, existem duas informações sobre cotidiano escravo de maior relevância relacionadas a Riachão do Dantas, sul da província, que, naquela época, era uma povoação pertencente a Lagarto. Na primeira, o autor menciona o povoado de Forras, hoje pertencente a Riachão do Dantas, onde negros se escondiam e moravam sob a proteção dos frades carmelitas. Aqui relata a história de Fortunato Borges, chefe do bando de negros refugiados, que foi “frade carmelita” e “precursor, em diferentes condições e em diferentes métodos, do mais tarde famoso Lampião” – notícias, portanto, da tradição oral. O personagem Fortunato Borges bem como a comunidade de Forras carecem de um estudo mais aprofundado a respeito da proteção dos frades aos cativos fugidos²¹². A segunda informação, que se encaixaria na história das mentalidades²¹³, é a seita “Céu dos Carnaíbas” que distorcia os rituais católicos, e da qual participavam diversas pessoas, incluindo escravos e homens de cor, praticando rituais considerados promíscuos ou, como diria o autor, “gozando as suaves delícias”. Essa seita foi combatida pelas autoridades que não compreendiam aquele “modelo herético”²¹⁴. Dessa forma, o livro de Figueiredo possibilita um revisionismo com gratas surpresas.

Sobre o “Céus dos Carnaíbas”, Figueiredo trouxe as mesmas informações contidas no artigo de João Dantas Martins Reis *As almas dos carnaíbas – um céu em Riachão – resquício das intituladas santidades*, publicado na Revista do IHGSE em 1942²¹⁵, e analisado no próximo capítulo. Num artigo de apenas duas laudas, João Dantas apresenta informações sobre a fundação de “um Céu vivo” por “pessoas desocupadas, mamelucos, negros foragidos e malfeitores”, onde podiam viver tranquilamente sem aborrecimentos, além de desfrutar das “delícias terrenas” e praticar delitos, como furtos e roubos a

²¹² FIGUEIREDO, op.cit., p. 73. Não foram encontradas outras informações sobre o assunto.

²¹³ Tipologia historiográfica que pesquisa os modos de pensar e sentir de indivíduos de uma mesma época. Alguns autores dessa corrente são Robert Mandrou, Philippe Ariès e Michel Vovelle. Sobre Mentalidade, Burke: “Ainda que Dukheim e Mauss tenham empregado ocasionalmente o termo, foi o livro de Lvi-Bruhl, *La mentalité primitive* (1922), que lançou na França. Assim mesmo, apesar de ter lido Lévi-Bruhl, Marc Bloch preferiu descrever seus *Les Rois Thaumaturges* (1924), hoje conhecido como uma obra pioneira na história das mentalidades, como uma história de *representações coletivas, representações mentais*, ou mesmo ilusões coletivas. Nos anos 30, Febvre introduziu o vocabulário *instrumental intelectual*, mas não obteve grande sucesso. Foi Georges Lefebvre, um historiador situado nos limites dos grupos dos *Annales* que cunhou a frase *história das mentalidades coletivas*” (grifo do autor). Em: BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia/** Peter Burke; tradução Nilo Odália. – 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

²¹⁴ FIGUEIREDO, op. cit., p.105.

²¹⁵ REIS, João Dantas Martins. *As almas dos carnaíbas – um céu em Riachão – resquício das intituladas “santidades”*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 16, v.11, p. 27-28, 1942.

viajantes. João Dantas observa que alguns companheiros de crença são elevados a categoria de santos, o que não os salvou da pancadaria e do desarranjo do céu por moradores de Riachão do Dantas. A visão de Dantas, porém, é repleta de preconceito e escárnio, contaminando a sua análise que poderia ser pautada na excepcionalidade da crença herética no interior da província de Sergipe d'El Rey, características dos participantes ou um estudo memorialístico dos fatos.

No caso de Figueiredo, o autor transcreve algumas informações sobre o “Céu dos Carnaíbas” para demonstrar as ações dos negros em Sergipe, sem realizar também uma análise apurada. A crença herege que ocorreu em Riachão do Dantas, no século XIX, com a participação de negros fugidos e mamelucos, necessita de uma análise mais aprofundada sobre o cotidiano da comunidade e a repercussão entre os demais negros na região.

Os textos de Almeida e de Figueiredo estão inseridos num período de grandes e bruscas mudanças no Brasil que ocorreram entre as décadas de 1960 e 1970. Com o Golpe Militar de 1964 houve um retrocesso na busca dos direitos sociais além do cerceamento de liberdade de expressão, de manifestações artísticas e culturais. Eram tempos sombrios, mas também de muita criatividade e defesa de ideias. Diversos movimentos sociais e culturais, mesmo impedidos pela censura e violência da ditadura, continuaram a acontecer dentre eles o ativismo negro que, de maneira direta ou indireta, influenciou nas mudanças ocorridas no pensamento da historiografia da escravidão a partir dos anos 1980.

Apesar da pouca divulgação o movimento negro brasileiro não ocorre a partir dos anos 1970, mas desde o pós-abolição. Para Petrônio Domingues há o “protagonismo negro” no pós-abolição sendo um “campo de pesquisa em processo de consolidação” consistindo em um dos gêneros de pesquisa as biografias das “pessoas de cor”²¹⁶. De acordo com Elisa Nascimento e diversos autores que pesquisam a temática, comprovados por um quantitativo razoável de fontes, “no início do século XX, proliferaram associações sociais e recreativas afro-brasileiras” surgindo também a imprensa negra que “refletia as discussões e preocupações relevantes à comunidade negra da época”²¹⁷. A imprensa negra no início do século XX tinha papel fundamental de divulgação de informações e conscientização das pessoas de cor. Para Regiane Mattos a imprensa de cor “preocupava-se

²¹⁶ DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. In: GOMES, Flávio S.; DOMINGUES, Petrônio. **Da nitidez e invisibilidade**: legados do pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013, p.60.

²¹⁷ NASCIMENTO, Elisa Larkin. O movimento social afro-brasileiro no século XX: um esboço sucinto. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Cultura em Movimento**: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2008.

em divulgar a situação de exclusão vivida pelos negros e promover a solidariedade étnica com o objetivo de diminuir as desigualdades”, realizando denúncias de “preconceito racial que assolava o Brasil” que proibia negros “de frequentarem inúmeros recintos” e ainda proporcionava a “divulgação de notícias sobre a comunidade negra internacional, existindo troca de informações com associações e jornais norte-americanos”²¹⁸. Portanto, é possível perceber que desde o fim da escravidão continuou e se fortaleceu o engajamento negro na busca por mudanças sociais por meio da conquista de direitos.

Associada a lutas das pessoas negras por direitos há uma mudança no pensamento nacional iniciada de 1930 e que se consolidou ao longo dos anos. As décadas de 1960 e 1970 foram um período de contestações em todo o mundo, em que, por exemplo, a busca por igualdade racial nos EUA se refletiram também no Brasil. Sobre a cultura e a política no período Marcelo Rindeti afirma que:

Formulam-se versões de esquerda para as representações da mistura do branco, do negro e do índio na constituição da brasilidade, não mais no sentido de justificar a ordem social existente, mas de questioná-la. É a isso, em linhas gerais, que se pode chamar de romantismo revolucionário brasileiro do período, sem nenhuma conotação pejorativa. Recolocava-se o problema da identidade nacional e política do povo brasileiro, buscava-se a um tempo suas raízes e a ruptura com o subdesenvolvimento [...]²¹⁹

Essa busca pela ruptura na década de 1960 acontece em diversos meios como na literatura com o romance *Quarup*, de Antonio Callado (1967), que trata da questão indígena; o filme *Ganga Zumba*, de Carlos Diegues (1963), e na peça *Arena conta Zumbi*, de Boal e Guarnieri (1965), que evidenciam a questão negra; e o filme *O diabo e a Terra do Sol*, de Glauber Rocha (1963), sobre os camponeses;²²⁰ o tropicalismo, dentre outros. Na década de 1970, na busca de uma sociedade menos alienada, sobretudo relacionado a questão negra temos o surgimento do bloco Ilê Aiyê em Salvador (1974), o Grêmio de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo, no Rio de Janeiro (1975), o Centro de Cultura e

²¹⁸ MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013, p.189.

²¹⁹ RINDETI, Marcelo. Cultura e política: os anos de 1960 e 1970 e sua herança. In: DELGADO, Lucília de A. N.; e FERREIRA, Jorge. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**, p.136.

²²⁰ Idem.

ARTE Negra, Em São Paulo (1971) e os Cadernos Negros (1978)²²¹, apenas para citar alguns exemplos.

De acordo com Rafael Ratts ganhou força, a partir da década de 1970, o Movimento Negro de Base acadêmica, com um projeto político que se consolidou ao longo dos anos a partir de ações individuais e coletivas. Para Ratts “nos anos 1970 muitos jovens negros acadêmicos buscavam formar grupos de estudo e discussão da questão racial”. Várias universidades criaram grupos acadêmicos e eventos para inserir as discussões sobre o negro no âmbito acadêmico, como por exemplo, o GTAR (Grupo de Trabalho André Rebouças), criado em 1974 na Universidade Federal Fluminense e fundado pela historiadora Beatriz Nascimento. Para o autor, no evento organizado pela historiadora denominado “Semana de estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira” buscou-se, a partir da participação de intelectuais negros e brancos, “espaço de organização na universidade e de ampliação da questão etnicorracial, principalmente nos cursos de Ciências Humanas”²²².

Ratts, a partir de artigo de João Borges Pereira, aponta três fases do movimento Negro de base acadêmica, sendo a última com grande força entre a década de 1970 e início da década de 1980:

[...] a primeira fase foi caracterizada pela absoluta falta de diálogo entre ambos [1910- 1940]; a segunda, pelo estabelecimento de um diálogo, cuja iniciativa coube aos estudiosos.

[...]

A terceira fase, que é a atual, ganha corpo com o surgimento de uma intelectualidade negra ligada à academia e recrutada de uma classe média, já bem visível, que, independentemente ou não de movimentos organizados, procura manter forte esse diálogo, tomando às vezes a iniciativa, ao defender teses e colocar questões sobre o grupo negro nas agendas dos estudiosos. Nesse tipo de relação militância-academia, o negro deixa de ser apenas o informante de experiências históricas e cotidianas do seu grupo para ser até mesmo o condutor, direto ou indireto, da própria reflexão acadêmica²²³

A partir da década de 1970, estendendo-se até os dias atuais, houve uma grande movimentação das pessoas de cor em busca de cidadania. Sem querer alongar a questão,

²²¹ RATTTS, Alex. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no movimento negro de base acadêmica. In: PEREIRA, Amauri M.; SILVA, Joselina da. (Orgs.). **Movimento negro brasileiro: escritos sobre o sentido da democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2009, p. 93.

²²² Ibid., p. 85.

²²³ PEREIRA, 1981 apud RATTTS, op., cit., p.87.

visto a impossibilidade de citar todos os grupos que floresceram nos últimos quarenta anos, é necessário citar o Movimento Negro Unificado (MNU), nos anos 1970, realizava manifestações contra proibições de negros frequentarem determinados espaços, com grande força em muitos estados. Para Mattos, o MDU tinha por objetivo “conscientizar a população negra da existência de desigualdades raciais e da necessidade de lutar contra a discriminação e de promover políticas públicas geradoras de melhores oportunidades aos negros nas áreas da educação, saúde, economia e cultura”²²⁴. Dessa maneira, com as movimentações em torno de maior espaço para questões na sociedade e na academia referente ao povo negro, houve uma mudança significativa na historiografia da escravidão no Brasil nas décadas seguintes, contudo, alguns trabalhos, inclusive da historiografia sergipana sobre a temática da escravidão, citados adiante, ainda demoraram um pouco para refletir as mudanças da sociedade brasileira sobre o assunto.

A obra *Vida patriarcal em Sergipe*, de Orlando Dantas, publicada em 1980, também foi selecionada como fonte deste trabalho. É uma obra memorialística que trata dos engenhos que pertenceram à família do autor. Com uma escrita influenciada por Gilberto Freyre, aborda temáticas semelhantes: a miscigenação, brincadeiras de criança, encontros amorosos, descrição da casa-grande, da senzala e do engenho etc. Tece algumas considerações sobre a origem de alguns grupos escravos – sudaneses e bantos–, e ainda aponta costumes de escravos dessas origens, como o uso de xale às costas e o trabalho com ferro. Os festejos africanos misturados com os ritos católicos; ofícios e tarefas na época da produção do açúcar, realizado por homens, mulheres e moleques também são descritos. Sua obra, porém, é constituída, em grande parte, não usando fontes, mas suas lembranças de menino.

Orlando Dantas, sobre os festejos africanos relaciona algumas vilas, como Japarutuba, Rosário do Catete, Divina Pastora, Santa Rosa de Lima e Laranjeiras, próximas ao engenho da sua família, que seriam “centros dos festejos africanos, dos maracatus e das danças de coco como nas manifestações sincréticas de suas religiões misturadas em ritos católicos e primitivos”²²⁵. Através das suas lembranças de menino e das histórias que ouvira, Dantas relacionou os locais e a maneira como eram realizados alguns ritos católicos, em uma mistura do sagrado com o profano que, em alguns casos, se perpetuaram até os dias atuais.

²²⁴ MATTOS, op., cit., p. 191.

²²⁵ DANTAS, Orlando V. **A vida patriarcal de Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p.20.

Seguindo o pensamento de Gilberto Freyre, Dantas também relacionou algumas informações sobre a miscigenação que lhe custaram algumas críticas. O autor atribuiu “a mucama e a ama-de-leite” o aspecto miscigenado do povo sergipano, narrando como prática cotidiana a ocorrência de “encontros amorosos nos canaviais”, sem o devido aprofundamento que essa questão pedia –mas, realizada por Freyre, para quem às negras, em muitos momentos, não lhes restava escolha²²⁶. Dantas sobre essa questão ainda salienta que “os senhores e os capelães não incriminavam a postura sexual das negras”²²⁷, evidenciando claramente que o costume, nos engenhos sergipanos, da utilização das negras para serviços sexuais não era repreendido pelos senhores, e de maneira pouco cristã, também não repreendida pelos sacerdotes. Entretanto, perceber tais evidências na narrativa memorialística de Dantas é importante para a compreensão de como era comum encontros amorosos entre os diferentes grupos sociais.

Quanto à questão dos ofícios dos negros nos engenhos, Dantas também conferiu destaque para algumas atividades como para os carreiros em que havia “negros e caboclos extraordinários nestes afazeres”²²⁸, que as mulheres eram responsáveis por introduzirem a cana na moenda e os moleques, por serem menos perigosos, a trabalharem com o bagaço²²⁹. Dentre os escravos que serviram a sua família, o destaque é dado para uma escava doméstica, Maria Vitória, já bem idosa que, segundo o autor, era uma “mulata forte e cria da família” – sendo na questão dos afazeres domésticos “na verdade a dona da casa”²³⁰. O autor, na sua maneira de escrever sobre os escravos, demonstra afeição com relação aos cativos.

Dentre as dissertações não publicadas a mais antiga é a de Maria Nely Santos, defendida em 1984, intitulada *A Vila de Santo Antonio e Almas de Itabaiana no século XIX (1850-1888)*, texto foi escolhido principalmente pela influência da autora nas pesquisas sobre escravidão em Sergipe e por estudar uma determinada região no período da escravidão. Entretanto, Nely Santos, em seu estudo, não teve a intenção de se aprofundar em questões voltadas para a escravidão, por não ser o foco do seu trabalho, focando em diversos aspectos da vida econômica vila, mas pautada no cultivo do algodão e com poucas referências a engenhos (pequena quantidade na região). A autora fornece pouquíssimos indícios sobre a escravidão na Vila de Itabaiana, em especial, relacionado ao cotidiano

²²⁶ Ibid., p.25.

²²⁷ Ibid., p.40.

²²⁸ Ibid., p.44.

²²⁹ Ibid., p. 67-68.

²³⁰ Ibid., p.74.

escravo. Um dos problemas tratados pela autora é a abundância de homens livres em comparação ao número de escravos e a insatisfação da elite quanto à questão:

Proprietários, fazendeiros, lavradores e notadamente os presidentes de Província através dos seus relatórios reclamam com frequência da escassez de trabalhadores. Nossa opinião é de que os senhores de engenho e também as autoridades viam a questão da escassez da mão-de-obra apenas por uma ótica: a diminuição do contingente de escravos²³¹.

Sobre a questão da não utilização da mão-de-obra de trabalhadores livres na lavoura, Nely Santos utiliza o jornal *O Descrido* como fonte sobre as motivações dos mesmos em não se sujeitarem a trabalharem alugados, pois, “quase a totalidade dos proprietários de engenhos, de fabricar assucar, estão tão afeitos a rotina antiga, de só trabalharem com escravos, que não admitem trabalhadores livres” querendo “dar a eles o mesmo tratamento que dão a esses” sendo sempre “humilhado” e permanecendo sempre alguns dias para que “possam comprar alguma mattolagem” e regressar para a família²³². Vê-se que o problema da mão-de obra na lavoura sergipana não é a falta de braços, mas a não sujeição de pessoas livres a humilhações cotidianas do sistema escravista. A autora afirma que sitiantes além da mão-de-obra familiar contava também com os braços de algum escravo e que possuíam, os sitiantes, casa com poucos móveis, vivendo com bastante simplicidade, sendo possível supor que o cotidiano de trabalho na lavoura de subsistência dos cativos, devido ao número de escravos, deveria ser árduo. A autora, dessa maneira, de forma sucinta, insere um pouco de pesquisa sobre escravidão na sua obra.

Dentre os trabalhos de Luiz Mott, foram selecionados dois livros que tratam da escravidão em Sergipe. A obra *Sergipe del Rey: população, economia e sociedade*, publicado em 1986 –estudo historiográfico cujo principal viés é a demografia²³³ da região nos séculos XVIII e XIX. Não possui uma abordagem culturalista, nem uma grande quantidade de indícios sobre cotidiano escravo, porém algumas citações são pistas valiosas para quem busca realizar estudos dessa temática. Mott revela indícios preliminares sobre

²³¹ SANTOS, Maria Nely. **A Vila de Santo Antonio e Almas de Itabaiana no século XIX (1850-1888)** – Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1984.

²³² O DESCRIDO, 1882 apud SANTOS, op., cit., 94.

²³³ Tipologia da História que aborda os fatos históricos com foco no desempenho populacional e suas alterações ao longo de um período verificado. Sobre a temática: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; SCOTT, Ana Silvia Volpi; BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. **Quarenta anos de demografia histórica**. R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 22, n. 2, p. 339-350, jul./dez. 2005.

um estudo e a composição demográfica de Sergipe que serviriam para mostrar “como se estruturaram e interagiam os principais grupos constituintes daquela sociedade agrário-escravocrata”. Fatores, como a localização dentro do território, o número de negros, pardos e brancos, bem como a condição de livres ou cativos, na província de Sergipe, são elementos fundamentais para a compreensão de práticas coletivas nos engenhos e nas vilas. Outros pontos abordados por Mott evidenciam uma aproximação com trabalhos já realizados sobre o Nordeste açucareiro, como a “proteção dos senhores de engenho”²³⁴, sobre a “escravidão melhor tratada em Sergipe que na Bahia”, e algumas páginas sobre levantes e ataques de negros²³⁵. Tais questões apresentadas evidenciam temáticas a serem mais trabalhadas em abordagens do cotidiano escravo em Sergipe – a busca pela liberdade pelos cativos, em estudos artigos, dissertações e teses, nos últimos anos da historiografia sergipana.

Apesar de Mott afirmar que miscigenação não foi o foco do seu trabalho, apresenta informações valiosas sobre as irmandades religiosas de cor, como ano de fundação e localização, além de alguns costumes na realização dos festejos:

Parece ter sido nas Irmandades religiosas que as populações de cor tinham, em Sergipe, aliás como no resto do País, oportunidade de se reunir enquanto grupo. Temos notícia, na primeira metade do século XIX, da existência de irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, nas seguintes localidades: Santo Amaro (1813), São Cristóvão (1817), Socorro (1817), Vila Nova (1817), Divina Pastora (1817), Rosário do Catete (1818) e Brejo Grande (1849)²³⁶.

Sobre a miscigenação no cotidiano das manifestações religiosas em Sergipe, e a realização de práticas devocionais por negros, pardos e brancos, em uma mesma irmandade, Mott cita informações do vigário Antonio Gouveia de Siqueira de que havia em Propriá, em 1817, “uma única irmandade de Nossa Senhora do Rosário, sendo esta de homens brancos, pardos e negros”²³⁷. Sobre essa questão, Mott ainda encontrou informações de que, em Itabaiana, naquela mesma época, os negros não podiam participar da Irmandade das Almas e de Nossa Senhora do Rosário. Contudo, citando o Vigário

²³⁴ MOTT, Luiz R. B. **Sergipe Del Rey**: população, economia e sociedade. Sergipe: Fundesc, 1986, p. 26.

²³⁵ Ibid., p.38-42.

²³⁶ Ibid., p.57.

²³⁷ Idem.

Alexandre Pinto Lobão, havia “uma congregação dos pretos que devotamente festejam a mesma senhora, sem que tenham compromisso ou finalidade alguma”²³⁸.

Referente às manifestações religiosas ou para-religiosas, Mott menciona a dúvida do Capitão-mor José de Motta Nunes, proprietário de engenho Massapê, na povoação do Senhor Bom Jesus, sobre permitir, ou não, aos negros usarem as coroas de rei, na festa em louvor a São Benedito, como já era o costume:

[...] costumavam os anos atrasados os cativos e muitos forros e ainda brancos, tomarem coroas com título de Rei para festejarem São Benedito. Isso era costume muito antigo, todos os anos. No ano que era Vice-Presidente, Manuel de Deus Machado, os ditos quiseram tomar as tais coroas para fazerem o dito festejo porque naquele tempo havia um boato que os cativos queriam se levantar...E porque agora querem neste domingo próximo tomarem as tais coroas para fazerem o dito festejo, Vossa Excelência me determine se os deixo ou não tomar as tais coroas²³⁹

Segundo Reis, na Bahia, havia uma carnavalização das celebrações religiosas, também perceptíveis, em menor escala, no cotidiano da elite e dos escravos sergipanos. Assim como em Sergipe, na Bahia, havia festas com insígnias reais para as quais havia, algumas vezes, proibições de autoridades civis e eclesiásticas. Sobre as festas de Reis, diz que:

[...] além de procissões e missas, a festa se fazia de comilanças, mascaradas e elaboradas cerimônias, não mencionadas nos compromissos, em que se entronizavam reis e rainhas negros devidamente aparatados com vestes e insígnias reais. Esses monarcas fictícios ocupavam cargos meramente cerimoniais, como se as irmandades fossem uma espécie de monarquia parlamentar²⁴⁰.

Martha Abreu, ao trabalhar as festas populares, no Rio de Janeiro, com ênfase na Festa do Divino, observou que, a partir de 1820, “passaram a proibir as danças e procissões organizadas pelas irmandades de escravos, como as de Nossa Senhora do Rosário no Campo de Santana, por causa das desordens, bebedeiras e ameaças à ordem pública”, semelhantes às proibições de Sergipe e Bahia. Abreu apontou ainda que, no mesmo ano de 1820, “talvez como uma forma de se prevenir, a própria irmandade do Rosário e são

²³⁸ Idem.

²³⁹ Ibid., p.58.

²⁴⁰ REIS, 1991, p.62.

Benedito decretava o fim dos cargos de rei e rainha em suas comemorações”²⁴¹, possivelmente por medo, por conta da aglutinação de negros e de um levante. As semelhanças nas coroações de negros como reis e rainhas, ou imperador, no caso do Rio de Janeiro, demonstram as semelhanças dos divertimentos negros em diferentes províncias, com Sergipe d’El Rey, carecendo de um estudo mais aprofundado dessas práticas cotidianas da população.

No final do livro, Mott trata do receio das autoridades no tocante à ocorrência de insurreição de escravos em datas festivas, por conta da aglomeração de negros e pouco contingente de praças. O autor expõe outro importante indício sobre cotidiano escravo: havia grande quantidade de negros nas ruas das vilas, nas noites da semana de Natal, e a instituição do ofício de Juiz de Paz de Maruim, em razão do temor de “sublevações de africanos”, justamente neste período²⁴². É possível imaginar, a partir do que foi apresentado por Mott, com a liberdade dada à escravaria nos dias santos, a confraternização entre escravos de diferentes engenhos, a troca de experiências, as práticas realizadas pelos escravos nestes dias de folga, entre outros aspectos.

Quando ocorriam festas, “a população escrava e/ou negra não perdia a oportunidade para mostrar suas músicas, danças e batuques”. As festividades religiosas demonstravam o hibridismo cultural, a importância do culto aos santos e a “teatralização da religião”²⁴³. Tais momentos eram um alívio para a rotina tão pesada dos trabalhos e também momento de rever alguns amigos e parentes que trabalhavam em engenhos próximos, como por exemplo, em Sergipe, na região do Contiguiba. Entretanto, assim como apontam as fontes elencadas por Mott, o medo de sublevação escrava nas festas populares também ocorria no Rio de Janeiro, pois, para Abreu, “as reuniões religiosas de negros e escravos tinham fundamento, pois em vários planos de revoltas, investigados nas áreas rurais próximas ao Rio de Janeiro, ao longo do século XIX, despontaram evidências de que os chefes eram “feiticeiros”²⁴⁴. Feiticeiros ou não, no caso sergipano, a verdade é que as cotidianas festas de santos nas vilas em Sergipe eram um momento oportuno de cativos se misturarem a libertos e conseguirem realizar um motim ou pedir algum tipo de auxílio aos companheiros livres.

²⁴¹ ABREU, Martha. **O império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999, p.198.

²⁴² MOTT, 1986, p. 63.

²⁴³ ABREU, op. cit., p.34-5.

²⁴⁴ Ibid., p.199.

As informações extraídas do livro de Mott evidenciam um leque de informações para serem exploradas e questões a serem levantadas. As fontes mencionadas pelo autor, por exemplo, podem fornecer novos dados para uma pesquisa de cotidiano escravo, direcionando os estudos para acervos de antigas irmandades e demonstram, em alguns casos, o convívio entre brancos e negros, escravos ou não, em uma mesma associação ou festejo.

Foram selecionados, também para serem analisados, livros que tratam da história econômica de Sergipe, no século XIX. De Maria da Glória Santana de Almeida, além do artigo anteriormente citado, foram selecionados dois trabalhos: *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente* (1984) e *Nordeste açucareiro: desafios de um processo do vir-a-ser capitalista* (1993). Ambos os trabalhos versam sobre a economia sergipana, cujas principais características são o estudo da monocultura – cana de açúcar, a mão-de-obra escrava e a dependência com a Bahia para a comercialização da produção. Como foi salientado desde o início, não se tratam de obras voltadas para questões específicas da mão-de-obra escrava, o que torna, de certa forma, mais difícil a busca por indícios de cotidiano escravo.

Na obra *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*, publicada em 1984, Almeida apresenta uma pesquisa de grande fôlego, aliando estudos históricos sobre o desenvolvimento econômico da província, com dados do movimento portuário e geográficos, como as barras e a forma de navegação. A questão dos portos e trapiches de Sergipe é um indício para o estudo do cotidiano escravo, pois havia negros cativos trabalhando em estaleiros²⁴⁵. Outra questão está relacionada aos escravos que eram embarcados para outras províncias, o que ocorria por dois motivos: no primeiro, os escravos eram embarcados para acompanhar “seus senhores para servi-los a bordo; ou, quando vendidos, eram enviados para outras províncias”. A autora ainda afirma que “estavam sempre presentes nas relações de passageiros, principalmente após os anos sessenta, por força da demanda dos mercados cafeeiros sulistas”²⁴⁶. Essas informações, principalmente sobre o trabalho escravo no porto e as viagens que alguns escravos realizavam com seus senhores, enfatizam a necessidade da análise do cotidiano escravo para além dos trabalhos na plantação, na casa-grande, no sobrado e no ganho nas ruas.

²⁴⁵ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Sergipe: fundamentos de uma economia dependente**. Petrópolis, Vozes, 1984, p. 60.

²⁴⁶ Ibid., p. 72.

Entretanto, a principal informação exposta por Almeida foi extraída das cartas de Adolphine Schramm, esposa de um comerciante alemão em terras sergipanas, endereçados aos parentes em Hamburgo. A autora enfatiza a importância das fontes, todavia, não menciona um trecho desses importantes documentos para os leitores, como fez Amaral (2012), conforme veremos adiante. Sobre essas cartas, Almeida registra:

através delas Adolphine expressa desde as suas primeiras impressões pelo encanto com a Bahia e a exuberância tropical brasileira passando pelos **comentários sobre escravos**, sua vida cotidiana e os acontecimentos extraordinários, até seu desencanto e morte, em Sergipe, em meio à epidemia de cólera em abril de 1863²⁴⁷ (grifo nosso).

Além das informações citadas em *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*, Almeida expõe outras informações, como a quantidade de trabalhadores livres na colônia, algo melhor detalhado, posteriormente, por Mott (1986), e aspectos da rotina de um engenho, comparativamente ao trabalho de Gilberto Freyre (1933).

No segundo livro analisado de Almeida, *Nordeste Açucareiro: desafios de um processo do vir-a-ser capitalista*, publicado em 1993, as informações citadas pela autora aguçam os sentidos do pesquisador que pretende estudar o cotidiano escravo, como por exemplo, a informação da existência, na Província, de uma maior concentração de escravos no Engenho Pedras. Com referência a este engenho, imagine-se a busca por outras fontes que podem ensejar possíveis pesquisas sobre como viviam esses escravos, o que faziam nas horas livres, suas relações e atividades de sociabilidade, dentre outros que não estão presentes no seu artigo sobre o engenho. Seria de estranhar que uma concentração dessas de cativos não produzisse uma vida cotidiana cheia de atividades de diversas naturezas, inclusive religiosa, batuques e cantorias, pois, como a autora afirmou, havia “superioridade numérica de angolas num mesmo engenho”, propiciando, assim, uma interação maior entre os cativos²⁴⁸. As atividades relacionadas à religiosidade de origem africana, por exemplo, poderiam ser melhor ocultadas e realizadas por um grande grupo.

Outra questão digna de nota, descrita pela autora, é a preocupação com o ócio dos negros libertos, cujo incômodo foi manifestado até mesmo pelo Arcebispo da Bahia. A carta do arcebispo, que também já foi fonte para outros historiadores, enfatiza a existência de alguns costumes considerados vícios. No trecho citado pela autora, não há a

²⁴⁷ Ibid., p.182.

²⁴⁸ ALMEIDA, Maria da Glória. *Nordeste Açucareiro (1840-1875): desafios num processo de vir-a-ser capitalista*. Aracaju: UFS/SEPLAN, 1993, p. 201.

enumeração dos “vícios” condenados pela igreja, assinalando, talvez, a falta de comprometimento de um recém-liberto com uma atividade relevante, apontando, ainda, para necessidade de “amor e a aplicação no trabalho”. A leitura do documento, na íntegra, pode mostrar questões do cotidiano, caso o arcebispo as tenha elencado; ou, ainda, pode-se verificar a existência de algum documento anterior que tenha informado a questão ao arcebispo e por meio do qual tenta conter “o ócio e a preguiça” dos fiéis²⁴⁹. Ainda sobre as consequências do ócio condenado por religiosos, outro documento importante, citado pela autora, faz referência a “imoralidades e roubos”, denunciados pelo vigário de Itabaiana²⁵⁰. Tais referências também chamam a atenção do pesquisador do cotidiano escravo.

Finalizando a análise das obras de Almeida (1993), a autora ainda assinala outro indício bastante importante para o estudo do cotidiano escravo: o aprendizado de ofícios, quando cita o caso do escravo Martinho “preto, ferreiro, carpina e exerce a atividade de feitor”²⁵¹. Sobre os ofícios no Brasil escravocrata, Luiz Antônio Cunha informa as tipologias e diferenciações²⁵². O escravo com aptidões se diferenciava dos demais e conseguia juntar pecúlio com mais facilidade e assim conquistar a sua alforria e de parentes.

Do economista Josué Modesto dos Passos Subrinho, foram selecionadas duas obras para este trabalho, apesar de pertencerem ao campo da História Econômica: *História econômica de Sergipe (1850-1930)*, publicado em 1987, e *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe 1850-1930*, publicado em 2000.

Em *História econômica de Sergipe*, Passos Subrinho permite observar questões econômicas sergipanas, relativas à economia canavieira, em comparação com outras regiões do país. A obra tem por objetivo debater as razões do atraso econômico de Sergipe

²⁴⁹ Ibid., p.185. Carta Pastoral transcrita integralmente no relatório presidencial de Thomaz Alves Júnior de 15/09/1860, AN microfilme. Ver também em MOTT, 1986, p.174-175.

²⁵⁰ Ibid., p.211. APES, Coleção Sebrão Sobrinho: caixa 11. Correspondência do vigário de Itabaiana, Domingos de Rezende, ao presidente da província, Manuel da Cunha Galvão. Em 20 de julho de 1859.

²⁵¹ Ibid., p. 212.

²⁵² O autor afirma que, no Brasil, o trabalho manual era considerado indigno, e que o emprego de escravos, em diversas atividades, afugentava o trabalhador livre que não queria ser confundido com escravos. Apenas não se utilizava mão-de-obra escrava quando o ofício não convinha ser confiado a escravos (p.16-170). São tipologias de ofícios apresentados no livro: os realizados nos engenhos, como canoeiros, calafates, purgadores, carreiros, dentre outros; nos colégios, ferreiros, carpinteiros, alfaiates, sapateiros, roupeiros, cozinheiros, etc.; na mineração, moedeiros, fundidores, ourives e uma diversidade de ofícios liberais pra manutenção das vilas; na ribeira, carpinteiros, calafates, poleiros, covoqueiros, dentre outros; bem como serviços diversos nos núcleos urbanos relacionados as corporações de ofício. CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005, p. 16-38.

no período, classificando-o em mercantil-escravista (1850-1888) e o capitalista-exportador (1888-1930). Sobre a mão-de-obra escrava, aborda questões sobre a falta de braços para lavoura, a epidemia de *cólera-morbus* e a ociosidade dos libertos – sem se aprofundar, porém, nesses assuntos, uma vez que foge à temática do seu trabalho. Embora seja um livro importante, não apresenta subsídios relevantes para o estudo do cotidiano escravo, constituindo uma obra direcionada à compreensão da economia sergipana.

No segundo livro, o *Reordenamento do trabalho* (2000), Passos Subrinho aborda um maior número de documentos para responder aos questionamentos sobre o atraso da economia sergipana no período, que, em alguns aspectos, se encontrava em consonância com outras províncias açucareiras do Nordeste. O autor elenca um grande arcabouço de dados e porcentagens da população de livres, escravos, alforriados, estrutura ocupacional por região, entre outras informações de relevância para entender as características da mão-de-obra em Sergipe. Sobre as fontes, em particular, o Censo de 1872 e as matrículas de escravos de 1873 e de 1887 podem servir para pesquisas que envolvam o cotidiano escravo, visto a diversidade das categorias ocupacionais da população escrava²⁵³. Em Sergipe, a maior parte dos escravos estava empregada na agricultura – 55,61% do total – o que leva a pensar, por exemplo, que a vida cotidiana do escravo na província estava mais voltada para a zona rural.

Passos Subrinho (2000) assinala, como informação de ordem econômico-social, o baixo índice de alforrias em Sergipe. Por essa razão e como forma de resistência, aconteciam muitas fugas. Os processos de liberdade por arbitramento²⁵⁴ que eram realizadas pelo abolicionista Francisco José Alves, fundador da Sociedade Libertadora Cabana do Pai Thomaz, dão prova de como era complicado ser livre em Sergipe. Para o estudo do cotidiano escravo, no que tange às questões da resistência e dos laços familiares, por exemplo, é preciso compreender, no período próximo à abolição da escravatura, a força que tinha o trabalho escravo na província.

Essa obra assinala também o tráfico interprovincial²⁵⁵, isto é, a venda de negros para as províncias da região sudeste, e o tráfico de escravos, entre algumas regiões da província de Sergipe, sobre os quais, estudos poderiam revelar como os cativos que permaneciam encaravam a venda dos seus parentes. Estudos também poderiam ser

²⁵³ PASSOS SUBRINHO. Josué Modesto dos. **Reordenamento do trabalho**: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe, 1850-1930. Aracaju: Funcaju, 2000, p.89-90.

²⁵⁴ Entende-se liberdade por arbitramento à decisão judicial pela liberdade de um escravo em que foram infligidas leis.

²⁵⁵ Ibid., p.128.

realizados sobre os intercâmbios culturais, com a chegada de novos escravos para a região, principalmente da Contiguiba e da Mata-Sul.

Ainda em *Reordenamento do trabalho*, Passos Subrinho apresenta muitas informações sobre a ociosidade dos libertos – a esse respeito, tem-se a maior quantidade de fontes encontradas. A obra analisada mostra que não era apenas um problema do cotidiano escravista sergipano – documentos de Pernambuco, mencionados pelo autor, também demonstram essa inquietação²⁵⁶. Sobre Sergipe, por exemplo, o autor cita o Relatório Pimenta Bueno (1881), no qual fica evidente que, nos engenhos, não eram empregadas mulheres livres²⁵⁷. Tal fato não deve ser interpretado apenas pela preferência pelo sexo masculino no eito, mas pelo fato de que os homens libertos preferiam não ver suas mulheres no trabalho duro da plantação²⁵⁸.

Ainda sobre a ociosidade dos libertos, quando o regime escravocrata já dava seus últimos suspiros, circulava na província grande número de escritos – como correspondências e textos de jornais – com insinuações críticas no sentido de forçar o liberto a trabalhar, como por exemplo: os libertos “se sustentam do somiço [sic] e do que colhem individualmente [sic] nas matas dos proprietários e outros que pejam os subúrbios da cidade e vilas”²⁵⁹, ou ainda “munido de uma pequena rede de pescaria, ou de uma espingarda o brasileiro não tem receio de que lhe falte o alimento”²⁶⁰. Dessa maneira, em obras de História Econômica, Almeida (1984 e 1993) e Passos Subrinho (1987 e 2000) apontam algumas informações que podem ser utilizadas em pesquisas sobre cotidiano escravo.

O livro de Maria Nely Santos, *A sociedade Libertadora Cabana do Pai Thomaz*, publicado em 1997, obra biográfica, também faz algumas considerações sobre o cotidiano escravo, ao tratar da vida do abolicionista sergipano Francisco José Alves e sua obra – a fundação da sociedade libertadora “Cabana do Pai Thomaz”²⁶¹ e mais dois jornais. O livro, cuja temática é o declínio da escravatura e as ações de liberdade praticadas por Francisco

²⁵⁶ Sobre: MAIA, Nayala de Souza Ferreira. **Açúcar e transição para o trabalho livre em Pernambuco: 1874-1904**. Ed: Massangana, 2009.

²⁵⁷ PASSOS SUBRINHO, 2000, p. 163.

²⁵⁸ Ibid., p. 70.

²⁵⁹ PASSOS SUBRINHO, 2000, p.187. Segundo o autor o documento encontra-se no Arquivo Público do Estado de Sergipe, Fundo: Governo, Série: Gabinete do Governador, 1873-74.

²⁶⁰ JORNAL SERGIPE, 1881 apud PASSOS SUBRINHO, 2000, p.187.

²⁶¹ A escolha da associação de Francisco José Alves é o mesmo do livro norte-americano *Uncle Tom's Cabin*, da autora Harriet Beecher Stowe, que narra a escravidão norte-americana e que abriu um imenso debate sobre a questão que culminou na abolição. A repercussão chegou ao Brasil.

José Alves, expõe os casos mais complicados e os percalços da vida pública do abolicionista.

Um bom direcionamento sobre o cotidiano escravo, mesmo com um número menor desses cativos na capital, são as reclamações referentes a aglomerações de negros e pobres. Santos menciona um protesto no jornal *O Guarany*, de 08 de fevereiro de 1883, que diz que “a nova câmara municipal deve empregar os seus esforços, para acabar com essa aglomeração do povo em dias de segunda-feira, onde são postas em prática as maiores imoralidades”. A reclamação referia-se à aglomeração na feira que, segundo a autora, “era um cenário vivo por onde desfilavam atores das mais variadas categorias sociais”²⁶². Apesar de a citação não envolver os engenhos sergipanos, mas a cidade de Aracaju, é necessária a realização de pesquisas em tais locais de aglomeração de pessoas, como as feiras, seja no interior ou na capital, por conta da proximidade dos canaviais de alguns centros urbanos e dos deslocamentos nos dias de feiras e dias santos que possibilitavam encontrar hábitos sociais, como alimentação e vestuário, das camadas mais baixas da população.

Nely Santos ainda se refere à destruição de alguns mocambos em Sergipe, afirmando que “foram o exercício libertário dos cativos”²⁶³, contudo não apresenta uma descrição dessas habitações, talvez por falta de fontes, ou por não ser o foco do seu trabalho. No entanto, uma descrição mais detalhada poderia esclarecer o cotidiano de muitos escravos fugitivos que se embrenhavam nas matas das regiões dos engenhos. A autora, inclusive, aponta a necessidade de “classificar e definir os tipos de agrupamentos dos negros fujões”²⁶⁴. Sobre o termo quilombo, a autora afirma que o uso de tal expressão “não era usual na fala cotidiana dos escravos de Sergipe”, preferindo utilizar o termo mocambo. Sobre os mocambos, a autora afirma que “cada um possuía um líder, levado a esta condição por saber conduzir com presteza as ações cotidianas”²⁶⁵, ou seja, conhecimento de rotas de fuga, local apropriado para acampar, busca por subsistência, dentre outros conhecimentos. A enumeração dessas ações cotidianas dos escravos fugidos sergipanos seria um deleite para qualquer pesquisador da cultura negra.

Outra informação de relevância para os estudos de cotidiano escravo é o fornecimento de asilo e o abastecimento de alimentos para os escravos fugidos pela

²⁶² SANTOS, Maria Nelly. **A Sociedade Libertadora “Cabana do Pai Thomaz”**, Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias. Aracaju: J. Andrade, 1997, p.26-27.

²⁶³ Ibid., p. 90.

²⁶⁴ Ibid., p.114.

²⁶⁵ Ibid., p.111-4.

comunidade próxima²⁶⁶. A análise dessas relações de compadrio é uma fonte de informações do cotidiano entre fugitivos e livres, demonstrando o apoio de uma parcela da população à iniciativa de fuga pelos escravos. Nelly Santos também registra as atividades educativas desenvolvidas na ‘Cabana do Pai Thomaz’²⁶⁷ – embora a autora não aborde o assunto de maneira aprofundada, seria de grande impacto um estudo sobre o acesso as atividades educacionais para negros, escravos ou libertos, na província de Sergipe d’El Rey no século XIX, contudo, não era a intenção do seu texto abordar tal questão.

A pesquisa de Santos não é direcionada ao cotidiano, mas à libertação dos escravos, com estudo de casos de ações de liberdade por arbitramento, pois não era comum um senhor de escravos sergipanos libertarem, por simples prazer, algum cativo, em comparação dos percentuais sergipanos a outras províncias. Segundo a autora, Francisco José Alves afirma que “não há um só que comemore um dia de prazer concedendo a liberdade a um mísero escravo como fazem outros em diversas províncias deste grande Império”²⁶⁸. Posteriormente, Meirevandra Figuerôa, em 2004, se debruçou sobre a Cabana do Pai Thomaz, especialmente sob o aspecto da educação primária²⁶⁹.

É necessário observar, no campo da historiografia sergipana da escravidão, o marco temporal de ruptura exercida pela obra de Maria Nely Santos. A partir deste período, é possível notar que as mudanças ocorridas tanto na sociedade quanto na academia, entre os anos de 1980 e 1990, se refletiram na historiografia sergipana da escravidão, observável na sequência deste capítulo em obras publicadas e não publicadas e no capítulo seguinte, na parte que corresponde à quarta fase da Revista do IHGSE. Foram importantes acontecimentos, frutos das manifestações de 1970, que se consolidaram posteriormente. No campo constitucional, na década de 1980, plantou-se a semente das propostas de Políticas de Ações Afirmativas no Congresso Nacional Brasileiro, a partir de deputados negros e engajados como Abdias do Nascimento, Paulo Paim, Luiz Alberto e Benedita da Silva. O Projeto de Lei (PL) nº 1332, apresentado por Abdias do Nascimento, na Sessão da Câmara de deputados em 7 de junho de 1983 como uma “ação compensatória” aos negros como, por exemplo, a partir de concessões de bolsas de estudo²⁷⁰ é o ponto de origem das

²⁶⁶ Ibid., p.125.

²⁶⁷ Ibid., p. 112.

²⁶⁸ *Jornal O Descrido*, 1882 apud SANTOS, 1997, p. 167.

²⁶⁹ FIGUERÔA, Meirevandra Soares. “**Matéria livre...espírito livre para pensar**”: um estudo das práticas abolicionistas em prol da instrução e educação de ingênuos na capital da província sergipana (1881-1884). Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, São Cristóvão, 2007.

²⁷⁰ SANTOS, Sales Augusto dos. “O Negro no Poder” no Legislativo: Abdias do Nascimento e a discussão da questão racial no Parlamento brasileiro. In: PEREIRA, Amauri M.; SILVA, Joselina da. (Orgs.).

políticas afirmativas atuais de cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012) e da Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003 que altera a Lei nº 10.639 de 20 de dezembro de 1996 que tornou obrigatória a temática história e cultura afro-brasileiras.

No âmbito acadêmico, entre os anos de 1980 e 1990 foram criados Núcleos de Estudos Afrobrasileiros em diversas universidades coordenados por docentes, pesquisadores e ativistas negros²⁷¹. Luena Pereira aponta o pioneirismo de dois centros de Estudos como o CEAO da UFBA, criado em 1959:

Apesar da sua limitada institucionalização, estes estudos vêm assistindo, a partir da década de 1970, um lento desenvolvimento de pesquisas, impulsionada por pequenas, mas significativas iniciativas, como os acordos bilaterais que o CEAO/UFBA e o CEA/USP realizaram com algumas universidades africanas e a criação de disciplinas específicas sobre África, possibilitando, em alguns departamentos e programas de pós-graduação, desenvolver teses e dissertações nesta área, com destaque para a Universidade de São Paulo. As principais áreas que vêm produzindo pesquisa sobre África têm sido História, Letras, Antropologia, Sociologia e Relações Internacionais. A crescente presença de estudantes africanos nos cursos de graduação e pós-graduação em algumas universidades brasileiras tem promovido a troca de experiências com estudantes brasileiros que pesquisam assuntos africanos, ainda que em pequeno número²⁷².

A década de 1980 foi de grandes mudanças no Brasil como a redemocratização em 1985 e os problemas econômicos dos Planos Cruzados I e II. O momento era de otimismo e também de militância, havendo um crescimento de pesquisas na pós-graduação sobre escravidão e maior publicidade das pesquisas, sobretudo por conta das comemorações do Centenário da Abolição. Para Luena Pereira na década houve

[...] a criação de novos programas voltados para estudos africanos (principalmente na área de Literatura, com os programas de pós-graduação em Literaturas Comparadas em Língua Portuguesa e Literaturas Africanas de Língua Portuguesa). Os primeiros doutores formados no final dos anos 1980 passaram a orientar novos alunos, criando gerações de pós-graduandos em estudos africanos²⁷³.

Movimento negro brasileiro: escritos sobre o sentido da democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2009, p.147-155.

²⁷¹ RATTS, op., cit., p. 90.

²⁷² PEREIRA, Luena Nunes. O ENSINO E A PESQUISA SOBRE ÁFRICA NO BRASIL E A LEI 10.639. In: BECERRA, Maris José [et.al]. **Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina:** herencia, presencia y visiones del otro. Buenos Aires: CLACSO, 2008. P.256.

²⁷³ Ibid., p.256.

Em seu capítulo de livro Luena Pereira trata de abordar a questão do desenvolvimento de pesquisas sobre África no Brasil nas últimas décadas, que auxiliou na compreensão de diversos aspectos da escravidão no Brasil. No caso sergipano, é possível observar pesquisas que tratam dos africanos no Brasil sob a ótica atual de maiores informações sobre a África, tratados, por exemplo, por Joceneide Santos e Frank Nilton Marcon recentemente. Para a autora:

[...] o maior contato com os debates africanistas mais recentes vem ajudando a historiografia brasileira a superar, por exemplo, a antiga visão dicotômica entre bantus e sudaneses como forma de classificação tradicional de sociedades africanas nas Américas, apontando para uma maior diversidade das sociedades africanas e sua presença dinâmica na formação da sociedade brasileira.

Este arejamento não atingiu somente os departamentos de História, mas também outros campos de conhecimento das ciências humanas como a Antropologia, a Sociologia, as Relações Internacionais e a área de Letras. Também inserido nas transformações do campo acadêmico sobre questões africanas e afrobrasileiras observamos o desenvolvimento dos estudos sobre cultura negra brasileira e relações raciais a partir dos anos 1980, no bojo da consolidação dos programas de pós-graduação nas universidades brasileiras. As comemorações do Centenário da Abolição, em 1988, conferiram grande visibilidade aos trabalhos sobre história e cultura negra e o papel do negro na formação social brasileira e impulsionou novas linhas de financiamento para pesquisa e publicação de muitos destes estudos. Este momento marcou a entrada definitiva das questões afrobrasileiras e das relações raciais no debate público nacional²⁷⁴.

Houve nos últimos anos um crescente de pesquisadores negros nas universidades, alguns trabalhando em linhas de pesquisa que tratam do negro no período escravista ou na atualidade como sujeitos históricos. Para Luena Pereira “com a crescente presença de lideranças negras no espaço universitário e nos programas de pós-graduação (principalmente a partir dos anos 1990)” aqueles que eram apenas “objetos de estudo” passam a se ver como “sujeitos” “que tomam para si a tarefa da escrita de sua própria história e experiências individuais e coletivas”²⁷⁵. Os negros como sujeitos históricos estão presente nas obras analisadas, como na obra de Maria Nely Santos citada anteriormente, e na sequência, nos textos que tratam da escravidão em Sergipe.

Tratando de obras que não tem como ponto central a escravidão, além da obra *História de Sergipe* de Felisbello Freire, também foram utilizadas, neste trabalho, duas

²⁷⁴ Ibid., p.262.

²⁷⁵ Ibid., p.268.

obras consideradas clássicas da historiografia sergipana, porém produzidas mais recentemente: *Sergipe Provincial I* (2000) e *Sergipe Provincial II* (2006), da historiadora Maria Thétis Nunes. São obras de História Política que se complementam e que elencam, minuciosamente, os presidentes da província sergipana e suas ações ao longo do século XIX.

No livro *Sergipe Provincial I* (2000), o quantitativo de informações a respeito dos negros é menor que no período abordado no segundo livro. Nunes aborda, ao longo do texto, os fatos políticos em uma história linear e, sobre os escravos, há referências, como: a “grande mestiçagem dominante” e expressões depreciativas referentes às camadas populares, como foi o caso envolvendo Antônio Rebouças e a movimentação de negros contra portugueses em Laranjeiras, em 1823²⁷⁶. Há também uma correspondência do presidente Marcelino de Brito sobre a preocupação dos postos da Guarda Nacional em Sergipe terem homens de cor²⁷⁷, sobre violência e possível sublevação de cativos no Natal de 1824, como também escravos fugidos de engenhos e aglomerados em quilombos. Vale ressaltar que a autora não desenvolve questionamentos sobre a condição do escravo, sendo um texto de história política, no qual o homem de cor é inserido superficialmente por não ser a proposta central do livro tratar de escravidão.

A sublevação de cativos em Laranjeiras, em 1823, sob a influência de Antônio Rebouças são frutos das mudanças estruturais na escravidão que ocorreram após a Revolução do Haiti (1791-1804) – região das Antilhas considerada a “sociedade escravista que mais se desenvolvia no mundo atlântico”, “maior exportador de açúcar no mundo”. Contudo, com o crescimento da produção atrelada à insatisfação dos cativos com a rigidez do sistema escravista, acarretou um levante com ataques aos senhores e destruição de fazendas²⁷⁸. Também denominada Revolução Haitiana ou Revolução de São Domingos, foi realizada por cativos contra os senhores, lutando e vencendo as tropas francesas culminando na independência do Haiti, com os conflitos e consequências, estendendo-se para São Domingos e Cuba.

²⁷⁶ NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial I (1820/1840)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju, SE: Banco do Estado de Sergipe, 2000, p.182.

²⁷⁷ Ibid., p.182. Ofício do Presidente Joaquim Marcelino de Brito ao Regente Padre Diogo Antônio Feijó, em 2 de junho de 1833, encontrado pela autora no AN – Seção dos Ministérios.

²⁷⁸ YOUSSEF, Alain El. **Haitianismo em perspectiva comparativa: Brasil e Cuba (sécs. XVIII-XIX)**. Disponível em: <http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos4/alainelyoussef.pdf>. Acesso: 18 nov. 2015.

Sobre os reflexos no Brasil, Gomes e Soares demonstram que as ideias foram propagadas no Brasil, causando medo em grande parte do senhorio, principalmente na província do Grão-Pará por conta da proximidade geográfica. A partir do texto dos autores, é possível perceber o “contágio revolucionário” em diversas regiões do país com as adesões ao haitianismo, fazendo parte do cotidiano dos cativos nas cidades, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, além do citado evento de Laranjeiras em Sergipe D’El Rey. Um caso interessante ocorreu na Corte em 1805 com “o ouvidor do Crime” mandando “arrancar dos peitos de alguns cabras e crioulos forros o retrato de Dessalines, imperador dos negros da Ilha de São Domingos”²⁷⁹. Portanto, é possível perceber que notícias acerca dos sucessos de cativos no mundo atlântico chegavam até os cativos brasileiros em diferentes províncias, que passaram a assumir uma postura de maior enfrentamento das mazelas do cativo.

Em *Sergipe provincial II*, publicado posteriormente (2006), Thetis Nunes apresenta informações acanhadas sobre o cotidiano escravo que, no entanto, devem ser enumeradas. Uma menção, – de maneira usual, a encontramos em livros de História de Sergipe – é de que aqui os escravos eram melhor tratados. Todavia, tal ideia se desconstrói com a afirmação de Nunes de que o “melhor tratamento que os escravos recebiam dos seus senhores em comparação aos de outras regiões nordestinas, o que era decorrência do capital que significavam para o proprietário e o prejuízo trazido pela perda de um eles”²⁸⁰. Portanto, se havia melhor tratamento ou não, este se devia ao valor monetário de cada escravo, visto o potencial reduzido dos senhores de engenho de recompor o número de peças.

Essa informação que demonstra a pequena fortuna dos senhores sergipanos também é apresentada por Sharise Amaral, no livro *Um pé calçado, outro no chão*, em um comparativo a respeito das fortunas de Sergipe (Maruim, Aracaju e Laranjeiras) e de Salvador, em que os senhores sergipanos mais ricos possuíam uma fortuna acima de cem mil réis (13 pessoas) enquanto que em Salvador, em dados de Kátia Matoso, esta fortuna corresponde à sexta faixa (de 50 a 200 contos de réis), possuindo portanto, a Bahia,

²⁷⁹ GOMES, FLÁVIO e SOARES, Carlos Eugênio. **Sedições, Haitianismo e outras conexões no Brasil escravista: outras margens do Atlântico negro.** 2002. Disponível em: http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/97/20080627_sedicoes_haitianismo.pdf. Acesso em: 1 nov. 2015.

²⁸⁰ NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial II (1840/1889).** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju, SE: Banco do Estado de Sergipe, 2006, p.21.

senhores bem mais ricos²⁸¹. A perda de um cativo para os senhores sergipanos, portanto, significava um prejuízo significativo de seu patrimônio.

Sobre alguns documentos, ainda em *Sergipe Provincial II*, Nunes também menciona a questão do ócio e da preguiça e da carta do Arcebispo da Bahia, já citados no corpo deste trabalho, ao tratar das obras de Subrinho (2000) e Almeida (1993). Destaca o *Correio Sergipense* como “importante documento etnográfico do escravo sergipano nas descrições dele feitas”²⁸², descrições já demonstradas no trabalho de Luiz Mott *O escravo nos anúncios de jornal em Sergipe*, e ainda no livro *Sergipe Colonial e Imperial: Religião, família, Escravidão e Sociedade*, que será analisado adiante.

Nunes cita obras de outros autores que estão elencados no corpo deste trabalho, como Santos (1997), ao tratar de João Mulungu, este como “figura das mais populares entre os escravos”. Essa informação é muito importante para a compreensão do cotidiano escravo, no que tange às fugas, pois conversas sobre as vitórias dos escravos fugidos sobre seus perseguidores deveriam ser algo do cotidiano dos escravos, além de sugerirem também a existência desta rede de comunicação entre cativos. A autora também cita Felte Bezerra e seu livro *Etnias sergipanas*, onde o autor ressalta a introdução de “feições culturais” do negro na população sergipana, das quais pode-se observar vários indícios no cotidiano atual:

Na disparidade de suas feições culturais, ao lado da variedade de tipos, dos traços somáticos, da coloração da pele ou antropometria, deixavam em Sergipe, em edição reduzida, o que em larga escala fizeram na Bahia, para nos legarem também, os interessantes aspectos do folclore, de ritos e crenças, de conflitos mentais, enfim, de que se vê impregnada a população sergipana nos dias presentes. É que o negro conseguiu introduzir aqui como em outros pontos do país onde sua permanência foi numerosa, profundas cunhas em nossa argamassa cultural, das quais sobrenadam vários resíduos²⁸³.

Thetis Nunes ainda apresenta um subcapítulo sobre abolicionismo e um capítulo sobre educação em Sergipe, sendo o primeiro superficial e o segundo, sem, em momento algum, citar a condição do negro. Nas obras de Thetis Nunes aqui apresentadas, apesar de pertencerem à história política, depreende-se o cenário turbulento em que o negro cativo

²⁸¹ AMARAL, Sharise Piroupo. **Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe** (Contiguiba, 1860-1900). Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012, p.66-73.

²⁸² Ibid., p.58.

²⁸³ BEZERRA, s/d apud NUNES, 2006, p.61.

não era cidadão ou colaborador da formação cultural da província, mas, apenas, mão-de-obra.

Entre as dissertações utilizadas para a busca de indícios de cotidiano escravo em Sergipe, encontra-se o texto de Joanelice Santana, *Introdução ao estudo da escravidão em Estância, comarca da Província de Sergipe Del Rey (1850-1888)*, de 2003, em uma análise de diversos aspectos da escravidão na antiga vila. A autora utiliza Stuart Schwartz para falar do tamanho dos engenhos sergipanos e a relação com a Bahia, demonstrados também por outros pesquisadores de que “Sergipe era, de fato, uma extensão da economia da Bahia, contudo havia algumas diferenças. Seus engenhos tendiam a ser menores”²⁸⁴. Em outras palavras, a produção açucareira de Sergipe era uma expansão da produção baiana, com solos bastante férteis ainda não esgotados pela monocultura, mas com as propriedades em dimensões menores.

Duas importantes fontes são utilizadas por Joanelice Santana que servem também para pensar algumas questões relativas ao cotidiano escravo. O texto de Dom Marcos Antonio Souza, utilizado por outros autores referenciados neste estudo, e a estatística do padre Miguel Teixeira de Araújo Santos sobre Vila de Santa Luzia e Estância, em 1825, que apresenta diversas informações a respeito da população, como, por exemplo, o “maior índice de nupcialidade” ser dos pretos escravos, sendo 48% deles casados²⁸⁵. Encontrar maior quantidade de fontes a respeito de casamento de cativos e refletir sobre as suas motivações pode desvendar importantes informações sobre o cotidiano destes cativos. A autora também cita a análise crítica de Mott sobre os dados obtidos que permitem pensar como era o cotidiano da população, tendo em vista a pobreza em que vivia grande parcela da população:

É digno de nota em termos absolutos é no grupo de pobres que existe maior número de representantes de cada uma das quatro cores-etnia existentes nesta sociedade multirracial: 64% dos brancos recenseados são pobres; 9% dos pardos, idem; 90% dos pretos, idem e 100% dos índios, idem. O que vale dizer: sociedade predominantemente pobre. Se acrescentarmos a estes os escravos, teríamos que reformular a sentença anterior: sociedade miserável²⁸⁶.

²⁸⁴ SANTANA, Joanelice Oliveira. **Introdução ao Estudo da Escravidão em Estância, comarca da Província de Sergipe Del Rey (1850-1888)**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós- Graduação em História: UFBA, 2003.

²⁸⁵ Ibid., p.61.

²⁸⁶ Ibid., p. 30. A autora indica onde pode ser encontrado o documento: Arquivo Nacional, seção histórica, caixa 267, pacote 2. “Mapa Demonstrativo da população da Freguesia da Vila de Santa Luzia e Estância da Província de Sergipe Del Rey 8 de agosto de 1825. Vigário Miguel Teixeira de Araújo Santos.

O texto de Joanelice Santana não apresenta grandes contribuições a respeito do cotidiano escravo bem como a dissertação de Sheila Farias Silva, de 2005, intitulado *Nas teias da fortuna: homens de negócio na Estância oitocentista (1820-1888)*. A autora aborda os comerciantes da cidade de Estância sem adentrar nas questões do escravismo e do cotidiano dos cativos, apontando apenas que os escravos não eram empregados exclusivamente na lavoura, mas também no comércio, bem como o cuidado dos senhores com a escravaria por conta da dificuldade de reposição. O texto apresenta os comerciantes na sociedade escravista, sem caracterizar relações entre estes e seus cativos.

A dissertação *Derrubando os mantos purpúreos e as negras sotainas: Sergipe Dei Rey na crise do antigo sistema colonial (1763-1823)*, de Fernando Afonso Ferreira Júnior, também defendida em 2003, foi analisada na busca de cotidiano escravo em Sergipe no século XIX. Abordando informações econômicas de Sergipe na passagem do século XVIII e XIX, o autor prioriza as discussões teóricas, dificuldades e anseios dos senhores de escravos quando houve um levante escravo aos moldes de São Domingos não priorizando informações sobre a vida dos cativos. Sua principal fonte, ao longo dos capítulos, é o do padre Marco Antonio de Souza e processos contra facínoras e cativos. Ferreira Júnior aponta que as informações sobre levantes chegavam rápido às cidades sergipanas e aos ouvidos dos escravos. Na revolta de 1824 em Laranjeiras, por exemplo, com Antônio Rebouças, foram ouvidos gritos de “Viva a São Domingos”, acarretando maior vigilância dos cativos²⁸⁷. Contudo, não foram encontradas informações de cotidiano escravo.

Defendida no Programa de pós-graduação em Geografia, por José Mário dos Santos Resende, no ano de 2003, a dissertação *Entre campos e veredas da Contiguiba: o espaço agrário em Laranjeiras (1850-1888)* elucida e aborda importantes questões históricas relacionadas ao escravismo, na segunda metade do século XIX, em um importante território açucareiro. Sob a orientação de Josué Modesto dos Passos Subrinho, o autor realiza um trabalho interdisciplinar, ao analisar as características do território e o desenvolvimento humano no local, sem deixar de observar aspectos econômicos e sociais de trabalhadores escravos e livres do local.

No âmbito social, relativo aos locais onde os trabalhadores livres habitavam, Resende afirma que eles ocupavam terras “de qualidade inferior na condição de moradores,

²⁸⁷ FERREIRA JÚNIOR, Fernando Afonso. **Derrubando os mantos purpúreos e as negras sotainas: Sergipe Dei Rey na crise do antigo sistema colonial (1763-1823)**. Dissertação (mestrado). Instituto de Economia: Universidade Estadual de Campinas, 2003.

rendeiros, parceiros e pequenos produtores”²⁸⁸, nos engenhos ou nos seus arredores, demonstrando que os trabalhadores livres também estavam envolvidos no cotidiano dos engenhos. O autor trata da doação e venda de terras para escravos e parentes, ao elencar, como fonte, uma escritura de “venda de um sítio de terras e casa para morar, que faz Dona Maria Rosa do Espírito Santo a Gertrudes, africana liberta, pela quantia de quinhentos mil réis”²⁸⁹, demonstrando uma quantidade grande de pecúlio junto pela liberta e a realização de transações comerciais entre classes sociais distintas. Outro exemplo é o inventário do liberto Manuel Francisco Lino:

falecido em 1883, deixou seus bens ao tio João Nepomoceno [...]. Tinha entre seus bens 4 tarefas de canas plantadas em terras alheias, 110 esteiras de pescaria, uma canoa velha, uma “morada de casas” com terreno contendo coqueiros e fruteiras, na Mussuca, e um terreno na Fonte Grande. No que pode realizar, Manoel Francisco era um homem de múltiplos fazeres, muito distante da categoria de vadio empregada na época para a sua classe por parte da açucarocracia: pescava, era meeiro na produção de canas, tinha um sitiozinho com fruteiras²⁹⁰.

Nos dois exemplos elencados por Resende, é possível observar as diversas atividades exercidas pelos libertos. Entretanto, também visualizado em outras pesquisas, Resende aborda a pejorativa característica de preguiçosos, lançada sobre a população livre em que, ao elencar alguns libertos que prosperaram em atividades de meeiros no cultivo da cana, desmistifica um pouco a questão. O autor sobre a preguiça dos cativos confronta os indícios de que os libertos trabalhavam com o relato do viajante Avé-Allemant:

Tem se tentado alugar trabalho livre entre a gente de cor, mas pouco se tem conseguido dessa gente preguiçosa. Procurou-se também auxiliar a fabricação do açúcar por meio de máquinas, mas nem todo o trabalho manual pode ser substituído por uma máquina. Por isso o próximo futuro da indústria açucareira em Sergipe, o nervo de toda a Província, é muito por recear²⁹¹.

Outra questão interessante abordada por José Mário Resende que possibilita observar a proximidade dos cativos na vida íntima do seu senhor e a quantidade de cativos domésticos para servir uma senhora de engenho. O autor, a partir da escrita de si de

²⁸⁸ RESENDE, José Mário dos Santos. **Entre campos e veredas da Cotinguiba**: o espaço agrário em Laranjeiras (1850-1888). Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. São Cristóvão: UFS, 2003, p.10.

²⁸⁹ Ibid., p.36-37.

²⁹⁰ Ibid., p.42-43.

²⁹¹ Ibid., p.15.

Aurélia Rollemberg, demonstra que o dote das moças casadoiras era constituído também por cativos, apontando ainda a aproximação e carinho dos cativos relatado por sua senhora:

1ª Senhorinha, casada, veio com o marido e dois filhos; era a minha empregada de quarto. Tinha sido criada por minha mãe, brincava comigo e Anita. Casou-se, mas fez questão de vir ser minha criada, sempre me quis bem. 2ª. Emília solteira, mas também quis me acompanhar, lavadeira e trabalhava na roça. 3ª uma mulatinha que aprendeu a cozinhar, Raquel; 4º um preto solteiro que a minha avó materna me deu de presente, Valentino, também veio satisfeito. 5ºo marido de Senhorinha, Benedito, era alto e preto, filho da minha ama de leite. Todos fizeram questão de me acompanhar (...). Me esqueci de dizer que no dia do meu casamento minha sogra me deu uma bonita costureira comprada no Rio de Janeiro²⁹².

Ao citar as memórias de Aurélia Rollemberg, José Resende permite o leitor observar a fidelidade dos cativos por sua senhora. O caso parece bastante comum, também referenciado pelo autor, quando os escravos da família Romero, em Lagarto, continuaram com seus antigos senhores, com as informações sendo transmitidas por um texto memorialístico de Aberlardo Romero:

Abelardo Romero nos informa que dos escravos domésticos do avô, com exceção de Simplicia, todos continuaram a morar na casa do seu antigo senhor. Teresa, a cozinheira; Claudío, o padeiro da loja; José Palavra e Luis, lacaios, domésticos para tudo. Ficou também a ex-cativa chamada de mãe mulata, uma velha que tinha sido, em sua mocidade ama de leite dos filhos da sinhá. Por fim, convivia também neste universo empilhado de parentes e sobrinhos a ex-escrava chamada Tia Antonia, mãe de criação de Silvio Romero, diga-se de passagem, comprada exclusivamente para tal fim²⁹³.

No tocante à alimentação de cativos e libertos, Resende apresenta importantes considerações: uma parcela significativa da população vivia nos “mangues e areias ‘zonas de ninguém’ onde a população livre vivia da pesca, agricultura e coleta de frutos”. O autor utiliza, como outros pesquisadores sobre Sergipe, os escritos de Adolphine Schramm que afirma: os “caranguejos eram parte da alimentação básica das pessoas, sendo um alimento muito barato”²⁹⁴, evidenciando, assim, a necessidade da população pobre em buscar um complemento da alimentação nos mangues. Ainda é utilizado Schramm como fonte para mostrar a venda semanal de excedentes da lavoura de subsistência dos senhores que

²⁹² Ibid., p.40-41.

²⁹³ Ibid., p.98.

²⁹⁴ Ibid., p.121-124.

“mandam seus escravos e, através deles, põem à venda o produto de seu trabalho ou de suas terras”²⁹⁵.

Contudo, vale ressaltar que, a partir dos indícios apontados por Resende, a escravidão sergipana também teve os seus percalços. O autor apresenta alguns Decretos e Resoluções provinciais que tinham por objetivo restringir o acesso dos cativos a determinados bens e locais. Por exemplo, os escravos não poderiam ser admitidos em escolas mesmo que o senhor assumisse todas as despesas do ensino, ou não poderiam frequentar tavernas como indica o Decreto de 1836, no artigo 13º: “O taberneiro que consentir em sua taberna escravos, mais tempo que o preciso para a compra de gêneros, que vão buscar por mando de seus senhores, e forem achados a comer, beber ou jogar, pagará multa de seis mil réis, e na falta [do dinheiro] sofrerá seis dias de prisão”²⁹⁶. Tais decretos e resoluções apontam para um cotidiano difícil para os cativos, pois os momentos de lazer eram restringidos.

Além de a dissertação de José Resende ter contribuído para pesquisas no âmbito da escravidão em Sergipe na cidade de Laranjeiras, a dissertação de mestrado de Joceneide Cunha Santos sobre o cotidiano escravo, em Lagarto, possibilita observar, em uma escala reduzida, a tão procurada questão do cotidiano escravo na Província de Sergipe. O texto de *Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto*, Província de Sergipe (1850-1888), defendida em 2004, ao lado de Amaral (2012), impulsiona a historiografia do negro em Sergipe para o rol das obras de destaque sobre a temática. A autora analisa a relação entre escravos e senhores, as experiências do negro em Lagarto, bem como as estratégias para driblar os conflitos. Para apenas uma vila, apresenta uma vasta documentação que possibilita uma rica coleta de dados, tais como: documentação cartorária, inventários *pos mortem*, processos-crime, sumários de culpa, testamentos, livros de nota, petições, ações de liberdade, registros e batismo e casamento, listas de classificação e emancipação de escravos, jornais oitocentistas, relatórios do presidente da província, relatos de viajantes, relatórios técnicos, memórias e leis²⁹⁷.

Após apresentar, no primeiro capítulo, informações sobre a vila de Lagarto, número de engenhos, quantidade de escravos e ocupações, Santos passa a escrever sobre aspectos da vida dos escravos, começando pelo cultural. No capítulo *Das fiadas aos congos: a*

²⁹⁵ Ibid., p.160.

²⁹⁶ Ibid., p.165. Ver: Legislação Sergipana. Tomo I, nº18, p. 34-5.

²⁹⁷ SANTOS, Joceneide Cunha. **Entre Farinhadas, Procissões e Famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)**. Salvador, 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, p.21.

cultura escrava há um vasto número de informações sobre cotidiano escravo. Ao iniciar seu capítulo, cita um trecho de Silvio Romero²⁹⁸, uma das suas principais fontes, sobre os escravos da região, demonstrando que beber na fonte de folcloristas, para além das fontes primárias, às vezes escassas e tendenciosas, fornece um leque de informações. Romero, sobre a cidade, diz que “o Lagarto, naquele período, era uma terra onde os festejos populares, reisados cheganças, bailes pastoris, taieiras, bumba-meu-boi... imperavam ao lado das magníficas festas da igreja”. A autora verificou a participação tanto de livres, quanto de libertos e escravos nessas festividades, caracterizada como um momento lúdico, ressaltando ainda que tais atividades de lazer poderiam ocorrer juntamente com o trabalho.

No primeiro capítulo, Joceneide Santos trata do mundo do trabalho. Caracterizando funções femininas e masculinas na Lagarto oitocentista, a autora permite ao leitor perceber a relação de alguns serviçais com seus senhores de cunho paternalista. Revela as funções femininas: “costurar, cozinhar e serviços domésticos”; o cuidado das mucamas para com a família senhorial e sua estima pelos mesmos; e os locais e redes de solidariedade das mulheres que tinham a lavagem das roupas por ofício. Quanto às funções masculinas seriam as de “carreiro, pedreiro, carpina, sapateiro, padeiro e mestre de açúcar”. Algumas eram escolhidas para o negro no auge da força física e outras davam, ao negro, situação de prestígio. Algumas outras tarefas, como a farinhada, descrita pelo viajante Rugendas e o folclorista Carvalho Déda, geralmente seriam de ofício de ambos os sexos. Em Lagarto, as farinhadas seriam dos homens. Já as fiadas, seriam ofícios femininos. Aponta o aprendizado de negros ainda muito jovens, citando o exemplo de uma escrava de 6 anos que, em tenra idade, aprendeu os serviços domésticos com a sua sinhá²⁹⁹.

Uma questão também apontada pela autora, apesar de ressaltar que havia poucos indícios, é o vestuário dos escravos. No engenho Piauí, “os escravos trabalhavam seminus, vestidos apenas da cintura para baixo”. Cita ainda trechos de uma poesia sergipana que afirma que “os escravos tinham camisas rotas” e a fuga de um escravo que levava “uma camisa, crioula d’algodão da terra e um surrão”³⁰⁰. Outras fontes mencionadas pela autora, sobre vestuário escravo em Lagarto, são o uso de chapéu, pelos homens, que “imitavam senhores e também símbolos da herança africana”, e tecidos de luxo, com fitas e miçangas utilizadas pelas mulatas das taieiras que, conforme a autora, representavam

²⁹⁸ Silvio Romero, lagartense e filho de donos de engenho na região, advogado, atuou em diversas áreas como na política, imprensa, na literatura, dentre outros. Destacou-se também como folclorista sendo alguns trabalhos fontes para Joceneide Cunha, pois traz indicações do cotidiano negro em Lagarto.

²⁹⁹ SANTOS, 2004, p. 56-60.

³⁰⁰ Ibid., p.57. Ver: *Correio Sergipense*, São Cristóvão, n.22, 22/03/1854.

“elementos atribuidores de poder e luxo”³⁰¹. Tais informações permitem observar que os escravos, no cotidiano do trabalho, ou em ocasiões festivas, não andavam nus, situação comparável, ainda que em menor escala, com a Bahia³⁰², visto a proximidade e local de origem de muitos escravos sergipanos.

Joceneide Santos ainda aponta outras questões do cotidiano negro relacionadas ao mundo do trabalho em Lagarto: as cantorias, cujas fontes são as obras de Silvio Romero; e o uso de tempero excessivo pelas cozinheiras que, para autora, representava “resistência do cotidiano”³⁰³. Entende-se por resistência do cotidiano as ações praticadas pelos cativos contra os senhores no seu dia-a-dia de trabalho desde a sabotagem na cozinha com incremento de temperos e imundícies até quebra de instrumentos de trabalho, por exemplo.

Em outro subitem, Santos menciona as atividades econômicas dos escravos como “comprar gêneros para o seu próprio consumo”, o cultivo de pedaço de terra cedido pelo senhor de engenho, o pecúlio constituído com ganhos resultantes de trabalhos extras para outros senhores, e ainda a prática de trabalhos artesanais como fonte de renda. Sobre folga, a autora também menciona a ingestão de bebidas alcoólicas e um indício da prática de capoeira, uma vez que muitos escravos dos engenhos de Lagarto vinham da Bahia. Outra importante atividade dos escravos, nos dias de folga, era a participação em atos religiosos com a Irmandade do Rosário, agremiação na qual “não havia restrição de cor”. Portanto, para a autora, a igreja era um “espaço de sociabilidade”³⁰⁴. Sobre a descrição da festa de São Benedito, de maneira semelhante informado posteriormente por Claudefranklin Santos (2013), é importante citar na íntegra:

O mastro com a bandeira de São Benedito era colocado logo após a festa, e ficava no terreno durante todo o ano. Embaixo da bandeira eram colocadas prendas, doces e frutas. Participavam deste momento da festa apenas os negros, libertos ou escravos, que retiravam o mastro e saíam dançando e cantando, acompanhados pelas taieiras e pelos congos. Por

³⁰¹ Idem.

³⁰² Na Bahia as mulheres negras eram muito adornadas. Apesar de as cartas régias proibirem o uso de alguns acessórios pelos negros, na Bahia, continuou a ocorrer luxo da escravaria e de libertos. Algumas eram mucamas que ostentavam o luxo de seus senhores, algumas prostitutas ou negras que conseguiram guardar pecúlio. Dentre os principais trajes da baiana, está o de Beca, utilizado em cerimônias religiosas, e o de baiana, para ser utilizados aos domingos. Na Bahia, havia confecção de joias exclusivamente para negras e mulatas, camisas bordadas e importações de objetos africanos comprados por africanas e crioulas na Bahia. SILVA, Simone Trindade Vicente da. **Referencialidade e representação**: um resgate do modo de construção de sentidos nas pincéis de balangandãs a partir da coleção do Museu Carlos Costa Pinto. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Salvador, 2005.

³⁰³ SANTOS, op. cit., 64.

³⁰⁴ Ibid., p. 67-73.

conta dessa parte da festa a irmandade tinha a preocupação de capinar e limpar o terreno em frente à Igreja.³⁰⁵

Além das fontes já citadas, ainda há outras tantas trazidas por Santos que esclarecem o cotidiano escravo de Lagarto. Ainda sobre a questão das irmandades, a autora esclarece que “as práticas culturais africanas eram ocultadas do Estatuto das Irmandades no Brasil”, pois eram associações portuguesas³⁰⁶. Contudo, mesmo com tais impedimentos, a autora consegue trazer em seu artigo, uma seleção de ações do dia-a-dia.

No terceiro capítulo, Joceneide Santos trata dos laços familiares e ritualísticos entre escravos, abordando, principalmente, os casamentos entre escravos e entre pessoas de condição jurídica diferente. Assinala que os casamentos não eram raros, porém, muitas vezes, a distância da paróquia e o custo impediam a realização da cerimônia. Aponta o amasiamento como algo comum e identificado como um compromisso entre o casal. Os senhores não participavam, como padrinhos, nem do casamento, nem dos batizados, porém participavam, algumas vezes, das festas e não impediam que acontecessem. O estudo da autora está em consonância com os debates sobre família escrava na atualidade.

No quarto capítulo, a autora trata das questões que envolvem a conquista da alforria e suas tipologias, bem como os laços de amizade que permeavam esta conquista entre escravos, libertos, outros senhores de engenho e bacharéis. A conquista vinha da astúcia do negro em conseguir testemunhas e aliados quando a negociação com o seu senhor se esgotava.

A dissertação de Joceneide Santos, ao apresentar as peculiaridades regionais da economia açucareira em Lagarto, com enfoque na vida dos cativos, expõe a novidade do cotidiano escravo para a Historiografia sergipana, aos moldes da nova história da escravidão. A autora, com seu trabalho, marca a ausência de um trabalho sobre o cotidiano escravo nas regiões do Cotinguiba ou da Mata-Sul, por exemplo, que possuíam um maior número de escravos por engenho.

A segunda obra analisada de Luiz Mott, *Sergipe Colonial e Imperial: religião, família, escravidão e sociedade*, publicada em 2008, é uma reunião de artigos publicados, em diversos eventos, sobre Sergipe, que o autor reuniu em um livro. Com um grande arcabouço de fontes, o autor trata de temas de Sergipe, desde o século XVI ao século XIX, perpassando aspectos relacionados à formação da sociedade: questões familiares,

³⁰⁵ Ibid., p.74.

³⁰⁶ Ibid., p.77.

religiosidade e trabalho escravo. Ao escravo é dedicado apenas um capítulo, todavia, a busca por indícios do cotidiano escravo foi realizada em toda a obra.

Mott apresenta, no quinto capítulo, denominado *A fuga de escravos nos anúncios de jornal de Sergipe: 1833-1864*, além das informações a respeito de fuga, anúncios sobre outras transações comerciais com os escravos – algumas com descrições minuciosas que podem revelar indícios sobre cotidiano escravo – e descrição física e comportamental, além do vestuário:

[...] fugiu um escravo de nação Congo, de nome Francisco, com os seguintes sinais: tem uma ferida ou carnosidade em um dos olhos, faltam-lhe dentes na frente de ambos os queixos, principia a ter alguns cabelos brancos [...] e barba. Fala um tanto apressado e mal o nosso idioma e é muito pródigo em chorar. [...] Levou a seguinte roupa: camisas de algodão da terra e americano, ceroulas do mesmo e traz calça e vésia azuis em um chapéu de copa alta de carnaúba. Também levou um cobertor de algodão novo [...] ³⁰⁷.

Como é possível observar no anúncio citado, são revelados alguns aspectos do cotidiano escravo, questões já citadas no corpo deste texto sobre vestuário, a descrição física, que, em muitos aspectos, pode demonstrar características étnicas dos cativos e características comportamentais que podem ser do cativo ou uma interpretação do senhor. No caso do escravo do Congo citado, o choro poderia ter sido usado como uma ferramenta de comoção do cativo. Sobre os anúncios, Mott enfatiza a questão da língua, com a qual o escravo tinha problemas, enquanto outros conseguiram dominá-la e eram bem espertos. Outro detalhe mostrado por Mott é relativo ao vestuário escravo, com a presença de africanismos, como o uso de “panos da costa” que, conforme o autor, eram usados como “turbante faixa ou mesmo mochila”. O autor também menciona o escravo Caciano, que fugiu levando “uma carapuça na cabeça”, complemento do “abadá”, traje típico dos negros malês ³⁰⁸. Tais fontes demonstram a forte relação ainda com a África.

Relativo à descrição da fuga de cativas, Mott observa que são descritas, nos anúncios, até as partes íntimas das negras, em especial os seios. Indicações como “bicos do peito apontando” ou “peitos ainda de pé”, o que, para o autor, “sugere a nudez generalizada das escravas, ou as intimidades sexuais inter-estamental” ³⁰⁹. As informações de Mott, além

³⁰⁷ MOTT, Luiz R. B. *Sergipe Colonial e Imperial: religião, família, escravidão e sociedade – 1591-1882*. – São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008, p.97.

³⁰⁸ Ibid., p.99-100.

³⁰⁹ Ibid., p.101.

de sugerir questões sexuais, podem demonstrar a pouca idade da escrava fugida ou indicar se as escravas mencionadas já tiveram filhos, ou não. Sobre o vestuário das mulheres, Mott afirma que eram coloridos, sendo de “chita cor de rosa com flores vermelhas, de zuarte azul ou com ramagens, de riscadinho, de chita amarela francesa, de chitão”³¹⁰, discorrendo ainda que as filhas de santo, nos terreiros de Xangô de Sergipe, traziam “camisas de casa em quadro, de brim, de riscadinho da Bahia, de madraço”. É possível observar, sobre o vestuário feminino em Sergipe, que, apesar de Mott indicar uma possível nudez das cativas, a descrição do vestuário de algumas cativas em fuga evidencia indícios do uso de roupas.

Ainda no capítulo sobre os anúncios de escravos, Mott afirma que poucos escravos tinham ofícios na cidade, haja vista a característica agrária de Sergipe. O autor menciona ainda que, entre os fugidos, havia três alfabetizados, o que é inusitado, pois havia a proibição de negros e libertos de aprenderem a ler e escrever. Outra característica que Mott encontrou nos anúncios foi sobre a vaidade dos escravos: tipos de corte de cabelo e barba, poucos sinais de castigos corporais³¹¹, que podem indicar que os escravos sergipanos não eram rudemente castigados.

Em outro capítulo do livro, relativo a sonetos seiscentistas em São Cristóvão, sobre os soldados rasos, denominados quadrilheiros, que ficavam a realizar diversos jogos em praça pública, Mott apresenta um pouco do cotidiano dos negros, em meio à vida da soldadesca:

No romper do dia, quando a escravaria já suava nos canaviais, os mulatos e pardos livres traziam os seus feixes de lenha, gaiolas de caranguejos e demais crustáceos, tão abundantes nos mangues dos arredores de São Cristóvão, as negras e negros aguadeiros carregavam seus tonéis e moringas das bicas e fontes, lá iam os oito quadrilheiros desenfadar-se a jogar a polha³¹².

A dissertação de Vanessa Oliveira intitulada *A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário: etnicidade, devoção e caridade em São Cristóvão-SE (século XIX)*, defendida em 2008, ainda não publicada, mas com artigos frutos da mesma publicados na Revista do IHGSE, é uma pesquisa de fôlego a respeito de uma determinada irmandade de homens de cor em Sergipe d’El Rey. Oliveira caracteriza as irmandades tradicionalmente “como

³¹⁰ Ibid., p.111.

³¹¹ Ibid., p.105.

³¹² Ibid., p.134.

instrumentos de controle social, destinadas a agregar os pretos à fé cristã e incentivar a paz e a obediência aos seus senhores”³¹³, contudo, indo mais além, pois cativos e livres criavam, no espaço da irmandade, redes de solidariedade e de ascensão social. A autora aponta Nossa Senhora do Rosário como a principal devoção entre as pessoas de cor, revelando ainda, a partir do compromisso da irmandade, como era realizada a gestão entre as diferentes etnias. Os cargos eram divididos entre angolas e crioulos, mas os brancos poderiam também se vincular à irmandade e realizar donativos – apenas não seriam da comissão. Oliveira demonstra que a eleição era realizada no dia da festa:

Na Vespera, ou dia da festa da Senhora do Rosário pela manhã, se fará a eleição dos novos Officiaes em presença do Reverendo Vigário: a saber dous Juizes, e duas Juizas dos Angollas, e dos Crioulos, quatro Procuradores do mesmo modo, que servirão dous os primeiros seis mezes, e os outros dous nos outros seis, e os Mordomos que parecerem bastantes³¹⁴.

A festa e os seus preparativos eram um momento ímpar para os devotos da irmandade. Em um dos momentos – a colocada do mastro em frente à igreja, no dia 21 de dezembro –, é possível perceber uma confraternização de grande proporção entre os participantes que, na ocasião, “repicavam os sinos, subiam muitos foguetes em gyrandolas, e elles, levados pelo enthusiasmo, reuniam-se em uma casa fronteira e tomavam vinho, genebra etc; e, saudando a Virgem do Rozario, erguiam - Vivas!!”³¹⁵. Posteriormente, no dia da festa, ainda de acordo com o relato da autora, utilizando o *Annuario Christovense*, é possível perceber o relato de uma grande quantidade de pessoas que acompanhava a festa:

Não é possível dar o numero de pessôas de todos os pontos da Provincia, hoje Estado, que comparecia a Egreja do Rozario para assistir a tradicional festa dos Reis. A maior parte do povo collocava-se na pequena praça do Rozario, por não comportar a referida Egreja, todos interessados em procurar melhor lugar para apreciar as funções³¹⁶.

Dessa forma, pensar a festa da irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São Cristóvão é perceber a grande participação de pessoas em um festejo organizado por

³¹³ OLIVEIRA, Vanessa Santos. **A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário**: etnicidade, devoção e caridade em São Cristóvão-SE (século XIX). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, UFS, São Cristóvão, 2008, p.27.

³¹⁴ Ibid., p.88.

³¹⁵ Ibid., p.110.

³¹⁶ Ibid., p. 112.

cativos e livres, provavelmente apreciados também por irmãos de cor e de cativo e pelos senhores e membros de outras confrarias religiosas. Possibilita pensar, ainda, na repetição de comportamentos em outras irmandades de homens de cor, em que as pessoas de cor se vestiam de reis e rainhas para saudar uma santa, se divertir e socializar em meio a uma trégua das atividades do cativo.

A obra selecionada de Ibarê Dantas foi a biografia do senhor de engenho e político *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel*, publicada em 2009. A escolha parte da argumentação de que, ao se selecionar fontes de um objeto de estudo, deve-se olhar para os lados, ou melhor, não se deve excluir trabalhos que tratam de uma classe social diferente, pois escravos *versus* senhores de engenhos estão totalmente entrelaçados. Apesar de ser uma biografia, deve-se ter a percepção de que tais obras podem também auxiliar na compreensão do processo histórico. O livro, entretanto, perde força no quantitativo de indício a ser elencado, por tratar, principalmente, da vida política do biografado e, por extensão, da vida política de Sergipe. Caso a obra desse destaque à infância, adolescência e hábitos da sua família, ao longo de décadas, teríamos um leque de informações preciosas sobre a interação menino de engenho *versus* moleque e senhor de engenho *versus* escravos. A falta de informações, segundo o autor, sobre os primeiros anos de Leandro Maciel, impossibilitou a existência de capítulos sobre esses dados.

Dantas, trazendo informações sobre antepassados de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, informa que o bisavô, Leandro Ribeiro de Serqueira, possuía 210 escravos³¹⁷. Mesmo para uma quantidade de escravos distribuídos em mais de um engenho, é o maior quantitativo encontrado nas pesquisas. Esse alto número possibilita pensar em indícios de uma organização do engenho, no sentido de conter a escravaria, contudo, faltam fontes.

Assim como outros autores já citados, Dantas fala do medo de insubordinações de escravos, na noite de Natal, durante as comemorações na vila, quando havia uma grande concentração de negros e libertos nas ruas, convocados pelo Alferes Fuão, para matar pessoas brancas, sob gritos de “viva os pardos e pretos” e “morram os brancos”, conforme depoimento do denunciante Antonio Luiz de Araújo Maciel, transcrito pelo autor³¹⁸.

Dantas ainda apresenta outra informação relevante sobre um primo de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, o senador Antônio Diniz de Siqueira e Mello, que era “o único na Província que, tendo um grande número de escravos velhos na sua fazenda, trata-os

³¹⁷ DANTAS, Ibarê. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel** (1825/1909). O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009, p.29.

³¹⁸ Ibid., p.43.

muito melhor do que os que estão trabalhando”. E, ainda, o senador “ensina a ler os filhos de suas escravas. É tão zeloso ao ponto de mandar o mesmo professor ensinar à noite os escravos adultos”³¹⁹. Informações sobre educação para negros foram vistas em Santos (1997), em *A Cabana do Pai Thomaz* e na tese de Samuel Albuquerque, intitulada *Entre cartas e memórias*.

Em sua pesquisa, Albuquerque apresenta detalhes da vida pública e privada do senador Diniz, descortinando, dessa maneira, importantes informações a respeito de suas alianças políticas, vida familiar e bens em terras sergipanas. Entre os dados encontrados sobre o senador Antonio Diniz de Siqueira e Mello³²⁰, o mais intrigante é o tratamento dispensado aos seus cativos, configurando-se em uma exceção, fato elogiado pelo abolicionista Francisco José Alves, transcrito por Albuquerque na íntegra:

Se ao menos todos os escravocratas d’este paiz procedessem como o senador Antonio Diniz de Siqueira e Mello n’esta provincia, suavizando a condição do infeliz escravo, a abolição poder-se-hia fazer com lentidão e sem perturbação da ordem social, infelizmente porem n’esta provincia é elle o unico que tendo um crescido numero de escravos velhos em sua fazenda, os tracta com mais zelo do q’ trata aquelles que lhe estão prestando serviços, a todos dizendo que aquelles pretos velhos são seus conselheiros de estado, que se acham aposentados por elle. Ainda é elle o unico, n’esta provincia, que tem um professor pago à sua custa para ensinar a ler aos ingenuos filhos de suas escravas, levando o seu zelo ao ponto de mandar o mesmo professor leccionar á noite os escravos adultos³²¹.

As obras de Santos (1997) e de Dantas (2009) permitem estudos sobre dois tipos sociais que se complementam, pois retratam a vida pública de um abolicionista e de um senhor de engenho. Todavia, o direcionamento das pesquisas não é para cotidiano escravo, mas para a vida política dos personagens tratados e aspectos políticos do período.

³¹⁹ Ibid., p.184.

³²⁰ Exceção, ou não, no tratamento dos cativos, sobre o senador Antonio Diniz de Siqueira e Mello ainda falta um estudo biográfico e da sua relação com os escravos. De acordo com Samuel Albuquerque, era descendente dos proprietários do Engenho Itaperoá, filho de Leandro Ribeiro de Siqueira e Mello e Maria Tereza de Jesus e Mello, “importante família do século XVIII em Sergipe Del Rey” e parente do Barão de Estância, senhor do Engenho Escurial. Diniz foi avaliado como um “político moderado”, sendo “um dos pilares do Partido Conservador em Sergipe, agremiação constituída por facções que gravitavam em torno das figuras do Barão de Maruim, de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel”, seu sobrinho. A fama de bom senhor de engenho para seus escravos foi veiculada por Francisco José Alves, abolicionista sergipano, em seus jornais *O Descrido* e *O Libertador*. Entretanto, não há maiores informações, além das citadas no corpo do texto, sobre o comportamento do senhor de engenho a respeito do tratamento dos cativos ou detalhes do cotidiano escravo em seu engenho ou em engenhos da família. Sobre o senador Antonio Diniz de Siqueira e Mello, ver: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Entre cartas e memórias**: preceptoras europeias no Brasil do século XIX. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

³²¹ *O Descrido*, 1882 apud ALBUQUERQUE, op., cit.

Foram defendidas, na mesma época, duas pesquisas sobre os quilombolas em Sergipe: a primeira, produzida por Igor Oliveira, em 2010, *“Os negros dos matos”: trajetórias quilombolas em Sergipe Del Rey (1871-1888)*, e a segunda, de Sharise Amaral, analisada na sequência. O texto de Igor Oliveira é um trabalho de busca dos percursos de escravos aquilombados, evidenciando sua resistência a partir da rede de sociabilidades que possuíam e a ineficácia da Guarda Nacional. Oliveira inicia o seu texto falando de problemas do escravismo, como as motivações para fugas e a quantidade de homens livres que diminuía gradativamente o número da mão de obras dos senhores, demonstrando ainda que os problemas enfrentados pela província iam além dos quilombos, como por exemplo, o número excessivo, segundo a elite açucareira, de livres “ociosos”. Contudo, para agravar os problemas de Sergipe Del Rey, a província ainda recebeu uma grande leva de imigrantes do Norte por conta da seca, fato que possibilita pensar o cotidiano dos engenhos e arredores como um percentual maior de pobres a necessitar de trabalho e alimentação. Eis o relato do presidente Francisco Idelfonso, em 1870:

A fome e a seca que de uma maneira cruel têm assolado muitas províncias do norte do Império, obrigou grande número de indivíduos a emigrarem para esta província, em busca de socorro. É sumamente contristador e aflitivo ver-se esses nossos irmãos entrarem nos centros populosos tristes e cadavéricos, tendo deixado muitas vezes após si o aconchego da família, a felicidade do lar e alguns bens que lhes garantiam das necessidades da vida. Não há coração que não sinta os males que acabrunham a tantos infelizes expatriados, e que continuamente vivem expostos às mais duras privações³²².

Entretanto, os diversos documentos apresentados por Igor Oliveira demonstram que a preocupação central dos presidentes da província e senhores de engenhos eram com os negros aquilombados. Oliveira explana questões pouco visualizadas das relações dos quilombolas, como a cobertura de amigos e parentes das senzalas e até de senhores de engenho. Quanto ao senhor, fato que causa estranheza, para o autor, quando o senhor Francisco Tavares resolve acobertar os negros fugidos em sua senzala, ela se torna “mais que um ponto de refúgio recrutado pelos quilombolas diante do perigo, se configurou como palco para uma suposta aliança entre o dono do engenho, seus escravos e os fugidos”³²³, pois o senhor proibia a guarda de entrar no local. A proximidade com as senzalas, de

³²² OLIVEIRA, Igor Fonsêca de. **“Os negros dos matos”**: trajetórias quilombolas em Sergipe Del Rey (1871-1888). Dissertação (mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, UNEB, Salvador, 2010, p.34.

³²³ Ibid., p.59.

acordo com as fontes do autor, não eram casos isolados, com fugidos participando até de festas e indo dormir nas senzalas no rigor do inverno. É possível pensar, dessa maneira, as ações cotidianas dos cativos fugidos com as informações apresentadas.

[...] as grandes estratégias na manutenção da liberdade foram forjadas com as comunidades das senzalas localizadas próximas aos seus redutos. Os elos firmados entre esses escravos se configuravam como um dos grandes empecilhos às atividades policiais. Talvez essa realidade explique também por que erguer os mocambos tão próximos do mundo senhorial. Além do mais, os riscos atribuídos a esta proximidade poderiam ser suplantados em prol de um maior contato com seus familiares e parceiros que permaneciam ainda sob o jugo senhorial, nas senzalas³²⁴.

Ao apresentar as trajetórias dos quilombolas, Igor Oliveira desvenda importantes aspectos da vida cotidiana dos cativos. As motivações para as fugas atribuídas à violência do senhor ou à mudança do mesmo, ou até por causa da pequena quantidade de ração que recebiam, como alegou o escravo fugido José Maruin³²⁵. Ao mesmo tempo, eram poucas as mulheres que se aventuravam a ser tornar quilombolas por conta da dificuldade em viver nos matos, com algumas delas abortando, com filho morrendo de mal de sete dias ou tendo que deixa-los na porta das igrejas. Fica evidenciado também que os quilombolas ficavam muito próximos aos locais de onde tinham fugido, relacionando-se com pessoas do entorno e comercializando e trocando produtos de furtos. Dessa forma, Igor Oliveira consegue desfazer a ideia de quilombolas isolados nas matas, sem amigos e sem relações com pessoas livres e cativas.

O livro *Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe*, de Sharise Piroupo Amaral, publicado em 2012, ancorada em sólida análise documental, apresenta uma obra historiográfica que contribui decisivamente para o avanço nas pesquisas sobre a escravidão em Sergipe. Até o lançamento do livro, fruto da sua tese de doutorado, defendida na UFBA, em 2007, não havia uma publicação que ressaltasse a busca pela liberdade e a atividade do negro para promovê-la, a partir de negociações e conflitos diversificados, além de apresentar um pouco da cultura dos cativos.

No primeiro capítulo *A doce Contiguiba*, Amaral fala um pouco da província de Sergipe, produção de açúcar, composição da população sergipana, ou seja, o contexto em que estavam inseridos os escravos que buscavam a liberdade. Trata ainda da produção e da

³²⁴ Ibid., p.46.

³²⁵ Ibid., p.75.

crise açucareira, citando as causas dos problemas do avanço econômico sergipano, como a falta de mão-de-obra decorrente das epidemias, fim do tráfico de escravos, leis emancipacionistas e a dificuldade de obter capitais³²⁶. Para falar sobre a classe senhorial, usa uma fonte que proporciona o olhar de quem vem de longe: as cartas de Adolphine Schramm para sua família em Hamburgo. Amaral, dentre os autores, foi quem melhor soube explorar este manancial precioso ao longo do trabalho. Destaca-se, neste capítulo, um indício sobre cotidiano escravo de uma fonte memorialista em que a autora faz refletir até o que é possível pensar sobre a veracidade das informações:

São muitos [sic] ativos os moradores de Sergipe, que empreendem este ramo da lavoura, porque com vinte cativos fazem maior quantidade de açúcar do que muitos ricos lavradores do recôncavo da Bahia com os seus enfraquecidos braços de cem escravos. Mas eu descubro e apresento a razão de proveito tão vantajoso. Ali são mais bem tratados estes homens desgraçados, sujeitos a lei do cativo; são nutridos com os saudáveis alimentos de vegetais com feijões e com milho que por toda a parte colhem com abundância. Os escravos do recôncavo da Bahia se nutrem com o escasso e nocivo alimento de carne salgada do Rio Grande; suas pequenas casas são cobertas de palhas e mal os agasalham do rigor da estação, quando as senzalas em Sergipe são cobertas de telhas. Os escravos são vestidos com algodão manufaturado pelas escravas, quando os do recôncavo pela maior parte parecem mudos orangotangos. Ali se lhes permite a mais doce sociedade; podem casar-se com as escravas da mesma família e ainda de outra, quando os proprietários da vizinha Bahia embaraçam a liberdade do matrimônio, obstam a este contrato santo, esse grande sacramento, como escreve o apóstolo³²⁷.

No segundo capítulo, *Intitulando-se forros: escravos em fuga*, Amaral trata dos folguedos que permanecem inseridos na realidade sergipana atual³²⁸ e da fuga como “uma das formas mais comuns de resistência escrava” – um ato repetitivo e banalizado, sem uma finalidade política³²⁹. Considerando as fugas como parte do cotidiano escravo, pode-se pensar que poderiam ser permanentes ou temporárias, mas com um propósito; também pode-se considerar aquelas sem planejamento, em que os cativos fujões vagavam sem destino. Amaral apresenta anúncios de escravos fugidos, nos quais o senhor não dispensa uma descrição minuciosa, e fornece, além de sua caracterização, alguns traços do seu cotidiano: “completava a identificação a descrição do jeito de falar, do modo de andar, as

³²⁶ AMARAL, Sharise. **Um pé calçado, outro no chão**: liberdade e escravidão em Sergipe (Contiguiba, 1860-1900). Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012, p.55.

³²⁷ SOUZA, 2005 apud AMARAL, 2012, p.46.

³²⁸ AMARAL, op. cit., p.90.

³²⁹ GOMES, 1996 apud AMARAL, op. cit., p.91.

roupas usadas no momento da fuga, a informação dos lugares aonde costumava ir, os lazeres de que gostava, além das cicatrizes no corpo”³³⁰. São exemplos de anúncios: o do escravo Luiz fugido “muito ladino, alegre e contador de histórias” além de gostar de batuques ³³¹; e a fuga de Bertholdo que possuía dotes de tocador de rabeca e de pandeiro³³². Portanto, aí estão indicadas algumas práticas de lazer dos fugitivos.

No terceiro capítulo, *Pelos matos: movimento quilombola*, Amaral discorre sobre o movimento quilombola trazendo claros indícios de cotidiano escravo. A autora aponta, como foi observado em outros textos, o convívio entre quilombolas e asenzalados: numa ação da polícia para prender quilombolas que estavam em uma “função” num engenho que tinha “rufos de pandeiro e alarido de que a função se achava no auge da animação”, um negro da casa avisou sobre a tentativa de captura³³³; já em outra situação, menciona ação de roubo praticado por quilombolas que invadem um engenho, mas visando à senzala, onde negros possuíam ouro – algo, ao que parece, bastante natural. No primeiro caso, havia amizade entre quilombolas e negros que realizavam batuque no engenho; no segundo, ao roubar a senzala, parece haver algum tipo de inimizade entre eles. O cotidiano dentro do mesmo grupo não era livre de desavenças.

Amaral, no quarto capítulo, *Liberdade conquistada: a casa e a Justiça*, também faz uma abordagem sobre os senhores que, nos últimos momentos da escravidão, passaram a conceder liberdade para os seus escravos, o que poderia ensejar um campo de pesquisa para cotidiano escravo relacionado aos meses que antecedem e sucedem o fim da escravidão. A respeito de cotidiano dos negros cativos na Bahia, Fraga aponta indícios bastante evidentes para a região do Recôncavo. Já, em Sergipe, falta uma pesquisa a esse respeito³³⁴.

No último capítulo de seu livro, *Senhores das próprias vidas: da liberdade e da autonomia*, Amaral busca compreender aspectos da religiosidade e do modo de ser dos egressos da escravidão. Uma questão, inclusive já encontrada em outros autores, é a ociosidade dos libertos. Porém, ao invés de trazer, como fonte, cartas ao presidente da província, através das quais senhores pedem que a força policial os obrigue a trabalhar, a autora apresenta a percepção de quem se envolveu com as questões da província faz pouco

³³⁰ AMARAL, 2012, p.93.

³³¹ Ibid., p.94. Ver: *Correio sergipense*, n.43, 26.05.1860, p.4.

³³² Ibid., p.105. Ver: *O Democrata*, n.25, 18/02/1880, p.4.

³³³ Ibid., p.157.

³³⁴ FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Editora Unicamp, 2006.

tempo, isto é, mais uma carta de Adolphine Schramm, reclamando de serviços prestados, que merece ser citada como pista de cotidiano escravo:

Gostaria de que todos os sonhadores, como as Stowe [...] fossem [...] obrigados a viver na zona tropical. O que fariam? Manteriam o seu entusiasmo filantrópico? Acredito que não, pois ainda é melhor sentir falta de tudo ou obter todo o conforto com esforço próprio do que se deixar servir por negros libertos. [...] Você quase poderia pensar [...] que sou a favor da escravidão. Não. Entenda-me corretamente! [...] Com isso quero dizer somente que eu mesma não tomaria meus escravos libertos como empregados. A liberdade, em vez de aumentar e ensinar-lhes os mais elevados conceitos de dignidade humana, transmite-lhes uma coisa só: não ser obrigado a trabalhar. Temos sorte com os nossos escravos. Roubar e mentir, obviamente, todos eles fazem. Em nossa casa, nunca são, contudo, espancados. O maior castigo para eles é ameaçar vendê-los por que nos amam e a boa vida de que desfrutam em nossa casa é suficiente para terem medo de uma troca³³⁵.

Outra fonte também denomina como preguiçosos os libertos que, possivelmente, não mais se submetiam às longas jornadas de trabalho, ou tratamento igual ou similar ao do escravo. Eis a reclamação cotidiana apontada por Amaral:

[...] A cólera em Sergipe dizimou terrivelmente os negros. Tem-se tentado alugar trabalho livre entre a gente de cor, mas pouco se tem conseguido dessa gente preguiçosa. Procurou-se também auxiliar a fabricação do açúcar por meio de máquinas, mas nem todo trabalho manual pode ser substituído por uma máquina.³³⁶

Sobre o modo de viver, Amaral sugere que os negros poderiam viver das roças e sítios e, ainda, desempenhar alguma função urbana. Os libertos possuíam maior liberdade, mas isso incomodava aos senhores que queriam vê-los no eito. Sobre libertos, um documento interessantíssimo é o inventário da negra Isabel Guaraná³³⁷ que evidencia a posse, por ela, de muitos bens de valor, em especial joias, possivelmente berloques de um balangandã³³⁸, e ainda objetos de devoção católica. A autora indica que o uso de adornos

³³⁵ FREITAS, 1991 apud AMARAL, 2012, p.269-270. Ver: Carta n.27 de Adolphine Schramm, à amiga de 26/07/1861.

³³⁶ AVÉ-LALLEMANT, 1980 apud AMARAL, op. cit., p. 270.

³³⁷ AMARAL 2012, p.289. Inventário de Isabel Guaraná da Costa, 31/05/1870. AGJES, Laranjeiras, cx. 131.

³³⁸ Os balangandãs referem-se a um tipo de adorno da joalheria afro-brasileira. Eram amuletos usados principalmente na Salvador do século XVIII e XIX por negras – libertas ou não – geralmente na cintura e que emitiam um som semelhante a um chocalho, os quais ganhavam notoriedade por se diferenciarem em tamanho, forma e no não ocultamento como ocorria com os demais amuletos usados por negras na época. Numa sociedade em que ritos católicos e africanos misturavam-se, o amuleto era o resultado do paralelismo religioso, pois as crioulas pediam proteção, através dos balangandãs, para as divindades de ambas as

de luxo pelas mulheres não era exclusivo da mulher africana de Laranjeiras, conforme cita alguns adornos das taieiras em Lagarto: “[...] de argolões de ouro e lacinho de fita; ao colo viam-se-lhes trêmulos colares de ouro; e grossos cordões do mesmo metal volteavam-lhes, com elegância e mimo, os dois antebraços, desde os punhos até o terço superior”³³⁹. Esses indícios também foram apontados por Joceneide Santos, relativos à questão dos adornos em ouro, mas que, em Sergipe, carecem de um estudo. Na Bahia, houve grande uso de tais objetos, tanto em cerimônias religiosas quanto no cotidiano. Para Sergipe, porém, faltam fontes iconográficas conhecidas a esse respeito.

Sobre as manifestações religiosas, Amaral diz faltar um estudo mais aprofundado, pois não encontrou “nenhuma referência à existência de candomblés, xangôs ou calundus”. Contudo, para autora, o que recebe o nome de samba e batuque, encontrados na correspondência policial e na documentação judiciária, podem ser cerimônias religiosas³⁴⁰. A autora cita mais uma carta de Adolphine Schramm, através da qual se mostra horrorizada diante da mistura de rituais católicos com africanos que ocorria nas festas natalinas, isto é, ocorria já naquela época, o que hoje chamamos de sincretismo religioso:

Aquilo que, numa cultura civilizada, serve para um descanso espiritual, transformou-se em festa popular, pela qual, quando os padres estão ocupados no altar, as pessoas de cor executam suas diferentes danças nos acordes, soltam-se centenas de foguetes. A menos de trinta passos da nossa casa tem uma capela, onde a agitação das pessoas, a dança, os fogos de artifícios, tambor e música duram até as três horas da madrugada. Nos casebres, são consumidas bebidas alcoólicas; na capela, são vendidos doces e flores. Gostaria que os missionários observassem essas coisas. Será que ainda se esforçariam para converter tais criaturas ao cristianismo? Mais pagã que brincadeira de mau gosto não pode existir e, contudo, todos os pais e avós foram criados como cristãos”³⁴¹

Outra fonte mencionada por Amaral, neste último capítulo, aponta para o cotidiano dos batuques e por quem eram frequentados, pois não ocorriam apenas nas senzalas e não eram apenas frequentados por cativos. Uma correspondência mostra a surpresa de quem a escreve, ao ver os participantes do batuque:

Ontem depois da meia-noite, ouvindo um grande alarido nas proximidades da fonte desta cidade, que denunciava a reunião de grande

religiões. FARELLI, Maria Helena. **Balangandãs e figas da Bahia**: o poder mágico dos amuletos. Rio de janeiro: A. C. Fernandes, 1981, p. 15-25.

³³⁹ MORAES FILHO, 1999 apud AMARAL, 2012, p. 289.

³⁴⁰ AMARAL, op. cit., p.306.

³⁴¹ FREITAS, 1991 apud AMARAL, op. cit., p.307. Ver: Carta n.23 de Adolphine Schramm, à amiga de 25/12/1860.

número de pessoas em um batuque, ou samba como aqui se denomina, dirigi-me ao quartel da companhia fixa, e fazendo-me acompanhar de quatro praças fui ao sobredito lugar, e qual não foi o meu pasmo, quando à recepção do dono da casa não encontrei um paisano, e de todos quantos lá se achavam eram soldados, alguns de polícia, e a maior parte da companhia fixa, entre eles as ordenanças do ajudante de ordem e um camarada do Cadete Meneses de V. S que inteiramente subordinado [sic] dizia em altas vozes que não receava prisão, porque se fosse preciso seria por V. S solto no dia seguinte³⁴².

Amaral evidencia, ainda, os silêncios que ocorriam na historiografia sergipana, na qual os grandes homens e os acontecimentos políticos sempre tiveram papel de destaque. O silêncio dos oprimidos e a multidão de sem nomes ganham aparência e contorno na sua obra e na de Joceneide Santos. Começa o acender das luzes e, aos poucos, a partir da influência da sua obra, o cotidiano dos cativos sergipanos vai sendo revelado. As práticas culturais já evidenciadas e a organização que possuíam, mesmo estando à margem da sociedade dita erudita da época, devem continuar a serem evidenciadas.

Uma obra também selecionada para compor este capítulo é o livro *A diáspora negra em questão: identidades e diversidades étnico- raciais*, publicada em 2012 e organizada por Paulo Neves e Petrônio Domingues. A obra é dividida em duas partes, a primeira, tratando temáticas relacionadas à escravidão; e a segunda, relacionadas ao pós-abolição. Reúne textos de pesquisas atuais que estão vinculadas à nova maneira de pensar a história dos afrodescendentes sem deixar de lado os trabalhos já existentes. Serão apresentados, na sequência, os artigos dos seguintes autores que compõem a primeira parte do livro: Joceneide Cunha Santos, trabalhando cultura e cotidiano; Frank Marcon, práticas de sociabilidade e mobilidade de africanos em Sergipe; e por último, Lourival Santos e Sharise do Amaral, que tratam do movimento quilombola em Sergipe.

O artigo de Joceneide Santos *Das fiadas aos congos: a cultura escrava na Lagarto oitocentista*, segundo capítulo de sua dissertação de mestrado defendida em 2004 e já analisada no corpo desta pesquisa, demonstra os novos caminhos da historiografia sergipana relacionada à questão dos escravos. A garimpagem de fontes sobre cotidiano escravo é uma das marcas deste trabalho, que pode ser caracterizado como de grande importância para a historiografia sergipana, em um despertar para o negro além da mão-de obra.

³⁴² AMARAL, 2012, p. 308. Ver: Ofício do chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito, para o ajudante de ordem da presidência, Aracaju, 05/09/1856. APES, pac. SP1-567.

O segundo capítulo do livro *Mobilidades Africanas em Sergipe: discurso e práticas de solidariedades e diferenças*, de Frank Marcon, Aline Ferreira da Silva, Willians Souza Silva e Daniela Moura Bezerra, aborda os discursos e as práticas de identidade e diferenciação produzidas pelos africanos, livres ou cativos, no século XIX. A partir da análise de testamentos e inventários, entende-se a mobilidade social e as redes de solidariedades construídas por esses africanos. Os autores puderam constatar que africanos e ex-cativos conseguiam acumular considerável número de bens, tinham dívidas a sanar por conta de empréstimos, ou pretendiam resgatar algum membro da família do cativo. As fontes revelam um outro cotidiano escravo em Sergipe: as táticas das redes de solidariedade que, nos testamentos, deixavam organizadas as providências a serem tomadas. O artigo foge da solidariedade apenas em ações de busca pela liberdade, mostrando escravos e libertos articulados em grupo e também que prosperavam no comércio, por exemplo. Também é citado no texto o Africano Felipe Barbosa de Santiago, comerciante de Maruim, que mantinha “relações com um dos comerciantes mais ricos da cidade, o que lhe rendera crédito e prestígio local nas relações com comerciantes baianos, de onde recebia mercadorias que repassava aos comerciantes locais”³⁴³. A atividade de próspero comerciante do escravo citado vai além de uma trajetória individual, com os autores tirando do limbo africanos que acumularam pecúlio para uma vida melhor para si e seus companheiros. O indivíduo não está separado da sociedade, e a quantidade de negros que conseguiram vencer o cativo mostra que negros que prosperaram não foram casos isolados.

O terceiro artigo do livro *A diáspora Negra em questão* é do professor Lourival Santana Santos, com o título *Negros e brancos: uma pedagogia da violência*. O artigo aborda a criminalidade escrava relacionada à violência sofrida nos engenhos, a violência entre escravos e não escravos e a rede de solidariedade que existia entre quilombolas e cativos. O artigo está em consonância com o texto da sua monografia de especialização, apresentado anteriormente. Suas fontes são, sobretudo, os processos do acervo do AJES – Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. Sobre o cotidiano escravo, algumas informações chamam a atenção: o ódio aos escravos que se tornavam feitores, a mobilidade que possuíam os quilombolas, o acúmulo de grande quantidade de alimentos para comercializar pelos cativos fugidos.

³⁴³ NEVES, Paulo S.C., DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). **A diáspora negra em questão: identidades e diversidades étnico-raciais**. – São Cristóvão: Editora UFS, 2012, p. 68.

O quarto e último texto que trata do período do trabalho escravo é de Sharise Piropo do Amaral, *Pelos matos e senzalas: o movimento quilombola*, que, com algumas adaptações, é parte do terceiro capítulo de sua tese de doutorado, publicada em 2012, já trabalhada anteriormente. A partir do levantamento de alguns importantes quilombolas, a autora busca compreender os sentidos e significados de suas atuações e de que maneira influenciaram no enfraquecimento do sistema escravista na região. As fontes são principalmente fragmentos de autos criminais e relatórios de presidentes da província. Longe do que se pensava na historiografia negra anterior, Amaral faz parte de uma corrente que não coisifica o negro e também não os vê como pobres coitados, mas aponta a sua capacidade inventiva em meio à adversidade.

A tese de Claudefranklin Santos intitulada *A festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928) Limites e Contradições da Romanização*, defendida em 2013, apresenta, como outros autores, de maneira central ou secundária, a Irmandade do Rosário da Vila de Lagarto. Apesar de Santos tratar das mudanças ocorridas na maneira de se professar a fé com a romanização, há indícios valiosos a respeito do auge da festa de São Benedito, para o autor, em meados do século XIX. Santos apresenta alguns dados gerais sobre a escravidão em Sergipe e origem de cativos, a partir de uma diversidade de fontes também utilizadas por outros autores que pesquisaram Lagarto oitocentista. O autor informa, por exemplo, citando Mott, que “em nenhuma circunstância o quantitativo de livres foi inferior ao de escravos”³⁴⁴ e Dom Marcos Antonio de Souza para demonstrar a origem étnica dos cativos “[...] grande número de pretos de Guiné e maior número de Angola”³⁴⁵.

Relativo à Irmandade do Rosário, Santos realiza importantes considerações sobre origem do culto, sendo que para Sergipe d’El Rey cita Francisco José Alves sobre a Virgem do Rosário ter sido “usada pelos padres na catequese dos primeiros escravos africanos vindos a Bahia”³⁴⁶. O autor tem como hipótese da propagação das Irmandades do Rosário a “necessidade da Igreja se fazer presente entre os cativos”³⁴⁷. Sobre a importância dada pela Igreja na conversão dos cativos, Santos expõe uma importante referência onde a Imperatriz Leopoldina em carta para Maria Graham fala da exigência em se batizar os

³⁴⁴ SANTOS, Claudefranklin Monteiro. **A festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928): limites e contradições da romanização**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013, p.94.

³⁴⁵ SOUZA, 1944 apud SANTOS, op., cit., p.114.

³⁴⁶ ALVES, 1999 apud SANTOS, op., cit., p.96.

³⁴⁷ Ibid., p.98.

escravos mesmo em locais distantes e a preocupação dos senhores em batizá-los, questão aplicável, portanto, também em terra sergipanas:

A lei portuguesa sobre escravos exigia que todo negro fosse batizado, tanto os importados quanto os nascidos no paiz. Acontece que a maior parte dos engenhos de açúcar e fazendas de café ficavam a uma distância muito grande de qualquer cidade para que fosse possível transportar os negrinhos logo que nasciam a uma igreja, para serem batizados, e quase tão difícil obter um padre da cidade tantas vezes quantas fosse necessário. Entretanto, por mais que um senhor de escravos brasileiro desprezasse os cuidados materiais com seus negros, seria difícil encontrar um só que se não preocupasse com suas almas e não ligasse a maior importância à simples cerimônia do batismo, tal como os romanistas ensinam³⁴⁸.

Sobre a festa de São Benedito, realizada na Irmandade do Rosário Claudefranklin Santos dialoga principalmente com os estudos de Silvio Romero, lagartense que vivenciou as festividades, bem como Melo Moraes Filho e Severiano Cardoso. O autor dialoga ainda com autores que pesquisaram outras irmandades religiosas ou também a da Vila de Lagarto, como Joceneide Santos. A respeito do início da festa, o autor informa que o Natal era um momento de muita calma, mas que chegado o dia 1º de janeiro começa uma agitação intensa a partir do relato de Severiano Cardoso:

A musa popular é fecundíssima no Lagarto, onde abundam os improvisadores de porfia, que derramam pela bocca com uma facilidade enorme uma alluvião de versos, totalmente descuidados na forma, mas de um bucolismo grandemente attrahente e verdadeiramente admirável³⁴⁹.

As fontes apresentadas por Santos demonstram que as atividades eram realizadas com grande entusiasmo pela população. É fácil imaginar a expectativa da população de cor, livre ou cativa, para participar das comemorações do dia do “santo preto”. Amancio Cardoso, citado pelo autor, também apresenta questões valiosas sobre as características da festa dizendo que havia uma carnavalização na “mistura o sagrado e o profano, que frequentemente se justapunha ou se entrelaçavam. Música, missa, cantos, danças, comidas, bebidas, repiques, leilões, foguetórios, rezas, vestes, brinquedos e cortejos formavam uma elaborada cerimônia”³⁵⁰. Sobre a expectativa da população para as festas, Santos diz que as festas do período ficaram conhecidas como “janeiras”, ou seja, “festas populares, como os

³⁴⁸ BIBLIOTECA NACIONAL, 1938 apud SANTOS, op., cit., p.125.

³⁴⁹ CARDOSO, 1896, p.41 apud SANTOS, op., cit., p. 186.

³⁵⁰ CARDOSO, 2003 apud SANTOS, op., cit., p.187.

bailes pastoris e reisados, que faziam parte do Natal, Ano Bom e Reis. Alguns escritos atestam a presença do Bumba Meu Boi, de Charangas, canções, sátiras, entre outros”³⁵¹.

Santos a partir de diversos relatos conseguiu reconstruir em diversos aspectos a comemoração do dia de São Benedito na Vila de Lagarto. Uma das primeiras atividades realizadas pelos devotos era a retirada do mastro para ficar em frente à igreja. O autor afirma que Moraes Filho constatou que ele “era retirado no dia primeiro de dezembro, levado em procissão por algumas artérias da cidade e depois recolocado, substituindo a flâmula gasta com o tempo e pendurando prêmios para provocar a subida de desafiantes” com as brincadeiras “realizadas durante os dias que antecediam ao seis de janeiro”. Santos também menciona Severiano para afirmar que “o mastro era buscado na mata, anualmente, e depois fincado, dando a entender que o pau do ano anterior era substituído”³⁵². Em um relato memorialístico, Edilberto Campos, outra fonte preciosa citada pelo autor, aponta o que os devotos faziam com o mastro entre dos dias 5 e 6 de janeiro. Em meio ao ritual, é perceptível elementos da cultura africana na música entoada e da religiosidade portuguesa de apego aos santos, demonstrando que o cotidiano das festas religiosas dos homens de cor de Lagarto havia elementos da cultura do oprimido e do opressor, concomitantemente:

[...] Defronte da capelinha do santo, na antiga Praça da Cadeia, encontrava-se fincado no chão um grosso poste de madeira roliço, com uns 10 a 12 metros de altura, tendo no topo a bandeira da Confraria e no dia 5 ou 6 de janeiro, Dia dos Reis, os devotos do santo negro desenterravam o pesado madeiro e passeavam com êle nos ombros pelas ruas, precedidos por uma charanga típica de gaitas, tambores e zabumbas, muito sérios e convencidos de que, se não praticassem aquele ritual de penitência, seriam castigados com doenças e infelicidades durante todo o ano³⁵³.

Como citado anteriormente, uma das principais fontes de Santos sobre a festa de São Benedito em Lagarto deve-se aos estudos folclóricos de Silvio Romero, em que, é possível ter uma descrição dos detalhes e conseqüentemente, pensar em aspectos do cotidiano escravo relativo ao festejo. É possível observar a descrição da participação na procissão da Coroação do Rei do Congo e a participação das Taieiras bem ornadas. Os cânticos e as práticas dos dois grupos folclóricos apontam para uma grande participação feminina em uma irmandade com a maioria dos participantes do sexo masculino:

³⁵¹ Ibid., p.188.

³⁵² Ibid., p.206.

³⁵³ CAMPOS, 1964 apud SANTOS, op., cit., p.207.

No Lagarto, em Sergipe, no dia de Reis celebra-se a festa de S. Benedicto e apreciam-se então alli dous folguedos especiaes: o dos Congos, que é próprio dos negros, o das Tayêras, feito pelas mulatas. Os Congos são uns pretos vestidos de reis e príncipes, armados de espadas, e que fazem uma espécie de guarda de honra e tres rainhas pretas. As rainhas vão no centro, acompanhando a procissão de S. Benedicto e de Nossa Senhora do Rosário, e são protegidos por sua guarda de honra contra dous ou tres do grupo, que forcejam por lhes tirar as coroas.

[...]

O canto, por exemplo, dá um toque especial, como, por exemplo, no momento em que os guardas de honra tentam proteger as coroas das rainhas da festa de São Benedito em Lagarto: “Fogo de terra, / Fogo do mar, / Que a nossa rainha / Nos ha de ajudar”. Afora isso, vale também destacar como se sobressai a presença feminina em todos os seus momentos. É o caso das Taieiras: [...] As Tayêras são mulatas, vestidas de branco e enfeitadas de fitas, que vão na procissão dansando e cantando com expressão especial e cor toda original³⁵⁴.

Além das citações de Silvio Romero relativo à participação de grupos folclóricos na procissão, Santos também menciona a antropóloga Beatriz Góis Dantas a respeito da participação das Taieiras que buscavam os soberanos (os Reis do Congo) em suas casas e “dançando, enfeitavam o cortejo no seu deslocamento para a Igreja ou durante a procissão”. Após a apresentação dos dois grupos os reis recolhiam-se após os atos religiosos e as Taieiras “acompanhavam até suas residências, e só então, se punham a dançar nas casas das pessoas, independente da condição social, realizando a chamada parte profana da festa”³⁵⁵. Essa parte profana da festa, segundo o autor e também relatada por Joceneide Santos era regada a cachaça, num momento de grande descontração e das pessoas de cor irem à forra contra os malefícios do escravismo em uma liberdade momentânea. Tal fato é comprovado pelos quinze alambiques que possuía a Vila de Lagarto³⁵⁶. Os devotos, em cânticos entoados no período da festa, cantava versos que demonstram a vontade de querer assemelhar-se com o santo:

Meu S. Benedicto
É santo de preto;
Elle bebe garapa,
Elle ronca no peito!³⁵⁷

³⁵⁴ ROMERO, 1888 apud SANTOS, op., cit., p.190.

³⁵⁵ DANTAS, 1972 apud SANTOS, op., cit., p.191.

³⁵⁶ Ibid., p.208.

³⁵⁷ MORAIS FILHO, 1904 apud SANTOS, op., cit., p. 191.

A tese de Claudefranklin Santos é um importante texto da historiografia sergipana. Apesar de não ser seu tema principal aspectos da escravidão em Sergipe é possível em sua obra encontrar informações valiosas sobre o comportamento e atividades das pessoas de cor na Vila de Lagarto na festa para São Benedito. A partir de uma diversidade de relatos, Santos revela o auge de uma festa grandiosa realizada e celebrada principalmente pela população pobre e de cor de Sergipe d'El Rey.

A última obra analisada a dissertação de Flávio Nascimento, defendida em 2014 e intitulada *Andando com fé: os atores e os atos das irmandades do Rosário da vila sergipana do Lagarto em perspectivas (1850-1888)* busca desvendar informações a respeito da rede de sociabilidades e atividades realizadas no âmbito da confraria por livres, libertos e escravos. O autor trata de apresentar o cenário, a Vila de Lagarto, para os leitores para posteriormente, se aprofundar nas questões vinculadas a irmandade. Em suas primeiras considerações pontua, de maneira clara, a partir de outros autores e dados demográficos, a importância do quantitativo da população livre em Lagarto, do grande número de pessoas de cor e do baixo índice de africanos. Os livres e forros, ao se desvincularem do cativo, procuravam a região, por exemplo, para trabalhar nas fazendas de criação de gado³⁵⁸. Sobre a questão, ao citar Mott, o autor demonstra essa atividade praticada por cativos que almejavam a liberdade e por forros na região:

[...] a pecuária extensiva possibilitasse uma maior liberdade de distanciamento dos escravos vis-a-vis seus senhores contando por conseguinte os escravos com maiores chances de acumular o pecúlio necessário a compra de suas alforrias, diferentemente do que deveria acontecer nas áreas açucareiras. Outra possibilidade é de que os escravos alforriados ou manumitidos em outras áreas, notadamente na Contiguiba e no vasa-barris, buscassem a zona sertaneja exatamente para se distanciar-se da área mais escravista de Sergipe, isso com intenção de conseguir mais facilmente ganhar a vida como agregados ou vaqueiros das fazendas de gado, estes últimos pagos, via de regra, com ¼ das crias que nasciam sob os seus cuidados³⁵⁹.

Relativo à Irmandade do Rosário, Flávio Nascimento evidencia diversas informações já observadas por outros autores e questões ainda pouco abordadas na historiografia sergipana, como os ritos fúnebres nas irmandades religiosas de Sergipe d'El

³⁵⁸ NASCIMENTO, Flávio Santos. **Andando com fé: os atores e os atos das irmandades do Rosário da vila sergipana do Lagarto em perspectivas (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014, p.41-55.

³⁵⁹ Mott, 1986, p.143 apud NASCIMENTO, op., cit., p.50.

Rey. Os membros da Irmandade do Rosário de Lagarto, que consta na documentação analisada pelo autor, realizavam o sepultamento de membros da irmandade em caso de indigência e angariavam donativos para ajudar cativos a saírem do cativeiro com “esmola de 5 mil reis, para qualquer irmão cativo que tenha de libertar-se”³⁶⁰, demonstrando uma preocupação e uma rede de solidariedade para ajudar quanto as questões. É perceptível, a partir dos dados fornecidos por Nascimento, que não era difícil pobres e escravos entrarem para a irmandade, pois não havia empecilhos relativo a cor, estado civil e quanto a ser escravo, pois apesar do artigo 11 do compromisso da Irmandade afirmar que “Cada irmão ou irmã entrará no acto de sua admissão com a jóia de dois mil reis para o cofre da irmandade, e d’ahi em diante ficará pagando quinhentos reis annualmente. E’ applicavel esta disposição aos irmãos já existentes”, ao que tudo indica parece que para irmãos mais pobres e escravos era menor a quantia solicitada³⁶¹.

São muitas as informações apontadas por Flávio Nascimento a respeito da rede de solidariedade na Irmandade do Rosário de Lagarto. A aproximação entre os membros de davam, por exemplo, por causa da proximidade das residências, com os participantes morando principalmente nos quarteirões nas imediações da igreja³⁶². Havia doações de diversos membros da sociedade da vila, desde de dinheiro, cessão de escravos para prestarem serviços na irmandade até defesa de escravos na busca de alforria na justiça. A participação de homens e mulheres do cativeiro ocorriam geralmente na colaboração nas obras e reformas, vendendo sua força de trabalho, realizando doações, como testemunhas de casamento e participação de batizados além da organização dos festejos³⁶³.

Sobre as características dos festejos da irmandade Nascimento afirma que existiam duas festas: a de Nossa Senhora do Rosário e a de São Benedito, sendo a primeira financiada pela irmandade e última realizada a partir de esmolas. O autor pontua que na festa do Rosário havia a limpeza, capinação, compra de ornamentos e incenso para a igreja além de festa com “comilagem e descontração”³⁶⁴. As atividades em torno da Festa de São Benedito também não eram diferentes, visto a animação e empenho dos devotos. Sobre a festa de São Benedito, uma importante fonte é utilizada por Nascimento: os relatos da festa feitos por Silvio Romero a Melo Moraes Filho que constam no livro *Festas e tradições populares no Brasil*, assim como realizou Claudefranklin Santos em sua tese. São

³⁶⁰ Ibid., p. 61-64.

³⁶¹ Ibid., p.68

³⁶² Ibid., p.70.

³⁶³ Ibid., p. 102-108.

³⁶⁴ Ibid., p. 112-113.

informações apontadas pelo autor: a retirada do mastro, no primeiro dia da festa, para a bandeira de São Benedito por negros “em animado cortejo cantando e dançando ao redor da igreja e pelas ruas da vila”, à frente um cortejo de negras vestidas de branco, as taieiras e também a participação da congada; no largo, o mastro era fincado na terra e recebia uma nova bandeira também eram colocados frutas, doces e garrafas de vinho; até o dia da festa as imagens passavam de casa em casa, onde por devoção eram enfeitadas³⁶⁵. O dia da festa participava toda a vila e região, o autor apresenta a descrição realizada por Melo de Morais Filho:

Os tabaréus de chapéu de couro ou de palha, vestia anova calça de riscado, passeavam desconfiados, conversando entre si ou com algum habitante do lugar, em amistosa confidência.

A vila em peso, pode-se dizer, participava do folguedo: os senhores de engenho abalavam-se de léguas; o povaréu formigava nas estradas; negros escravos dispensados do trabalho, festejavam o seu santo, descuidosos, contentes, felizes!³⁶⁶

A procissão de São Benedito era acompanhada por duas manifestações da cultura popular de matriz africana que ainda hoje perduram no estado de Sergipe. Como os Congos “a imagem de São Benedito, vinha seguido por três rainhas negras, devidamente coroadas e que eram acompanhadas por Congos”³⁶⁷ e as taieiras, ambos ricamente adornados. Sobre as taieiras:

Este grupo encantador e original compunha-se de faceiras e lindas mulatas vestidas de saias brancas entremeadas ostentação de rendas, de camisas finíssimas e de elevado preço, deixando transparecer os seis morenos, buliçosos e lascivos.

Um torço de cassa alvejava-lhes à frente trigueira, enfeitado de argolões de ouro e lacinhos de fita, ao colo viam-se-lhes trêmulos colares de ouro e grossos cordões do mesmo metal volteavam-lhes com elegância e mimo os dois ante-braços, desde os punhos até o terço superior³⁶⁸.

É possível perceber, no último texto analisado um estudo de aspectos culturais das pessoas de cor na Vila de Lagarto no século XIX vinculados a Irmandade do Rosário. A dissertação permite, juntamente com outros trabalhos sobre a mesma vila, em especial a

³⁶⁵ Ibid., p.114-121.

³⁶⁶ MORAIS FILHO, 1946 apud NASCIMENTO, op., cit., p. 121.

³⁶⁷ Ibid., p.123.

³⁶⁸ Ibid., p.128.

dissertação de Joceneide Cunha dos Santos e Claudefranklin Santos observar um leque significativo de informações sobre Lagarto oitocentista.

Em síntese, na historiografia sergipana, há trabalhos que tratam da escravidão, em obras relativas, ou não, à temática da escravidão, com algumas tratando de aspectos da cultura e cotidiano dos cativos. Os trabalhos de monta na historiografia sergipana tratam, principalmente, de política e economia, nos quais é possível encontrar alguns indícios sobre cotidiano escravo. As obras de História Econômica de Almeida e Passos Subrinho oferecem subsídios para compreender o sistema econômico no qual o negro estava inserido. Obras, como a de Freire, Nunes e Ibarê Dantas apresentam as questões políticas na região. As obras de representatividade para pesquisas sobre o cotidiano escravo estão relacionadas aos nomes de Sharise Amaral e Joceneide Santos. A partir dos indícios encontrados, foi possível perceber diversos aspectos da vida dos cativos: religiosidade, lazer, redes de compadrio e solidariedade, vestuário, bens, aspectos comportamentais e perspectivas para a vida.

Na historiografia sergipana, foram observadas algumas características do cotidiano escravo, como as práticas de sociabilidade, em especial atividades religiosas de lazer, em que elementos advindos da terra de origem se aglutinaram com elementos da colonização portuguesa. As práticas religiosas eram realizadas com muita devoção, grande parte seguindo o catolicismo por imposição, mas em meio também as brincadeiras típicas do território africano. Assim como em outras províncias, foi possível observar a devoção a Nossa Senhora do Rosário, protetora dos homens negros, bem como coroações de reis e rainhas, como ocorria além-mar, o que incomodava os governantes lusitanos.

A referência ao “samba” apontada pelas fontes, pode se tratar de um terreiro de candomblé – isso demonstra claramente o surgimento de terreiros a partir do século XIX. Ainda sobre a religiosidade, foi possível perceber, em especial, um casal que tinha joias em uma senzala e uma africana em Laranjeiras, o uso de adornos corporais que serviam como amuleto que formavam, possivelmente, uma penca de balangandãs, demonstrando o poder de enfeitar-se das negras sergipanas bem como semelhanças com a vizinha Bahia. As joias também poderiam servir como forma de acumulação de pecúlio móvel.

O vestuário constitui um aspecto do cotidiano bastante evidenciado. Com um número razoável de informações a respeito das vestes, em especial encontrados em anúncios de jornais, percebe-se que o escravo sergipano não ostentava belas vestimentas

como na Corte ou na Bahia, mas também não andavam *seminus*. As peças descritas nas fontes são bastante simples e, algumas vezes, recebiam um tratamento de tingimento ou bordado, todavia, enfatiza o cuidado dos senhores sergipanos em vestir a escravaria e, ao mesmo tempo, o cuidado dos negros com suas vestes, pois, ao fugirem, buscavam sempre levar roupas além das que estavam vestidos.

Relacionado às redes de compadrio e solidariedade, é possível observar em alguns autores, especialmente os vinculados à Nova Historiografia da Escravidão, a percepção da ajuda mútua, seja em práticas do dia-a-dia ou no amparo, ao fim da vida, de um amigo ou familiar, deixados em testamento. No caso de amparo no dia-a-dia, é necessário evidenciar as relações entre quilombolas na região do Contiguiba e os escravos pertencentes a engenhos vizinhos aos mocambos, em que o convívio e ajuda, com alimentos ou guarida, era algo bastante comum. Fica nítida, nas pesquisas realizadas inicialmente neste capítulo, que, apesar da tormenta da travessia da “Calunga Grande”³⁶⁹, os negros escravizados suportaram os horrores da escravidão com um comportamento de proteção coletiva, em que as perspectivas para a vida estavam relacionadas à solidariedade entre pessoas que se encontravam na mesma situação.

Pensar o cotidiano escravo nos engenhos em Sergipe, na historiografia sergipana, é garimpar os olhares diversos dos historiadores e observar a maneira diferenciada como interpretaram os vestígios históricos. As fontes relacionadas ao cotidiano escravo, em sua maioria, no que tange às escritas, não foram produzidas pelos cativos, mas por quem olhou com surpresa e falta de compreensão alguns aspectos da vida deles. Podemos perceber alguns historiadores sergipanos interpretando as fontes de maneira a evidenciar realmente aspectos da vida dos cativos, outros, talvez por não possuírem as ferramentas necessárias, não perceberam a importância de algumas de suas ações, como o “Céu dos Carinaíbas”. Em síntese, muito ainda há para ser evidenciado e interpretado, além do que já foi escrito na historiografia sergipana.

³⁶⁹ A travessia da Calunga Grande era como os cativos negros denominavam a travessia do Oceano Atlântico. Para saber sobre o assunto ver: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. **A travessia da Calunga Grande: três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899)**. São Paulo: Edusp, 2000.

Capítulo 3

Cotidiano escravo nas páginas da Revista do IHGSE

O próprio significado de história, que se refere também a saber de si mesma, pode entender-se como a fórmula geral de um círculo pretensamente antropológico que remete a experiência histórica a seu conhecimento, e vice-versa³⁷⁰.

Florentino Teles de Menezes foi o precursor da “Casa de Sergipe”, como é carinhosamente chamado Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Um jovem estudante que observou a necessidade da criação de uma instituição que promovesse o encontro e a disseminação de conhecimento pelos intelectuais sergipanos. Nunca chegou a ser presidente da instituição, mas seu retrato figura entre os ilustres presidentes no rol de entrada do IHGSE, como o patrono da “Casa de Sergipe”.

Desde a iniciativa de Menezes, decorreram mais de cem anos da criação do IHGSE e, conseqüentemente, da sua revista, alvo de análise historiográfica neste capítulo, na busca por indícios de cotidiano escravo no século XIX. Para a realização dessa análise, buscaremos trazer um pouco da história do primeiro órgão deste tipo fundado no país, o IHGB e, posteriormente, o IHGSE e a sua revista, demarcando, conforme fizeram outros historiadores que já se debruçaram sobre a revista, as diferentes fases do periódico. Por último, relacionaremos os vestígios de cotidiano escravo no século XIX encontrados nos artigos publicados, a fim de buscar as mudanças ocorridas na historiografia sergipana ao longo do tempo através da centenária publicação.

3.1. A criação do IHGB

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), pioneiro nesta tipologia de instituição no país, foi criado em 1838, no reduto da corte imperial na cidade do Rio de Janeiro, capital e local de maior concentração de intelectuais do país. Com o passar dos anos, outras instituições congêneres surgiram em diversos estados brasileiros durante o

³⁷⁰ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro pasado**. Para uma semântica de los tiempos históricos. Barcelona: Paidós, 1993, p. 177.

período imperial ou já no período republicano, mas desenvolvendo igualmente a ideia de difusão de conhecimento.

[...] o IHGB surgia como um estabelecimento ligado à forte oligarquia local, associada financeira e intelectualmente a um “monarca ilustrado” e centralizador. Em suas mãos estava a responsabilidade de criar uma história para a nação, inventar uma memória para o país que deveria separar, a partir de então, seus destinos dos da antiga metrópole europeia³⁷¹

Apesar de ser um intelectual e pioneiro em diversas iniciativas, considerado um monarca ilustrado, D. Pedro II não foi o fundador do IHGB, pois, naquele período, ele ainda não tinha alcançado “maioridade”. Todavia, ainda que não tenha sido criado pelo imperador, o IHGB tinha como marca “a teia de relações pessoais” e o “papel central do Estado e sua vinculação ao círculo ilustrado imperial”³⁷². O IHGB tornou-se o legitimador de uma história do Brasil, história oficial, remodelando o fazer historiográfico no país, que ficava legado a nomes estrangeiros na maioria das obras até hoje pesquisadas. Para Schwarcz, o IHGB estava nas mãos de “uma oligarquia local” e “associada a um monarca ilustrado”, constituindo-se numa associação que possuía “uma fala oficial em meio a outros discursos apenas parciais”³⁷³.

É preciso recorrer à história do período para compreender a importância e as causas do nascimento do IHGB no Rio de Janeiro e a disseminação, nas décadas seguintes e tardiamente até meados do século XX, de institutos históricos em diversas regiões do Brasil. O país, durante séculos, foi colônia de Portugal e, por isso, privado de diversas maneiras de desenvolver plenamente um pensamento filosófico sobre a nação e as ciências em seu território.

O Brasil vivenciava um marasmo científico, sendo esperado, nas Exposições Universais, para demonstrar a riqueza de sua fauna, flora e produção agrícola. Entretanto, as exposições eram locais para a apresentação do progresso das indústrias, com o Brasil participando, não continuamente, desde 1851³⁷⁴. Na Exposição de 1889, segundo Heloísa Barbuy, o Brasil buscou mostrar no seu *stand*, além das riquezas nacionais do andar térreo,

³⁷¹ SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.32-33.

³⁷² Ibid., p.133.

³⁷³ Ibid., p.134.

³⁷⁴ BARBUY, Heloísa. **O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.4 p.211-61 jan./dez. 1996.

os avanços na sua indústria manufatureira no 1º andar e, ainda, requintes culturais no 2º andar³⁷⁵. A autora observa que os cronistas passavam despercebidos da parte da exposição do Brasil que tratava de avanços industriais e “civilização”, pois “sobre os produtos brutos, agrícolas ou extrativos podem-se ler exclamações e entusiasmos, silêncio quase total para a exibição manufatureira e para os produtos mais refinados”³⁷⁶. Talvez a incredulidade de que o Brasil estava desenvolvendo a indústria na época e buscando, através de várias medidas, civilizar-se, recaía sobre a ausência de instituições de pesquisas no Brasil do século XIX.

Tudo estava por fazer no Brasil. Não havia Universidades, mas apenas escolas superiores de medicina, engenharia e direito pragmaticamente voltadas para formação de profissionais e nas quais a pesquisa – como já entendida em suas congêneres da Europa e dos Estados Unidos da época – era escassa ou inexistente³⁷⁷.

Fazer ciência, no Brasil do século XIX, era muito difícil e um problema histórico, pois possuíamos uma baixa quantidade de letrados no país, além da falta de instituições de pesquisa, em especial, universidades. O desenvolvimento da ciência ocorreria a partir da chegada da corte portuguesa no país, em 1808, criando a Imprensa Régia (1810), Museu Nacional (1818), jornais que publicavam artigos sobre ciência, Jardim Botânico (1811), dentre outras instituições, além das “missões estrangeiras no Brasil, e as viagens de intelectuais brasileiros ao exterior”, interessados “na elaboração de uma história e de uma ciência nacional”³⁷⁸.

Além do periódico do IHGB, outras revistas circulavam no Rio de Janeiro, em especial, a Revista *Popular*, criada em 1859 pela importante livraria *Garnier*, na Rua do Ouvidor, cuja missão era ser uma publicação científica, de caráter popular, que instrísse divertindo³⁷⁹, por meio da reprodução de diversos artigos publicados em periódicos estrangeiros. Para Moreira e Massarini, houve, em meados do século XIX, um interesse,

³⁷⁵ Ibid., p.222.

³⁷⁶ Ibid., p. 223.

³⁷⁷ WEHLING, Arno. Os institutos históricos estaduais e municipais e os desafios da sociedade brasileira contemporânea. In: **História, memórias e comemorações na Casa de Sergipe**. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2014, p. 24.

³⁷⁸ MOREIRA, Ildeu de Castro e MASSARINI, Luisa. **Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil**, p.43-64. Disponível em: <
http://www.casadaciencia.ufrj.br/Publicacoes/terraincognita/cienciaepublico/artigos/art03_aspectoshistoricos.pdf>. Acesso em 20 set.2015.

³⁷⁹ VENANCIO, Giselle Martins. **Ler ciência no Brasil do século XIX**: a Revista Popular, 1859-1862. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.20, supl., nov. 2013, p.1153-1162.

embora superficial, pelas ciências, principalmente por sua aplicabilidade nas indústrias, tendo o auxílio do ilustrado imperador D. Pedro II³⁸⁰. Portanto, havia, no Rio de Janeiro de meados do século XIX, uma busca por conhecimento que tinha como principal veículo de informações diversos periódicos de instituições científicas como o IHGB ou, também, os pertencentes a livrarias.

Os avanços dos estudos geográficos e históricos no Brasil, bem como o desenvolvimento da ciência, ocorreram a partir da sua independência e da necessidade de evidenciar que o país possuía uma identidade nacional. De acordo com Bauler e Keim, para a elite política brasileira, agrária e pouco ilustrada, competiria, a partir “da sua independência e da necessidade de função de organizar e consolidar o nascente Estado nacional brasileiro, e de inseri-lo no conjunto das nações, atribuindo-lhe um caráter de nacionalidade, de pátria, de nação, com suas singularidades e características enquanto povo brasileiro”, criar ou mesmo forjar uma “identidade nacional”³⁸¹.

No âmbito da historiografia e das ciências sociais, é possível visualizar discussões sobre as mudanças no pensamento dos dirigentes e intelectuais da nação quanto aos símbolos representantes da identidade nacional entre os séculos XIX e XX. Na atual conjuntura sobre identidade nacional, que começou a ganhar corpo entre as décadas de 1930 e 1940, com Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Hollanda e outros nomes, é possível visualizar a contribuição das três raças – o branco lusitano, o negro e o indígena –, como fontes das características que singularizam o povo brasileiro. Depois de muitos anos pensando o povo brasileiro como o branco europeu, a partir da década de 1930, “ser brasileiro significa viver em um país geograficamente diferente da Europa, povoado por uma raça distinta da europeia”³⁸². Todavia, voltando aos meados do século XIX, através do nacionalismo difundido no IHGB, o povo brasileiro é pensado como o branco descendente dos portugueses, o indígena tolerado, e o negro excluído da formação nacional.

No século XIX, a partir da independência do Brasil, vivenciou-se, para Albuquerque Júnior, “o momento de construção simbólica e discursiva da nacionalidade

³⁸⁰ MOREIRA & MASSARINI, op. cit.

³⁸¹ BAULER, Almir e KEIM, Ernesto Jacob. **O discurso etnográfico na revista do IHGB: 1840-1860.** Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 5, n. 3, p. 66-84, jul./dez. 2011.

³⁸² ORTIZ, R. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. In: _____. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1994. cap. 1, p.13-35.

brasileira”³⁸³. Vale ressaltar que, no panorama internacional, diversos países buscavam legitimação por meio das características identitárias, criando centros de pesquisa, museus e preservando o patrimônio arquitetônico³⁸⁴. A ideia de nacionalidade, no Brasil do século XIX, de acordo com o intelectual, poderia, ou não, incluir os povos indígenas, mas o negro era excluído, por ser considerado incapaz, por sua inferioridade, de se tornar civilizado.

As teorias em voga não permitiam pensar o negro ainda escravizado como passível de ser civilizado ou capaz de contribuir na formação do povo brasileiro. Partindo para pensar o fazer história no IHGB, para Bauler e Keim, “caberia à historiografia oitocentista a produção de um discurso da nacionalidade que convencesse os brasileiros da partilha de um passado e de um presente em comum”³⁸⁵. O local onde se moldou a nacionalidade brasileira, no século XIX, foi o IHGB, porém sem unanimidade, pois ocorreram conflitos entre Varnhagen³⁸⁶, defensor de um país branco, e Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães, indianistas, românticos³⁸⁷ que acreditavam que a nacionalidade brasileira estava atrelada aos índios.

Bauler e Keim abordam, em artigo, o discurso etnográfico no Brasil e a formação da nacionalidade no IHGB entre os anos de 1840 e 1860. Percebe-se o importante papel de disseminadora de ideias que tinha a revista do IHGB. Sobre o discurso historiográfico do IHGB, Manuel Guimarães também se debruçou afirmando que,

[...] ao definir a Nação brasileira enquanto representante da idéia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará decidindo

³⁸³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007, p. 32.

³⁸⁴ O modelo brasileiro de salvaguarda do patrimônio edificado segue o modelo francês do século XIX, com a criação da Inspetoria dos Monumentos Nacionais, em 1830. Ver: CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

³⁸⁵ BAULER e KEIM, 2011, p. 69.

³⁸⁶ Francisco Adolfo de Varnhagen foi um historiador brasileiro de meados do século XIX, reconhecido como o precursor da historiografia brasileira. Seu nome, incomum para lusitanos, deve-se ao fato de ser filho de portuguesa com alemão em solo brasileiro. Protegido do imperador D. Pedro II, escrevia a História oficial. Para José Honório Rodrigues (2008, p.151), “na sua época, ninguém fizera tanto e tão bem, simultaneamente história geral e parcial. Antes faltava ao Brasil a consciência da sua História, no mais largo período da sua formação”. Sobre o historiador, ver: RODRIGUES, José Honório. Varnhagen, mestre da História geral do Brasil. In: _____. **História e Historiografia**. Petrópolis: RJ: Ed. Vozes, 2008, p. 151-173.

³⁸⁷ O Romantismo foi um movimento intelectual de origem europeia que se desenvolveu no Brasil em meados do século XIX, principalmente no âmbito literário. Possuiu três fases: a 1ª geração, indianistas; a 2ª geração, a do “mal do século”; e a 3ª geração, a abolicionista. No caso particular do indianismo, é caracterizado pelo enaltecimento e idealização do povo indígena, com semelhanças ao culto do bom selvagem de Rousseau. São personagens literários deste período: Peri, do romance O Guarani e Iracema (romance homônimo) de José de Alencar, Juca Pirama da poesia de Gonçalves Dias, dentre outros. In: NUNES, B. A visão romântica. In: GUINSBURG, J. (Ed.). **O romantismo**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, p.51-74, 1985.

aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. Construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do “outro”, cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção³⁸⁸.

A eleição e exclusão de determinados símbolos para a criação da nacionalidade brasileira só foi possível graças, conjuntamente com o nascimento do IHGB, à publicação de uma revista para divulgação das pesquisas realizadas, algo que aconteceu com as instituições congêneres em outros estados. Schwarcz lembra que “é necessário destacar que o grêmio carioca procurou trazer para a história do Brasil um rigor documental até então inusitado”³⁸⁹, sendo criada, assim como na predecessora Revista do IHGSE com publicação trimestral para suprir a ânsia por conhecimento sobre a história e os grandes vultos nacionais. As temáticas recorrentes da revista do IHGB, ainda de acordo com Schwarcz, eram eventos históricos, limites geográficos e etnografia indígena, por conta do Romantismo que exaltava o índio, biografias e extratos de atas³⁹⁰. O negro não foi contemplado de maneira igual ao índio no periódico do IHGB, considerado “incivilizável” por alguns escritores que publicaram na revista do IHGB.

O conceito de civilização permeia a segunda metade do século XIX e início do século XX. Nobert Elias foi quem melhor refletiu sobre civilização, no livro *O processo Civilizador*, explanando como surgiram os conceitos de cultura e civilização e da regulação social e, ainda, autorregulação, como instrumentos para se chegar à civilidade. O conceito de civilização seria aplicado à coletividade, grupos, comunidades, nações, contudo de maneira subjetiva, pois os parâmetros para avaliar quem é civilizado, ou não, são falhos, uma vez que as comparações partem do etnocentrismo. Elias menciona alguns critérios que são considerados na observação de uma nação civilizada ou não, como o Brasil, no século XIX e início do XX, tentando seguir para igualar-se aos países europeus.

[...] há uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conceitos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira de como

³⁸⁸ GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos**: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p.5-27. p.7.

³⁸⁹ SCHWARCZ, Op., cit., p.141.

³⁹⁰ Ibid., p.143.

homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo poder judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, não há nada que possa ser feito de forma civilizada ou incivilizada³⁹¹.

Para Schwarcz, o conceito de civilização e progresso estão nitidamente imbricados com a antropologia cultural, que tinha como foco a cultura, sob o viés evolucionista, ou seja, parte-se do pressuposto que a civilidade é algo atingível em escalas evolutivas. Para a autora:

Civilização e progresso, termos privilegiados da época, eram entendidos não enquanto conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas como modelos universais. Segundo os evolucionistas sociais, em todas as partes do mundo a cultura teria se desenvolvido em estados sucessivos, caracterizados por organizações econômicas e sociais específicas. Esses estágios, entendidos como únicos e obrigatórios – já que toda humanidade deveria passar por eles –, seguiam determinada direção, que ia sempre do mais simples ao mais complexo e diferenciado. Trata-se de entender toda e qualquer diferença como contingente, como se o conjunto da humanidade estivesse sujeito a passar pelos mesmos estágios de progresso evolutivo³⁹².

Obrigatoriamente, as ideias racistas, provenientes da Europa, popularizadas aqui no Brasil, estavam entrelaçadas com a noção de civilização e progresso – o país só poderia alcançar níveis de civilização equiparados ao europeu se ocultasse e esquecesse a escravidão e o sangue mestiço dos brasileiros. Um exemplo da busca do esquecimento do negro na formação do nacional é apresentada por Schwarcz, ao descrever um concurso no IHGB, em 1844, quando se pergunta “Como se deve escrever a história do Brasil”. O ganhador, o cientista alemão Carl von Martuis, propõe, utilizando metáforas que havia no país, “um poderoso rio, correspondente à herança portuguesa” que tinha por dever “absorver os pequenos confluente das raças India e Ethiopica”, apresentando, dessa forma, a miscigenação³⁹³. A curiosa metáfora não deixa de mencionar as três raças, contudo, evidencia que a portuguesa branca absorve as demais, ou seja, consegue dissolver, na história do Brasil, a importância dos elementos indígena e africano.

O tempo passou, e o IHGB enfrentou uma brusca mudança política com a queda da monarquia no Brasil em 1889. Agora, que rumo historiográfico tomar? A mudança política

³⁹¹ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes (vol. 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1990, p. 23.

³⁹² SCHWARCZ, op., cit., 1993, p.75-76.

³⁹³ SCHWARCZ, Lília Moritz. **Nem preto nem branco**: muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma 2012, p. 26-27.

da monarquia para a República e o fim do sistema escravista não foram de imediato sentido de maneira profunda no IHGB. A instituição prosseguiu com suas atividades, exaltando a ciência e continuando a ser fiel a D. Pedro II – sentimento, segundo Schwarcz, “que só tenderá a crescer mesmo nos primeiros anos da República Velha”³⁹⁴. Com essa mudança política, ocorreu uma busca por novas personalidades que retratassem o nacionalismo dos cidadãos brasileiros, recriando novos símbolos históricos para o país. O historiador Magno Santos discorre sobre a capacidade de reinvenção do IHGB:

Com a eclosão do período republicano, a mais relevante instituição científica do Brasil oitocentista teve que se reinventar, assim como a própria nação brasileira teria que ser recriada, construindo novos heróis, buscando um novo passado, elaborando outro mitos fundadores³⁹⁵.

O IHGB vivenciou rupturas violentas na questão política, econômica e social no Brasil. No âmbito político, com o fim da monarquia brasileira para tornar-se república e com muitos percalços nos primeiros anos, desmembrou-se da relação próxima com Portugal; no âmbito econômico, continuávamos um país eminentemente agrário, que havia extinguido, a duras penas, a escravidão, mas que sentia, principalmente no Nordeste, o impacto da falta dessa mão-de-obra; na esfera social, éramos um país desigual, com altos índices de analfabetismo, principalmente entre a população negra e mestiça, pouco inclusivo, que buscava, com o imigrante europeu, o embranquecimento da população. Nesta conjuntura, o IHGB se reinventa, e o IHGSE é fundado em Aracaju, capital do estado de Sergipe.

3.2. A criação do IHGSE

O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) nasceu em 6 de agosto de 1912, setenta e quatro anos depois do surgimento do IHGB. Seu fundador não foi nenhum ilustre sergipano que circulava nos principais ambientes de discussão científica da capital

³⁹⁴ SCHWARCZ, op. cit., 1993, p.142.

³⁹⁵ SANTOS, Magno Francisco de Jesus. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a invenção da historiografia sergipana. In: **História, memória e Comemorações na Casa de Sergipe**. Samuel Barros de Medeiros Albuquerque; Magno Francisco de Jesus Santos; Anne Luíse Silva Mecnas Santos. (Orgs.). Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2014, p.117.

da República, mas um jovem estudante, ainda hoje pouco conhecido, Florentino Telles de Menezes, intelectual, que buscou apoio entre os magistrados do tribunal de Relação para a fundação da instituição de pesquisa e divulgação de conhecimento mais antiga do estado de Sergipe. Em seu primeiro discurso no IHGSE, Menezes expõe a necessidade de fundação da instituição em solo sergipano, por causa da falta de um espaço onde os filhos da terra pudessem ter suas ideias publicadas e apreciadas:

A fundação do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe não pode por mais tempo ser adiada. Fallar sobre a sua importância torna-se quase desnecessário; todos vós sabeis e melhor do que eu. Sergipe não tem um instituto ou uma instituição de científica com que se distinga seus grandes homens. Todos os nosso talentos são condecorados pelas sociedades estrangeiras ou de outros estados. Dahi o marasmo, a falta de estímulo que existe em nossa terra, não porque nos falem gênios, mas porque estes se apagam sem reflexo, victimas do meio como a voz se extingue nas planícies desertas, aos poucos, sem echo³⁹⁶.

A fundação do IHGSE contou com 22 pioneiros, número pequeno, que não representa na totalidade a intelectualidade sergipana do período. Entretanto, logo a quantidade de colaboradores cresceu, com 22 sócios fundadores, 08 sócios honorários, 55 sócios efetivos e 120 sócios correspondentes³⁹⁷. Quando o IHGSE foi fundado, segundo Ibarê Dantas, já existiam “seis casas instaladas no Nordeste”, evidenciando a “vida intelectual acanhada da pequena unidade federativa”³⁹⁸.

O acanhamento sergipano, no período, estava também nos aspectos econômicos. Terezinha Oliva afirma que os primeiros anos do século XX foi um período de “decadência ou estagnação”, ou seja, com Sergipe apresentando uma “debilidade na sua economia”³⁹⁹. Os problemas econômicos enfrentados por Sergipe, nesse período, estão relacionados à crise na exportação de açúcar, principal produto da economia sergipana. Oliva ainda salienta que quase tudo era importado “mensalmente do Rio de Janeiro” e que dentre os

³⁹⁶ MENEZES, Florentino Telles de. O Instituto Histórico e Geographico de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe**, Aracaju, v. 1, n.1, 1913, p.10.

³⁹⁷ Sócios do Instituto Histórico e geográfico de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe**. Vol. 1. Aracaju, 1913, p.51-56.

³⁹⁸ DANTAS, Ibarê. A trajetória da casa de Sergipe: 100 anos. In: **História, memória e comemorações na Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE**. Samuel Barros de Medeiros Albuquerque; Magno Francisco de Jesus Santos; Anne Luíse Silva mecenas Santos (Orgs.) Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2014, p.29.

³⁹⁹ OLIVA, Teresinha Alves de. **Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso**. 2. Ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2014, p. 29-30.

objetos havia até “jornais de moda”⁴⁰⁰ e também, possivelmente, periódicos científicos. A criação do IHGSE e sua Revista vem sanar uma debilidade intelectual na divulgação local de pesquisas científicas.

O impulso científico do século XIX perdurou no início do século XX, despertando, nos estados e municípios, a vontade da criação de institutos de pesquisa e difusão de conhecimento. Sobre o impulso que levou a criação do IHGSE, Magno Santos argumenta que “a fundação do instituto ocorreu no período em que prevalecia a profusão de ideias voltadas para a constituição de centros de ciência em diferentes cidades do Brasil, o que provou uma relativa descentralização dos debates acerca do destino do país”⁴⁰¹.

Em diversas partes do país, houve uma busca por higienizar, regenerar e civilizar as cidades. Entretanto, além das imposições das reformas urbanas, parte dos intelectuais “acreditava no poder transformador da cultura e que a educação era o principal ponto de promoção de uma reforma nacional, ou seja, seria uma agência de construção da civilização”⁴⁰². No caso sergipano, a criação do IHGSE e, conseqüentemente, da sua revista, minimizou qualquer laço ou semelhança ainda existente com a Bahia e foi “o lócus original dos debates sobre a sergipanidade”⁴⁰³. Para Itamar Freitas, a instituição foi e continua sendo “a voz dos sergipanos”, traduzindo o “sentimento” da população “nos diferentes momentos de sua experiência como povo autônomo na construção da representação chamada Sergipe”⁴⁰⁴. Para Magno Santos, o IHGSE foi “a mais importante instituição cultural sergipana da primeira metade do século XX”, pois, era um espaço para cultivar “as principais personalidades do Estado. Santos ainda afirma que faltava “uma instituição que reunisse os principais nomes da constelação intelectual sergipense”⁴⁰⁵.

Os sergipanos tinham que buscar o nível superior, principalmente direito e medicina, nos estados vizinhos de Pernambuco e Bahia. Para Ibarê Dantas, “o IHGSE nasceu sob a predominância dos bacharéis”⁴⁰⁶, o que pode ser facilmente comprovado ao se observar a profissão dos sócios fundadores. O ensino superior chegou com algumas

⁴⁰⁰ Ibid., p.42.

⁴⁰¹ SANTOS, 2014, p.108.

⁴⁰² Ibid., p.121.

⁴⁰³ ALBUQUERQUE. Samuel Barros Medeiros de. Adaptação do discurso proferido na sessão solene comemorativa da Emancipação Política de Sergipe, realizada pelo IHGSE em 06 de julho de 2012, e publicado no **Jornal da Cidade** de 08 de julho de 2012 (Caderno B, página 7, coluna Opinião).

⁴⁰⁴ FREITAS, Itamar. **A escrita da história na ‘Casa de Sergipe’ – 1913/1999**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

⁴⁰⁵ SANTOS, 2014, p.122.

⁴⁰⁶ DANTAS, Ibarê. **História da Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE 1912-2012**. São Cristóvão UFS: Aracaju: IHGSE, 2012, p.42.

faculdades isoladas, só se solidificando décadas mais tarde com a criação de uma universidade em Sergipe. Portanto, era, principalmente, no IHGSE e em algumas agremiações de menor expressividade que a intelectualidade sergipana se reunia e disseminava as suas ideias.

Assim como ocorreu no IHGB, a revista do IHGSE nasceu junto com a instituição. Pensada para ser publicada trimestralmente, a falta de recursos impossibilitou a vontade de disponibilizar, nesse lapso temporal pequeno, o periódico para os leitores sergipanos. Era um momento histórico de grandes disputas políticas e de ações memorialísticas a respeito dos que contribuíram para emancipar e fortalecer Sergipe. Sobre a fundação do IHGSE e de sua Revista, Albuquerque afirma que as criações marcaram a emancipação cultural de Sergipe, com o Instituto que passou “a reunir a fina-flor da nossa intelectualidade e capitanear ações que visavam preservar a memória, estudar a história e a geografia e construir uma identidade sergipana”. A Revista do IHGSE que circulou desde 1913, “é reveladora do pioneirismo da instituição nos debates sobre a identidade local”, observando ainda que uma análise apurada revela que seus fundadores e estudiosos foram “inventores da sergipanidade”. Para Albuquerque, a partir do discurso de Florentino Telles de Menezes, é possível visualizar “a tradição de identificar o sergipano por seus dotes intelectuais, em contraposição à pequenez e à pobreza do nosso território”, em tons científicos, defendidos pelos intelectuais da Casa de Sergipe⁴⁰⁷.

Nesse contexto, o IHGSE foi e continua sendo um espaço de acaloradas discussões históricas. Apesar de sua revista ser um importante documento de análise da historiografia sergipana, com seus mitos, heróis, vilões e contestações, a história científica sobre Sergipe não nasce na instituição, mas, no século XIX, com a obra *História de Sergipe*, de Felisbello Freire, considerada por muitos uma obra-prima da historiografia sergipana. É perceptível, a partir das primeiras publicações da revista do IHGSE, o diálogo entre autores e ideias, entre a obra de Freire e dezenas de artigos, escritos por autodidatas ou acadêmicos, que buscaram evidenciar a história da formação de Sergipe.

3.3. A Revista do IHGSE e suas fases

⁴⁰⁷ ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Adaptação do discurso proferido na sessão solene comemorativa da Emancipação Política de Sergipe, realizada pelo IHGSE em 06 de julho de 2012. **Jornal da Cidade**, 08 de julho de 2012 (Caderno B, página 7, coluna Opinião).

Importante instrumento de difusão de conhecimento, a Revista do IHGSE já foi alvo de análise por alguns autores, na sua totalidade ou de algumas temáticas abordadas⁴⁰⁸, como o estudo realizado sobre cotidiano escravo neste trabalho. Entre os trabalhos mais densos sobre a Revista, encontram-se o de Itamar Freitas⁴⁰⁹ e de Ibarê Dantas⁴¹⁰ – ambos analisaram a revista, percebendo as mudanças políticas e sociais no modo de se fazer história nas páginas do periódico. As obras, sem sombra de dúvida, também sinalizaram a importância do periódico para se perceberem as características da intelectualidade sergipana, com a formação acadêmica ou não, as áreas de pesquisa, questões metodológicas e teóricas, além dos interlocutores. A Revista do IHGSE é, portanto, uma fonte para inúmeras pesquisas a respeito da historiografia sergipana ao longo do século XX e XXI.

Na análise do periódico por Itamar Freitas, para uma melhor compreensão das mudanças e falta de periodicidade que ocorreram na revista, o autor dividiu seus estudos em quatro fases⁴¹¹. Nas fases indicadas por Freitas, encontra-se uma mudança acentuada na historiografia da “Casa de Sergipe” ao longo de cem anos. Nesta pesquisa sobre o cotidiano escravo em Sergipe do século XIX na historiografia sergipana, é seguida a proposta, para este capítulo, de Dantas sobre as fases da Revista do IHGSE, em um artigo denominado *A revista centenária da casa de Sergipe (1913-2013)*, que se assemelham com as fases pensadas por Freitas. Consequentemente, a busca de indícios do cotidiano escravo em Sergipe do século XIX, nos artigos publicados na revista do IHGSE, irá se apresentar de maneira distinta nas quatro fases apresentadas pelo autor. Não seguiremos as fases elencadas por Ibarê Dantas para o IHGSE, no livro *História da Casa de Sergipe*, pois, além de serem mais minuciosas, não abordam apenas a revista⁴¹² – em algumas fases, houve um grande lapso temporal na publicação do periódico⁴¹³.

⁴⁰⁸ OLIVEIRA, João Paulo Gama. A Casa de Sergipe e a escrita da História da Educação sergipana. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros; SANTOS, Magno Francisco de Jesus; SANTOS, Anne Luíse Silva Mecnas.(Orgs.). **História, memória e comemorações na Casa de Sergipe**: os 100 anos do IHGSE. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2014, p.229-268.

⁴⁰⁹ FREITAS, Itamar. **A escrita da História na “Casa de Sergipe” – 1913-1999**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002 (Coleção Nordestina). _____. **A “Casa de Sergipe”**: historiografia e identidade na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913-1929). Rio de Janeiro, 2000. Dissertação (Mestrado em História Social), PPGHS/IFCS/UFRJ.

⁴¹⁰ DANTAS, Ibarê. **História da Casa de Sergipe**: os 100 anos do IHGSE 1912-2012. São Cristóvão UFS: Aracaju: IHGSE, 2012. (Coleção Biblioteca Casa de Sergipe, 15).

⁴¹¹ Para Itamar Freitas, as quatro fases são divididas da seguinte forma: 1ª fase de 1913-1929, com 14 edições; a 2ª fase de 1939-1965, com 12 edições; a 3ª fase de 1978 – 1999, com 6 edições; 4ª fase de 2002-2012, com 10 edições.

⁴¹² Dantas aponta as seguintes fases do IHGSE: Tempos de Organização (1912-1921), Tempos de Descontinuidade (1921-1927), Tempos de Campanha e de Construção (1927-1939), Tempos de Libertação e

Quadro 01- Fases da revista do IHGSE

Fase	Período	Quantidade de números
1 ^a	1913-1929	14
2 ^a	1939-1965	12
3 ^a	1976-2002	07
4 ^a	2005-2015	11

A primeira fase da revista, segundo Ibarê Dantas, engloba os anos 1913-1929, correspondente principalmente à história dos grandes feitos e dos grandes homens, na qual também se observa a necessidade da legitimação de Sergipe como um importante Estado da Federação. Refletindo sobre o caráter científico da época, há a reprodução de importantes documentos históricos sergipanos. Entre as principais temáticas dos artigos, estavam estudos biográficos de grandes vultos históricos, a emancipação política de Sergipe e a questão de limites com a Bahia⁴¹⁴. As temáticas dos artigos publicados, entretanto, estavam em consonância com o pensamento da época – enaltecer aspectos da história local e destacar Sergipe, a partir dos grandes intelectuais da terra que ganharam destaque nacional como: Tobias Barreto, João Ribeiro e Silvio Romero.

Para Santos, a Revista do IHGSE, nesse período, “construía o sentimento de orgulho da *intelligentsia* local, com as biografias de seus filhos ilustres, reacendia a rivalidade com a vizinha Província Maior, por meio dos calorosos debates a respeito dos limites entre Sergipe e Bahia”⁴¹⁵. Para o autor, os primeiros anos do IHGSE foram marcados pelo “sentimento de sergipanismo”⁴¹⁶ ou “sergipanidade”. Sobre ações para o desenvolvimento da “sergipanidade”, o enaltecimento de datas cívicas importantes para o Estado, bem como a de sergipanos ilustres, pode ser facilmente encontrado na Revista do IHGSE. São exemplos notórios: edição nº 9, publicada em 1920, em comemoração à emancipação da província de Sergipe, antes era vinculada à Bahia, que ocorre em 08 de julho de 1820 e que se efetiva anos mais tarde; e a edição nº 15, publicada em 1839, em comemoração ao centenário de Tobias Barreto. Ainda sobre as comemorações do 8 de julho e a formação da “sergipanidade” no passado e na atualidade, Edna Matos Antonio enfatiza que “mais que celebrar a data cívica, a comemoração tem sido atualmente

Dissensão (1945-1951), Tempos de Audácia e Destaque (1951-1957), Tempos Agitados (1957-1965), Tempos de Declínio (1965-1969), Tempos de Crise (1969-1972), Tempos de Dificuldades e Permanências (1972-2003) e Tempos de Reforma e Modernização (2003-2012). Contabilizam-se 12 fases.

⁴¹³ Grandes ausências da Revista do IHGSE: 1929-1939, 1965-1978 e 1992-1999. Houve falta de periodicidade, com publicações condensadas em: 1921-1925, 1926-1927, 1941-1942, 2000-2002, 2003-2005.

⁴¹⁴ DANTAS, 2013, p.47-51.

⁴¹⁵ Santos, 2014, p.160.

⁴¹⁶ Idem.

resgatada a fim de construir importantes referenciais de memória do sentimento de sergipanidade”⁴¹⁷. Outra maneira de exaltação são os textos biográficos, que, segundo Freitas, contrário ao que acontecia no IHGB no período republicano, “a biografia ganha fôlego na recém-criada casa de Sergipe”⁴¹⁸, realizando algo parecido com o que fez o IHGB com os grandes nomes do império.

As biografias reproduzidas pela Revista estavam, portanto, em concordância com o caráter comemorativo da instituição e os critérios estabelecidos para a escolha dos retratados nas outras atividades memorialísticas [...]. Por outro lado, procurou-se resgatar algumas histórias de vida para servirem como exemplo à geração nascida após a proclamação da República. Exemplos de bravura antidespótica em favor da liberdade do cidadão e de amor à nação. Exemplos de obstinação pelos estudos, de luta em favor da civilização dos costumes. Timidamente, surgiram as primeiras tentativas de mistificar percursos republicanos, abolicionistas e nacionalistas, buscados no século XIX⁴¹⁹.

Portanto, sobre a primeira fase, é possível dizer que a Revista do IHGSE surge para delimitar e salientar as características do povo sergipano, aos moldes do realizado anos antes pelo IHGB para a história nacional, através das ações de bravura, conquistas e grandes homens.

A segunda fase do periódico, entre os anos de 1939-1965, ocorre depois de alguns anos sem a publicação da revista. Observam-se semelhanças com a primeira fase, pois continuam, principalmente, os textos biográficos. Entretanto, novos heróis surgem, como o político Fausto Cardoso. A questão dos limites intensamente debatidos na primeira fase cede espaço para textos que enaltecem a história dos municípios, como Itabaiana, Simão Dias, Riachão do Dantas, dentre outros. A respeito da produção do período, Dantas assinala que “em boa parte foi uma produção descritiva e impressionista, por vezes superficial, própria de amadores sem sólida formação, indicando carência de pesquisadores na área da História”⁴²⁰. Crítica semelhante foi realizada por Antônio Fernando Sá, sobre o final do período abordado, os anos 1960, em que a escrita da história da intelectualidade sergipana foi marcada “pela narrativa acontecimental e pelo autodidatismo dos

⁴¹⁷ ANTÔNIO, Edna Maria Matos. **A independência do solo que habitamos**: poder, autonomia e cultura política na construção do império brasileiro, Sergipe (1750-1831). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p.11.

⁴¹⁸ FREITAS, 2002, p.41.

⁴¹⁹ Ibid., p.45.

⁴²⁰ DANTAS, 2013, p.55.

historiadores”⁴²¹. Na primeira e segunda fase da Revista do IHGSE, há uma nítida ausência de temáticas que envolvem a escravidão ou a contribuição da etnia negra na formação do povo sergipano, ao contrário do que ocorria em outras regiões do país com a iniciação de pesquisas relacionadas a escravidão.

Caso à parte são os estudos realizados por Felte Bezerra no campo da Geografia, História e, sobretudo, na Antropologia. Bezerra publicou, em alguns números da segunda fase da Revista do IHGSE, análises ainda hoje pertinentes para a compreensão da formação do povo sergipano. Preocupado com o caráter científico de seus textos, o autor demonstra domínio das discussões entre a antropogeografia de Ratzel e as novidades apresentadas por Lucien Febvre. Alvo de análise de sua importância na historiografia sergipana por Antônio Fernando Sá, Bezerra pode ser apontado, no período, como aquele que alinhou os estudos da formação do povo sergipano à análise freyriana sobre a formação do povo brasileiro em *Casa Grande Senzala*, na obra *Etnias sergipanas*, já mencionada em outro capítulo. Sobre a importância dos estudos de Felte Bezerra para historiografia sergipana, Antônio Sá enfatiza que:

[...] percebemos na obra histórico-geográfica de Felte Bezerra o fecundo debate sobre as teorias deterministas e possibilistas em Geografia, influenciando sua interpretação histórica da conquista e ocupação do território sergipano. Desse modo, podemos acompanhar a história das ideias em Sergipe na primeira metade do século XX, em que se mesclam, nesta obra, uma herança evolucionista do século XIX, remontando à obra de H. Taine, com a teoria possibilista da geografia de Vidal de La Blanche, próxima da renovação historiográfica capitaneada pela obra de Lucien Febvre⁴²².

O historiador Antônio Fernando Sá insere Felte Bezerra, portanto, no rol dos intelectuais sergipanos que realizaram importantes obras historiográficas e salienta, em estudo realizado por Itamar Freitas sobre a historiografia sergipana, a estranha não inclusão do autor⁴²³. É curiosa a ausência de Bezerra no estudo de Freitas sobre a “Casa de Sergipe”, porque o autor trata de teóricos que Bezerra trabalhou em alguns artigos da Revista do IHGSE. Freitas apenas evidencia que alguns teóricos estavam com suas teorias sendo deixadas de lado no IHGB, quando no IHGSE estava em voga, porém, não

⁴²¹ SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **Capítulos de história da historiografia sergipana**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013, p. 90.

⁴²² Ibid., p. 67.

⁴²³ Ibid., p.58.

menção quais os pesquisadores faziam tal referência, como, por exemplo, Bezerra, que de maneira crítica, referenciava tais autores:

Um dos mais evidentes distanciamentos entre as duas associações esteve ligado aos referenciais teóricos e às concepções de História e Geografia adotadas pelo grêmio local. O modelo institucional francês, adotado pelo IHGS, por exemplo, já estava embebido de influências comteanas (em sua vertente religiosa) e do cientificismo alemão, configurado nas teses de Haeckel e Ratzel, enquanto que o IHGB entrava no século XX um pouco reticente no que concerne ao emprego de teorias e métodos “naturalistas” na sua tarefa de recolher as fontes e narrar a experiência da “nação brasileira”⁴²⁴.

Voltando a análise do tema proposto, um trabalho não elencado por Sá, por conta do seu cunho antropológico, chama a atenção por se tratar de um estudo de campo de práticas religiosas afrodescendentes. Descrevendo minuciosamente, o artigo *Xangô de Zeca*, um local de culto religioso na Atalaia Velha, Bezerra delinea aquilo a que assistiu como espetáculo de intenso sincretismo religioso. Narra como é a casa do pai de santo e o ritual e o que ocorre com os participantes. Num texto em que prima pelo detalhe, o autor dialoga com Artur Ramos e Roger Bastide, que desenvolveram importantes trabalhos na época. O texto sobre o Xangô de Zeca, na Revista do IHGSE, na década de 1940, demonstra quão alinhado com a produção científica da época estava o periódico, divulgando e desmistificando aspectos culturais da cultura negra – não menciona, porém, informações a respeito do século XIX.

Na terceira fase da revista, que vai de 1976 a 2002, ocorreram mudanças significativas nas temáticas do IHGSE. De acordo com Dantas, “sem abandonar antigas matérias, como biografia e eventos políticos, surgiram artigos sobre economia no século XIX, o negro no sistema de escravidão, epidemia de cólera, movimento operário, índios, dentre outros”⁴²⁵. Foi um período de destaque também para a História Econômica, com Maria da Glória Santana de Almeida, Diana Maria de Faro Leal Diniz, Luiz Mott, Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, entre outros.

Ao tratar de economia principalmente no século XIX, paulatinamente foram inseridas questões sobre a escravidão. Para Magno Santos, consiste num período em que “emergiram na revista os estudos a respeito das atividades econômicas como a cana-de-açúcar, o algodão e a mandioca, além dos primeiros estudos sobre escravos, quilombolas e

⁴²⁴ FREITAS, 2002, p.15.

⁴²⁵ DANTAS, 2013, p.57.

irmandades católicas”⁴²⁶. Há um maior refinamento no método historiográfico propiciado, principalmente, pela criação da Universidade Federal de Sergipe e a proximidade dos professores dessa instituição com a “Casa de Sergipe”. Os professores da UFS, principalmente da área de História, passaram a publicar frequentemente, na Revista do IHGSE, e, também, a gerir o IHGSE. Os textos de autodidatas perderam espaço para densas pesquisas acadêmicas; temáticas em torno da escravidão passaram a aparecer com frequência no periódico. É necessário informar que a participação de professores universitários não ocorre de maneira frequente em outros institutos estaduais como acontece no IHGSE, talvez porque a Universidade Federal de Sergipe “nasce” no auditório do IHGSE, sendo muitos dos primeiros professores da universidade sócios do instituto. A partir da criação da UFS há uma crescente publicação de artigos na Revista do IHGSE frutos de diversas pesquisas dos professores da instituição.

É necessário salientar que, nessa fase, os três povos formadores do povo sergipano passaram a ser representados em artigos na revista do IHGSE. No caso especial dos escravos de origem africana, trataremos a seguir. Com relação aos povos indígenas, em trabalhos de densa pesquisa antropológica que dialoga com a História, a antropóloga Beatriz Góis Dantas publicou seis artigos na Revista do IHGSE, principalmente sobre os povoamentos indígenas em Sergipe.

A quarta fase, de 2005-2012, e estendida neste estudo ao ano de 2015, é marcada pela continuidade das publicações e pela qualidade das pesquisas. A participação dos professores da UFS, principalmente do Departamento de História, permaneceu, bem como os estudos sobre educação pela Pós-Graduação em Educação. No que diz respeito à temática, ainda na terceira fase, diminuiu o quantitativo de “textos biográficos” e a descentralização da história econômica, para a História Cultural. Para Dantas, “com a predominância da história cultural, multiplicaram-se os textos sobre educação, festas religiosas, mulher, escravo, genealogia, sindicalismo, modernização da capital”, havendo ainda número maior de colaboradores, “tornando mais difícil estabelecer destaques”⁴²⁷. Sobre a predominância da História Cultural, Magno Santos reflete de maneira semelhante a Dantas:

foi no século XXI que os artigos passaram a dialogar com a nova historiografia cultural e passou a entender o cidadão no mundo, ou

⁴²⁶ SANTOS, 2014, op., cit., p.134-135.

⁴²⁷ DANTAS, 2013, op., cit., p.60.

seja, os estudos não se limitavam a discutir a trajetória dos biografados de forma isolada, mas sim a partir da interlocução destes com a sociedade a qual se encontravam inseridos, além de haver uma maior preocupação com as questões teóricas e metodológicas⁴²⁸.

Comparativamente, as fases da Revista do IHGSE respondem a muitos questionamentos sobre a escrita da história em terras sergipanas. A primeira fase, por exemplo, evidencia que a história de Sergipe era escrita por profissionais de diversas formações, os chamados autodidatas. Isso não quer dizer que não houve um rigor científico, como é apontado no texto de Joaquim Prado Sampaio Leite, denominado *Palavras de Início*, por ocasião da abertura do IHGSE⁴²⁹, no qual é possível visualizar as teorias da época, em que o autor cita Ratzel⁴³⁰ e Silvio Romero. Outro exemplo da primeira fase da revista do IHGSE é o artigo publicado em 1925, no artigo intitulado *Que é a história?*, escrito por Guimarães Moreira que, apesar de não ser historiador, estava a par das discussões historiográficas da época sobre a cientificidade da história, citando nomes como Guizot e Fustel de Coulanges⁴³¹.

Na segunda fase da Revista do IHGSE, também são observadas discussões historiográficas, como no texto intitulado *Historiador à Moderna*, publicado em 1943, de autoria de José Amado Nascimento. Em um escrito que analisa o fazer historiográfico de sua época, Nascimento enfatiza, como defeito na historiografia brasileira, o gosto pela história política, contra outras questões que são deixadas de lado. O autor destaca que se entendia por política “apenas em as lutas de partido e nas sucessões de governadores”, “as guerras internas e externas”, sendo “o ponto de atração irresistível que impedia os

⁴²⁸ SANTOS, 2014, op., cit., p.130.

⁴²⁹ LEITE, Joaquim Prado Sampaio. *Palavras de Início*. **Revista do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe**. Vol. 1, Aracaju, v. 1, n.1, 1913, p.24-25.

⁴³⁰ “[...] é considerado por muitos o fundador da moderna geografia humana, sendo responsável também pelo estabelecimento da geografia política como disciplina. A abrangente produção ratzeliana deixa transparecer a integração de fatos da modernidade e do rápido desenvolvimento da sociedade no contexto da Alemanha que se unificava. Reflexões sobre o Estado, a história, as raças humanas, o ensino da geografia e a descrição de paisagens perpassam a obra do geógrafo, que se preocupava em auferir uma identidade comum à nação em formação. No Brasil, é o Ratzel determinista que se destaca na produção historiográfica da geografia, resultado da leitura da obra ratzeliana através da literatura francesa, sobretudo da obra de Lucien Febvre - *La Terre et L'Évolution Humaine* (1922) - que estigmatizou a pecha de determinista para Ratzel em contraposição ao possibilismo de Vidal de la Blache, termo cunhado pelo próprio Febvre”. In: MARTINS, Luciana de Lima. **Friedrich Ratzel**. < www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/.../58/56.. >. Acesso: 28 set. 2015.

⁴³¹ GUIMARÃES, José Maria Moreira. *Que é a história?*. **Revista do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe**, Aracaju, v. 06, n.10, 1925, p.9-14.

historiógrafos patrícios de observarem outros aspectos de nossa vida de povo”⁴³². Outra importante informação de seu texto é a menção feita a Gilberto Freyre, Pedro Calmon e José Calazans, como aqueles que “revolucionaram os métodos na historiografia do Brasil”⁴³³. No texto é possível visualizar um estudioso conhecedor das produções da época e da necessidade de novos olhares sobre a história de Sergipe. No final de seu artigo, em tom profético, após enaltecer que Pedro Calazans “está fazendo ciência”, diz esperar acontecer “a história social de Sergipe”⁴³⁴, fato que ocorreu nas fases posteriores da Revista do IHGSE.

Com o passar dos anos, novas concepções históricas passaram a fazer parte da escrita da história na “Casa de Sergipe”, realizadas ainda por autodidatas, ou posteriormente, com os acadêmicos da UFS. É possível perceber que o domínio das ideias historiográficas da época não está apenas nas mãos dos historiadores de formação, ou nos textos institucionais. Apesar do predomínio de intelectuais vinculados à UFS, nas duas últimas fases da Revista do IHGSE, a instituição ainda conseguiu manter seu caráter heterogêneo.

Os institutos são – ou poderiam e mesmo deveriam ser, para atingir suas finalidades estatutárias – congregações de valores heterogêneos, vindos ou não do mundo universitário, com trabalhos reconhecidos. Em que consistem esses trabalhos, não é difícil sublinhar: os propriamente “universitários”, como teses, comunicações, artigos, debates e os “heterodoxos” do ponto de vista daqueles, mas certamente relevantes, como ensaios, monografias, estudos e pesquisas individuais, isto é, não institucionais, que se devem aos intelectuais de diferentes formações – ou mesmo autodidatas”⁴³⁵.

3.4. Cotidiano escravo do século XIX na Revista do IHGSE

De maneira geral, é escassa a quantidade de artigos que tratam da escravidão em Sergipe, principalmente nas duas primeiras fases da Revista do IHGSE. O maior quantitativo de artigos sobre essa temática foi publicado na terceira e quarta fase da revista, com especial predominância nesta última fase. São fatores para o aumento, nos últimos

⁴³² NASCIMENTO, José Amado. Um historiador à Moderna. **Revista do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe**. Vol. 1. Aracaju, v. 12, n.17, 1943, p.89.

⁴³³ Idem.

⁴³⁴ Ibid., p. 93.

⁴³⁵ WEHLING, Arno. Os institutos históricos estaduais e municipais e os desafios da sociedade brasileira contemporânea. In: **História, memória e Comemorações na Casa de Sergipe**. op. cit., 2014, p.27.

anos, de publicações a respeito da escravidão: primeiro, a da predominância da História Cultural, cuja atenção se volta para a pesquisa de novos sujeitos, novas fontes e com metodologias diversas; segundo, o surgimento e o crescimento do campo da historiografia da escravidão, que nem existia em 1913, quando foi publicado o primeiro número da Revista do IHGSE, mas que é iniciada com Gilberto Freyre, com estudos culturais em *Casa Grande e Senzala*, sobre a participação do negro na formação do Brasil, seguidos dos estudos da Escola Paulista de Sociologia e da Nova Historiografia da escravidão; terceiro, as mudanças políticas e sociais na luta contra o racismo e desigualdades sociais; e, quarto, o crescimento na participação de pesquisadores sobre Sergipe em cursos de pós-graduação, que propiciaram a realização das pesquisas.

Quadro 02- Artigos sobre escravidão no século XIX na revista do IHGSE

Fase	Período	Artigos sobre escravidão
1 ^a	1913-1929	0
2 ^a	1939-1965	02
3 ^a	1976-2002	08
4 ^a	2005-2015	15

Na primeira fase da Revista do IHGSE, não foi encontrado nenhum artigo que tratasse de escravidão, conseqüentemente, indícios do cotidiano escravo quase não se fizeram presentes. Na conjuntura do fazer historiográfico do período, não havia interesse pela história da escravidão, e as teorias deterministas pessimistas ainda imperavam, no início do século XX, nos estudos sobre o negro e a mestiçagem⁴³⁶. Mesmo com Silvio Romero e Tobias Barreto, como ilustres filhos da terra, advindos da Escola de Recife, adeptos do evolucionismo social em que a “perfectibilidade” era possível para todos os grupos humanos⁴³⁷, o fazer historiográfico em Sergipe se deparava ainda com a popularidade das doutrinas raciais do século XIX, em uma continuidade superficial e sem se debruçar profundamente nos debates da época sobre a questão.

As referências, na primeira fase da Revista do IHGSE, limitam-se a citações de escravos como propriedade de senhores, ou por ter o senhor mandado o escravo fazer algo. Também aparecem para falar de maneira geral da economia em Sergipe d’El Rey, como: “escravos empregados na lavoura de gêneros de primeira necessidade”⁴³⁸. Um texto

⁴³⁶ SCHWARCZ, 2012, p.28.

⁴³⁷ Ibid., p.21.

⁴³⁸ LIMA Júnior, Carvalho. Monographia Histórica do Município de Itabayana. **Revista do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe**, Aracaju, v.2. n.4, 1914, p.131.

também revelador da ausência de estudos da escravidão e da influência do negro na formação do povo sergipano é o artigo intitulado *Do folk-lore sergipano e aspectos ethno-psychologicos de suas lendas*, de Joaquim do Prado Sampaio Leite, publicado na 11º número. O autor assenta como origem de aspectos do folclore sergipano povos europeus, em especial germânicos, sem dialogar com a mistura étnica portuguesa e a miscigenação brasileira na formação de lendas em território sergipano.

Na segunda fase da Revista do IHGSE, é possível encontrar artigos que tratem de escravos, alguns modificando a maneira de compreender os escravos e outros permanecendo com o pensamento já superado na década de 1940 de inferioridade racial. Um artigo intitulado *Vida Alheia*, de autoria de Zé Corrêa que, apesar de não tratar da escravidão em Sergipe, aproxima o escravo da vida cotidiana de seus senhores, ao mencionar um negro, contador de histórias, amigo do velho pai: “Como si contasse uma história longa, daquelas que sempre ouvi, quando era criança, de Chico de Gonçalo, negro supersticioso, valente quando bebia, serviçal e muito amigo do meu velho pai, começarei a que se segue”⁴³⁹. O texto demonstra a vontade do escritor em relatar a aproximação de seu pai e um negro, onde, além da relação patrão e empregado, havia também amizade, em uma forte influência de Gilberto Freyre. Nos artigos da primeira fase, apenas fica evidenciada a relação de submissão dos escravos a quem são ordenados serviços.

Um dos primeiros artigos que trata de escravos e libertos em Sergipe é o curioso caso do Céu dos Carnaíbas. Escrito por João Dantas, em 1942, o artigo denominado *As almas das Carnaíbas – um céu no Riachão – resquícios da intituladas “santidades”* descreve, com certo tom de escárnio, as práticas religiosas- heréticas- sodomíticas realizadas por pessoas que estavam à margem da sociedade. João Dantas trata de forma pejorativa essas atividades, não compreendendo a importância, para a pesquisa, desses rituais:

De logo cuidaram de distinguir certos companheiros de Crença, elevando-os à categoria de supostos santos. Assim surgiram no agrupamento santos e santas, respeitados e havidos como tal, pelos companheiros. [...] Os sectários de tão singular seita, viviam, homens, mulheres casadas e solteiras em franca promiscuidade, gozando da mais ampla liberdade, dormindo junto ao relento, nos matos, em torno as Santa Cruz do lugar, confraternizados, por entre “agrados afrodisíacos”.

⁴³⁹ SANTOS, José Correa dos. Vida alheia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 11, n 16, 1942, p.25.

Infligiam ainda as leis penais, praticando furtos, roubos, agressões e assaltos aos viandantes e muitos outros delitos⁴⁴⁰.

Começa o artigo dizendo que “as crendices no Brasil vêm dos tempos imemoriais” acreditando ser da “ignorância da época” tal acontecido. Apesar de citar Freyre, o autor não menciona que o hábito de usar ervas medicinais na cura de diversas moléstias, prática advinda da cultura indígena e africana, preferiu indicar uma possível falta de civilidade. À respeito da seita intitulada como “santidades”, afirma que elas ocorriam no Brasil desde o século XVI, mas acontecia em Sergipe em pleno século XIX – caracterizando como algo extremamente arcaico para a época. O autor descreve os participantes da seguinte forma: “Rezador, com feitio de pagé, despreparado, porém inteligente, agruparam-se pessoas desocupadas, mamelucos, negros foragidos e malfeitores, que vinham sendo espreitados pela polícia [...]”⁴⁴¹.

João Dantas finaliza o artigo apoiando a ação enérgica para a repressão dos praticantes da suposta heresia, dizendo que “as autoridades do Riachão e cidadãos qualificados, alcançando o perigo, resolveram destroçar com o novo céu em formação [...] a pancadaria foi grossa, formidável”⁴⁴². As pancadas a que o autor acha “formidáveis” foram comuns nas primeiras décadas do século XX nos terreiros de candomblé, quando a falta de compreensão, na época, de determinadas práticas religiosas culminou na destruição dos espaços e apreensão de objetos de culto⁴⁴³.

Nos tempos atuais, com o desenvolvimento de várias correntes historiográficas, é fácil pensar, principalmente quando o autor descreve as práticas do grupo, a maneira de investigar esse fato histórico. Talvez o maior problema da análise de João Dantas sobre o “Céu dos Carinaibas” possa ser respondido pela ausência de uma amplitude historiográfica na época da escrita do texto, que só ocorre na terceira geração da Escola do *Annales*, com uma produção da história das mentalidades. Uma análise realizada a partir de diálogos com outras áreas, em especial a antropologia, a psicologia e as ciências sociais, proporcionou, em meados dos anos 1970, a compreensão de alguns fenômenos históricos até então pouco

⁴⁴⁰ Ibid., p.28.

⁴⁴¹ REIS, João Dantas. As almas das Carinaibas – um céu no Riachão – resquícios da intituladas “santidades”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 11, nº 16, Aracaju, p.27.

⁴⁴² Idem.

⁴⁴³ OLIVEIRA, Ilzver de Matos. **Perseguição aos cultos de origem africana no Brasil: o direito e o sistema de justiça como agentes da (in)tolerância**. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=13d83d3841ae1b92>>. Acesso em: 16/11/2015.

ou mal interpretados. Jacques Le Goff, em artigo, propõe uma definição ampla para o novo modelo historiográfico que surge em meio a muitos questionamentos:

Mas a história das mentalidades não se define apenas pelo contato das outras ciências humanas e pelo surgimento de uma área recalcada pela história tradicional. Ela é também o ponto de encontro de exigências opostas, que a dinâmica própria à pesquisa histórica atual força ao diálogo. Ela se situa no ponto de junção entre o individual e o coletivo, o tempo longo e o cotidiano, o inconsciente e o intencional, o estrutural e o conjuntural, o marginal e o geral.

[...] A história das mentalidades está para a história das ideias assim como a história da cultura material está para a história econômica.

[...] A história das mentalidades obriga o historiador a se interessar cada vez mais por alguns fenômenos essenciais da sua área: as heranças, cujo estudo ensina a continuidade, as perdas, as rupturas (de onde, de quem, de quando vem este hábito mental, esta expressão, este gesto?): a tradição, ou seja, as maneiras como se reproduzem mentalmente as sociedades, as defasagens, produtos do atraso das mentes em se adaptarem à mudança e da desigual velocidade de mudança dos diversos setores da história. Campo de análise privilegiado para a crítica das concepções lineares do serviço histórico⁴⁴⁴.

Outro texto que trata de temática semelhante e que também foi publicado no número 16 da Revista do IHGSE, denominado *O Histórico das nossas superstições*, de autoria do engenheiro Edmundo Krug, aponta para a História das mentalidades. O artigo é mencionado por conta da maioria das superstições de origem germânica, demonstrando a continuidade da ausência de textos que tratem da escravidão e da influência dos povos africanos escravizados na cultura sergipana. Sobre os escravos, Krug apenas menciona que sendo ele “nostálgico e também pouco observador, nada poderia ter trazido para a nossa terra. O que o negro trouxe para cá foram as macumbas e as feitiçarias, cujas praxes foram aumentadas com o contato, com o povo ignorante, porém inteligente, proveniente de Portugal [...]”⁴⁴⁵.

O segundo artigo referente à escravidão, publicado na segunda fase da Revista do IHGSE, foi escrito por Sebrão Sobrinho intitulado *Sol Quente, do Dira, a pecadora santa dos ubandistas*. Trata-se de um artigo que cria bastante curiosidade no leitor ao relatar em prosa e em verso, com informações documentais e memorialísticas a vida da fôrra Sol Quente que vivia no engenho Dira, importante propriedade rural da época, sem ser

⁴⁴⁴ LE GOFF, 1974 apud DELACROIX, Christian. et al. **As correntes historiográficas na França: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

⁴⁴⁵ KRUG, Edmundo. O Histórico das nossas superstições. **Revista do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe**, Aracaju, v. 11, nº 16, 1942, p.30.

importunada pelos senhores por seu comportamento pouco comedido. Para Sebrão Sobrinho, era uma pecadora “mas que se não tem nessa conta”, sendo sua beleza causadora de um crime no engenho. Contudo, antes de falar do crime, o autor informa a localização do Dira e a família proprietária, importante para os leitores localizarem a cena do crime:

O drama tem por palco o engenho Dira, na ribeira de Itaporanga ou do Vasabarrís, quando integrada ao Município da Capital, San – Cristovam –, ainda que feitoria de Itabaiana, a Velha Lôba, domínio guarajoara, dos itabaianistas. Tem, como época, o segundo quartel do século passado, às Vésperas de serem criadas, em 1845, a paróquia de Nossa Senhora da Ajuda, conjuntamente com sua irmã vizinha itabaianense, a da Boa Hora do Campo do Brito.

O engenho Dira fica a três e meia léguas do então porto de embarque e seu vizinho, o Buraco, mais tarde uzina San-Carlos, a quatro⁴⁴⁶.

A proprietária do engenho era Lourença San-José Sobral que, segundo relato de Sebrão Sobrinho, tolerava os batuques da cabocla. Pela descrição do comportamento de Sol Quente realizada pelo autor, fica evidenciado que, ao menos que tivesse alguma relação de parentesco, não seria adequado uma forra com comportamento impróprio convivendo com as iaiazinhas. Sol quente, nas palavras do autor, era “bonita, simpática, andava muito limpa, quebrando sempre a gereba, o vestuário novo, e sempre era vista acompanhando as iaiazinhas, mesmo quando casadas”, não possuindo ainda “papos na língua, falava alto e era de todos acatada”⁴⁴⁷. O autor faz questão de frisar a benevolência e o convívio próximo dos senhores com Sol Quente, mesmo a forra não possuindo um comportamento adequado. Sobre Dona Lourença diz que:

Muito religiosa, é interessante saber-se que tolerava o batuque Xangô em casa da cabloca de Sol Quente, nas senzalas do engenho Dira. Mulher de vida airada, ainda que guardasse decôro em seu viver carnal desviado, vivia Sol Quente à vontade e até, quando queria, entrava e saía da Casa Grande recebia a benção do ioiôzinho precocemente falecido, e das iaiazinhas, todas casadas.

Tal tolerância impedia ao diz-que-diz suspeitar de que era sangue do solar! O certo é que ninguém sabia nada do seu passado! Era fôrra, vivia como queria, sendo querida de todos e levava respeitosamente a sua vida de mulher-dama-, de mulher cabra-montês⁴⁴⁸.

⁴⁴⁶ CARVALHO SOBRINHO, José Sebrão de. **Sol Quente, do Dira, a pecadora santa dos umbandistas**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, v. 16, nº 21, Aracaju, 1955, p. 241.

⁴⁴⁷ Ibid., p. 242.

⁴⁴⁸ Ibid., p. 242.

O principal assunto narrado por Sebrão Sobrinho no artigo refere-se a um assassinato ocorrido no Dira em que o feitor matou o carreiro por conta de ciúmes excessivos de Sol Quente. Ao que tudo indica, a forra envolvia-se carnalmente com ambos trabalhadores do engenho, o que causou uma desavença que culminou no assassinato de Zé Papai, morto em uma segunda-feira, dia 19 de fevereiro, no caminho da Cacimba, com um fheiro do carro quando estava junto com Sol Quente. Após o crime, o feitor seguiu a pé o restante do caminho. Sobre o triângulo amoroso que culminou na morte de um dos enamorados de Sol Quente, Sebrão Sobrinho descreve:

Em 1844, rivalizavam-lhe o amor o feitor do Dira e o carreiro Francisco José de Oliveira, o Zé Papai. Era béguin dos dois, mas sabedora do gênio do ciumento feitor, pedia prudência a Zé Papai, o qual confiado em seu bom gênio, sua capatez, não presumia estar prestes a ser vítima por causa dos quebrantos enfeitiçadores da perigosa Sol Quente, não julgando que o rival fosse capaz de brigar, quanto mais de matar⁴⁴⁹.

A respeito da investigação do crime, Sebrão Sobrinho diz que este não ocorreu, devido, principalmente, aos laços muito próximos de Sol Quente com os senhores do Dira e a necessidade de se conter a repercussão do caso. Para o autor, Sol Quente continuou “pairando na memória secular”⁴⁵⁰. Para aqueles que conheceram esse fato curioso, a partir de Sebrão Sobrinho, fica a ideia de uma forra que sabia desfrutar da liberdade que possuía, cultuando seus santos e provando dos prazeres carnavais, sem se preocupar com o julgo dos senhores que preferiam ocultar e proteger aquela que poderia ter na senzala o sangue da casa-grande. O autor desvenda, dessa maneira, muito além de um crime, as relações bastante próximas entre pessoas de cor e senhores e as práticas religiosas de origem africana sendo professadas no engenho com a convivência do senhorio.

Ainda sobre a segunda fase da Revista do IHGSE e indícios de cotidiano escravo, apesar de não encontrarmos informações sobre o cotidiano, é possível encontrar algumas informações em diversos artigos de temáticas variadas. Um exemplo é o artigo no número 25, em 1960, intitulado *Educadores e Sociólogos se completam e se precisam hoje mais do que nunca*, de autoria de José Amado Nascimento, que menciona a Bahia como origem dos escravos africanos que foram a base do trabalho na colonização de Sergipe⁴⁵¹. Também

⁴⁴⁹ Ibid., p. 243.

⁴⁵⁰ Ibid., p. 244.

⁴⁵¹ NASCIMENTO, José Amado. *Educadores e Sociólogos se completam e se precisam hoje mais do que nunca*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n° 25, vol.20, 1960, p.66.

apresenta informações estatísticas, bem antes das realizadas por Luiz Mott, a respeito do quantitativo de escravos em Sergipe, afirmando que, no início do século XIX, “já quase 20000 negros moravam em Sergipe. Na metade desse século, o número de escravos passava de 50000 e correspondia a um terço dos homens livres. A primeira ascensão dessa massa humana efetuou-se com a abolição da escravatura, em fases sucessivas”⁴⁵². O autor vai além no texto e trata de questões ainda pouco discutidas no âmbito historiográfico da época, as dificuldades dos trabalhadores livres antes e no pós abolição:

Sem propriedade da terra e sem cultura literária nem técnica, os escravos libertos e seus descendentes passaram a formar o proletariado de engenhos e usinas, das fazendas de gado e das indústrias citadinas. Sem receber educação religiosa suficiente, nem educação sanitária, com salários minguados, sem conhecer exatamente nem ver reconhecidos os seus direitos, as massas sergipanas só aos poucos vem influenciando na história de Sergipe⁴⁵³.

O trecho acima serve para analisar diferentes décadas do cotidiano da mão-de-obra dos engenhos de açúcar em Sergipe. Nascimento, ainda na década de 1960, expõe indícios do cotidiano dos escravos e libertos nos últimos momentos da escravidão e pós-abolição, momento em que os ex-cativos conviviam com as dificuldades da liberdade. Entretanto, a historiografia sergipana ainda carece de estudos que abordem os últimos momentos da escravidão e o início da liberdade nos engenhos de açúcar, aos moldes do que realizou Walter Fraga Filho, em *Encruzinhas da Liberdade*.

Na terceira fase da Revista do IHGSE, por conta de um maior número de artigos que tratam da escravidão, em consequência de um crescimento nacional em torno da temática, foram encontrados alguns indícios sobre cotidiano escravo na historiografia sergipana. Além dos artigos da área de História, a Antropologia também forneceu uma importante contribuição nesta fase, a partir das publicações de Beatriz Góis Dantas sobre indígenas e manifestações da cultura afrodescendentes em Laranjeiras.

No texto *Considerações sobre o tempo e o contexto de autos e danças folclóricas em Laranjeiras*, da autoria de Beatriz Dantas, é possível visualizar a origem de algumas manifestações folclóricas que datam de meados do século XIX, perdurando até os dias atuais nas mais antigas povoações sergipanas. Algumas manifestações ocorreram, por exemplo, tendo a mesma denominação, mas, às vezes, com algum aspecto diferente em

⁴⁵² Idem.

⁴⁵³ Idem.

São Cristóvão e em Laranjeiras. Dantas apresenta a prática das danças folclóricas em São Cristóvão, demonstrando que havia dias específicos para as apresentações: “em São Cristóvão, na segunda metade do século passado, Chegança, Cacumbi e Taieira se incluíam na festa de São Benedito, enquanto Lambe-Sujo e Caboclinhos tomavam parte das comemorações do dia da Pátria”⁴⁵⁴. A autora volta a enfatizar que as práticas começaram a ser realizadas no século XIX e distingue o Cacumbi de outras manifestações:

Convém registrar que, nem mesmo nas formas históricas do Cacumbi de São Cristóvão, conforme registro da segunda metade do século passado, há notícias da ação dramática, se bem que incluísse entre os seus personagens Reis e Sectário, o que já não ocorre em Laranjeiras. É possível que, em Sergipe, a representação da temática guerreira, desenvolvida outrora pelo auto do Cacumbi, tenha sido de certo modo substituída pela Chegança, auto popular que não se vincula ao ciclo dos Reis do Congo, mas às tradições marítimas e às lutas entre mouros e cristãos na península ibérica⁴⁵⁵.

Beatriz Góis Dantas, no artigo, enfatiza que a presença dos folguedos em datas religiosas ou cívicas era uma ação da igreja católica para concretizá-los como fiéis, que ocorria inicialmente com o batismo de africanos. A participação de escravos e libertos nas irmandades religiosas, as características das celebrações e o papel que os homens de cor tinham nas confrarias são alvo de diversas pesquisas nos últimos anos no campo historiográfico. A autora salienta o sincretismo religioso e a introdução de elementos da cultura africana nas apresentações:

A apresentação da Chegança, Cacumbi e Taieira na festa de santos patronos de negros resulta da política adotada pela Igreja no período escravocrata, segundo a qual pretendia-se cristianizar os africanos, reunindo-se em confrarias que muitas vezes se organizavam segundo as linhas de cor dos integrantes da sociedade. Agrupados nas confrarias de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, os negros livres ou escravos louvavam seus santos patronos com danças e autos em que se inseriam elementos da cultura de origem africana. As coroações dos reis negros, os chamados Reis do Congo, ensejavam apresentações de grupos de dançarinos que formavam o cortejo real e de representações de caráter guerreiro, em que, por vezes, se incluíam personagens históricos das monarquias africanas⁴⁵⁶.

⁴⁵⁴ DANTAS, Beatriz Góis. Considerações sobre o tempo e o contexto de autos e danças folclóricas em Laranjeiras. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, nº 27, 1978, p.64.

⁴⁵⁵ Ibid., p. 65.

⁴⁵⁶ Idem.

Dantas, ao discorrer sobre tal temática, apresenta uma novidade para a época, pois estudos sobre as irmandades religiosas de negros, em Sergipe, começam a ser descritas, principalmente na primeira década do século XXI. Além do manancial de fontes históricas, os pesquisadores atuais também utilizam as pesquisas antropológicas da autora.

Também, na terceira fase de revista do IHGSE, constam publicações de Luiz Mott, com pesquisas na temática da escravidão em Sergipe. O artigo *População e economia: aspectos da mão-de-obra escrava em Sergipe (séculos 18 e 19)*, de 1982, referem-se a dados demográficos sobre o quantitativo de negros e sua evolução quantitativa por regiões da capitania e depois província de Sergipe d'El Rey, origem étnica da escravaria, além de aspectos básicos da estrutura e organização da mão-de-obra em Sergipe. A informação que impacta os estudos de cotidiano escravo é o controverso relato do ex-vigário da freguesia sergipana de Jesus-Maria-José e S. Gonçalo do Pé do Banco, Marcos Antônio de Souza, escrito em 1808, onde delineia a vida “boa” que possuíam os escravos sergipanos em comparação com outras províncias. As informações, na atualidade, em alguns pontos, já foram questionadas e debatidas, mas a nota vale uma análise apurada de todas as informações sobre cotidiano escravo contidas no documento:

São muito ativos os moradores de Sergipe, por que com vinte cativos fazem maior quantidade de açúcar do que muitos lavradores do Recôncavo da Bahia com os seus enfraquecidos braços de escravos. Mas eu descubro e apresento a razão de proveito tão vantajoso. Ali são mais bem cuidados estes homens desgraçados, sujeitos à lei do cativo. São nutridos com os saudáveis alimentos vegetais, com feijões e com milhos que por toda a parte se colhem com abundância. Os escravos do Recôncavo da Bahia se nutrem do escasso e nocivo alimento de carne salgada do Rio Grande. Suas pequenas casas são cobertas de palha e mal os agasalham do rigor da estação, quando as senzalas em Sergipe são cobertas de telhas. Os escravos de Sergipe se lhes permite a mais doce sociedade: podem casar-se com as escravas da mesma família e ainda de outra, quando os proprietários da vizinha Bahia embarçam a liberdade do patrimônio, obstatam a este contrato santo, esse grande sacramento como descreve o Apóstolo⁴⁵⁷.

Um dos pontos do texto citado, sobre a permissão do casamento de escravos pelos senhores, Mott justifica a citação por conta dos “significativos índices de autorreprodução”⁴⁵⁸ em Sergipe, associadas a uma maior permissão da união entre escravos. Entretanto, responde à questão o fato de os escravos sergipanos serem trazidos da

⁴⁵⁷ MOTT, Luiz. *População e economia: aspectos da mão-de-obra escrava em Sergipe (séculos 18 e 19)*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 28, 1982, p.19.

⁴⁵⁸ *Ibid.*, 25.

Bahia e não diretamente da África, para aumentar o contingente de escravos, a reprodução era favorecida. Algumas senzalas sergipanas eram cobertas de telha, como indicam imagens do livro *Vida patriarcal em Sergipe*, de Orlando Dantas. A respeito da abundância de alimentos para os cativos em Sergipe, como vimos no primeiro capítulo, Gilberto Freyre afirma que, mesmo nas províncias menores, houve escassez de alimentos, divergindo, portanto, da informação evidenciada por Mott no documento do vigário Marcos Antonio de Souza.

Outro artigo de Luiz Mott, na Revista do IHGSE, que trata de escravidão em Sergipe no século XIX, é intitulado *O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe*, publicado 1987, com forte influência de Gilberto Freyre. O sociólogo pernambucano possui livro que aborda a mesma temática, mas buscando os escravos em anúncios de jornais em Recife, referenciado no primeiro capítulo. Mott dialoga com Freyre, mas aponta que o autor poderia ter melhor explorado as fontes, pois deixa de analisar diversos aspectos relevantes sobre os escravos, uma vez que os anúncios revelam muitas informações a respeito da vida dos escravos, como “os africanismos persistentes na escravaria sergipana: além da língua, muitos cativos carregam consigo traços culturais do continente negro, como três mulheres e um negro que levaram na fuga os cobiçados ‘panos da costa’, usados como turbante, faixa ou mesmo mochila”⁴⁵⁹.

Outro anúncio também evidencia que os escravos se preocupavam em levar algo quando fugiam: “levou a seguinte roupa: camisas de algodão da terra e americano, ceroulas do mesmo e traz calça e vésia azuis e um chapéu de copa alta de carnaúba. Também levou um cobertor de algodão novo”⁴⁶⁰. Essas citações de trechos de anúncios de escravos fugidos evidenciam a fertilidade deste tipo de fonte para estudos a respeito dos modos de vida dos cativos, uma vez que escassas são as fontes iconográficas referentes à Sergipe. Ainda sobre o traje dos escravos fugidos nos anúncios de jornais, em especial das escravas, Mott conseguiu importantes informações sobre suas vestes:

As negras, por seu turno, vestiam-se com mais colorido: suas saias eram de chita cor de rosa com flores vermelhas, de zuarte azul ou com ramagens, de riscadinho, de chita amarela francesa, de chitão. Por cima da saia – de devia vir até os pés, rodadas tal qual ainda hoje vestem as filhas de santo nos xangôs de Sergipe – traziam camisas de cassa em quadros, brim, de riscadinho da Bahia, de madraço: algumas dessas peças são escritas como

⁴⁵⁹ MOTT, Luiz. O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 29, 1987, p.140.

⁴⁶⁰ Ibid., p.135.

já desbotadas ou remendadas. Várias são as negras que carregaram os cobiçados “panos da costa”: branco, azul. Nem todos eram tecidos de fato da Costa d’África: um deles, listrado de vermelho, era “pano da costa inglês”⁴⁶¹.

No período da terceira fase da Revista do IHGSE nos artigos produzidos por professores universitários é possível visualizar a força da História Econômica, a influência sutil de Gilberto Freyre, a força da Escola Paulista de Sociologia, de Décio Freitas, Clóvis Moura e dos estudos antropológicos. Outro estudo sobre escravidão que, em consonância com outras pesquisas no país, desponta em Sergipe é relativo aos quilombolas. Apesar de ter um pequeno contingente de escravos, Sergipe d’El Rey teve sérios problemas com a fuga de cativos, que se alocavam em pequenos ranchos, dificultando o seu encontro e configurando uma tipologia diferente de quilombo. No artigo *Quilombos e quilombolas em Sergipe no século XIX*, de autoria de Lourival Santos, é abordada a formação dos quilombos em Sergipe, os locais em que se escondiam, a maneira que os senhores procediam nas buscas e a rede de solidariedades. O texto de Santos, quanto à questão teórica, encontra-se em um momento de transição entre o pensamento da década de 1970 sobre o assunto e a nova historiografia da escravidão, pois usa Décio Freitas e Clóvis Moura, mas também observa os cativos como possuidores de estratégias de sobrevivência e capazes de criar redes de solidariedade.

Os indícios sobre as redes de solidariedade são importantes para a observação do cotidiano nos engenhos de açúcar, quando, abrigar ou ajudar um irmão de cativo em fuga, parecia ser bastante comum. Nessas ações de solidariedade nas senzalas, ocorriam “intercâmbio comercial, trocando farinha e agasalhos pelos roubos praticados”⁴⁶². Partindo da premissa de que os escravos fugidos não poderiam ficar acoitados nos matos o tempo inteiro e que precisavam de alguns itens para a sua sobrevivência, as redes de solidariedade têm um papel fundamental para alguns escravos em fuga para sua permanência por longos períodos longe do cativo.

Uma diligência, em busca do famoso escravo João Mulungu⁴⁶³, também ressalta a rede de solidariedades dos cativos, pois quando os policiais “marcharam para as matas do engenho Capim Assu e Jurema”, não contavam com atravancamento das diligências por

⁴⁶¹ Ibid., p.143.

⁴⁶² SANTOS, Lourival Santana. Quilombos e quilombolas em Sergipe no século XIX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, nº 32, 1992, p.36.

⁴⁶³ João Mulungu foi um escravo do engenho Mulungu em Sergipe, que não se sujeitou ao regime de escravidão, tornando-se uma figura de maior destaque entre os escravos aquilombados em Sergipe no século XIX. Após muitas fugas, foi preso, mas suas ações permanecem na memória do povo sergipano.

escravos que pretendiam proteger seus companheiros: “junto à cancela do Capim Assu, foram agredidos por um bando de escravos, armados de facas, facões e enxadas, que indignados pela perseguição a seus companheiros, tentaram repelir a diligência, sendo repelidos a ponta de baioneta”⁴⁶⁴.

O artigo *Tráfico inter intra-provincial de escravos no nordeste açucareiro: Sergipe (1850-1887)*, também do nº 32 da Revista do IHGSE, publicado em 1992, de autoria de Josué Modesto dos Passos Subrinho, trata de escravidão em Sergipe. Apesar de ser voltado para o aspecto econômico – o que impossibilita observar questões referentes ao cotidiano escravo –, o artigo permeia algumas temáticas e informa, com consideráveis dados estatísticos, o tráfico inter e intra provincial de escravos, bem como a terrível epidemia de *coléra morbus* no província⁴⁶⁵. Os números alarmantes das duas questões citadas servem de auxílio para estudos referentes à separação de membros de famílias escravas por conta de venda pelos senhores, bem como, para o último caso, à epidemia que afetou a parcela mais frágil da população.

Apesar de não conter uma quantidade significativa de informações sobre cotidiano escravo em Sergipe, o estudo de Francisco José Alves dos Santos, *Calendário religioso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Estância*, direciona o olhar dos pesquisadores de escravidão em Sergipe para as irmandades religiosas de cor no século XIX. Visto como um local de sociabilidade dos escravos e libertos com o aval dos senhores e da Igreja, as irmandades religiosas, no período escravocrata, são importantes fontes documentais a respeito da relação entre senhores e escravos, religiosidade e sociabilidades visto que eram festas programadas para acontecer em determinados períodos e que contavam com a participação dos subjugados cativos na organização de tais eventos.

Sobre a composição de irmãos e os cargos na Irmandade Do Rosário de Estância o autor afirma que era “de caráter bastante elástico: a Irmandade admitia no seu seio livre, libertos e escravos. Embora, juntas, essas categorias se diferenciavam de diversas formas,

⁴⁶⁴ SANTOS, 1992, p.38.

⁴⁶⁵ Pesquisada na historiografia sergipana a *coléra morbus* assolou diversas regiões do país. Em Sergipe, a partir de 1855, avançou pelo interior “através da fronteira sul da província” com início em “Campos e Lagarto”. Sobre a morte de escravos e a produção açucareira, Amâncio Cardoso fala que “[...] foi sentida. Mas este fato parece não ter abalado com gravidade a produção sacarina e as exportações, certamente por conta, entre outros fatores, da fertilidade do solo, do aumento da área plantada e a elevação do preço do produto no mercado internacional. Outras hipóteses são a imposição da sobrecarga de trabalho dos escravos sobreviventes e a utilização gradativa de mão-de-obra livre”. In: SANTOS NETO, Amâncio Cardoso. *As filhas da peste: fome, morte e orfandade – Sergipe 1855-1856. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, nº 38, 2009, p.27.

desde a ocupação de cargos até a data das festas no calendário religioso”⁴⁶⁶ que estava em consonância com o calendário agrícola, pois as festividades ocorriam no período de vacância das “lides agrícolas da cultura da cana-de-açúcar, da mandioca e do arroz”⁴⁶⁷ – produtos cultivados na região.

Havia a festa dos brancos e a dos negros. A do negro era no dia 6 de janeiro na festa de Reis, pois, segundo o autor, “há uma associação da festa do Reis do Congo com a festa dos Reis Magos”⁴⁶⁸. Ocorria depois da colheita: “observa-se aí uma adaptação da data da festa dos escravos ao calendário agrícola regional”⁴⁶⁹. Vale a pena imaginar como era a expectativa dos escravos e libertos, quando chegava o fim da colheita, pois poderiam, em tais festas, gozar novamente da presença de alguns amigos que trabalhavam em engenhos vizinhos e comer alguns quitutes durante as comemorações. O fim da colheita tornava-se um período de descanso, mas também de sociabilidades, apontado também, em alguns documentos, como período de organização de sublevações⁴⁷⁰. Portanto, o artigo de Francisco José Alves proporciona uma visão introdutória, porém satisfatória, da organização de uma determinada irmandade de negros em Sergipe.

No número subsequente da Revista do IHGSE, foi publicado outro artigo a respeito de irmandades de homens negros, *O compromisso na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos de Vila Nova Real de el Rey do Rio São Francisco*, de autoria de Lourival Santos. O autor menciona o artigo publicado anteriormente por Francisco José Alves a respeito da irmandade do Rosário de Estância, apesar de seu objetivo ser o de publicar um documento no qual retrata o compromisso da irmandade, revelando importantes informações do funcionamento burocrático e espiritual da confraria e, consequentemente, alguns indícios também de cotidiano escravo.

No documento, é possível visualizar a composição de irmãos eleitos que compunham todos os anos a mesa de organização da festa da irmandade que deveriam dar esmola para a realização das celebrações. Os principais cargos eram juiz da irmandade, oficiais da mesa, juiz da coroa e juiz em honra dos quinze mistérios com seus 15 mordomos e 15 mordomas, que ajudavam a fazer, anualmente, a festa de nossa senhora,

⁴⁶⁶ SANTOS, Francisco José Alves dos. Calendário religioso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Estância. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, nº 31, 1992, p.73.

⁴⁶⁷ Ibid., p.74-5.

⁴⁶⁸ Ibid., p.74

⁴⁶⁹ Ibid., p.75.

⁴⁷⁰ Diversos autores ressaltam que as festividades do Natal os escravos ameaçavam se rebelar, como na obra: DANTAS, Ibarê. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel** (1825/1909). O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009.

sendo da responsabilidade do juiz presidente eleger “3 Irmãos crioulos ou Ethiopinos q’ tenham capacidade de servirem de Juiz”⁴⁷¹.

O compromisso da Irmandade do Rosário dos homens pretos, citado por Santos, também apresenta importantes informações quanto à composição étnica da irmandade, evidenciando a importância dada pelos irmãos em deixar os espaços muito bem demarcados dentro da confraria. A composição da mesa, segundo o documento, era de brancos, pardos, crioulos e ethiopinos (denominação dada, durante algum tempo, aos escravos nascidos na África) – “o juiz da irmandade será um ano crioulo e um ano ethiopino”⁴⁷². Outras informações importantes, além dos aspectos burocráticos, são a taxa de pagamento para entrar na irmandade, as questões fúnebres e obrigações dos irmãos. Sobre as obrigações dos irmãos, com relação ao Juiz e demais confrades que compunham a mesa, o cuidado com as alaias “verificando se os paramentos estão dignos”⁴⁷³ parece ser algo bastante importante, visto que é através delas que os membros da irmandade podem mostrar a sociedade todo seu esplendor. O compromisso ainda informa as obrigatoriedades dos irmãos em geral:

Toda a pessoa que se determinar a entrar nesta Confraria baptisfizando a esmolla da sua entrada receberá do Thezouro hum Rozário e será obrigado a rezallo neste dia a nossa Senhora para todos os Irmãos da Sua Irmandade tanto vivos, quanto defuntos, e quando o Thezouro lhe entrega ro Rozário, lhe fará esta advertência, também serão obrigados os Irmãos rezarem hum Rozario cada hum para qualquer Irmão desta Irmandade que falecer, e Sejam muito cuidadosos em Saberem dos Irmãos falecidos Lembrandose que chegara o dia que bem desejem lhe fassam o mesmo, he muito útil a todos os Irmãos, confessarem em hua das sinco festas de N. Senhora, recebendo a Sagrada Comunhão para ganharem os Jubileus que concedem os Summos Pontífices⁴⁷⁴.

O trecho do compromisso da irmandade citado acima evidencia a importância dada ao fato de os irmãos saberem rezar o rosário e de se confessarem ao menos uma vez ao ano. Cativo ou liberto, crioulo ou africano, para ser membro da confraria, deveria dominar o idioma português, com a finalidade de efetuar as orações bem como provar ser um fiel convicto de suas obrigações. Ao publicar o rico documento que é o compromisso da

⁴⁷¹ SANTOS, Lourival Santana. O compromisso na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos de Vila Nova Real de el Rey do Rio São Francisco. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, nº 32, 1999, p.179.

⁴⁷² Ibid., p.182.

⁴⁷³ Ibid., p.184.

⁴⁷⁴ Ibid., p.186.

Irmandade do Rosário de Vila Nova Real, Santos propicia aos leitores a observação da organização da confraria negra. Estudos de outros termos de compromisso, bem como o arrolamento das semelhanças e diferenças podem propiciar mais informações relevantes sobre os cativos de Sergipe.

A quarta fase da Revista do IHGSE apresenta o maior quantitativo de artigos relativos à escravidão. As temáticas também são bastante variadas: movimento quilombolas, irmandades religiosas, alforrias, sociabilidades entre outras. Nos onze números analisados, entre os anos de 2005 e 2015, havia artigos referentes à temática – a ausência, porém, foi verificada nos periódicos que continham dossiês nos quais não era possível inserir artigos sobre escravidão. A maior representatividade da temática da escravidão corresponde ao maior interesse acadêmico sobre o tema atrelado à mudança do pensamento brasileiro quanto à contribuição do negro para a formação do nacional, ao Movimento Negro e políticas públicas inclusivas.

Quadro 03- Artigos sobre escravidão na 4ª fase da Revista do IHGS

Autor (es)	Temática	Nº de artigos	Nº da revista
Amâncio Cardoso	quilombolas	01	34
Anderson Pereira dos Santos	demografia	01	45
Aline F. da Silva, Daniele M. Bezerra, Willians S. Silva, Frank N. Marcon	rede de sociabilidades	01	38
Claudefranklin Monteiro Santos	irmandades	02	37, 40 ⁴⁷⁵
Jocenede Cunha dos Santos	diversos	05	39,40,43,44,45
Josué Modesto dos Passos Subrinho	comércio escravo	01	39
Sharise Piroupo do Amaral	alforria	01	37
Sheila Farias Silva	família	01	40
Vanessa Santos Oliveira	irmandades	01	44
Vanessa Santos Oliveira Hippolity Brice Sogbossi	irmandades	01	37

⁴⁷⁵ O artigo *Louvando o santo: história, cultura e religiosidade no percurso de uma pesquisa histórica* trata-se da pesquisa de doutorado do autor sobre a festa da Irmandade de São Benedito em Lagarto de 1856-1928. Contudo, o autor não fez um artigo pautando uma análise do seu tema, como outros pós-graduandos que publicaram artigos no dossiê Sergipe nos programas de pós-graduação do Brasil, mas uma acentuada divulgação da sua trajetória acadêmica.

A resistência escrava e a invenção da liberdade, temática também de relevância na 3ª fase da Revista do IHGSE, se consolidam na etapa seguinte do periódico, na qual são retratados os movimentos quilombolas e ações por liberdade, como a busca de apoio para se conseguir liberdade por arbitramento, por exemplo. No artigo denominado *Escravidão em Sergipe: quilombos e fugas - século XIX*, de autoria de Amâncio Cardoso, publicado em 2005, são apontadas questões como a habilidade dos escravos fujões em oferecer seus serviços em outras localidades⁴⁷⁶, e a importante referência das cartas de Adolphine Schramm que relatou “que alguns escravos vem com frequência suplicar que os compre a seus patrões”, pois, segundo a alemã, em sua casa os negros “nunca são espancados”⁴⁷⁷.

O autor menciona de maneira introdutória as redes de solidariedade com a troca de produtos de roubos por agasalhos – anos depois, Sharise Piroupo Amaral, em seu livro *Um pé calçado, o outro no chão* tratará esse assunto de forma mais aprofundada. Cardoso também revela fontes, nas quais é possível visualizar a prática de abuso sexual de escravas “além da literatura, páginas policiais do século XIX também registram casos de assédio e de abuso sexual as escravas moças”⁴⁷⁸. O artigo e os seguintes que foram publicados na Revista do IHGSE proporcionam ao leitor pequenos, ou consideráveis indícios do cotidiano escravo em Sergipe, no século XIX, através de investigação historiográfica do periódico.

As cartas de Adolphine Schramm aparecem como uma fonte do cotidiano dos senhores de escravos bem como de seus escravos, muito apreciada na historiografia sergipana, pois são utilizadas para abordar diversos assuntos da vida dos senhores e cativos. Por exemplo, no artigo *Notas para o estudo da imigração alemã em Sergipe*, escrito por Jorge Carvalho do Nascimento, as cartas são referenciais para mencionar problemas com bichos de pé, algo bastante comum aos moradores em ambiente rural, como foi o caso de uma alemã que se livrou do incômodo, graças ao trabalho dos escravos: “a operação quase que não dói e é sempre executada por negros que têm habilidade especial para tirar essas pústulas sem infeccionar”⁴⁷⁹. A citação demonstra quão próximo os escravos estavam de seus senhores, além de ser possível observar o elogio, em carta aos

⁴⁷⁶ SANTOS NETO, Amâncio Cardoso. *Escravidão em Sergipe: quilombos e fugas - século XIX*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, nº 34, 2005, p.58.

⁴⁷⁷ Ibid., p.59.

⁴⁷⁸ Ibid., p.62.

⁴⁷⁹ NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Notas para o estudo da imigração alemã em Sergipe*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, nº 35, 2006, p. 166.

amigos e parentes, das habilidades manuais dos cativos – informação do cotidiano escravo, da proximidade entre senhores e cativos, também mencionada nos estudos de Freyre.

Sem contribuições diretas de indícios sobre cotidiano escravo em Sergipe, mas com um objeto que ajuda a refletir sobre a vida dos cativos, Sharise Piroupo Amaral, publicou na Revista do IHGSE em 2008 o artigo *A lei, as cartas e o silêncio senhorial: uma análise da alforria na Cotinguiba (1860-1888)*, tratando do impacto da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, ou Lei do Ventre Livre na vida dos cativos. Amaral argumenta que as cláusulas da referida Lei afetaram diretamente a concessão de alforrias, pois o escravo poderia entrar na justiça contra o senhor, abalando, dessa forma, o poder senhorial. A autora elenca algumas questões dos escravos que se modificaram com a Lei, como “o reconhecimento do pecúlio do escravo, a possibilidade do escravo comprar a sua liberdade ainda que sem o consentimento do senhor” e ainda “o fim da revogação da alforria por ingratidão ou por descumprimento das condições estabelecidas para a libertação plena (caso das alforrias condicionais)”⁴⁸⁰, tipo de alforria que ocorria com frequência em Sergipe. A partir dos dados apresentados pela autora e relacionando com cotidiano escravo, é possível pensar o impacto da Lei no cotidiano dos cativos, pois os senhores perderam parte do poder de mando e, ao mesmo tempo, os cativos que pedissem a liberdade na justiça poderiam ser alvo da fúria do senhor.

As festas religiosas de cativos e libertos aparecem com certa frequência entre as temáticas da escravidão na Revista do IHGSE. Com o artigo *Devoção com diversão: a festa de Nossa Senhora do Rosário de São Cristóvão (1860-1880)*, publicado em 2008 por Vanessa dos Santos Oliveira e Hippolity Brice Sogbossi, frutos da pesquisa de mestrado de Vanessa Oliveira, através do método indiciário e do diálogo entre História e Antropologia, seguindo o modelo geertziano, foi possível visualizar as práticas religiosas dos escravos na cidade de São Cristóvão. Assim como em estudos anteriormente citados, os autores enfatizam a cor como elemento “delimitador para a entrada da associação”, citando várias confrarias semelhantes em Sergipe e indícios de que os cativos buscavam e/ou participavam de associações e socializavam nelas⁴⁸¹.

⁴⁸⁰ AMARAL, Sharise Piroupo do. A lei, as cartas e o silêncio senhorial: uma análise da alforria na Cotinguiba (1860-1888). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, nº 37, 2008, p.31.

⁴⁸¹ OLIVEIRA, Vanessa dos Santos e SOGBOSSI, Hippolity Brice. Devoção com diversão: a festa de Nossa Senhora do Rosário de São Cristóvão (1860-1880). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, nº 37, 2008, p.54.

Os autores também enfatizam que a permissão para a participação ativa de cativos e libertos dos festejos católicos estava associada ao controle com relação a possíveis sublevações e fugas. A participação seria instrumento “de conversão e incentivo à paz e à obediência”, apesar de serem as confrarias “importantes para a reconstituição das redes de solidariedade étnica e conservação de valores por parte desses grupos. Atentos a esses aspectos, alguns estudos têm abordado as irmandades enquanto espaços de reconstituição das identidades na diáspora”⁴⁸². Portanto, se por um lado houve uma maior obediência dos cativos, por outro ocorreu a justaposição entre irmãos de cativeiro com aproximações para diminuir o sofrimento da escravidão, a partir da criação de laços de solidariedade que livrava o cativo de certos infortúnios e práticas de manifestações oriundas da África.

Assim como no compromisso anteriormente citado da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos da cidade de Estância, publicado por Lourival Santos, os cargos na Irmandade do Rosário de São Cristóvão também eram divididos entre as etnias –angolas e crioulos – e entre homens e mulheres, afora a semelhança de ocorrer a festividade como em Estância, na Festa de Reis.

Na Vespera, ou dia da festa da Senhora do Rosário pela manhã, se fará a eleição dos novos Officiaes em presença do Reverendo Vigário: a saber dous Juizes, e duas Juizas dos Angollas, e dos Crioulos, quatro Procuradores do mesmo modo, que servirão dous os primeiros seis mezes, e os outros dous nos outros seis, e os Mordomos que parecerem bastantes⁴⁸³.

As festas, conforme a reflexão induzida pelos autores, são práticas coletivas do cotidiano em torno de um objeto comum repleto de simbologias. Tais simbologias diferem umas das outras no tempo e no espaço, pois, apesar de ocorrerem em Sergipe, diversas festas na Irmandade do Rosário, é possível encontrar diferenças marcantes nas práticas dos festejos, com as análises do cotidiano escravo diferindo de uma região para outra. Algo particular de São Cristóvão, por exemplo, é a realização da secular festa do Senhor dos Passos, quando as diversas irmandades participavam da procissão – era praticamente impossível para um liberto carregar o andor do santo de devoção das elites, mas era possível demonstrar pompa ao poderem participar da procissão. Mais do que um instrumento para conter levantes dos escravos para a elite senhorial, ou festejo para os cativos, participar da celebração religiosa era diminuir o abismo que separava senhores e

⁴⁸² Ibid., p.55.

⁴⁸³ Ibid., p. 57.

escravos, passando os cativos a irmãos devotos. Sobre a participação dos membros da irmandade do Rosário na procissão do Senhor dos Passos, os autores informam que:

O momento da procissão era revelador da hierarquia presente no cotidiano da sociedade, quando a charola do Senhor dos Passos tornava-se alvo de disputas para ser carregada durante o cortejo, posição monopolizada pela elite açucareira. Durante o itinerário, a estratificação se fazia presente vindo à frente os membros das ordens terceiras seguidos de outras irmandades em ordem de importância, todos trajando suas opas em cores específicas, portando bandeiras e tochas. O papel desempenhado pelos irmãos nesses eventos públicos era determinante para a adesão de novos membros⁴⁸⁴.

Ainda sobre a Irmandade do Rosário de São Cristóvão, Oliveira e Sogbossi trazem, como importante fonte sobre o assunto, o *Anuario Christovense*, escrito pelo memorialista Serafim Sant'Iago. O documento apresenta informações sobre as comemorações que eram animadas com fogos de artifício, danças, bebidas e quitutes⁴⁸⁵, e, ainda as vestes dos irmãos, demonstrando que os cativos procuravam realizar as celebrações a Nossa Senhora do Rosário com pompa, fartura e alegria. Sobre a coroação dos novos eleitos para presidirem a confraria, os autores trazem informações de Sant'Iago:

“[...] antes de começar o acto, saíam os Irmãos vestidos com suas opas, e penduradas n'ellas pequenos relicarios ou medalhas de finissima prata com a effigie da Virgem do Rozario, em procura das casas dos novos Reis e Rainhas, e traziam estes com grande acompanhamento, até os degrãos do Altar-mór, onde já se [fl.7 v] achava o Sacerdote paramontado para proceder o acto da corôação dos novos eleitos [fl. 8]⁴⁸⁶.

Percebe-se, assim, a suntuosidade na coroação dos novos eleitos para realizarem a festa do Rosário. As pesquisas referentes às irmandades religiosas, além de outras questões já mencionadas, evidenciam que o cotidiano dos cativos não estava atrelado apenas à dor e ao sofrimento da produção açucareira, mas era possível, em algumas vilas e cidades, um momento de lazer, mesmo que este fosse direcionado pelos senhores.

De maneira mais ampliada, Vanessa Oliveira dos Santos, continuou a pesquisar a Irmandade do Rosário, observando a presença da confraria em toda a província de Sergipe d'El Rey, Revista do IHGSE nº 44. No artigo *A devoção a Nossa Senhora do Rosário em*

⁴⁸⁴ Ibid., p.60.

⁴⁸⁵ Ibid., p. 63.

⁴⁸⁶ Ibid., p.64.

Sergipe Del Rey (séc. XIX), a autora observa, inicialmente, que tais irmandades “tiveram papel importante como espaço de sociabilidade e religiosidade acessíveis a camadas desfavorecidas da população de Sergipe no século XIX”. Não representavam, porém, um espaço de dominação da classe senhorial, através da Igreja ou de conformismo da situação de cativos, mas “formas de vivência religiosa e reelaboração das identidades étnicas da diáspora”⁴⁸⁷. A autora aponta 63 associações religiosas leigas em Sergipe, sendo 16 de Nossa Senhora do Rosário e 05 de São Benedito⁴⁸⁸, principais santos de veneração das pessoas de cor, sendo geridas “por grupos que ocupavam diferentes espaços do cotidiano socioeconômico da província”⁴⁸⁹. As pessoas de cor eram excluídas das irmandades das elites, mas não eram impedidas de formarem as suas confrarias, incentivadas por seus senhores. O número de associações de escravos e libertos na sociedade sergipana aponta o gosto dos cativos por esse tipo de sociabilidade.

Importante informação foi encontrada por Vanessa Oliveira sobre a Irmandade da Boa Morte em São Cristóvão – confraria com a mesma denominação perdura até hoje na cidade de Cachoeira/Bahia, de devoção à Nossa Senhora, com as mulheres negras continuando a utilizar o traje de beca e uma profusão de ornatos. A autora encontrou informação a respeito da irmandade sergipana:

[...] eram distribuídos muitos anéis de louça ou vidro mandados vir da Bahia pelas referidas pretas africanas. A Santíssima Virgem sahia em procissão, encerrada num túmulo vestido de ricos ornatos brancos, assim como, no dia seguinte, sahia em rica charóla, representando subindo ao Céu, em uma vistosa nuvem rodeada de Cherubins⁴⁹⁰.

Outro artigo também publicado na Revista do IHGSE, em 2008, sobre festas religiosas, é de autoria de Claudefranklin Monteiro Santos, denominado *A festa de São Benedito em Lagarto: do auge ao esvaziamento sócio-cultural e religioso (1874-1828)*. Assim como os autores do artigo anterior, Santos mantém diálogo com a Antropologia, em especial, com as obras de Beatriz Góis Dantas, ao mencionar a participação das taieiras nos festejos em Lagarto.

⁴⁸⁷ OLIVEIRA, Vanessa Santos. A devoção a Nossa Senhora do Rosário em Sergipe Del Rey (séc. XIX). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, nº44, 2014, p.313-314.

⁴⁸⁸ Ibid., p.319-320.

⁴⁸⁹ Ibid., p.320-321.

⁴⁹⁰ Ibid., p.337.

Este e os demais artigos analisados deixam transparecer que o luxo era algo comum nas irmandades religiosas de pretos em Sergipe, pois belas vestimentas e joias são citadas com frequência nos documentos analisados. O autor afirma que “a julgar pelas fontes analisadas, o que se via era um verdadeiro desfile de requintadas formas de se vestir para “louvar o Santo”⁴⁹¹, detalhando, a partir de diversas fontes, em especial Silvio Romero e Melo Moraes Filho, com escritos datados do século XIX, o comportamento da escravaria nos festejos. Sobre o luxo e a festa, citando Moraes Filho, diz que “as sagradas imagens passavam, à noite, para as casas particulares, onde por devoção as adornavam com o maior luxo e riqueza”⁴⁹², evidenciando que aqueles que seguiam com as imagens, escravos, libertos e livres, tinham liberdade para circular com o santo pelas casas da vila.

Moraes Filho, citado por Santos, ainda observou o luxo das cativas que cultuavam São Benedito, ao se apresentarem enfeitadas com bastante ouro: “um troço de cassa alvejava-lhes à fronte trigueira, enfeitada de argolões de ouro e lacinhos de fita; ao colo viam-se-lhes trêmulos colares de ouro; e grossos cordões do mesmo metal volteavam-lhes, com elegância e mimo, os dois antebraços, desde os punhos até ao terço superior”⁴⁹³. Vale a pena pensar, relativo ao cotidiano dessas mulheres, se as joias pertenciam à Irmandade ou simplesmente pertenciam às escravas, livres ou libertas, ou se eram apenas utilizadas em ocasiões especiais, como na Bahia, o traje de beca.

Claudefranklin Monteiro Santos também observou que Moraes Filho relata a participação da “vila em peso”, na festa de São Benedito, em que podemos considerar a participação de todas as camadas sociais. A “suntuosidade daquele momento era tão marcante que se pode dizer que a vida produtiva da Vila de Lagarto parava; negros escravos eram dispensados do trabalho, e até mesmo seus senhores por lá estavam com o mesmo espírito e entusiasmo”⁴⁹⁴. A menção ao entusiasmo dos senhores demonstra que eles participavam da festividade, realizando donativos, observando e, ao mesmo tempo, também cultuando o santo preto.

As sociabilidades dos africanos livres foram alvo do artigo intitulado *Africanos livres e sociabilidades no vale do Cotinguiba*, publicado em 2009, escrito por quatro autores: Aline Silva, Daniela Bezerra, Williams Silva, Frank Nilton Marcon. Recortando a

⁴⁹¹ SANTOS, Claudefranklin Monteiro. A festa de São Benedito em Lagarto: do auge ao esvaziamento sócio-cultural e religioso (1874-1828). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, nº 37, 2008, p.76.

⁴⁹² Ibid., p.79.

⁴⁹³ Ibid., p.88.

⁴⁹⁴ Ibid., p.79.

observação da rede de sociabilidades apenas para os africanos livres que viviam na região do Contiguiba, os autores, principalmente por meio de testamentos, puderam observar que havia uma teia de relações para a proteção, em vida e na hora da morte, inclusive direcionando a renda que esses africanos possuíam para, até mesmo, salvar algum ente querido do cativo que não chegou a ser resgatado em vida. Os autores demonstram que é possível construir redes de solidariedade mesmo longe da terra-mãe e em situações tão adversas. Os testamentos também apontam que os africanos possuíam bens, principalmente residências, e que tinham boa rede de relacionamentos comerciais com brancos. Portanto, através dos testamentos foi possível observar a rede afetiva e comercial dos africanos e assim colher indícios de cotidiano escravo.

Os autores, por meio do jornal *O Descrido*, que denunciava os problemas enfrentados pela população cativa e liberta, mencionam as dificuldades encaradas pela população livre para comercializar gêneros alimentícios. Poucos eram os africanos que conseguiram acumular pecúlio através da realização de transações comerciais, demonstrando que a vida rural, em Sergipe, para além do cativo, também estava imersa em grandes dificuldades:

[...] são cultivados os cereais nos ubérrimos terrenos das matas de Simão Dias, Itabaiana e Alto Japarutuba [...] Uma agricultura para trazer das matas de Simão Dias 320 litros de milho ou farinha de mandioca, ao mercado de Estância, gasta 04 dias de ida e volta e sua pessoa e de seus animais, chegando no mercado vende cada 80 litros desse gênero por 1\$000 réis, e as vezes por menos, fazendo assim quatro mil réis em cada carga, que mal chega para pagar o aluguel do cavalo. Os que conduzem os mesmos cereais das matas de Itabaiana para Laranjeiras ou do Alto Japarutuba para Maroim, estão debaixo das mesmas condições, e por esta razão o pequeno lavrador contenta –se em plantar somente o que lhe chegue para a sua família e comprar um ou dois fatos por ano para vesti-la⁴⁹⁵.

Como é possível notar no trecho citado acima, os libertos, ao comercializarem sua produção, tinham livre circulação pela província, conseguindo, por exemplo, visitar parentes e amigos no cativo. Segundo os autores, os livres eram geralmente agricultores, feirantes, como a africana que “ia de canoa comercializar na feira ade Aracaju”, e quando

⁴⁹⁵ *O Descrido*, 10/01/1882. In: MARCON, Frank Nilton; BEZERRA, Danile M.; SILVA, Willians S.; SILVA, Aline F. Africanos livres e sociabilidades no vale do Cotinguiba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, nº 38, 2009, p. 53.

possuíam pecúlio viviam até do aluguel de casas. Portanto, entre os africanos livres, havia mobilidade econômica, social e espacial⁴⁹⁶.

Os autores concluíram que “as redes de solidariedade entre africanos pareciam ser mais fortes e mais comuns do que as constituídas entre os escravos brasileiros”, os denominados crioulos. Os africanos não se configuravam num grupo fechado, mas se relacionavam “também com brancos, em alguns casos, com brancos ricos e com posição de destaque na sociedade”, mencionados nos testamentos, que, segundo os autores, formalizavam as “relações de solidariedade”⁴⁹⁷. Esse artigo evidencia, dessa forma, o cotidiano, principalmente sob o aspecto financeiro, de quem chegou como escravo e conseguiu se libertar das amarras do cativo e de alguma forma prosperar.

Na quarta fase da Revista do IHGSE, houve também publicação de artigo sobre o sistema escravocrata e a economia de Sergipe, produzido por Josué Modesto dos Passos Subrinho, intitulado *Comércio de escravos na província de Sergipe (1850-1888)*. Forte corrente na historiografia sergipana nas décadas de 1970/1980, Subrinho apresenta diversos dados quantitativos dos escravos na província de Sergipe, possibilitando uma visão clara do quadro de cativos, livres e libertos. O autor salienta que o Nordeste é carente de estudos demográficos e econômicos para a época, sendo escassas também as obras revisionistas⁴⁹⁸.

O foco da pesquisa do autor revela a grande circulação dos escravos dentro da província de Sergipe d’El Rey para as regiões cafeeicultoras –tal afirmação possibilita pensar o cotidiano dos escravos que eram separados abruptamente de seus familiares e amigos que, às vezes, teriam que aprender um novo tipo de ofício. Sobre essa separação, Subrinho aponta que havia alto índice de venda de escravos de 0-13 anos, sendo “¼ dos escravos comercializados”, que deveriam ser vendidos junto com as mães, significando, para o autor, que “deveria haver alguma política dos senhores de escravos em preservar, sempre que possível, os laços familiares nas senzalas como forma de manter a paz”⁴⁹⁹. É necessário pensar se a venda de mãe filho juntos era uma prática comum ou isolada, bem como se havia, conseqüentemente, aumento ou suicídio da cativa quando ela era separada do filho. O receio de perder a escrava ou de ela não produzir de maneira satisfatória não

⁴⁹⁶ Ibid., p.54-55.

⁴⁹⁷ Ibid., p.58-61.

⁴⁹⁸ PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Comércio de escravos na província de Sergipe (1850-1888). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, nº 39, 2009, p.42.

⁴⁹⁹ Ibid., p. 51.

deve ser confundido com a benevolência do senhor – todos os casos, porém, carecem de estudos a este respeito.

As informações do texto de Josué Subrinho encaminham para o cotidiano escravo em Sergipe, na segunda metade do século XIX, eminentemente rural, ao contrário de Salvador, Recife e Rio de Janeiro, por exemplo, onde havia grande massa de cativos e libertos nas zonas urbanas.

Aproximadamente 66% dos escravos comercializados, em cujas escrituras havia declaração da ocupação dos mesmos, estavam ocupados nos serviços agrícolas, com diversas denominações, como por exemplo, da roça, roceiro, da lavoura, serviços leves de lavoura, todo serviço de lavoura, etc. Esse percentual elevado não é surpreendente tendo em vista a predominância das ocupações agrícolas entre a população escrava sergipana, segundo a matrícula de escravos de 1873⁵⁰⁰.

Subrinho assinala que alguns escravos se livravam da transferência para outras regiões da província de Sergipe d'El Rey, sob a alegação daqueles que comprariam ou receberiam o cativo por dívidas, da não adaptabilidade do escravo ao novo serviço. Alguns escravos esboçavam a vontade de trabalhar para um determinado senhor, sendo um risco de fuga, por exemplo, a transferência forçada. O autor exemplifica com um proprietário do Vale do São Francisco “que se recusou a receber, em pagamento de uma dívida, um escravo que vivia na Região da Cotinguiba”, argumentando da seguinte forma: “Meu filho: eu não quero esse escravo, não. Escravo de engenho é acostumado no olho da cana, é acostumado no mel.... Vem pr'aqui pra lama do arroz, pra pedreira, estranha. Pode morrer. Não quero, não”⁵⁰¹. Dessa maneira, o cativo poderia permanecer no serviço a que estava habituado, bem como ao lado dos parentes e companheiros de cativo, pois, pelo medo do senhor de perder o investimento, era preferível, às vezes, não comprar cativos de outra região. Entretanto, segundo dados do autor, houve grande tráfico inter e intra provincial em Sergipe.

Família e parentesco escravo também foram assuntos de artigos publicados na Revista do IHGSE sobre escravidão. Em *Histórias de famílias na Estância/SE oitocentista (1840-1890)*, escrito por Sheila Farias Silva, é possível observar o diálogo feito entre a nova historiografia da escravidão e o revisitado Gilberto Freyre. A autora assinala que o

⁵⁰⁰ Ibid., p. 53.

⁵⁰¹ Ibid., p.56.

casamento misto entre escravos e livres não era impedido pelos senhores⁵⁰², comprovando, assim, que os senhores de engenho não controlavam, ou não preferiam controlar a vida sexual de seus cativos. Silva também evidenciou a sociabilização através do “tomar padrinho” para batismo e para casamentos escravos e libertos⁵⁰³, conforme a necessidade para conseguir driblar ou atenuar as amarras do cativo.

Dentre os autores que publicaram na última fase da Revista do IHGSE sobre assuntos referentes à escravidão em Sergipe, Joceneide Cunha dos Santos foi a que contabilizou o maior número de artigos, abordando temáticas diferentes: liberdade, vivência africana em Sergipe, laços de solidariedade e compadrio, morte e rituais fúnebres dos escravos e, por último, atividades econômicas no século XVIII – este ficando excluído da análise por se tratar do período setecentista. A autora, a partir da sua produção diversificada, evidencia que, em Sergipe, nos séculos XVIII e XIX, no que diz respeito aos escravizados, havia uma grande quantidade de cativos realizando suas práticas culturais em uma adaptação as situações do cativo, elucidando muitas questões pouco ou não trabalhadas na historiografia sergipana.

O primeiro artigo publicado por Joceneide Cunha dos Santos na Revista do IHGSE, *Uma disputa à burguesa: homens e mulheres escravos lutam por sua liberdade na justiça, Lagarto – Província de Sergipe, 1850-1888*, trata da busca dos cativos pela alforria na Justiça na cidade de Lagarto, observando indícios, à luz de Ginzburg, cruzando fontes, para evidenciar as estratégias de cativos e senhores. A mesma questão sobre as mudanças com a Lei de 1871, que possibilitava aos cativos solicitação de liberdade na justiça, foi tratada de maneira semelhante por Sharise Amaral, porém relacionada à região do Contiguiba. Santos analisa que, a partir da Lei de 1871 e das ações de liberdade, os laços paternalistas entre senhores e escravos se enfraqueceram – amortecimento evidenciado também na obra freyriana –, afirmando que “essa política entrou em decadência de forma mais acentuada depois de 1871, pois, após esse momento, o senhor deixou de ser o único a ter o poder de conceder a alforria e as instâncias judiciais passaram a intervir de maneira mais intensa na relação entre ambos”⁵⁰⁴.

⁵⁰² SILVA, Sheila Farias. Histórias de famílias na Estância/SE oitocentista (1840-1890). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, nº 40, 2010, p. 84.

⁵⁰³ Ibid., p. 85.

⁵⁰⁴ SANTOS, Joceneide Cunha. Uma disputa à burguesa: homens e mulheres escravos lutam por sua liberdade na justiça, Lagarto – Província de Sergipe, 1850-1888. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 39, 2009, p. 66.

Essas mudanças das relações entre senhores e cativos devem ser pensadas, indiscutivelmente, também no âmbito do cotidiano escravo visto que o escravo pode ter passado a possuir uma maior altivez com relação à cautela ou maior rigidez dos senhores. Estudos sobre o aumento, ou não, da violência aos escravos, no período, e concessão de *benesses* podem auxiliar na elucidação dessa questão. A autora também dialoga com Silvio Romero, comum em seus trabalhos sobre Lagarto e Tobias Barreto.

Ao longo do artigo, Santos apresenta alguns personagens para clarificar como era a busca da alforria pelos cativos, possibilitando, assim, visualizar indícios de cotidiano escravo. A escrava Manoela, por exemplo, para minar as tentativas do senhor de continuar na sua posse, “espalhava boatos” e a mesma “tinha certa autonomia para andar ‘livremente’ na Vila”. Já Maria Mercês, seu senhor não queria perdê-la por ser “moça, bonita, sadia, boa costureira, bordadeira, rendeira, engomadeira e cozinheira, confidente dos seus senhores em uma fazenda de mais de quarenta escravos”⁵⁰⁵. O ser confidente, em especial, revela proximidade e intimidade com a vida dos senhores – perdê-la seria não ter a empregada e a confidente, porém, maior perigo seria de que os segredos já confidenciais caíssem em ouvidos inimigos.

Ainda nesse primeiro artigo, na busca pela alforria, os escravos possuíam um círculo de relações com outros cativos, livres, pessoas da justiça, adversários de seus senhores e interessados em seus serviços. Dessa forma, Santos esclarece que os cativos “estabeleciam uma teia de relações que os ajudavam e os assessoravam, costuravam uma rede de apoio e de solidariedade na Irmandade do Rosário, nas ruas, nas trilhas e fazendas”, cujas relações eram “notadas na convocação das testemunhas e na busca de provas dos seus argumentos”⁵⁰⁶. Vale pensar, a respeito do cotidiano escravo, que os cativos gozavam de tempo, de liberdade para circular, e penetração em diversas camadas sociais, valendo-se de diversos artifícios para conseguirem a liberdade. Para a autora, “existiam espaços em que as regras eram impostas pelos senhores(as), contudo também havia lugares em que os escravos mantinham relacionamentos sem o consentimento dos seus proprietários”⁵⁰⁷. A busca pela liberdade era pensada e planejada no cotidiano dos cativos, criando laços de amizade e confiança que extrapolavam a autoridade do senhor.

O segundo artigo de Joceneide Cunha Santos – *Um olhar sobre homens e mulheres africanos: indícios da vivência africana nas terras sergipanas (1790-1850)* – foi publicado

⁵⁰⁵ Ibid., p. 67-73.

⁵⁰⁶ Ibid., p.74.

⁵⁰⁷ Ibid., p.86.

no número seguinte da Revista do IHGSE, no dossiê Sergipe nos programas de pós-graduação em História no Brasil. Além de assinalar a possibilidade de estudos sobre a vivência de africanos em Sergipe, a partir de uma discussão teórica, realiza a inserção da temática no panorama nacional. A autora dialoga com autores clássicos do período de transição entre os séculos XIX e XX, como João Ribeiro, Nina Rodrigues, Silvio Romero, Gilberto Freyre e Felte Bezerra, mas também como a Nova Historiografia da Escravidão, João José Reis, Robert Slenes, Hebe Castro, Maria Inês Cortês Oliveira, Lucilene Reginaldo, Flávio Gomes, Sharise Piroupo do Amaral, entre outros.

Dessa maneira, a autora dialoga com diferentes visões, desde autores que analisaram especificamente Sergipe até autores que se debruçaram sobre a mesma questão dos africanos em outras regiões. Por exemplo, relacionado a Bezerra, Santos observa que, com pesquisas no campo da geografia e antropologia no território sergipano, o autor fez uma busca aos “elementos formadores da sociedade Sergipana e identifica alguns costumes como provenientes dos africanos”⁵⁰⁸, e João Ribeiro, que fez um comparativo entre as características da festa de coroação realizada em Laranjeiras com as ocorridas na África:

João Ribeiro chama a atenção que os negros tinham sociedades, e nessas eram vivenciados os costumes africanos dentro dos limites de uma sociedade branca escravocrata. Nessas sociedades havia hierarquizações, como reis e súditos. Faziam a coroação do rei do Congo, que coincidia com a festa católica dos três reis Magos. O autor fala em “afinidade” típica da “raça negra”, mas seria uma identidade? Será que ele não teria observado essa “afinidade” em Laranjeiras? Lembrando que em laranjeiras e em Lagarto a festa de São Benedito coincidia com a festa dos três reis. Ele aponta na sua narrativa elementos que contribuíram fortemente para a construção da identidade escrava em Sergipe, como as festas de irmandades⁵⁰⁹.

Sobre os africanos no Brasil, Santos afirma que eles reconstruíam “suas identidades dentro dos limites de uma sociedade escravista”, ou seja, mesmo no cativeiro conseguiram criar laços familiares e de amizade, além de conseguir manter alguns aspectos culturais de além-mar como na religiosidade e na culinária. Havia mais facilidade na reconstrução de

⁵⁰⁸ SANTOS, Joceneide Cunha. Um olhar sobre homens e mulheres africanos: indícios da vivência africana nas terras sergipanas (1790-1850). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, nº 40, 2010, p.60.

⁵⁰⁹ Ibid., p.52-53.

identidades no mundo urbano, embora também pudessem ocorrer no mundo rural, “no cotidiano, na luta com o senhor e na busca de pessoas para se relacionar”⁵¹⁰.

A autora aponta para um número significativo de africanos em Sergipe, ao informar a existência de revoltas de africanos e suas participações em diversas irmandades, inclusive como foram encontradas nos artigos sobre as confrarias do Rosário em Sergipe, analisados anteriormente. Ainda relacionado à reconstrução da identidade dos africanos no cativo, Santos pensa além das irmandades, pois observa que as práticas mortuárias, relações de parentesco, festas, busca pela alforria e fugas⁵¹¹ se configuravam também em ações que caracterizavam determinados grupos. Tais pontos relacionados pela autora, também são de grande importância para identificação de práticas cotidianas dos cativos.

O terceiro artigo publicado por Joceneide Cunha Santos, na Revista do IHGSE, *Construindo laços de solidariedade: o compadrio de homens e mulheres escravos na Vila de Lagarto de 1850-1888*, trata-se da rede de solidariedade construída a partir dos batismos dos cativos, questão também que permeia os trabalhos de família escrava, como no artigo citado anteriormente de Sheila Farias. Assim como Farias, Santos também se debruça sobre documentos eclesiásticos, pois podem originar diversas “informações sobre o indivíduo, a sua família e os padrinhos”⁵¹². Sobre indícios de cotidiano escravo no artigo, ao apontar “que as escolhas dos padrinhos em alguns momentos foi mais um ato da política paternalista” que consistia num paternalismo “indireto, porque seriam pessoas próximas ao proprietário e não o próprio senhor”⁵¹³, a autora não direciona o olhar apenas para a relação senhor e escravo, mas, para além da casa-grande e da senzala do seu senhor, alcançando a vizinhança, com o cativo buscando, ao construir sua teia de relações, ter o maior proveito possível na escolha do padrinho.

É possível pensar, no cotidiano destes cativos, que muitos tinham a liberdade, como aponta a autora, para a escolha dos padrinhos dos filhos, situação que poderia envolver desde laços de amizade, confiança e respeito, como proteção, entre as famílias de padrinho e afilhado. Em algumas situações, “os escravos puderam escolher seus compadres, dependia do poder de barganha do escravo. Em outras situações a escolha do padrinho da

⁵¹⁰ Ibid., p. 45-47.

⁵¹¹ Ibid., p.56.

⁵¹² SANTOS, Joceneide Cunha. Construindo laços de solidariedade: o compadrio de homens e mulheres escravos na Vila de Lagarto de 1850-1888. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, nº43, 2013, p.263.

⁵¹³ Ibid., p.266.

criança foi mais uma prática paternalista”⁵¹⁴, demonstrando que, em Lagarto, os cativos possuíam certa autonomia para escolher os padrinhos dos filhos e havia redes de amizade e solidariedade entre escravos, libertos e livres, de diferentes posições sociais. Também utilizavam o momento do batismo, não apenas para o do recebimento de um sacramento cristão, mas como oportunidade de inserir o indivíduo batizado em uma determinada rede.

O quarto artigo de Joceneide Cunha, publicado na Revista do IHGSE n. 44, *A hora derradeira de homens e mulheres africanos e seus descendentes: alguns apontamentos sobre os óbitos, Santo Amaro, Sergipe, 1802-1835*, trata de uma questão ainda não levantada na historiografia sergipana relativa aos cativos – a autora conseguiu, apenas, levantar um texto monográfico, referente à cidade de São Cristóvão.

Santos pesquisa, em diversos documentos, como ocorreu a hora derradeira dos cativos, o que planejaram para o referido momento, como vestuário, missas, cortejo fúnebre e local do sepultamento. A pesquisa, em muitos momentos, assemelha-se ao livro de João José Reis *A morte é uma festa*, talvez a investigação mais densa sobre o assunto no Brasil. O título provocativo de Reis demonstra que o momento da morte era muito aguardado, com o planejamento da pompa anteriormente pelo falecido, e evento social para quem iria prestar a última homenagem. Joceneide Santos também observa essas questões, marcando que fazia parte do cotidiano do século XIX:

Esses [cortejos fúnebres] e os sepultamentos marcavam o cotidiano Oitocentista e alguns deles possuíam bastante pompa, incluindo os de africanos e seus descendentes. Principalmente para os africanos que faziam parte das irmandades. Os irmãos eram convocados, saíam acompanhando o corpo até o lugar do sepultamento⁵¹⁵.

Santos, a partir da análise das fontes à luz do método indiciário de Ginzburg, tem como alvo as informações de vários sepultamentos realizados na Vila de Santo Amaro, alguns apresentando detalhes preciosos sobre a vontade do falecido e até mesmo a pouca condição financeira que impedia de realizar o sepultamento com mais pompa, como o caso de Rosa Benedita:

Rosa Benedita, da guiné, irmã da Irmandade do rosário da Vila de Santo Amaro, solicitou ser enterrada com o hábito de São Francisco,

⁵¹⁴ Ibid., p.275.

⁵¹⁵ SANTOS, Joceneide Cunha. A hora derradeira de homens e mulheres africanos e seus descendentes: alguns apontamentos sobre os óbitos, Santo Amaro, Sergipe, 1802-1835. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 44, 2014, p.340.

acompanhada pelo Reverendo e mais três sacerdotes. Ela não quis a missa de corpo presente, pois, mesmo sendo irmã do Rosário, essa missa seria um gasto que ela não podia arcar. Requereu ainda no seu testamento as duas capelas de missa costumeiras e ser enterrada na Capela do Rosário. Ou seja, a Rosa Benedita teve um cortejo fúnebre com a presença de seus irmãos e dos quatro padres. E, como Rosa Benedita, diversos homens e mulheres escravizados e forros foram enterrados no Rosário em Santo Amaro⁵¹⁶.

Rosa Benedita escolheu a roupa para ser sepultada – um traje franciscano –, talvez por ser seu santo de devoção ou para demonstrar falta de apego aos bens materiais. Se, na análise do artigo anterior, observamos a vontade dos cativos expressa na hora da escolha dos padrinhos dos filhos, nesse artigo, observamos a vontade dos escravizados e livres na hora da morte. Ambos refletem certa autonomia no cotidiano dos cativos. Contudo, nem todos tiveram sepultamento registrado, “foram enterrados em fazendas, largados em matos ou deixados nas estradas” e os escravizados sepultados nas igrejas tiveram enterros mais simples “pois os custos dos sepultamentos dos forros eram muito mais altos”⁵¹⁷.

Muitos senhores de engenho possuíam capelas ou um espaço fora delas para o sepultamento dos cativos. Alguns cativos e livres possuíam seu próprio pecúlio para a realização de seu sepultamento, mas os senhores também o realizavam. O sepultamento dos escravizados, em locais que escolhessem, era um direito, pois partia de uma ordenação do Arcebispado da Bahia:

As Constituições do Arcebispado da Bahia pregavam que as pessoas deviam ser enterradas nos locais que escolhessem, a capela, adros e/ou túmulos, incluindo os escravizados. Os padres e clérigos não deveriam mudar as escolhas ou tentar muda-las. Sugere que ainda que para aqueles que não escolheram se na condição de homens solteiros seriam enterrados junto aos seus pais ou avós, e as mulheres quando viúvas junto aos seus maridos. Quando casada, o marido decidiria o local do sepultamento e as solteiras da mesma forma que os homens, junto aos pais e avós. As Constituições ainda afirmam que os fregueses, incluindo os escravizados, fossem enterrados na Igrejas dos santos de que fossem devotos. Os fregueses deveriam ainda serem sepultados em lugares cristãos e que outras pessoas tivessem acesso podendo assim se lembrar dos mortos para poder interceder em favor das almas que foram para o purgatório logo saírem⁵¹⁸.

Dessa maneira, assim como era obrigatório o cativo ser batizado na Igreja, era necessário também ser sepultado, cabendo ao senhor resolver a questão. Nesse contexto, é

⁵¹⁶ Ibid., p. 340.

⁵¹⁷ Ibid., p.344.345.

⁵¹⁸ Ibid., p.353.

imprescindível observar que os ritos católicos faziam parte da vida dos cativos, mesmo que este não demonstrasse grande devoção ou fosse membro de alguma irmandade. Santos assinala que – a partir das constituições do Arcebispado da Bahia bem e do levantamento dos sepultamentos em Santo Amaro – os escravos eram enterrados em locais distintos, indicando “que esses escravizados e/ou sua família escolhiam o local do sepultamento, e indica também a existência de comunidades”⁵¹⁹, com a vontade expressa nos testamentos. Portanto, se em artigo anterior conseguimos observar que, em determinadas ocasiões, os cativos conseguiam escolher os padrinhos dos filhos, também, em algumas ocasiões, conseguiam ter um sepultamento digno em meio às mazelas do cativeiro – questões pertencentes ao cotidiano escravo.

A análise dos artigos publicados na Revista do IHGSE propicia uma visão privilegiada do fazer historiográfico sergipano. A confraria se configura no *lócus* dos debates dos intelectuais sergipanos, referentes principalmente a estudos históricos, geográficos e antropológicos sobre Sergipe. A criação da Universidade Federal de Sergipe não realizou a migração de todos os intelectuais para ao âmbito acadêmico, mas propiciou uma longa parceria, com os pensadores sergipanos, dividindo-se entre as duas casas. Nesse contexto, a historiografia sergipana realizada no IHGSE confunde-se, nas últimas fases, com a historiografia produzida na UFS – isso, porém, não configura um defeito, mas uma peculiaridade regional e uma similaridade nos discursos. Albuquerque salienta que no âmbito da UFS e da Universidade Tiradentes, por exemplo, assim como na Revista do IHGSE, pesquisas buscam demonstrar a sergipanidade⁵²⁰.

Sobre o quantitativo e o qualitativo dos artigos a respeito da escravidão e dos escravos, muito se avançou sobre o assunto. Nos primeiros cinquenta anos da Revista, quase não há publicações sobre a escravidão ou os escravos como objeto de estudo, apenas o controverso artigo de João Dantas Reis. Julgar o qualitativo é algo complicado, uma vez que requer colocar juízo de valor ao pensamento de uma determinada época. À medida que despontaram no país estudos diversos sobre os cativos, na História, nas Ciências Sociais e na Antropologia, com Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Dante de Laytano, Arthur Ramos, dentre outros, paulatinamente, os intelectuais sergipanos passaram a pesquisar sobre a temática e a publicar no periódico.

⁵¹⁹ Ibid., p.357.

⁵²⁰ ALBUQUERQUE, 2012, op., cit.

O avanço sergipano, com relação à pesquisa historiográfica sobre o cativo e cativos, ocorreu à medida que tais ideias inovadoras chegavam às periferias acadêmicas. O crescimento de pesquisas referente à escravidão em Sergipe já é possível notar na década de 1970, apesar de a revista ter tido dificuldades na manutenção de sua periodicidade, concretizando-se, nas últimas décadas, com pesquisas relacionadas a discussões diversas sobre o cativo e reinvenção da liberdade, afinadas com as últimas teorias e metodologias aplicadas ao estudo da escravidão no Brasil. O crescimento do número de pós-graduações no país e de pesquisadores sobre Sergipe nos programas impulsionou a historiografia da escravidão sobre o estado.

Referente aos indícios de cotidiano escravo, no discurso historiográfico da Revista do IHGSE, foram encontradas pistas relevantes para construção de hipóteses a respeito de religiosidade, festas, redes de sociabilidades e mortes.

Quanto à religiosidade, com grande quantitativo de artigos referentes a irmandades religiosas, foi possível perceber que, na Revista do IHGSE, os ritos católicos com sincretismo religioso foram a manifestação religiosa preponderante dos cativos no século XIX. Isso não quer dizer que os escravos e livres não praticassem religiões de matriz africana como realizou, com o consentimento dos senhores do engenho, a forra Sol Quente no Dira. Como religião predominante, o catolicismo facilmente se propagou entre os cativos por meio do batismo de africanos e de crioulos ainda na infância, em muitos casos, e a proximidade dos santos de culto do senhorio nos oratórios e capelas das casas-grandes. A adesão ao catolicismo, se para alguns pode parecer subserviência, para os cativos ao longo da escravidão, foi uma estratégia de inserção como atores sociais no sistema escravista e camuflagem de ritos africanos.

É importante frisar que as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário estavam espalhadas nas principais cidades do Brasil colonial, algumas, inclusive, possuidoras de grande representatividade local. Nossa Senhora do Rosário ao lado de São Bendito, Santa Efigênia e Santo Elesbão eram os principais santos protetores dos cativos, com irmandades com igrejas erigidas, com pecúlio acumulado ao longo de anos, ou abrigadas em altares laterais de igrejas de irmandades maiores – quando não havia recursos para construir a igreja.

Sergipe, apesar de ser uma província pequena e com poucos recursos, possuía uma grande quantidade de irmandades negras espalhadas pelas cidades. Possuíam Irmandade de Nossa Senhora do Rosário as cidades, vilas ou freguesias de São Cristóvão, Frei Paulo,

Itabaiana, Lagarto, Neópolis, São José, Propriá, Santa Luzia, Brejo Grande, Estância, Nossa Senhora do Socorro, Frei Paulo, Rosário do Catete, Itabaianinha, Divina Pastora, Santo Amaro, Laranjeiras. A Irmandade de São Benedito existia em Estância, São Cristóvão, Laranjeiras, Lagarto, Santa Luzia⁵²¹. Contudo, não foram encontradas, nas pesquisas, as irmandades de Santa Efigênia e Santo Elesbão.

A partir dos estudos realizados sobre as irmandades religiosas de cor em Sergipe, é possível visualizar avanços, mas também a necessidade de outros estudos, pois muitas das irmandades listadas acima ainda não foram pesquisadas de maneira individual. Um dos motivos da ainda pequena quantidade de estudos encontra-se na falta, por exemplo, do compromisso das irmandades e dos livros de atas, que possibilitaria uma reconstrução fidedigna dos percursos dos homens de cor nesses espaços de convivência, possuindo cargos, realizando donativos e descrevendo os ritos escolhidos para a hora derradeira. O catolicismo negro, para concluir, nasceu e floresceu a partir do incentivo dos senhores e consequentemente, quando os homens de cor observaram, nas irmandades religiosas, um local de sociabilidade, ascensão e notoriedade social e amparo na hora derradeira.

É inseparável pensar as festas em Sergipe d'El Rey no século XIX do calendário religioso e do calendário agrícola. As principais festividades dos cativos estavam relacionadas aos santos de devoção, bem como aos festejos natalinos e, em menor grau, aos festejos juninos. A participação nos festejos das irmandades religiosas de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, realizadas após a colheita, configuravam um momento muito esperado para os cativos, pois, além da festa e do descanso, seria um período de desfrutar da companhia de companheiros que estavam em outros engenhos.

Sergipe d'El Rey teve, ao longo do século XIX, festas com grande pompa nas quais os cativos e libertos observavam o cortejo, como na festa do Senhor dos Passos em São Cristóvão, e buscavam, de maneira mais singela, mas também com gasto considerável, realizar as festas de suas confrarias com similar esplendor. Vivia-se o tempo do catolicismo barroco, onde as festas e o convívio social giravam em torno de santos protetores, com africanos e crioulos buscando se inserir nos festejos com a procissão, apresentando, portanto, um verdadeiro desfile de vestuário pomposo sob os fogos de artifício.

Caso emblemático de organização da festa a uma determinada devoção é o da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Estância, narrada por Francisco José Alves dos

⁵²¹ OLIVEIRA, 2008, op., cit., p.52.

Santos. Havia duas datas de festa: a primeira, ainda no auge dos trabalhos da cana-de-açúcar, no primeiro domingo de outubro, data oficial de Nossa Senhora do Rosário no calendário religioso, em que a elite composta por senhores de engenhos, militares e clérigos, por exemplo, celebravam o dia santo; e a segunda data, dia 06 de janeiro, dia dos Reis Magos, num período de mudança de fase nos trabalhos agrícolas, em que cativos e livres realizavam a Coroação dos Reis do Congo. A diferença na data de realização da festa, bem como na maneira de realizá-la, conforme o autor, também ocorreram em outras regiões, como a vizinha Bahia⁵²². Para Nirlene Nepomuceno as festas de cativos e libertos evidenciam as

[...] tensões e apontam para artimanhas de sobrevivência cultural, traduzidas nas incorporações seletivamente elaboradas de determinados elementos, que confundiam aqueles responsáveis por controlá-las e por zelar pelo exercício de práticas “civilizadas”. Em certos casos, as festas negras eram vistas com temor, pelo potencial de revolta que guardavam; em outros, eram encaradas de forma oposta, como um instrumento necessário para aquebrantar pressões decorrentes dos rigores da escravidão⁵²³.

Como explana Nepomuceno, havia tensões nos momentos de lazer dos cativos, e isso não era diferente em Sergipe. A partir de relatos de diversas autoridades, ficou claro o temor de sublevação escrava nos festejos natalinos, como ocorreu em 1823 em Laranjeiras, além da fuga de cativos pelo afrouxamento da vigilância, pois quilombolas capturados – uma significativa parcela – revelavam, no interrogatório, que teriam fugido durante algum tipo de festejo⁵²⁴. Contudo, após o árduo trabalho na lavoura da cana e na produção do açúcar, era necessário um momento de descanso e lazer para os cativos. O lazer, além de ser praticado em festas oficiais organizadas pela igreja e pelas confrarias religiosas, também era realizado nos engenhos com batuques que duravam a noite inteira, com participação, inclusive, de negros quilombolas⁵²⁵, e relatados em memórias de senhores e nos relatos policiais.

É necessário relacionar as festas ao comportamento de muitos cativos que estavam informados a respeito do que ocorria nas colônias francesas produtoras de açúcar, em

⁵²² SANTOS, 1992, p.74-75.

⁵²³ NEPOMUCENO, Nirlene. **Celebrações negras do ciclo natalino**. Teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e Caribe. São Paulo: PUC-SP. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2011, p.07.

⁵²⁴ OLIVEIRA, Igor. 2010, *passim*.

⁵²⁵ Idem.

especial o Haiti, e consequentemente, por isso, viviam inquietos. Os festejos natalinos em Sergipe d'El Rey e em outras cidades do país possuíam uma grande concentração de homens de cor, podendo ocorrer facilmente um levante – inquietação percebida em muitos documentos listados por autores de dissertações e artigos neste trabalho. Para Edelize Couto, “as festas religiosas católicas representavam brechas para a resistência escrava”, sendo que o poder público tentava coibir batuques, por exemplo, através de “leis provinciais e posturas municipais” no intuito de “controlar os escravos e evitar a realização de revoltas”⁵²⁶.

As redes de sociabilidade – relações de ajuda mútua entre pessoas no cativeiro e livres, ou indivíduos de diferentes etnias e condição social, não necessariamente vinculadas por parentesco – também foram bastante discutidas nos artigos publicados na Revista do IHGSE, referentes tanto a africanos quanto a crioulos – isso demonstra que era possível criar laços de amizade e compadrio no cativeiro. As ações de solidariedade como se pôde perceber, ocorreram de diferentes formas, como tomar padrinho para criança cativa uma pessoa livre ou de condição abastada, ou um indivíduo do círculo da amizade ser escolhido para ficar encarregado de libertar algum membro da família, com pecúlio do falecido que não teve tempo de realizar a ação.

As redes ocorreram geralmente entre africanos ladinos ou entre crioulos, ficando os boçais com dificuldade de criar redes de solidariedade de imediato. Frank Marcon, a respeito dos laços criados entre africanos na cidade de Laranjeiras, demonstra como cativos conseguiram alcançar a liberdade e prosperar no comércio e na produção de gêneros alimentícios de subsistência, comercializando entre si e entre comerciantes brancos. Nos testamentos desses cativos, apresentado pelo autor, ficam nítidas as relações entre si na prosperidade das atividades e as incumbências de administração dos bens e dívidas aos antigos companheiros de labor⁵²⁷.

Talvez os laços de amizade que chamem mais a atenção são os efetivados por quilombolas com as senzalas e libertos. Não só Sharise Amaral introduz a questão, em seu artigo na Revista do IHGSE, como também outros autores pesquisaram o movimento quilombola em Sergipe d'El Rey, apresentando também importantes contribuições a respeito. É interessante pensar o cotidiano das senzalas como locais em que ocorriam batuques, diversas vezes referenciados, e em que era possível haver a proximidade com os

⁵²⁶ COUTO, Edelize Souza. **Tempo de festas**: homenagens a Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição e Sant' Ana em Salvador (1860-1940). Salvador: EDUFBA, 2010, p.196.

⁵²⁷ MARCON, 2009, *passim*.

quilombolas que iam visitar amigos e realizar escambos. Dessa forma, percebem-se os lações de solidariedade entre os escravos de diferentes formas: nas irmandades religiosas, nas transações comerciais, no cumprimento dos últimos desejos de um falecido amigo, na proteção aos quilombolas nas noites de inverno nas senzalas etc.

E, por último, relativo à morte, em alguns casos, os cativos conseguiram sepultamentos dignos e se preocupavam também com a “hora derradeira”. Nesse caso, por enquanto, a única pesquisadora que se debruçou sobre o assunto em Sergipe na Revista do IHGSE foi Joceneide Cunha, contudo, revelando que os homens de cor, cativos ou libertos, buscavam ter um sepultamento decente a partir da filiação a uma ordem religiosa ou através da generosidade do senhorio. Isso não quer dizer que não houve cativos com os corpos entregues à maré ou a valas comuns – é necessário pensar, porém, que os mesmos estavam também inseridos entre aqueles que se preocupavam em organizar os ritos fúnebres do sepultamento. Carece, portanto, de um estudo aprofundado sobre a morte nas diversas cidades e vilas da província de Sergipe d’El Rey, visto que a pesquisadora citada acima fez um minucioso levantamento de Santo Amaro das Brotas, faltando, até para um caráter comparativo, como eram sepultados cativos e libertos em outras regiões bem como as características dos ritos fúnebres escolhidos pelo falecido.

Resumindo, é necessário pensar os periódicos estaduais como importante espaço da escrita da história, ao se realizar um levantamento bibliográfico sobre qualquer temática, em especial dos institutos históricos e nas revistas publicadas por tais órgãos, pois podem revelar importantes vestígios e interpretações de fatos do passado. A Revista do IHGSE configura-se em um espaço privilegiado do fazer historiográfico sergipano quando outros veículos de publicação eram escassos em Sergipe.

O periódico permite encontrar, em textos produzidos muitas das vezes por autodidatas no fazer historiográfico, importantes informações ainda não pesquisadas no âmbito da historiografia da escravidão em Sergipe, como o “Céu dos Carnaíbas” e o crime que envolveu a forra Sol Quente do Dira, encontradas unicamente no periódico. Outras temáticas referentes à escravidão, assim que despontaram no meio acadêmico em pesquisas de dissertações e teses, tiveram como espaço privilegiado também a Revista do IHGSE, visto o prestígio e a importância do periódico ao longo de um século em Sergipe. Conclui-se, assim, que a Revista do IHGSE contribuiu, significativamente, na busca por indícios do cotidiano escravo nos engenhos de açúcar em Sergipe oitocentista na historiografia sergipana.

Considerações finais

Sergipe d'El Rey foi uma província próspera em meados do século XIX, principalmente pela produção de açúcar que desenvolveu. A lavoura de subsistência e a criação de gado também prosseguiram em regiões mais distantes do litoral, mas o solo sergipano continuou a produzir alimentos para si e, quando necessário, abastecendo também a Bahia. A prosperidade da elite açucareira sergipana ocorreu com a criação de novos engenhos e, conseqüentemente, com uma maior quantidade de cativos que chegaram à província. A partir de dados demográficos do período, analisados por Luiz Mott, ficam evidenciados o quantitativo de braços cativos na província. A escravaria não apenas trabalhava, como também possuía seus momentos de descanso e até de lazer, diminuindo as mazelas do cativo criando laços de solidariedade, participando de festas ou buscando a liberdade de diversas formas.

No intervalo de tempo entre acordar, ir à lavoura e repousar à noite, havia um tempo livre, bastante curto, mas de grande importância para compreensão dos hábitos e práticas de um povo que, vindo de maneira forçada para as Américas, adaptava-se a uma nova maneira de viver, clima e cultura. Para compreender o cotidiano escravo, nas diferentes províncias brasileiras, é preciso observar os diferentes hábitos e formas de se relacionar dos cativos, cujas vivências permitem visualizar as diversas questões do escravismo brasileiro, referentes tanto ao âmbito cultural quanto econômico e posicionamento político durante a escravidão e no pós-abolição.

As vivências cotidianas dos escravos diferenciavam-se também pelo tamanho da riqueza que possuía o seu senhor. Talvez, o maior cuidado aos cativos – observado em algumas fontes – evidencia que os senhores não queriam perder grande parte de seus bens – em Sergipe, as riquezas dos senhores eram pequenas e, muitas vezes, os cativos eram grande parte dessa riqueza e de difícil reposição em caso de morte –, pois alguns escravos valiam uma grande quantia em dinheiro. Possivelmente, a maneira menos rude no tratamento dos cativos sergipanos culminou na realização, com maior liberdade, de práticas religiosas e de criação de redes de solidariedade. Mas, é necessário enfatizar que a escravidão causa grande sofrimento para os indivíduos explorados independentemente deste ou daquele senhor, deste ou daquele tipo de trabalho.

A pesquisa sobre cotidiano escravo, nesta dissertação, buscou realizar uma tarefa introdutória que consiste na análise e coleta de informações do que já foi escrito sobre cotidiano escravo na produção acadêmica local. Através da análise da historiografia sergipana, foi possível perceber a necessidade de um estudo específico a respeito do cotidiano dos escravos nos engenhos de açúcar no século XIX, pois não há uma pesquisa exclusivamente referente à questão sobre a província de Sergipe d'El Rey. O mesmo aplica-se aos escravos urbanos na província, assunto que não foi alvo deste estudo – apesar disso, em diversas obras da historiografia sergipana, a questão do cotidiano escravo é mencionada, na maioria dos casos, de maneira superficial. Observa-se, desse modo, que há fontes, ainda pouco ou mal exploradas que podem revelar fatos curiosos a respeito do cotidiano dos cativos.

Nesta pesquisa se buscou escrever os três capítulos de maneira conectada apresentando como principal ligação à busca do cotidiano escravo na historiografia sergipana pela característica das obras dos autores e pelas fontes apresentadas. O primeiro capítulo ao enfatizar a importância de Gilberto Freyre para os estudos culturais sobre a escravidão buscou-se evidenciar a importância das pesquisas sobre cotidiano e da herança cultural dos indivíduos nessas práticas, a influência de Freyre na historiografia da escravidão brasileira e na historiografia sergipana. Ainda no primeiro capítulo foram evidenciadas questões do cotidiano escravo em que os pesquisadores da historiografia sergipana, de um modo geral, tiveram a influência de Freyre, colocando, em seus textos, tal influência de forma explícita ou não. No segundo e terceiro capítulo, de maneira semelhante ao primeiro, buscou-se evidenciar o cotidiano escravo na historiografia sergipana, nas publicações, em textos não publicados e na Revista do IHGSE, a partir de uma análise pautada nas mudanças sociais que consequentemente, mudaram também a escrita da história. Em ambos os capítulos as obras seguiram uma sequência histórica do seu surgimento ao invés de serem colocadas por temática para que o leitor percebesse de maneira mais clara as mudanças na historiografia sergipana sobre o assunto no curso da história.

As obras analisadas na busca do cotidiano escravo, nos engenhos de açúcar em Sergipe – publicações de estudos dos oitocentos, dissertações, teses e artigos da Revista do IHGSE –, revelaram informações, além do dia-a-dia dos cativos, como sobre o fazer historiográfico em Sergipe, desde a forma de se trabalhar com as fontes até aportes teóricos e interlocutores. Dessa maneira, a pesquisa revelou também informações da escrita da

história em Sergipe, demonstrando o nascimento e fortalecimento do campo de pesquisa referente à escravidão e pós-abolição no estado.

A escrita da história da escravidão em Sergipe assim como no Brasil possui várias fases que sofreram influência dos acontecimentos históricos do país e do mundo. Ao longo do século XX assistimos a luta das pessoas de cor por direitos e igualdade, em alguns locais de forma bastante violenta como foi nos EUA. Estas movimentações influenciaram a escrita da história das pessoas que foram escravizadas, que passaram a ser visualizadas como sujeitos históricos. A evolução na maneira de visualizar os escravos no Brasil é marcante, por exemplo: no século XIX, os negros eram estudados como raça inferior mas que possuía práticas culturais pitorescas; posteriormente, na década de 1930, como raça que influenciou de maneira marcante as características do povo brasileiro; nas décadas de 1950 e 1960, pela Escola Paulista de Sociologia, os escravos foram vistos como incapazes de refletir sobre a sua condição de cativos e coisificados, na década de 1970, os escravos foram tratados como alienados ou rebeldes; e por último, a partir da década de 1980 houve a ideia do protagonismo negro ou agência negra, caracterizada pelas invenções da liberdade e enaltecimento de aspectos culturais advindos da África. Todas as mudanças ocorridas não podem ser observadas senão à luz dos acontecimentos sociais em busca de espaço, direitos e representação fidedigna das origens das populações afrodescendentes do país.

Realizando uma comparação entre a produção historiográfica de Sergipe e de outros estados relativos a escravidão, percebe-se um número menor de publicações, devido a diversos fatores como desenvolvimento tardio das pós-graduações e menor visibilidade no engajamento político das pessoas de cor por mudanças sociais. Ocorreu também em Sergipe, nos últimos anos, um despertar para essas pesquisas, muitas delas realizadas por alguns professores da UFS e por seus alunos egressos dos departamentos de História e Ciências Sociais que necessitam serem reveladas e/ou aprofundadas em estudos posteriores. Na atualidade, a recém-criada pós-graduação em História da UFS começou a despontar pesquisas sobre a escravidão e o pós-abolição em Sergipe. Há lacunas, entretanto, significativas a respeito da escravidão no território sergipano, quando se referem, por exemplo, entre as diferenças entre regiões do estado.

A maioria das pesquisas ainda não foram publicadas, contudo, é de conhecimento no meio acadêmico pelo pioneirismo que apresentam. Parte dos pesquisadores sobre escravidão em Sergipe da nova geração publicaram na Revista do IHGSE os seus estudos,

demonstrado que o periódico possui forte credibilidade no meio acadêmico. As publicações permitem o conhecimento da questão por historiadores e autodidatas que buscam conhecer um pouco mais sobre as características da escravidão em território sergipano. Os artigos publicados referem-se, na maioria dos casos, às pesquisas de mestrado e doutorado, mas há aqueles que buscaram pesquisar algum aspecto da escravidão em Sergipe por outros motivos. Há ainda o campo do pós-abolição, que em Sergipe é representado por Petrônio Domingues, com pesquisas e orientações de dissertações na temática em Sergipe, a despontar nos próximos anos.

A construção e fortalecimento da historiografia da escravidão em Sergipe, de modo geral, é capitaneada por uma geração de jovens acadêmicos. Se na década de 1990, tivemos as pesquisas de Lourival Santana Santos, Maria Nelly dos Santos e Josué Modesto dos Passos Subrinho, a respeito dos quilombolas, abolicionismo e trabalho escravo e livre, respectivamente; a partir dos anos 2000, as pesquisas se intensificaram e diversificaram-se. Surgiram nomes como Sharise Amaral, Joceneide Santos, Vanessa Oliveira, Hortência Abreu, Frank Marcon, José Mário Resende, Joanelice Santana, Meirevandra Figuerôa, Fernando Ferreira Júnior, Igor Oliveira e Flávio Nascimento que pesquisam, na temática da escravidão: movimento quilombola, rede de sociabilidades, irmandades religiosas, educação, morte, dentre outras questões.

Ao analisar as obras que tratam de escravidão em Sergipe nos últimos vinte anos é possível elencar os autores de maiores destaques no campo da escravidão. Maria Nely dos Santos é um referencial para quem pesquisa o movimento abolicionista em Sergipe, contudo, a questão ainda carece de outras pesquisas. Josué Modesto dos Passos Subrinho, no âmbito da história econômica, aponta um arsenal de fontes a respeito da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, além da publicação de *Os classificados da escravidão*, que apresenta a lista dos escravizados de 1872. Entretanto, as maiores contribuições para a historiografia sergipana da escravidão advém de Sharise Amaral e Joceneide Santos.

Amaral, pesquisadora de movimentos quilombolas apresenta grande fôlego em suas pesquisas sobre a questão. Dialoga com as diversas correntes da historiografia da escravidão, nacional e estrangeira, se posicionando de maneira crítica e dialogando com uma diversidade de fontes. Suas pesquisas sobre o movimento quilombola superam outras pesquisas anteriormente realizadas com investigações pautadas na interpretação das fontes de uma maneira mais ampla.

Joceneide Santos é a autora que, até o momento, mais revelou aspectos da escravidão em Sergipe, sobretudo, dos culturais. Pesquisando como marco temporal o século XVIII e XIX, a autora consegue desvendar bastante informações sobre o cotidiano dos cativos. Os cenários de suas investigações também se modificam pesquisando, por exemplo, as Vilas de Lagarto e Santo Amaro das Brotas. As temáticas também são bastante variadas como sociabilidades, irmandades, morte, africanos, dentre outros. A autora revela, em suas pesquisas, a diversidade questões sem resposta na historiografia sergipana da escravidão. Santos, no âmbito da Revista do IHGSE, é a pesquisadora da escravidão que mais publicou, e com temáticas diferentes, artigos no periódico. As pesquisas de Santos bem como as de Amaral, além de suas participações ativas em diversos congressos e nas universidades que lecionam, colocam-nas em local de destaque na historiografia sergipana.

A partir da análise da historiografia sergipana ao longo dos três capítulos ficou constatado que: nas fontes referentes ao século XIX há muitas informações que podem ser utilizadas em pesquisas sobre cotidiano escravo em Sergipe; Gilberto Freyre foi um importante interlocutor quando os textos buscavam tratar de questões referentes a vida dos escravos e de seus respectivos senhores sob o viés da história cultural e social; o desenvolvimento da historiografia sergipana da escravidão ocorre de fato nos últimos vinte anos relacionado, sobretudo, com diversos pós-graduandos em programas de História fora de Sergipe e de Ciências Sociais, Geografia e Educação no estado; o engajamento social por melhorias das condições de vida da população de cor na atualidade também influenciaram no maior quantitativo de pesquisas sobre a escravidão e o pós-abolição; há uma diversidade temática na escolha dos assuntos abordados pela escrita da história da escravidão em Sergipe; muitas pesquisas sobre a temática ainda não foram publicadas mas são bastante conhecidas entre os pesquisadores da temática, referenciadas, por exemplo, em textos monográficos no Departamento de História da UFS; algumas dissertações, entretanto, são publicadas de maneira fragmentada em diversos meios de divulgação de pesquisas acadêmicas.

Esta pesquisa, portanto, buscou analisar obras da historiografia sergipana referentes ao século XIX e sobre escravidão uma busca pelo cotidiano escravo nos engenhos de açúcar em Sergipe oitocentista, revelando um campo amplo, com fontes ainda pouco exploradas e que podem revelar aspectos ainda não conhecidos de cativos e libertos pelas senzalas, engenhos e matas de Sergipe d'El Rey, bem como revelar aspectos da escrita da história no território sergipano.

Referências bibliográficas e digitais

ABREU, Martha. **O império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007.

ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Entre cartas e memórias**: preceptoras europeias no Brasil do século XIX/Samuel Barros de Medeiros Albuquerque. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

_____. Adaptação do discurso proferido na sessão solene comemorativa da Emancipação Política de Sergipe, realizada pelo IHGSE em 06 de julho de 2012. **Jornal da Cidade**, 08 de julho de 2012 (Caderno B, página 7, coluna Opinião).

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Nordeste Açucareiro (1840-1875)**: desafios num processo de vir-a-ser capitalista. Aracaju: UFS/SEPLAN, 1993.

_____. **Sergipe**: fundamentos de uma economia dependente. – Petropolis, Vozes, 1984.

_____. **Uma unidade açucareira em Sergipe** – o engenho Pedras. Separata dos Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História (Aracaju – setembro de 1975). São Paulo, 1976.

ALVES, Francisco José. **A rede dos conceitos**. São Cristóvão: Editora UFS/ Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

AMARAL, Sharise Piroupo. **Um pé calçado, outro no chão**: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900). Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

_____. A lei, as cartas e o silêncio senhorial: uma análise da alforria na Cotinguiba (1860-1888). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, nº 37, 2008.

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru-SP: EDUSC, 1998.

ANTONIL, A.J. **Cultura e opulência no Brasil**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1950.

ANTÔNIO, Edna Maria Matos. **A independência do solo que habitamos**: poder, autonomia e cultura política na construção do império brasileiro, Sergipe (1750-1831). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

_____. **A qualidade da terra e dos homens:** colonização e posse de terras na América Portuguesa (Sergipe – século XVI-XVII). *SÆCULUM - REVISTA DE HISTÓRIA* [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012, p.51-52. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/15032/8539>. Acesso: 25 mai. 2015.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **A sociologia de Florestan Fernandes.** Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ts/v22n1/v22n1a01.pdf> >. Acesso: 04 mai. 2015.

BACELLAR, C. de A. P.; SCOTT, A. S. V.; BASSANEZI, M. S. C. B. Quarenta anos de demografia histórica. *Revista brasileira de Estudos de População*. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 339-350, jul./dez. 2005.

BARBUY, Heloísa. **O Brasil vai a Paris em 1889:** um lugar na Exposição Universal. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.4 p.211-61 jan./dez. 1996.

BARROS, José D'Assunção de. Os campos da História – introdução as especialidades da História. *Revista HISTERDEDBR* On line, Campinas, n. 16, p. 21. Dez. 2004. Disponível em: < http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis16/art3_16.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2016.

_____. **Teoria da História.** 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARROS, Orlando de. **Corações de Chocolate:** a história da Companhia Negra de Revistas (1926-27). Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2005.

BAULER, Almir e KEIM, Ernesto Jacob. **O discurso etnográfico na revista do IHGB:** 1840-1860. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 5, n. 3, p. 66-84, jul./dez. 2011. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/24319> >. Acesso: 22 abr. 2015.

BLANKE, Horst Walter. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A História escrita:** teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Os reis taumaturgos:** o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

BOAS, Franz. **Antropologia cultural.** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2007.

BOSI, Ecléa. As outras testemunhas. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** 2.ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989):** a revolução francesa da historiografia. 2ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

_____. **O que é História Cultural?** 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte/São Paulo: Itataia/EDUSP, 1980.

CADIOU, François. et. al. **Como se faz a história**: historiografia, método e pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO SOBRINHO, José Sebrão de. Sol Quente, do Dira, a pecadora santa dos umbandistas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 16, nº 21, p.240-246, 1955.

CASTRO, Hebe Maria de Mattos. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1 Artes de fazer. 3ed. Editora Vozes: Petrópolis, 1998.

CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira da. **Sujeitos no imaginário acadêmico**: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 80. Cad. AEL, v.14, n.26, 2009. Disponível em: <http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/view/45>. Acesso em: 05 de abr. 2015.

_____. **Machado de Assis**: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COUTO, Edelice Souza. **Tempo de festas**: homenagens a Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição e Sant' Ana em Salvador (1860-1940). Salvador: EDUFBA, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

DANTAS, Beatriz Góis. **Considerações sobre o tempo e o contexto de autos e danças folclóricas em Laranjeiras**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 27, 1978.

DANTAS, Ibarê. A trajetória da casa de Sergipe. In: ALBUQUERQUE, S. B. M.; SANTOS, M.F.J.; SANTOS, A. L. M. **História, memórias e comemorações na Casa de Sergipe**. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2014.

_____. **História da Casa de Sergipe**: os 100 anos do IHGSE 1912-2012. São Cristóvão UFS: Aracaju: IHGSE, 2012.

_____. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel** (1825/1909). O patriarca do serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009.

DANTAS, Orlando V. **A vida patriarcal de Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. **O problema açucareiro em Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina, 1944.

DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P. **As correntes historiográficas na França: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea**. Proj. História, São Paulo (17), nov. 1998, p. 258. Disponível em: < revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/11148/8179 >. Acesso em: 27 fev.2015.

_____. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2.ed.rev. São Paulo: Ed. Brasilienses, 1995.

DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. In: GOMES, Flávio S.; DOMINGUES, Petrônio. **Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013, p.45-78.

DUARTE, Regina Horta. “**Com açúcar, com afeto**”: impressões do Brasil em Nordeste de Gilberto Freyre. Tempo, Rio de Janeiro, nº 19, 2004, p. 125-147. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v10n19/v10n19a09.pdf>. Acesso: 12 mar. 2016.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes** (vol. 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1990.

ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. **Reflexões sobre agência e estrutura na historiografia da escravidão**. s/d. Disponível em: <http://www.revistatessituras.com.br/arquivo/Artigo%20Tessituras.pdf>. Acesso: 10 de mar. 2016.

FARELLI, Maria Helena. **Balangandãs e Figas da Bahia: o poder mágico dos amuletos**. Rio de Janeiro: A. C. Fernandes, 1981.

FARIAS, Juliana Barreto. “Assumano Mina do Brasil: personagens e Áfricas ocultas, 1892-1927”. In: FARIAS, J. B.; GOMES, F.; SOARES, C. E. L. **No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. O legado da “raça branca”. São Paulo: Dominus Editora – USP, 1965.

FERREIRA JÚNIOR, Fernando Afonso. **Derrubando os mantos purpúreos e as negras sotainas: Sergipe Dei Rey na crise do antigo sistema colonial (1763-1823)**. Dissertação (mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **O negro e a violência do branco: o negro em Sergipe**. Rio de Janeiro: J. Álvaro Editor, 1977.

FIGUERÔA, Meirevandra Soares. **“Matéria livre...espírito livre para pensar”**: um estudo das práticas abolicionistas em prol da instrução e educação de ingênuos na capital da província sergipana (1881-1884). Dissertação (mestrado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe (1575-1855)**. 3. ed. – São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

FREITAS, Décio. **O escravismo brasileiro**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

_____. **Palmares: a guerra dos escravos**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1973.

FREITAS, Itamar. **Histórias do ensino de história no Brasil (1890-1945)**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

_____. **A escrita da História na ‘Casa de Sergipe’ – 1913-1999**. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

_____. **A “Casa de Sergipe”**: historiografia e identidade na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913-1929). Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.

_____. **Sobrados e Mucambos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1961.

_____. **O escravo nos anúncios dos jornais brasileiros do século XIX**: tentativa de interpretação antropológica, através dos anúncios de jornais, de características de personalidade e de deformações nos corpos de negros e mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado. Recife, Imprensa Universitária, 1963.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e Os Vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. **História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Experiências Atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós emancipação no Brasil**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2003.

GOMES, Flávio e SOARES, Carlos Eugênio. **Sedições, Haitianismo e outras conexões no Brasil escravista: outras margens do Atlântico negro**. 2002. Disponível em: <

http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/97/20080627_sedicoes_haitianismo.pdf.>. Acesso em: 18 nov. 2015.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

_____. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

GUIMARÃES, José Maria Moreira. Que é a história?. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 06, n.10, p. 9-14, 1925.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Pascoal. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. et. al. (Orgs.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos**: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p.5-27. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935> >. Acesso em: 20 set. 2015.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Paz e Terra, São Paulo, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo, Cia. Das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1966.

IGLÉSIAS, Francisco. A história do Brasil. IN: FERRI, Mário e MOTOYAMA, Shozo (Orgs.). **História das ciências no Brasil**. São Paulo: EDUSC, 1979.

_____. Comentário ao roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira. In: **I Encontro Internacional de Estudos Brasileiros**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1972.

JENKINS, Keith. O que é a história? In: **A história repensada**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005, pp.23-52.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro pasado**. Para uma semântica de los tiempos históricos. Barcelona: Paidós, 1993.

KRUG, Edmundo. O Histórico das nossas superstições. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 11, nº 16, p.29-48,1942.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência** – escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LAPA, José Roberto Amaral. **Historiografia Brasileira Contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

LEITE, Joaquim Prado Sampaio. Palavras de Início. **Revista do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe**, Aracaju, v. 1, n.1.p.24-25, 1913.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

_____. Comportamentos, recursos, processos: antes da “revolução” do consumo. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro, FGV, 1998.

_____. “Usos da biografia”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

LIBBY, Douglas Cole. Repensando o conceito de paternalismo nas Américas. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isaura Pereira (Orgs.). **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008.

LIMA Júnior, Carvalho. Monographia Histórica do Município de Itabayana. **Revista do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe**, Aracaju, v.2. n.4, p.128-149, 1914.

LOWITH, Karl. **O Sentido da História**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1991.

MACHADO, Maria Helena. **O Plano e o Pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: UFRJ, EDUSP, 1994.

MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. A relação do engenho de Sergipe do conde em 1625. **Revista Afro-Ásia**, 41 (2010), 237-264. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/AA_41_PAIMagalhaes.pdf . Acesso: 13/03/2016.

MAIA, Nayala de Souza Ferreira. **Açúcar e transição para o trabalho livre em Pernambuco**: 1874-1904. Ed: Massangana, 2009.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (Orgs.). **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Em busca de um conceito de historiografia**: elementos para uma discussão. *Varia História*, n° 27, 2002. Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/27p27.pdf> >. Acesso: 06 out. 2015.

MARCON, Frank Nilton. et al. Africanos livres e sociabilidades no vale do Cotinguiba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 38, p.49-74, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade. **Antropologia**: uma introdução. 7.ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

MARCUSSI, Alexandre Almeida. **Trocas culturais e afetividade em Gilberto Freyre e Franz Boas**. Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história? Ouro Preto: Edufop, 2009. Disponível em: < http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/alexandre_almeida_marcussi.pdf >. Acesso: 02 de abr. 2015.

MARTINS, Estevão de Rezende. **A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, Luciana de Lima. **Friedrich Ratzel**. < www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/.../58/56.. >. Acesso: 28 de set. 2015.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MENEZES, Florentino Telles de. O Instituto Histórico e Geographico de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe**, Aracaju, v. 1, n.1, p.9-12, 1913.

MOREIRA, Ildeu de Castro e MASSARINI, Luisa. **Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil**. Disponível em: < http://www.casadaciencia.ufrj.br/Publicacoes/terraincognita/cienciaepublico/artigos/art03_aspectoshistoricos.pdf >. Acesso em 20 set. 2015.

MOTT, Luiz R. B. **Sergipe Colonial e Imperial: religião, família, escravidão e sociedade – 1591-1882**. – São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

_____. **Sergipe Del Rey: População, Economia e Sociedade**. Sergipe: Fundesc, 1986.

_____. O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 29, p.133-148, 1987.

_____. População e economia: aspectos da mão-de-obra escrava em Sergipe (séculos 18 e 19). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, nº 28, p.19-33, 1982.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. **A travessia da Calunga Grande: três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1837-1899)**. São Paulo: Edusp, 2000.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões na senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1981.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. O movimento social afro-brasileiro no século XX: um esboço sucinto. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Cultura em Movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 93-178.

NASCIMENTO, Flávio Santos. **Andando com fé: os atores e os atos das irmandades do Rosário da vila sergipana do Lagarto em perspectivas (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Notas para o estudo da imigração alemã em Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 35, p.151-178, 2006.

NASCIMENTO, José Amado. Um historiador à Moderna. **Revista do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe**, Aracaju, v. 12, n.17, p.87-93, 1943.

_____. Educadores e Sociólogos se completam e se precisam hoje mais do que nunca. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v.20,n.25, p.38-71, 1960.

NEGRO, Antonio Luigi. **Paternalismo, populismo e história social**. Disponível em: <http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/1/1>. Acesso: 02 abr. 2015.

NEPOMUCENO, Nirlene. **Celebrações negras do ciclo natalino**. Teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e Caribe. São Paulo: PUC-SP. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2011.

NEVES, Margarida. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELAGADO, Lucilia A. N. e FERREIRA, Jorge. **O tempo do liberalismo excludente**: da proclamação da República à Revolução de 1930. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.13-44.

NEVES, Paulo S.C., DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). **A diáspora negra em questão**: identidades e diversidades étnico-raciais. – São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

NUNES, B. A visão romântica. In: GUINSBURG, J. (Ed.). **O romantismo**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, p.51-74, 1985.

NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe a partir de 1820**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.

_____. **Sergipe Provincial I** (1820/1840) . – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

_____. **Sergipe Provincial II** (1840/1889). – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

OLIVA, Teresinha Alves de. **Impasses do federalismo brasileiro**: Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso. 2. Ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2014.

OLIVEIRA, Igor Fonseca de. **“Os negros dos matos”**: trajetórias quilombolas em Sergipe Del Rey (1871-1888). Dissertação (mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010.

OLIVEIRA, Ilzver de Matos. **Perseguição aos cultos de origem africana no Brasil**: o direito e o sistema de justiça como agentes da (in)tolerância. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=13d83d3841ae1b92>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. A Casa de Sergipe e a escrita da História da Educação sergipana. In: ALBUQUERQUE, S. B. M.; SANTOS, M. F. J.; SANTOS, A. L. M. **História, memória e comemorações na Casa de Sergipe**: os 100 anos do IHGSE.. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2014.

OLIVEIRA, Vanessa Santos. A devoção a Nossa Senhora do Rosário em Sergipe Del Rey (séc. XIX). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n.44, p.313-338, 2014.

_____. **A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário**: etnicidade, devoção e caridade em São Cristóvão-SE (século XIX). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

OLIVEIRA, Vanessa Santos e SOGBOSSI, Hippolity Brice. Devoção com diversão: a festa de Nossa Senhora do Rosário de São Cristóvão (1860-1880). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 37, 2008.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Comércio de escravos na província de Sergipe (1850-1888). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, nº 39, p. 39-62, 2009.

_____. **Reordenamento do trabalho**: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe, 1850-1930. Aracaju: Funcaju, 2000.

_____. **História Econômica de Sergipe** (1850-1930). São Cristóvão: Programa Editorial da UFS, 1987.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia**: Minas Gerais, 1716-1789. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

PALERMO, Luís Claudio. **O embate de perspectivas entre as matrizes fundadoras do estudo da escravidão brasileira** (Gilberto Freyre e a Escola Paulista de Sociologia). (Dissertação em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo - RJ, 2009.

PEREIRA, Luena Nunes. O ensino e a pesquisa sobre África no Brasil e a Lei 10.639. In: BECERRA, Maris José [et.al]. **Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina**: herencia, presencia y visiones del outro. Buenos Aires: CLACSO, 2008, p. 253-277.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **O corpo e a alma do mundo**. A micro-história e a construção do passado. São Leopoldo, História Unisinos, v. 8, nº 10, p. 179-189, jul. dez. 2004, p.188.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

PROENÇA, Wander de Lara. **Escravidão no Brasil**: Debates Historiográficos Contemporâneos. Anais eletrônicos da XXIV Semana de História: "Pensando o Brasil no Centenário de Caio Prado Júnior". Disponível em: < <http://www.assis.unesp.br/Home/Eventos/SemanadeHistoria/wander.PDF> >. Acesso em: 02 abr. 2015.

QUADROS, Carlos Fernando de. **A polêmica historiográfica como um espaço de embate teórico e político**: o caso de Jacob Gorender, Sidney Chalhoub e Silvia Lara. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

RATTS, Alex. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no movimento negro de base acadêmica. In: PEREIRA, Amauri M.; SILVA, Joselina da. (Orgs.). **Movimento negro brasileiro**: escritos sobre o sentido da democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2009, p. 81-108.

REIS, João Dantas Martins. As almas dos carnaíbas – um céu em Riachão – resquício das intituladas “santidades”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v.11, n.16, p. 27-28, 1942.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. **Rebelião Escrava no Brasil**. Ed. Brasiliense, 1986.

RESENDE, José Mário dos Santos. **Entre campos e veredas da Cotinguiba**: o espaço agrário em Laranjeiras (1850-1888). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. São Cristóvão: UFS, 2003.

RINDETI, Marcelo. Cultura e política: os anos de 1960 e 1970 e sua herança. In: DELGADO, Lucilia de A. N.; e FERREIRA, Jorge. **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX, p.13-166.

RISÉRIO, Antonio. **Uma história da Cidade da Bahia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

RODRIGUES, José Honório. **História e Historiografia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **História da História do Brasil** (Historiografia Colonial/1ª Parte). São Paulo: Editora Nacional, 1979.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **Capítulos de história da historiografia sergipana**. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

SANTANA, Joanelice Oliveira. **Introdução ao Estudo da Escravidão em Estância, comarca da Província de Sergipe Del Rey** (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, 2003.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. A festa de São Benedito em Lagarto: do auge ao esvaziamento sócio-cultural e religioso (1874-1828). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 37, 2008.

_____. **A festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928)**: limites e contradições da romanização. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SANTOS, Francisco José Alves dos. Calendário religioso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Estância. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 31, p.69-80 , 1992.

SANTOS, Joceneide Cunha. A hora derradeira de homens e mulheres africanos e seus descendentes: alguns apontamentos sobre os óbitos, Santo Amaro, Sergipe, 1802-1835. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 44, p.339-364, 2014.

_____. Construindo laços de solidariedade: o compadrio de homens e mulheres escravos na Vila de Lagarto de 1850-1888. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n.43, p. 261-276, 2013.

_____. Um olhar sobre homens e mulheres africanos: indícios da vivência africana nas terras sergipanas (1790-1850). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 40, p. 43-68, 2010.

_____. Uma disputa à burguesa: homens e mulheres escravos lutam por sua liberdade na justiça, Lagarto – Província de Sergipe, 1850-1888. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 39, p.63-94 , 2009.

_____. **Entre Farinhadas, Procissões e Famílias**: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SANTOS, José Correa dos. Vida alheia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 11, n. 16, p.25, 1942.

SANTOS, Lourival Santana. O compromisso na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos de Vila Nova Real de el Rey do Rio São Francisco. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 32, p. 183-202, 1999.

_____. **Quilombos e quilombolas em Sergipe no século XIX**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, n. 31, p.31-43, 1992.

_____. **Negros e brancos**: uma pedagogia da violência (estudo sobre a resistência em Sergipe no século XIX). Monografia (Especialização em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1991.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. A revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a invenção da historiografia sergipana. In: ALBUQUERQUE, S. B. M.; SANTOS, M. F. J.; SANTOS, A. L. M. **História, memórias e comemorações na Casa de Sergipe**. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2014.

SANTOS, Maria Nely. **A Vila de Santo Antonio e Almas de Itabaiana no século XIX (1850-1888)** – Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1984.

_____. **A Sociedade Libertadora “Cabana do Pai Thomaz”**, Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias. Aracaju: J. Andrade, 1997.

SANTOS NETO, Amâncio Cardoso. As filhas da peste: fome, morte e orfandade – Sergipe 1855-1856. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 38, p. 25-48, 2009.

_____. Escravidão em Sergipe: quilombos e fugas - século XIX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 34, p. 55-74, 2005.

SANTOS, Sales Augusto dos. “O Negro no Poder” no Legislativo: Abdias do Nascimento e a discussão da questão racial no Parlamento brasileiro. In: PEREIRA, Amauri M.; SILVA, Joselina da. (Orgs.). **Movimento negro brasileiro: escritos sobre o sentido da democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2009, p.127-163.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Nem preto nem branco: muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

_____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SHOTWELL, James T. **A Interpretação da História e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

SILVA, Ermínia. **Circo-teatro: Benjamim de Oliveira e a teatralidade circense no Brasil**. São Paulo: Altama, 2007.

SILVA, Maria Helena Nunes da. **O príncipe Custódio e a religião afro-gaúcha**. Recife, Dissertação de Mestrado em Antropologia, UFPE, 1999.

SILVA, Rita Gama. **A cultura popular no Museu de Folclore Edison Carneiro**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012.

SILVA, Rogério Forastieri da. **História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SILVA, Sheila Farias. Histórias de famílias na Estância/SE oitocentista (1840-1890). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 40, p.69-92, 2010.

_____. **Nas teias da fortuna: homens de negócio na Estância oitocentista (1820-1888)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SILVA, Simone Trindade Vicente da. **Referencialidade e representação: um resgate do modo de construção de sentidos nas pencas de balangandãs a partir da coleção do Museu Carlos Costa Pinto**. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Geraldo Antônio. **Gilberto Freyre, historiador da cultura**. Afro-Ásia, 27 (2002), 223-248, p. 234. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/27_6_gilberto.pdf. Acesso: 26 abr. 2015.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra**: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

THOMPSON, E. Patrícios e Plebeus. In: **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. Rosaura Eichemberb. São Paulo: Cia das Letras. 1998.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil colonial (1500 – 1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VELLOSO, Monica. O Modernismo e a questão nacional. In: DELAGADO, Lucilia A. N e FERREIRA, Jorge. **O tempo do liberalismo excludente**: da proclamação da República à Revolução de 1930. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.351-386.

VENANCIO, Giselle Martins. **Ler ciência no Brasil do século XIX**: a Revista Popular, 1859-1862. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.20, supl., nov. 2013, p.1153-1162. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v20s1/0104-5970-hcsm-20-s-1153.pdf>>. Acesso: 25 set. 2015.

VEYNE, Paul. Introdução e Objeto da história. In: VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a História. Brasília: Editora da UNB, 1982, p. 7-19.

WEHING, Arno. Os institutos históricos estaduais e municipais e os desafios da sociedade brasileira contemporânea. In: ALBUQUERQUE, S. B. M.; SANTOS, M. F. J.; SANTOS, A. L. M. **História, memórias e comemorações na Casa de Sergipe**. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2014.

XAVIER, Regina Célia Lima. **A conquista da liberdade**: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX. Campinas: CMU/UNICSMP, 1996.

YOUSSEF, Alain El. **Haitianismo em perspectiva comparativa**: Brasil e Cuba (sécs. XVIII-XIX). Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/alainelyoussef.pdf>. Acesso: 18 nov. 2015.